Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro

**David Kleber Sombra Pimentel**

# “O Plano Piloto de Ney Gabriel de Souza, Ceilândia: um lugar, uma Centralidade. Uma solução ou a conquista da Cidade?”

## Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura.

Orientador: Prof. Otavio Leonidio Ribeiro

**Volume I**

Rio de Janeiro

Agosto de 2017

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro

**David Kleber Sombra Pimentel**

# "O Plano Piloto de Ney Gabriel de Souza, Ceilândia: um lugar, uma centralidade. Uma solução ou a conquista da Cidade?"

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Prof. Otavio Leonidio Ribeiro**
**Orientador**
Departamento de Arquitetura e Urbanismo – PUC-Rio

**Prof. João Masao Kamita**
Departamento de História e PPGArq – PUC-Rio

**Profª. Maria Alice Rezende de Carvalho**
Departamento de Ciências Sociais – PUC-Rio

**Profª. Monah Winograd**
Coordenadora Setorial do Centro de
Teologia e Ciências Humanas - PUC-Rio

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 2017

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

**David Kleber Sombra Pimentel**

Graduou-se em Arquitetura e Urbanismo na PUC-Rio em 2014, nas habilitações de bacharelado em Arquitetura e Urbanismo.

Ficha Catalográfica

Pimentel, David Kleber Sombra

O Plano Piloto de Ney Gabriel de Souza, Ceilândia: um lugar, uma centralidade. Uma solução ou a conquista da cidade? / David Kleber Sombra Pimentel; orientador: Otavio Leonidio Ribeiro. – 2017.

2 v. f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Arqui-tetura e Urbanismo, 2017.

Inclui bibliografia

1. Arquitetura – Teses. 2. Arquitetura e Urbanismo – Teses. 3. Teorias sócio-espaciais. 4. Desenho urbano. 5.Cidades-satélites. 6. Ney Gabriel de Souza. 7. Brasília. I. Ribeiro, Otavio Leonidio. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

CDD: 720

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

Para os meus pais, Elias e Marlucia, e à minha avó Maria Raimunda,

Pelo apoio e confiança.

## Agradecimentos

Agradeço ao professor Otavio Leondio, pela sempre respeitosa e inspiradora forma com que compartilhou seus conhecimentos, pela confiança, atenção, e pela parceria ao longo de todo trabalho;

Agradeço à PUC-Rio e à CAPES, pelo ambiente acadêmico e auxílio, condições fundamentais para o desenvolvimento e minha manutenção dentro do programa;

Aos professores da PUC-Rio Masao Kamita, Maria Alice Rezende de Carvalho e Vera Hazan, e a professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, Maria Fernanda Derntl;

Ao Professor Aldo Paviani, por haver me recebido gentilmente em seu gabinete; bem como a Adirson Vasconcelos por atender as ligações;

A Gabriella Terra, quem intermediou contato e a entrevista com o seu pai Ney Gabriel de Souza, o autor do Plano Urbanístico de Ceilândia, bem como a Priscilla Copolla, neta de seu Ney Gabriel por nos colocar em contado com Gabriella Terra;

Aos colegas e funcionários da PUC-Rio, em espacial à Valeria Veras, também aluna do mestrado e parceira de momentos descontraídos e difíceis da vida acadêmica; à Renata Dias que trabalhando na secretária sempre nos prestou importante apoio, bem como a todos os funcionários da biblioteca da universidade, pelo agradável ambiente de estudos;

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

Às Bibliotecas da Universidade Católica de Brasília, que por meio dos ideais da instituição de ter um campus aberto a todos, que não somente aos alunos da Universidade, presta um importante apoio aos pesquisadores de outras instituições; bem como à Biblioteca da Universidade de Brasília por mesma razão;

Aos funcionários do Arquivo Público do Distrito Federal;

Aos meus pais, Marlucia e Elias, a meu irmão Bruno Sombra e minha cunhada Bruna, bem como ao meu irmão Júlio Pimentel e sua esposa Juscelene, aos quais agradeço por todo amor e palavras e apoio ao longo deste processo;

A minha queria avó Maria Raimunda, por todo carinho de sempre;

Agradeço a José Fernando Rosa Junior, que com parceria, sempre colaborou compartilhando ideias e me auxiliou a resolver questões acadêmicas junto a PUC Rio, quando não pedia me fazer presente;

Agradeço ao Grande Memória Viva, o professor Manoel Jevan, quem foi de fundamental importância para esse trabalho, vesto a riqueza do acervo vivo e histórico que eles com muito esforço mantem no Museu da Memória Viva de Ceilândia;

Agradeço aos amigos que com muito carinho emprestaram seus talentos: à Paulo Ueti, pelas traduções, e à Gustavo Soares, quem gentilmente realizou as fotos aéreas de Ceilândia;

À Lucas Correia pelas revisões dos textos;

A todos que de alguma forma ou de outra me estimularam ou me ajudaram.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

# Resumo

Sombra Pimentel, David Kleber; Leonidio, Otavio Ribeiro. **O Plano Piloto de Ney Gabriel de Souza, Ceilândia: um lugar, uma centralidade. Uma solução ou a conquista da Cidade?**Rio de Janeiro, 2017. 384p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Mestrado Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Constata-se uma injusta lacuna na história urbana de Brasília, em que muito se estuda o Plano Piloto de Lucio Costa e pouco se elabora sobre planos urbanos de Cidades-Satélites como Ceilândia, por exemplo, que ajudam a compreender sob outros aspectos a história da metrópole de Brasília. Diante de tal constatação, esta dissertação propõe uma análise urbanística do Plano Piloto de Ceilândia projetado pelo arquiteto Ney Gabriel de Souza, conjuntamente com reflexões acerca dos conceitos sócio-espaciais para melhor entendimento a respeito do direito à cidade. Tal imbricação analítica tem estreita ligação com história de Ceilândia, que – criada entre 1969 e 1971, e por meio da Campanha de Erradicação de invasões a sigla CEI lhe serviu de base para o nome – resultou de emblemático momento de segregação sócio-espacial da história intra-urbana de Brasília. Neste processo, cerca de 83 mil pessoas foram removidas para mais de trinta quilômetros do coração do Plano Piloto de Lucio Costa, por meio de uma detalhada política de desterritorização de indesejadas favelas. Houve até mesmo a intrigante justificativa de que estas invasões se alocavam dentro do "Anel Sanitário de Brasília". Assim, a análise empreendida parte de abordagem ancorada na prática urbanística, com subjacentes reflexões acerca de conceitos empregados pelos estudos sócio-espaciais. Neste sentido, busca-se abordar o urbano de Ceilândia falando como que de dentro para fora, e explorando tensões conceituais de discursos hegemônicos. Sobretudo o da "engessante" dicotomia centro-periferia, ao qual – mesmo diante dos seus mais de quatrocentos mil habitantes atuais – Ceilândia tende de ser colocada sempre do "lado de lá" da questão.  No que tange o desenho da cidade,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

análises sobre as práticas projetuais na conformação dos espaços, elaboradas com minúcia, permitirão elucidar as intenções do “Piloto” de Ney Gabriel. Buscando, sempre que possível, a auto representação ceilandense na apropriação do plano urbanístico. A partir de revisões bibliográficas, materiais iconográficos e jornalísticos, a análise tem como foco as diretrizes do projeto original dos anos 70.

## Palavras-chave

Teorias sócio-espaciais; desenho urbano; Cidades-Satélites; Ney Gabriel de Souza; Brasília.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

## Abstract

Sombra Pimentel, David Kleber; Leonidio, Otavio Ribeiro (Advisor). **Ney Gabriel de Souza's Pilot Plan, Ceilândia: a place, a centrality**. **A solution or the conquest of the City**?" Rio de Janeiro, 2017 . 384p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Mestrado Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

There is an unfair gap in the urban history of Brasilia, where it is found many researches about the "Plano Piloto of Lucio Costa" (Pilot Plan of Lucio Costa) and few investigations on urbanistic plans of the "Satellite towns" such as Ceilândia, that gives material to understand better the history of the metropolis of Brasilia. Facing this acknowledgement, this dissertation proposes to analyse the urbanism of Plano Piloto of Ceilândia (Master Plan of Ceilândia), designed by the architect Ney Gabriel de Souza, together with reflections on socio-spatial notions for a better understanding of the right to the city. Such interweaving has strict link with the history of Ceilândia. It was built between 1969 and 1971, and through the Campaign to Eradicate Invasions (CEI) and its anacronym is the base for the full name of the city. The city at the beginning was the result of an emblematic moment of urban-spatial segregation of intra-urban history of Brasilia. In this process, about 83 thousand people were removed to over 30 km far from Brasilia, the Plano Piloto of Lucio Costa, out of very detailed policy of deterritorialisation of the unwanted slums. There was even the intriguing justification that this invasions and slums were locate within the "sanitary protection ring of Brasilia". Thus, the undertaken analyses are based on an approach rooted in the urbanistic practice, with subjacent reflections around the multiple concepts used in the socio-spatial studies. In this sense, I search to approach the "urban aspect" of Ceilândia by tackling the issue from inside to outside, and exploring the conceptual tensions of hegemonic discourses. Above all, the discourse of the "limiting" dichotomy downtown-periphery – even facing the reality of over 400 thousand current in-

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

habitants – Ceilândia tends to be placed out of the centre of the question. Regarding the city´s design the analyses of the project planning practices in the conformation of the spaces, elaborated in deep detail, will allow to clarify the intention of the “Master/Pilot” of Ney Gabriel, trying when possible to express the self-representation of Ceilândia in the process of appropriation of urbanistic plan. From bibliographical reviews, iconographical and journalistic materials, the analysis has as its focus the guidelines of the original project done in the 70s

## Keywords

Socio-spatial theories; urban design; Satellite towns; Ney Gabriel de Souza; Brasília.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

## Sumário

1 Introdução 29

2 Formas socioespaciais 32

2.1 As vertentes ligadas aos espaços 34

2.1.1 Diferenciação socioespacial e Desigualdade social. 34

2.1.2 Justaposição e separação 38

2.1.3 Dispersão 41

2.2 As vertentes ligadas aos indivíduos 45

2.2.1 Exclusão social e o discurso da exclusão 45

2.3 As noções ligadas aos indivíduos e aos espaços: Segregação e dessegregação 47

2.3.1 Marginalidade periférica 54

2.3.2 Marginalização e Periferização 55

2.3.3 Os usos comuns do termo marginalidade. 57

2.3.4 O discurso da exclusão pela visão do sociólogo José de Souza Martins 60

2.4 Lugar e centralidade intra-urbana 66

2.4.1 Ceilândia e suas congêneres são tão periféricas assim? 66

2.4.2 Os pressupostos 76

2.5 Um lugar 83

2.5.1 O Lugar a partir da geografia 83

2.5.2 Geografia Humanista: o lugar como experiência vivida 87

2.5.3 O Lugar Antropológico por definições de Marc Augé 91

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

2.6 Centralidade 93

3 CEF (CEI): o projeto Social 100

3.1 As diversas versões do plano social de Ceilândia: da Comissão de Erradicação de Favelas à CEI 101

3.2 A versão do GDF 102

3.2.1 Fases da Remoção 108

3.2.2 A Preparação 109

3.2.3 Motivação da população 113

3.2.4 A Remoção 115

3.2.5 Consolidação 116

3.3 O plano social de Ceilândia contado a partir de autores 117

3.3.1 Pronto: erradicação concluída. 127

3.4 Depoimento de Gonçalo Gonçalves Bezerra 130

3.4.1 Apresentação do entrevistado 130

3.4.2 A entrevista 131

4 O Plano Piloto 155

4.1 O termo Plano Piloto e suas questões 155

4.2 As origens do termo Plano Piloto 157

4.2.1 O Plano Piloto de Bogotá 160

4.2.2 O “plano”:a política urbana e o arquiteto. 168

4.2.3 O pensamento do arquiteto em sua sociedade de inserção 190

4.2.4 O coroamento da questão sobre o termo Plano Piloto. 196

5 O “Plano Piloto” de Ney Gabriel de Souza 201

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

5.1 O “Plano Piloto” de Ceilândia e o Plano Piloto de Brasília 201

5.2 A fonte histórica: o encontro 204

5.3 O Plano Físico da Cidade 207

5.3.1 O aspecto simbólico: o ato falho 213

5.3.2 Ceilândia: uma conquista ou uma solução? 221

5.4 Os dois eixos cruzados do Plano Piloto de Ceilândia pelo aspecto do desenho urbano. 224

5.4.1 O caso do Plano Piloto de Lúcio Costa. 224

5.4.2 A “Revelação do Plano Piloto de Ney Gabriel de Souza: do croque piloto ao plano urbanístico 229

5.5 Exercícios” do Plano Piloto de Ceilândia 240

5.5.1 Exercício do Plano Piloto “Neutro” 241

5.5.2 Exercício do Plano Piloto - Mapa do Barril 244

5.5.3 245

5.5.4 A configuração do diagrama de Base do Exercício. 245

5.6 Conclusão dos exercícios do P.P Neutro e P.P.Mapa do Barril 260

5.6.1 Exercício dos Eixos Estruturantes, primeiras considerações. 263

5.7 Resolução do Exercício dos Eixos estruturantes 266

5.8 Conclusão do exercício dos Eixos Estruturantes 268

5.8.1 As quadras de Ceilândia 272

5.8.2 Quaras QNN 17 e QNN 18 276

5.8.3 Quadras “CNN 1” e “CNN 2” E “CNM” e “CNM2” 278

6 Ceilândia hoje 282

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

7 Conclusão 288

8 Referências bibliográficas 292

9 Web Sites apresentados: 302

10 ANEXOS 303

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

# Lista de Figuras

**Fig.1** VASCONCELOS. Diagramas. (2013). Desenho: David Sombra (Fernando Rosa Jr).....34

**Fig. 2** (autor?) Tombuktu, Norte da África. Século, XIV. A Cidade Tombuktu poder ser um bom exemplo de uma antiga cidade africana com diferenciação sócioespacial. Localizada atualmente na República do Mali, e foi uma importante cidade do Norte da África, e se caracterizou como um importante centro cultural e comercial do continente africano no século XIV. Sua proximidade com o rio Níger fazia de sua localização um ponto estratégico para as caravanas que traziam sal das minas do deserto do Saara para trocar por ouro e escravos trazidos do Sul por este rio, como consequência acabou sendo habitada ao mesmo tempo por muçulmanos, cristãos e judeus durante centenas de anos, se caracterizando assim, como uma cidade com tolerância religiosa e racial, em que as diversas culturas se misturaram. Do ponto de vista da diferenciação socioespacial, notar na imagem os tipos arquitetônicos convivendo entre si, sugerindo que a convencia multicultural também se refletiu na arquitetura, bem como pela espacialidade urbanística da cidade. Fonte: (VALTER , 2010) .....37

**Fig.3**. VASCONCELOS. Diagrama. (2013). Desenho: David Sombra (José Fernando Rosa Jr.) .....38

**Fig.4**.VASCONCELOS. Diagrama. (2013). Desenho: David Sombra (José Fernando Rosa Jr.) .....41

**Fig.5** Geo. Portal SEGTH-DF. Imagem gerada no site. 2017. David Sombra 2017. À esquerda tem-se Taguatinga e à dir. Vicente Pires. Notar o vazio entre as duas ocupações urbanas, como também a diferença do tipo de tecido urbano. .....44

**Fig 6** Geo. Portal SEGTH-DF. Imagem gerada no site. 2017. David Sombra 2017. À esquerda tem-se Taguatinga e à dir. Vicente Pires.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

Notar o vazio entre as duas ocupações urbanas, como também a diferença do tipo de tecido urbano. .....47

F**ig.7** VASCONCELOS. Diagrama. (2013). Desenho: DAVID Sombra (José Fernando Rosa Jr.). .....54

**Fig.8** PDTU-Governo do Distrito Federal. Gráficos. (2010). Da esquerda para direita, Viagens por transporte coletivo no Pico da Manhã em 2010 e 220. Notar que que Brasília (Plano Piloto) recebe é o principal destino. No entanto, nos gráficos também é possível.....73

**Fig.9** Tabela da População do Distrito Federal por Regiões Administrativas (RA) números e porcentagem (2015). Fonte: PAD-DF 2015 Tabela: David Sombra. .....74

**Fig. 10.**Tabela – População segundo as Regiões Administrativas. Fonte: PAD-DF 2015 .....75

**Fig. 11.** GDF- Secretaria de Serviço Social. (1973). Página 11 do documento Ceilândia. Diagnostico de Brasília. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal (cf. GDF, et. al., 1973). .....104

**Fig. 12.**GDF- Secretária de Serviço Social. (1973). Página 12 do documento Ceilândia. Diagnostico de Brasília. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal (cf. GDF, et.al., 1973). .....105

**Fig. 13.** GDF- Secretária de Serviço Social. (1973). Página 13 do documento Ceilândia. Diagnostico de Brasília (cf. GDF, et. al., 1973).....106

**Fig. 14**. GDF- Secretaria de Serviço Social. (1973). Página 14 do documento Ceilândia. Justificativa da remoção. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal (cf. GDF, et. al., 1973). .....107

**Fig. 15**. Página 12 do documento Ceilândia. (1973) Justificativa da remoção. Ver no quadro I O número de barracos levantados Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal (cf. GDF, et. al., 1973, p.17). .....110

**Fig. 16.**GDF- Secretaria de Serviço Social. (1973). Quadro 2- Renda Bruta. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal (cf. GDF, et. al., 1973, p.18).....111

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

**Fig.** 17GDF- Secretaria de Serviço Social. (1973). Quadro 3- Escolaridade da População. Arquivo Público do Distrito Federal(cf. GDF, et. al., 1973, p.21). ..... 111

Fig. 18GDF- Secretaria de Serviço Social. (1973) Diagrama da Renda Bruna familiar. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal (cf. GDF, et.al., 1973, p.20). ..... 112

**Fig. 19**. (autoria?) Acampamento dos pioneiros do Núcleo Bandeirante DF- (1957-1960?) fonte: Arquivo Público do Distrito Federal..... 124

**Fig. 20**. Imagem original: Geoportal -IDE-DF- SEGETH.1964. Mapa com a localização da Invasão do IAPI. Desenho: David Sombra..... 125

**Fig. 21**. Imagem original: Geoportal -IDE-DF- SEGETH-1964. Ampliação da localização da Invasão do IAPI. Desenho: David Sombra. ..... 126

**Fig. 22**. (autoria?).1971. [título?]. A imagem sugere alguma solenidade realizada em Ceilândia. Sobre o palanque da esquerda para direita, tem-se uma desconhecida, a provável primeira Dama Vera de Almeida Silveira, na sequencia o Governador Hélio Prates da Silveira. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal. ..... 129

**Fig. 23.**[autor?]1970-Governador em visita a invasão IAPI-DF. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal..... 129

**Fig. 24** [autoria?] 1978. Visita do General João Batista de Oliveira Figueiredo a Ceilândia Gonçalo Gonçalves Bezerra em 1968. fonte: HAMARAL 2011, p. 72. Fotografia: David Sombra ..... 147

**Fig. 25** [autoria?] 1968. Gonçalo Gonçalves Bezerra em 1968. Fonte: HAMARAL 2011, p.72. Fotografia do livro: David Sombra..... 147

**Fig. 26.** [autor?] Loja de roupas do Núcleo Bandeirante DF .1956-1960. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal ..... 148

**Fig. 27**. [autor?]. Vista aérea do Núcleo Bandeirante (Antiga Cidade Livre) 1956-1960. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal..... 148

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

**Fig. 28** [autor?] Hospital Juscelino Kubitschek (Hospital do IAPI).1963. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federa. O hospital está no primeiro plano e a invasão do IAPI ao fundo. ..... 149

**Fig. 29**. [autor?] Invasão do IAPI no Núcleo Bandeirante, partedaVilaTenório1966. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal ..... 150

Fig. 30 [autor?] Invasão do IAPI no NúcleoBandeirante, partedaVilaTenório1966. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal. ..... 150

**Fig. 31.**[autor?] Invasão do IAPI no Núcleo Bandeirante, e Vila Colombo. 1966. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal. ..... 151

**Fig. 32** [autor?] Invasão do IAPI Núcleo Bandeirantes. 1969. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal. ..... 151

**Fig. 33**.J. Firmino. 1971. Mudança para Ceilândia. Fonte: arquivo Público do Distrito Federal..... 152

**Fig. 34**. J. Firmino. 1971. Mudança para Ceilândia. Fonte: arquivo Público do Distrito Federal..... 152

**Fig. 35**. (autor) Vista aérea de Ceilândia- a caixa d água que virou símbolo da cidade em construção (1973). Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal. ..... 153

**Fig. 36**. (autor) Vista aérea de Ceilândia- aberturas das ruas (1971). Fonte: Arquivo Público do Distrito Federa. As únicas duas construções existentes são 3 escolas. ..... 154

**Fig. 37**. (autor). Le Corbusier, Josep Luís Sert, Paul Lester Wiener, Carlos Arbeláez e Francisco Pizano em Bogotá. 1950. Fonte: ArchDaily (original: Revista Cronos). ..... 163

Fig. 38. (autor). Recorte de notícia de Jornal sobre Le Corbusier em Bogotá. (ano). Fonte: ArchDaily (original: Fundação Le Corbusier). ..... 164

**Fig.39.** Le Corbusier. Croqui das colinas de Bogotá. (1947). Fonte: ArchDaily (original: Fundação Le Corbusier) ..... 165

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

**Fig. 40**.Le Corbusier. Plano Diretor para Bogotá- BOG 4209– Regional: circular. (1950). Fonte: ArchDaily (original: FLC + F.Pizano). ..... 165

**Fig.41**. Le Corbusier. Plano Diretor de Bogotá-BOG4211. (1950). Fonte: Fundação Le Corbusier). ..... 166

**Fig. 42.** Le Corbusier. Plano Diretor de Bogotá-BOG4212- Centro Cívico. (1950). Fonte:Fundação Le Corbusier. ..... 166

**Fig. 43**.Le Corbusier,P.D. de BogotáBOG-4299- Alojamento familiar com dois pavimentos. Fonte: Fundação Le Corbusier ..... 167

**Fig. 44.** Le Corbusier, P. D. de Bogotá. (ano) Fonte: ArchDaily (original: FLC + F. Pizano ..... 167

**Fig. 45.** (autor). Sequência de planos cinematográficos. (ano) fonte: Google. ..... 169

**Fig. 46**.(autor). Plano Geométrico. O plano geométrico definido a partir de uma reta. (ano). Fonte: (CARVALHO, 1958, p.13)..... 169

**Fig. 47.**Lúcio Costa. Croqui inserido na Fig. 8 do Relatório do Plano Piloto em representação de uma quadra residencial emoldurada por uma cinta arborizada. (1957). Fonte: Relatório do Plano Piloto. (COSTA, (1957) 1991)..... 200

**Fig. 48**Lúcio Costa. Fig. 14- apresentada no Relatório do Plano Piloto. (1957). Notar na perspectiva os blocos residenciais “emoldurados” pelas árvores.Fonte: Relatório do Plano Piloto. (COSTA, [1957] 1991). ..... 200

**Fig. 49.** GDF-Secretária de Serviço Social. (1973) Capa do documento histórico de Ceilândia. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal. (cf. GDF, et al., 1973,) ..... 206

**Fig. 50**. GDF-Secretária de Serviço Social. (1973) Os eixos cruzados de Ceilândia. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal. (cf. GDF, et al., 1973, p.26). ..... 208

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

**Fig. 51 .**GDF-Secretária de Serviço Social. (1973) As quadro partes simétricas do Plano Piloto de Ceilândia. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal. (cf. GDF, et al., 1973, p.26).....208

**Fig. 52**.GDF-Secretária de Serviço Social. (1973) Croqui histórico de concepção do plano urbanístico do de Ceilândia. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal. (cf. GDF, et al., 1973, p.26).....209

**Fig. 53**. GDF-Secretária de Serviço Social. (1973) Pagina de onde foram extraídos os croquis históricos de Ceilândia. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal. (cf. GDF, et al., 1973, p.26).....210

**Fig. 54**. GDF-Secretária de Serviço Social. (1973) Pagina de onde foram extraídos os croquis históricos de Ceilândia. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal. (cf. GDF, et al., 1973, p.26).....211

**Fig. 55**. croquis ilustrativos da Memória Descritiva do Plano Piloto. Anos 50. Fonte: Acervo Casa de Lúcio Costa. Etapas 1-2-3 de como se definiu o partido urbanístico apresentado de Lúcio Costa. Tratamento digital da imagem: David Costa [Fernando Rosa].....226

**Fig. 56**. Desenho 3/5.manipulação digital sobre o croqui originaldo Plano Piloto de 1957- Influência angular do - Leste-Oeste (monumental) na disposição dos diversos setores alocados na porção central de Brasília. Imagem: David Sombra.....227

**Fig. 57.** Lúcio Costa. (1957). Plano Piloto Original. Fonte: Acervo casa de Lúcio Costa. Desenho 1/5. Foram acrescidas algumas setas vermelhas para evidenciar a disposição das quadras em relação aos eixos definidores do projeto. Desenho: David Sombra.....227

**Fig. 58**. Desenho 2/5.manipulação digital sobre o croqui originaldo Plano Piloto de 1957. Influência angular do Eixo Norte-Sul (residencial) na disposição final das quadras residenciais. Desenho: David Sombra.....227

***Fig. 59***. Imagem 4/5. Manipulação digital sobre o croqui originaldo Plano Piloto de 1957. União dos dois eixos (monumental e residencial) destacados com setas vermelhas. Conclui-se que eles

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

efetivamente estruturam partido urbanístico. Desenho: David Sombra. ..... 228

**Fig. 60**. Imagem 5/ 5- Planta Oficial de Brasília na data da inauguração1950-1960. Fonte: Acervo casa de Lúcio Costa. Observar que mesmo diante do maior nível de detalhamento feito sobre o projeto apresentado em 1957, percebe-se com clareza que os espaços do plano urbanístico permaneceram estruturados pelos dois eixos em cruz definidores do partido urbanístico inicial. Desenho: David Sombra..... 228

**Fig. 61** Croqui original do partido urbanístico do Plano Piloto de Ceilândia. (provável 1970-1973) Fonte :Arquivo Público, (GDF, et al., 1973, p. 27).Figura manipulada digitalmente para maior clareza. Observar que o esquema propõe uma cidade dividida em quatro partes iguais a partir dos eixos cruzados.Notar também osusos previstos. Imagem: David Sombra..... 231

**Fig. 62**.Desenho feito com base no croqui original de Ceilândia. Acrescentou-se além dos cruzados, os eixos de divisa das quadras residenciais. Ilustração: David Sombra. ..... 231

**Fig.** 63.Manipulação sobre o croqui original do Plano Piloto de Ceilândia. Foram adicionadas cores para caracterização da setorização da cidade. Observar as quatro faixas destinadas à habitação “protagonizando” a solução adotada. Desenho: David Sombra. ..... 231

**Fig. 64**.Desenho feito com base no croqui original de Ceilândia. Acrescentou-se além dos cruzados, os eixos de divisa das quadras residenciais. Ilustração: David Sombra. ..... 232

**Fig. 65**. Desenho feito com base no croqui original de Ceilândia. Destacou-se a setorização original já definida. Notar a mancha urbana característica – composta por quatro faixas residenciais: Ilustração: David Sombra. ..... 232

**Fig. 66**.Ney Gabriel de Souza e equipe. O Barril. (provável 1971). Fonte: Professor Manoel Jevan. Embora não há data na figura

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

segundo nossas fontes essa é uma das plantas mais antigas. O que é bem provável, pois basta notar na imagem localizada na próxima página que um  o desenho do plano urbanístico é praticamente o mesmo, e sua data é de 1972. ..... 233

**Fig. 68**.Provável Ney Gabriel de Souza e equipe. (28/07/1972). Carimbo do projeto de 1972, apresentado na imagem anterior. Notar que a mancha no desenho é a mesma verificar na mesma região daquele desenho. Fonte: Professor Manoel Jevan. Fotografia: David Sombra. ..... 234

**Fig. 67** Ney Gabriel de Souza e equipe. (1972). Ceilândia. Fonte: Fonte: Professor Manoel Jevan. ..... 234

**Fig. 69**: Reconstituição do Plano Piloto Original de Ceilândia. Desenho: David Sombra..... 236

**Fig.70**.Triângulos que conferem a "forma barril" amplamente associada como característica do plano urbanístico de Ceilândia. Fonte da imagem:Geoportal-IDE-DF-EGETH.http://www.geoportal.segeth.df.gov.br/mapa/# >>, acesso 4 de janeiro de 2018. Manipulação da imagem original: David Sombra ..... 238

**Fig. 71**Plano urbanístico de Ceilândia e Plano Urbanístico de Brasília em proporção real. Desenho: David Sombra. A nível de demonstração fizemos um cálculo básico das respectivas áreas. O Plano original de Ceilândia tem cerca de 13265884.90 enquanto Plano Piloto de Brasília (original)tem algo em torno 31954330.01 m2. Segundo nossos cálculos Brasília é cerca de 41% maior que Ceilândia. Ou melhor, sua área é 2,41 vezes maior do que Ceilândia..... 239

**Fig. 72**.Croquis seminais do Plano Piloto de Ney Gabriel de Souza ao lado do P.P. de Lúcio Costa. Os desenhos não estão com as proporções correspondentes entre si ..... 239

**Fig. 73** Sequência 1-2-3 das operações projetuais do Plano Piloto "Neutro". Desenho: David Sombra ..... 242

**Fig.74**.Plano Piloto Neutro" resolvido e alocado junto cidade Satélite de Taguatinga (criada em1958). Nota-se que um dos dois "eixos em

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

cruz” corresponde a extensão de uma das “vias”(representadas em branco) de Taguatinga. Ressalta-se novamente que nesta nossa simulação a disposição das quadras se deu respeitando apenas as orientações dos eixos cruzados e de forma ortogonal, para simulação de uma outra possibilidade plano urbanístico – talvez um estágio anterior– ao Plano Piloto oficial de Ney Gabriel. Nota-se também que tanto Taguatinga quanto Ceilândia estão fora do “anel sanitário”. ..... 243

**Fig.75.**lSEGETH-DF, 1964. Imagem-1 da configuração do Diagrama de Base. Tem-se uma foto área da região datada de 1964 aonde percebe-se a ocupação urbana referente a Taguatinga. Destacou-se em tracejado o terreno aonde Ceilândia edificada seis anos depois. Desta marcação, na próxima figura se ampliará a imagem para melhor visualização do que preexistia no sítio. Manipulação sob original: David Sombra ..... 245

**Fig.76.** SEGETH-DF, 1964. Imagem-2 da configuração do Diagrama de Base. Ampliação do trecho destacado na figura anterior. Manipulção sob o original: David Sombra. Pecebe-se na imagem a prexistência de trilhas abertas no terreno que em 1971 recebeiria a realização do Plano urbano de Ceilândia. Restalta-se que a que segundo a SEGETH a imagem ,conforme descrido na legenda, é de 1974, sendo que o Plano Piloto de Ceilândia provavelmente foi copncebido entre 1969 e 1971. houver um erro entre a realização da imagem e sua catalogação, este erro terá uma margem de seis anos. ..... 246

**Fig.77**.SEGETH-DF, 1964. Imagem-3 da sequência de configuração do Diagrama de Base. Manipulação sob o original: David Sombra. Acrescentou-se as curvas de nível, a hidrografia (em azul), e destacou-se digitalmente as trilhas verificadas na foto anterior para percepção de seu traçado. Percebe-se claramente a força do “diálogo” da geometria as trilhas existentes a época da foto às curvas de nível do terreno; o que por sua vez evidencia a adequação desses caminhos ao escoamento das águas. Um dado pertinente para um projeto urbanístico, não é mesmo? Uma última observação – não menos importante- é a inexistência de córregos dentro do terreno, característica esta que certamente foi observada a época da escolha do terreno para o erguimento de Ceilândia. ..... 247

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

**Fig.78**.SEGETH-DF, 1964. Imagem- 4 da sequência de configuração do Diagrama de Base. A partir da imagem anterior destacou-se (por meio setas brancas) a geometria das trilhas mais expressivas. Também foram deixados alguns vestígios das curvas de nível inseridas na imagem anterior. A partir do que ambos elementos sugerem, ressaltou-se em branco a área que – em nosso entendimento – mais apresentou nexo entre ambas geometrias. A seta circular foi acrescida para sintetizar a indução do caimento circular do terno (notar o percurso das curvas de nível). Pronto: a partir de dados encontrados no terreno tem-se uma área demarcada, e um sentido a ser seguido em nossas operações projetuais. SEGETH-DF, 1964. Imagem- 4 da sequência de configuração do Diagrama de Base. A partir da imagem anterior destacou-se (por meio setas brancas) a geometria das trilhas ..... 248

**Fig.79.** Imagem-5 da sequência de configuração do Diagrama de Base. Desenho: David Sombra. Finalmente tem-se o diagrama de base configurado a partir da geometria das trilhas abertas no sítio em diálogo com a topografia que a imagem aérea de 1964 sugeriu. ..... 249

**Fig. 80**. Plano Piloto “Mapa do Barril” - sequência 1/14- fase “neutra.” Desenho: David Sombra. ..... 251

**Fig. 81**. Plano Piloto Mapa do Barril- sequência 2/14. Desenho: David Sombra ..... 251

**Fig. 82**. Plano Piloto Mapa do Barril - sequência 3/14. Desenho: David Sombra ..... 252

**Fig. 83**. Plano Piloto Mapa do Barril – sequência 3/14. Desenho: David Sombra. ..... 252

**Fig.84**. Plano Piloto Mapa do Barril - sequência 5/14. Desenho: David Sombra. ..... 253

**Fig.85** Plano Piloto Mapa do Barril – sequencia 6/16. Desenho David Sombra. ..... 253

**Fig. 86.** Plano Piloto Mapa do Barril - sequência 7/14. Desenho: David Sombra ..... 254

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

**Fig. 87**.Plano Piloto Mapa do Barril - sequência 7/14. Desenho: David Sombra ..... 254

**Fig. 88**.Plano Piloto Mapa do Barril - sequência 9/14. Desenho: David..... 255

**Fig. 89.** Plano Piloto Mapa do Barril - sequência 10/14. Desenho: David Sombra..... 255

**Fig. 90.**Plano Piloto Mapa do Barril - sequência 11/14. Desenho: David Sombra. ..... 256

**Fig. 91**.Plano Piloto Mapa do Barril - sequência 12/14. Desenho: David Sombra. ..... 256

F**ig. 92**Plano Piloto Mapa do Barril - sequência 13/14. Desenho. O plano urbanístico disposto com as curvas de nível do sítio. Notar como o plano urbanístico mantém identidade com as linhas das curvas de nível: David Sombra. ..... 258

**Fig. 93**. Plano Piloto Mapa do Barril - sequência 14/14. Desenho. O plano urbanístico disposto com as curvas de nível do sítio. Foi deixado apenas o perímetro da cidade para confronto da geometria do plano piloto do Barril com a das curvas de nível. O resultante é impressionante. ..... 259

**Fig. 9**4 Plano Piloto Neutro e Plano Piloto Mapa do Barril. Desenho: David Sombra ..... 262

**Fig.95**. Plano Piloto Neutro e Plano Piloto Mapa do Barril. Desenho: David Sombra ..... 262

**Fig. 96**. Lúcio Costa, (1974), Ilustração da carta ao Senador Cattete Pinheiro. Fonte: Acervo Casa de Lúcio Costa. Manipulação digital: David Sombra..... 263

**Fig.97** Sequência de diagramas do exercício dos eixos estruturantes .Desenho David Sombra..... 267

**Fig. 98**(autor) os quatro setores do Plano Urbanístico de Ceilândia. (ano) notar que a referência das fronteiras são justamente os eixos cruzados. Curiosamente, o setor 3 não recebeu o nome vindo da

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

rosa dos ventos, o setor se chama Guariroba, Fonte professor Manoel Jevan. ..... 270

**Fig. 99** De cima para baixo, da direita para esquerda, tem-se o diagrama 5 extraído da de diagrama do Exercício dos Eixos Estruturantes. Por meio da figura “A” e “B” (elaboradas com base no diagrama 5) é demonstrado como das retas desse diagrama melhor sintetizam a estruturação do Plano urbanístico de Ceilândia..... 271

**Fig. 100**. Circulação entre as quadras residenciais. ..... 274

**Fig. 101**. Quadra QNM. 23 ..... 275

**Fig. 102**. Diagrama ilustrativo do local das quadras. David Sombra..... 276

**Fig. 103** (autor)Detalhe das Quadras QNN17 e QNN18 DF- (1971) fonte: lSEGETH-DF ..... 277

**Fig. 104**. (autor)Detalhe das Quadras QNN17 e QNN18 DF- (1971) fonte: lSEGETH-DF). ..... 278

**Fig. 105**.(autor)Detalhe das Quadras do centro urbano local CNN 1 e CNN 2 (1971) fonte: SEGETH-DF. ..... 279

Fig. **106** Fig. 106 .(autor)Detalhe das Quadras do centro urbano local CNM 1 e CNM 2 (1971) fonte: SEGETH-DF. ..... 280

**Fig. 107** (autor) Detalhe do entroncamento das vias que delimitam as zonas triangulares QNN7 e QNN23 DF- (1970) fonte: SEGETH-DF ..... 281

**Fig. 108.** Diagrama. Desenho: David Sombra..... 281

**Fig. 109** Capa do Livro “Ceilândia Hoje” com o mapa da cidade atualizado. Fonte: JEVAN, Manoel, 2007..... 283

**Fig. 110** Gustavo Soares. 2018.Foto exclusiva para dissertação. Panorâmica vista centro de Ceilândia. A vista está em direção da Ceilândia Oeste para Ceilândia Sul. Nota-se os cheios das quadras residenciais e os espaços de “respiro das áreas triangulares. Do lado esquerdo, depois do grande Edifício já Taguatinga. O Bosque previsto no projeto original ficaria nessa faixa urbana..... 284

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

**Fig. 111** Gustavo Soares. 2018. Foto de uma quadra residencial e sua respectiva entrequadra. Notar o templo religioso a direito, provavelmente alocado seguindo as diretrizes do projeto original ..... 285

**Fig.112** Gustavo Soares. 2018. Vista de Taguatinga..... 285

Fig.113 Gustavo Sorares. 2018 Vista de Ceilândia Norte olhando para o setor oeste da cidade. Ao fundo o bairro do Sol Nascente ..... 286

**Fig.114** Gustavo Soares (2018) Atual situação do setor de habitação coletiva..... 286

**Fig.115** Gustavo Soares. 2018. Panorâmica feita de Ceilândia Norte para o setor Guariroba. Na imagem é possível identificar todos os eixos que definem o espaço urbano da Cidade. Eixo que está bem ao meio da foto, corresponde ao eixo norte sul do partido original. Notar como ele é secundário a força do vazio das áreas triangulares..... 287

**Fig. 11**6 (autor?) Ney Gabriel de Souza nem sua formatura (ano?). Fonte: Gabriella Terra..... 303

**Fig.117** (ano provável 2017-2018) Ney Gabriel de Souza comemorando seu aniversário. Fonte: Gabriella Terra. ..... 304

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

Tudo no mundo começou com um sim. Uma molécula disse sim para a outra molécula e nasceu a vida. Antes da pré-história havia a história da pré-história e havia o nunca e havia o sim. Sempre houve. Não sei o quê, mas sei que o universo jamais começou.

*Clarisse Lispector*, Água Viva

# 1
# Introdução

A idealização e criação da Cidade Satélite de Ceilândia entre 1969 e 1971 por meio da Campanha de Erradicação de Invasões (CEI), a qual surgiu nove anos depois da inauguração de Brasília, e em pleno regime militar; removeu cerca de oitenta mil pessoas e às deslocou para mais de trinta quilômetros da Brasília projetada por Lúcio Costa.

A implantação da Cidade acabaria por representar um momento emblemático da história de segregação urbana do Distrito Federal, pois a ação removedora das invasões – ocupações fabulizadas- que já surgiam durante construção de Brasília em meados dos anos 50, e se proliferaram ao longo dos anos 60, transformara-se por meio da CEI em uma política oficial de remoção do Governo do Distrito Federal.

Ceilândia certamente não foi a primeiro satélite a surgir por meio destas ações removedoras das ocupações indesejadas e imprevistas, ficando para Taguatinga o marco de primeira Satélite do Distrito Federal criada para este fim em 1956. Curiosamente quatro anos antes da inauguração de Brasília.

Na verdade, Ceilândia surgia como uma nova solução, agora bem detalhada em suas estratégias de como erradicar “os invasores” indesejados, incluindo-se aí um projeto urbano antenado com as demandas de usos da população que o habitaria, como por exemplo, espaço na zona central da Cidade para a construção de um grande feira, e orientação de como ocupar os lotes com os barracos em madeira na parte dos fundos dos lotes, para que posteriormente fosse edificada a casa definitiva em alvenaria à frente dos barracos. Forneciam até mesmo o projeto da casa definitiva.

Houve inclusive toda uma estratégia de como convencer os que relutavam em se mudar para a Ceilândia, até uma campanha foi vinculada pelaTV com o lema “a cidade é uma só”, o qual serviu de argumento e título de um documentário do Cineasta Adirley de Queirós, lançado em 2011.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

A sigla da CEI ao ser acrescida da palavra “land” - tomada emprestada da língua inglesa - acabaria então por nomear a mais nova Satélite de Brasília, a ser cravada nas terras da antiga fazenda Guariroba, localizada a cerca de 30 km de Brasília, e desapropriada à época da formação territorial do DF.

Ceilândia na verdade, estava destinada a ser habita habitada por uma população excluída de morar no Plano Piloto, justamente os candangos da Construção de Brasília. Compostos em sua maioria por nordestinos retirantes, que a procura de melhores condições de vida se viu incentivados vir construir a nova capital, cuja o Plano Piloto para seu urbano fora por elaborado Lúcio Costa.

Brasília era divulgada neste tempo pelos seus idealizadores políticos propositalmente como uma “terra de oportunidades”. Até este ponto tudo bem, certamente nas obras de construção de Brasília havia oportunidades. Contudo, aos candangos não foi reservado um direito que seria inerente a utopia da idealização política e urbana da construção da nova Capital, já que esta pelo menos pelo discurso oficial pretendia marcar um novo momento na modernização do país. A contradição surge ao fato de que aos operários da construção da cidade não foi cogitado – talvez ignorados – em sua real possibilidade de permanecer depois de inaugurada. Restam-lhes nestes 16 primeiros anos da história Brasília, ou seja, entre sua construção, inauguração e a criação de Ceilândia, o recurso da invasão de terra – ou ocupação - nas proximidades do Plano Piloto. De modo mais específico, na Cidade Livre, que foi criada temerariamente para servir de apoio a estes operários da construção.

Assim, a existência urbana Ceilândia emergia no mapa do Distrito Federal em 1971 transformando-se “rosto oficial” da segregação urbana de Brasília ao relocar as 80 mil pessoas que viviam nas invasões de Brasília – ou ocupações favelizadas - formadas pela invasão do IAPEI e das Vilas Tenório, Bernardo do Sayão, Esperança e Morro do Querosene - ambas situadas às proximidades do atual Cidade Satélite do Núcleo Bandeirantes - antiga Cidade Livre.

Quem sabe, se Ceilândia ao se tornar em um “rosto” oficial desta política de segregação, descortinava assim, os pontos cegos do discurso político de da nova Capital, expondo que a utopia urbanística de Brasília não escaparia a realidade social brasileira.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

A partir do breve exposto, este estudo propõe um estudo do Plano Piloto de Ceilândia, de autoria do arquiteto Ney Gabriel de Souza, pautado a partir a-mago de sua história de surgimento da cidade, ou seja, a partir de uma questão social. Considerando seu inevitável diálogo com o Plano Piloto de Lúcio Costa.

No primeiro capítulo, o qual denominamos como “Premissas socioespaci-ais: afinando o olhar.” Será feita uma revisão bibliográfica para entendimento dos diversos temas relacionados a questão da organização socioespacial das cidades, em que sempre que possível iremos trazer nosso objeto de estudo para nossas reflexões. Um dos pontos das funções mais importantes deste capítulo é dizer que Ceilândia é uma verdadeira centralidade urbana, através da relativiza-ção do discurso centro-periferia.

O segundo capítulo, por sua vez, é voltado para a história da Cidade, onde revisitaremos algumas questões anteriores a história de Brasília, que aqui de-nominamos como pré-história de Ceilândia. Objetiva- se, sempre que possível, que no discurso de abordagem dos fatos históricos desloque o protagonismo - geralmente dado a Brasília- para a cidade. Duas indagações são importantes neste primeiro capítulo: Ceilândia é efetivamente uma solução para as invasões que se multiplicavam em Brasília, ou uma conquista oficial de tomada de posse da terra pelos operários da construção? Porquê de Ceilândia figura como uma das mais emblemáticas Cidades Satélites do Distrito Federal?

Já terceiro no terceiro capítulo objetiva-se fazer uma análise a partir do projeto urbano original de Ceilândia, a partir da seguinte pergunta: como o Plano Piloto de Ceilândia auxiliou na formação do lugar antropológico de Ceilândia? Por sua vez, este questionamento nos conduz a outra pauta: qual a especificida-de do Plano de Ceilândia, o que a diferencia das outras Cidades Satélites

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

# 2
# Formas socioespaciais

Conforme é possível apreender a partir dos estudos da sociologia e geografia urbana, as cidades refletem em seus espaços e formas resultantes as disparidades de seu contexto histórico, social e político de inserção. Dessa forma, não é difícil compreender porque as estruturas espaciais das cidades estadunidenses por exemplo, tendem a apresentar uma organização socioespacial diferente das verificadas nas cidades latino-americanas (VASCONCELOS, 2013), já que os processos que desencadearam suas espacialidades "são originários das mudanças atuais sobrepostas às inercias do passado". (*Ibidem*. p.18).

Neste sentido, ao logo da história do urbanismo moderno, seus estudiosos sempre buscaram interpretar e correlacionar os novos fenômenos em desencadeamento sobre os espaços das cidades, sobretudo os verificados nas regiões metropolitanas que emergiam teoricamente como tal, o que fez surgir ao longo do tempo inúmeros termos para dar conta das noções inscritas nas entrelinhas dos conceitos que emergiam da teorização desses fenômenos. No entanto, diante da necessidade de se atentar à especificidade de cada realidade, é necessário ter cuidado na hora de transferir esses conceitos para as realidades abordadas pelo pesquisador. Onde por exemplo, devem-se relativizar conceitos originados nos Estados Unidos para suas aplicações à realidade brasileira. (*Ibidem*, loc. cit.)

Portanto, ao considerar que este estudo surge dentro em um contexto acadêmico tão interdisciplinar como o da arquitetura e urbanismo, o qual propõe dissertar acerca do Plano Piloto de Ceilândia, contemplando necessariamente temas socioespaciais, ao deparar-se com as inúmeras nomenclaturas aplicadas tanto pela sociologia quanto pela geografia urbana, se faz necessário verificar e (re) interpretar termos como "segregação", "marginalização", "periferização", para melhor compreensão dos processos e formas socioespaciais dos quais Ceilândia resultou no contexto do espaço urbano do Distrito Federal. Ainda mais porque, como será visto em capítulo oportuno deste trabalho, é praticamente

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

impossível não se remeter às questões socioespaciais do Distrito Federal para falar da cidade. E por mais que seja possível fazê-lo sem abordar essas questões, pretendemos revisitar as noções socioespaciais para falarmos com mais profundidade.

Deste modo, essas noções foram escolhidas a partir das conceituações feitas por autores como os geógrafos Angelo Serpa, Milton Santos, Flávio Villaça e Pedro Vasconcelos. Este último, (VASCONCELOS, 2013), foi quem nos ajudou inicialmente nesta tarefa de aproximação e estruturação dos conceitos aplicados nos processos e formas socioespaciais, onde o autor reagrupa os diversos fenômenos sobre espaço urbano em três vertentes distintas:a primeira ligada à questão dos espaços; a segunda ligada à questão dos indivíduos; e a terceira, correlacionando as duas primeiras. Ao mesmo tempo, de forma a desenvolver maior aprofundamento dos temas abordados por esses cientistas urbanos, algumas de suas fontes foram consultadas diretamente e terão suas elaborações aqui apresentadas.

Tendeu-se, também, a seguir o ideal de Vasconcelos (2013) de se restringir às noções voltadas para o espaço habitacional, e com recorte aos temas que se mostraram relevantes às realidades socioespaciais do Distrito Federal, do objeto de nossa análise. Vale acrescentar que também nos focamos na localização das habitações por considerarmos – principalmente no Brasil – que sua localização dentro do território intra-urbano possibilita uma visualização dos tratamentos (ou distinções) socioespaciais dispensando diversos tipos de cidadãos.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

## 2.1
## As vertentes ligadas aos espaços

Nesta vertente, conforme nos explica Vasconcelos (2013) um detalhe importante é que nos processos e formas socioespaciais há a possibilidade de haver uma superposição de fatores, os quais, em interação conjunta, podem fazer surgir espacialidades semelhantes, mas que por apresentarem uma sobreposição de fenômenos são caracterizadas como de origens distintas. Dentre as vertentes ligadas aos espaços, destacam-se aqui os seguintes conceitos: diferenciação socioespacial, desigualdade social, justaposição e separação e dispersão. Vejamos a seguir suas noções.

### 2.1.1
### Diferenciação socioespacial e Desigualdade social.

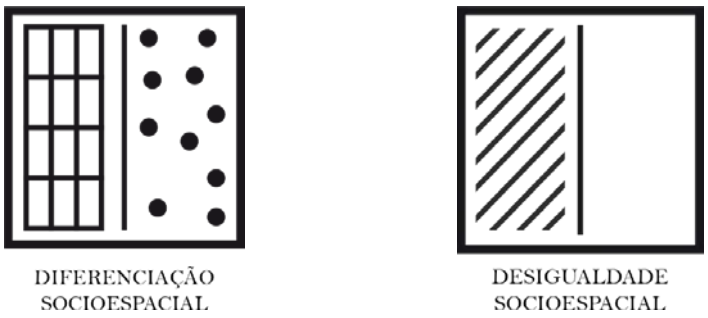



**Fig.1**VASCONCELOS. Diagramas. (2013). Desenho: David Sombra (Fernando Rosa Jr)

Embora não pareça, há diferenças entre esses dois conceitos. Vasconcelos (2013) diz que diante do fato do espaço urbano não ser homogêneo, a diferenciação espacial pode ou não ser percebida visualmente, sendo que isso depende da especificidade de cada caso em estudo. Acrescenta o autor, que a diferenciação socioespacial pode ser resultado de vários processos dentro de um mesmo contexto específico, como o oriundo de um passado de colonização escravista. (VASCONCELOS, 2013)

Neste sentido, um ótimoexemplo apresentado pelo autor são as diferenças socioespaciais encontradas nas formas de ocupação do espaço verificadas nas “antigas cidades coloniais africanas entre os bairros europeus e indígenas”. (*Ibidem*). A nosso ver, este exemplo abre espaço para detalhes peculiares da diferenciação espacial, pois concluímos que ela pode ser resultante tanto das diferenças culturais, em aparente contraste em sua morfologia de ocupação do

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

espaço urbano, como também das diferenças socioeconômicas dissolvidas dentro deste mesmo ambiente.

No que se refere às questões culturais, e aproveitando novamente deste exemplo dado por Vasconcelos (2013) das cidades coloniais africanas, pelo simples fato de tanto os africanos quanto os europeus eles serem frutos de culturas diferentes, concluímos que as respectivas formas de ocupação do espaço naturalmente tenderiam a ser distintas. Entende-se, portanto, que a forma de ocupação do espaço é um elemento "delatante" das diferenças – seja ela cultural ou econômica – ou em efeito recíproco destes dois fatores. O que por sua vez abre outra possibilidade de entendimento sobre a diferença socioespacial, sobretudo pelo aspecto cultural.

Tais dados são extremamente importantes para nós arquitetos e urbanistas, para que possamos calibrar nosso olhar no instante do ato projetual e analisar os espaços da cidade, considerando respeitosamente a lógica dos que ali efetivamente irão habitar. Neste sentido, não teríamos muito que aprender com os geógrafos, sociólogos e antropólogos?E laçamos mais estas duas perguntas pergunta: como nos aproximarmos de nossos objetos de estudo sobrepondo a eles o mínimo da nossa visão sociocultural de mundo? Não seria interessante que todos tivessem o direito de ter um espaço adequado aos seus anseios, com perspectiva realmente compreendida?

Ao que concerne a desigualdade social, sabemos que ela é um conceito que traz em suas entrelinhas temas que tangem o bem-estar social dos indivíduos (educação, cultura, trabalho etc.). Aondeo fenômeno é marcado principalmente pela desigualdade econômica entre os diversos sujeitos de uma mesma sociedade, onde se verifica clara distribuição heterogênea da renda.

Ressalta-se que como o objetivo aqui é suscitar questões da manifestação desta desigualdade no espaço, não nos aprofundaremos nas teorias da desigualdade social, e sim na sua concretização dentro da cidade. Nesse entendimento, Ana Fani Alessandri Carlos (CARLOS, 2011) ao elaborar sobre a segregação – um tema que também consideramos inscrito/ atrelado a desigualdade – a autora dizela em seus fundamentos "é o negativo da cidade e da vida urbana", em que

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

> [...] seu pressuposto é compreensão da produção do espaço urbano como condição, meio e produto da reprodução social [...] [que submetida] [...] à lógica da acumulação capitalista [...] [os] [...] objetivos se [...] impõem à vida e aos modos de uso do espaço. Deste modo o espaço urbano produzido sob a égide do valor de troca se impõe ao uso social da cidade [...] [e] [...] esse processo realiza a *desigualdade* na qual se assenta a sociedade de classes apoiada na existência da propriedade privada da riqueza que cria acessos diferenciados dos cidadãos metrópole [...]. (CARLOS, 2011, p.95)

Assima

> [...] produção do espaço urbano funda-se [...] na contradição entre a produção social da cidade e sua apropriação privada. A existência da propriedade privada da riqueza apoiada numa sociedade de classes [...] geram a luta pelo "direito à cidade". (*ibidem*, *loc*. cit.)

Portanto, é possível concluir a partir das elaborações de Ana Fani que a questão econômica subjacente à desigualdade social também acaba por afetar o aspecto da cidade, (algo óbvio, mas que precisa ser lembrado) e diante de tudo que já foi elaborado neste tópico, a desigualdade social também acaba por incidir sobre a forma arquitetônica.

A este respeito, por sua vez Vasconcelos (VASCONCELOS, 2013) afirma que dependendo do contexto (país, região etc.) a visualização espacial da desigualdade *social* pode para ser mais evidente ou "escondida". Nesse sentido nos apresenta como exemplo Londres, quando a cidade foi "dividida em um *'WesteSide'* [Lado Oeste] aristocrático e um *'East Site'* [Lado Leste]proletário no século XIX, e era, em parte explicada pela posição dos ventos dominantes em direção ao leste (no hemisfério norte)". Sobre as diferenças socioespaciais em evidência não precisaríamos ir tão longe, como não se lembrar das desigualdades espaciais perfeitamente verificáveis nas cidades brasileiras? Dentro disso, uma interessante pontuação referente ao nosso objeto de estudo: Ceilândia emergiu dentro da história urbana do Distrito Federal como um exemplo de desigualdade na ocupação espacial.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

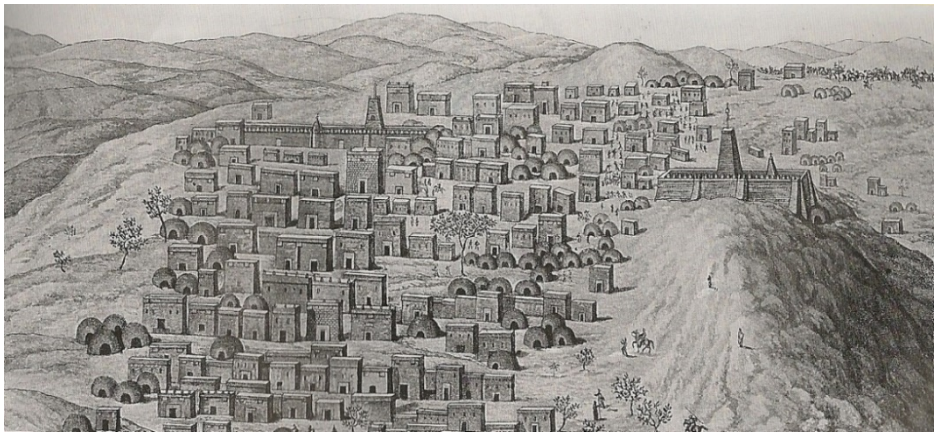


**Fig.** 2 (autor?) Tombuktu, Norte da África. Século, XIV. A Cidade Tombuktu poder ser um bom exemplo de uma antiga cidade africana com diferenciação sócioespacial. Localizada atualmente na República do Mali, e foi uma importante cidade do Norte da África, e se caracterizou como um importante centro cultural e comercial do continente africano no século XIV. Sua proximidade com o rio Níger fazia de sua localização um ponto estratégico para as caravanas que traziam sal das minas do deserto do Saara para trocar por ouro e escravos trazidos do Sul por este rio, como consequência acabou sendo habitada ao mesmo tempo por muçulmanos, cristãos e judeus durante centenas de anos, se caracterizando assim, como uma cidade com tolerância religiosa e racial, em que as diversas culturas se misturaram. Do ponto de vista da diferenciação socioespacial, notar na imagem os tipos arquitetônicos convivendo entre si, sugerindo que a convencia multicultural também se refletiu na arquitetura, bem como pela espacialidade urbanística da cidade. Fonte: (VALTER , 2010)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

## 2.1.2
## Justaposição e separação

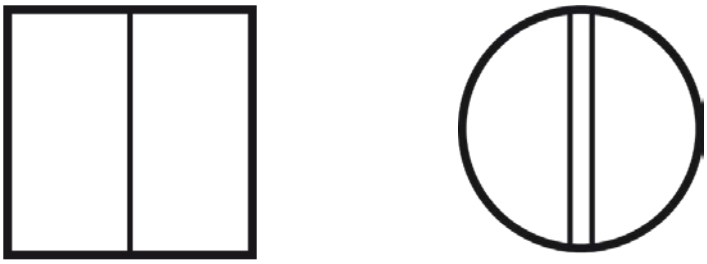



**Fig. 3.**VASCONCELOS. Diagrama. (2013). Desenho: David Sombra (José Fernando Rosa Jr.)

A justaposição pode ser definida – e visualizada dentro dos espaços urbanos como "uma proximidade espacial com uma enorme distância social", e seria "uma forma semelhante à desigualdade socioespacial na escala de um bairro ou de uma rua", a qual também é muito presente nas cidades brasileiras (VASCONCELOS 2013). Como exemplo desse fenômeno socioespaciais, Vasconcelos (2013) cita as favelas da zona sul do Rio de Janeiro, que estão dentro ou muito próximas dos bairros considerados nobres, porém, ainda assim com os limites físicos entre essas duas realidades urbanas, mas que neste caso se apresentam em escala reduzida, a qual pode ser tanto ser uma rua, ou um elemento do meio natural, como a diferença topográfica entre o "morro e o asfalto[1]".

Contudo, referente ao exemplo, acreditamos que seja válido acrescentar que a criação de Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPS)2, pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro fragmentou, ou dissolveu, em certo grau, esta justaposição espacial verificada nas favelas – sobretudo da zona sul – da Capital Fluminense. Isso porque em comunidades como a do Vidigal, por exemplo, os encan-

[1] Na Cidade do Rio de Janeiro a expressão "morro e asfalto" faz referência às comunidades carentes e periféricas em oposição aos bairros economicamente mais favorecidos, ou seja, o "morro e o asfalto" são duas faces da mesma cidade.

[2]As Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPS) fazem parte da política de "pacificação" do Rio de Janeiro, a qual se iniciou em 2008. É um programa de segurança do Governo do Estado que entre outras coisas prometeu recuperar territórios das comunidades ocupados há décadas por traficantes e milicianos. Através desse programa, o governo do RJ tenta promover nestas comunidades a cidadania negligenciada ao longo de décadas.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

tos naturais do local intensificaram a procura do “bairro” por outras classes sociais, dissolvendo ainda mais estas fronteiras em menor escala de justaposição socioespacial. Nesse sentido, nota-se que se multiplicam os casos de compra de terrenos (e lajes) dentro desta comunidade por parte de pessoas de classes mais abastadas, (comerciários, estrangeiros e artistas renomados, especuladores imobiliários). Não é à toa que na parte alta do morro, por causa da vista para o mar, se instalou um hotel e vários bares voltados para um “público consumidor” com maior disponibilidade financeira.

Dessa forma, verifica-se então no Vidigal um espaço urbano em vias do que podemos considerarmos aqui como *uma justaposição intensificada* de classes sociais, que confere a cada dia nova identidade urbana à comunidade, a qual deixou de ser vista como um “bairro carente” e passou a ser considerado como “bairro” com potencial cultural e turístico. Nesse sentido, na atualidade, com um olhar um pouco mais atento, não é difícil de encontrar dentro do Vidigal uma laje que pertence a uma família de trabalhadores (que no passado ocupou o morro como única alternativa de espaço para habitação, e possivelmente sentia uma fronteira física e social mais evidente com os “bairros do asfalto”[3]), convivendo ao lado de e a outra família, cuja a laje foi comprada com custo agregado oriundo dos desdobramentos das UPPS, e tratada arquitetonicamente para receber as novas camadas sociais de moradores. Acreditamos ainda que este exemplo da comunidade do Vidigal pode ser visto com duplo olhar a partir dessa “nova justaposição” (dissolvida): um positivo, que se refere à mistura de classes, e outro negativo, pois há a inevitável gentrificação.[4]

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

[3] Nas comunidades do Rio de Janeiro expressão “ bairros dos asfalto” é usada para fazer referencias aos bairros que não são considerados como comunidade, ou simplesmente falveas.

[4] Segundo Vasconcelos (2013), a noção que temos hoje da palavra gentrificação foi criada por Ruth Class em 1964 para relatar um fenômeno socioespacial que se desencadeava em Londres, onde as classes médias (alta e baixa) começaram a invadir bairros operários, querendo ali habitar. Processo este que promoveu uma verdadeira alta dos preços dos imóveis por meio da especulação imobiliária, expulsando os que ali habitavam anteriormente. Neste sentido, o autor afirma que no caso do Rio de Janeiro, as áreas que foram atingidas por este fenômeno, estão localizadas próximas a áreas nobres, com prestígio paisagístico, e perto do mar. (VASCONCELOS, 2013, p. 29-30). Citamos o Vidigal, pois a comunidade se enquadra nesses parâmetros. Além disso, não podemos deixar de relatar que habitamos naquela comunidade, onde para ali nos mudamos dois antes da chegada das UPPS, fato este que nos possibilitou vivenciar com grande proximidade todo este processo. Se antigamente, ao relatar que moravam no Vidigal as pessoas te olhavam com desconfiança, hoje em dia proferem a seguinte frase, “mas você mora bem, hein!”.

Por sua vez, a noção de "separação" pode ser definida como uma divisão radical do espaço urbano por elementos físicos, como os muros altos ou outros obstáculos que visam "separar" (desunir, reservar, apartar) – clara ou dissimuladamente diferentes grupamentos sociais. Nesse sentido, Vasconcelos (2013) nos cita outro exemplo do Rio de Janeiro para explicitar a materialização deste fenômeno separador ao contar que "já houve intenção da prefeitura de construir um muro cercando a Favela da Rocinha", onde estes elementos separadores também podem receber várias escalas, como no caso "dos muros barreiras levantadas no território da Palestina". (VASCONCELOS, 2013, p.20). Mais recentemente podemos citar a ação do presidente Donald Trump, que propõe a construção de um muro ainda extremamente separador entre os Estados Unidos e México. Ou seja, Trump prefere os muros às "pontes" entre os povos.

Por fim, trazendo as noções do conceito de justaposição para Ceilândia em seu contexto com Brasília, a justaposição é inexistente, mas há a separação, já que ambas as espacialidades urbanas distam fisicamente cerca de 40 quilômetros. Aliás, dadas as características espaciais apresentadas para a definição de justaposição, esta dificilmente e vista de forma evidente dentro da distribuição socioespacial do Distrito Federal (DF), já que a localização das diversas classes sociais dentro do território do DF se definiu claramente nos primeiros anos da história urbana do quadrilátero federal a partir do ideal de se preservar o Plano Piloto (a Brasília de Lúcio Costa) para as classes mais abastadas, e as Cidades-Satélites para as classes "classificadas" (pela elite que geralmente domina os meios políticos e científicos) como mais populares.

Contudo, já se valendo da observação que Vasconcelos faz sobre a existência de escalas para as duas noções que são apresentadas neste tópico, certamente tanto dentro do Plano Piloto, como de qualquer Cidade Satélite, ao se fazer um recorte mais aproximado às especificidades de seus diversos setores urbanos, certamente serão encontrados graus específicos de justaposição e separação. Na Ceilândia atual, por exemplo, já há inúmeros *enclaves fortificados*[5]

[5] "Segundo Teresa Caldeira em "As Cidades de Muros", "os condomínios fechados são a versão residencial de uma categoria mais ampla de novos empreendimentos urbanos que [...] [ela chama] [...] de enclave fortificado", mas segundo a autora também incluem conjuntos de escritórios, *shoppings centers* etc. O que os caracterizam são a propriedade privada de uso coletivo com que enfatiza por meio de muros a restrição de uso de seus espaços. Já segundo Vasconcelos (2013), os enclaves fortificados são uma forma de autosegregação. Particularmente, vejo os enclaves também como uma forma de transformar a arquitetura e um produto de venda.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

verticais – com seus muros, seguranças e torres com varanda *gourmet* característicos – em proliferação dentro de seu tecido urbano. Aliás, os enclaves se multiplicam em todo o DF, tanto os verticais, quanto os horizontais.

### 2.1.3
### Dispersão

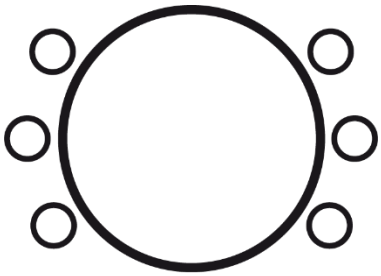



**Fig.4.**VASCONCELOS. Diagrama. (2013). Desenho: David Sombra (José Fernando Rosa Jr.)

A dispersão urbana é uma característica de fácil verificação no espaço urbano do Distrito Federal, onde há um núcleo central que é o Plano Piloto, e as Cidades-Satélites orbitando em volta desse centro. Vasconcelos (2013) elabora ainda que a dispersão urbana não corresponde mais nos dias de hoje “a urbanização difusa”, como a que proporcionou o surgimento da configuração espacial dos subúrbios norte-americanos, resultantes, sobretudo, da segregação socioespacial, pois agora a dispersão “vai mais longe” e forma na atualidade uma nova fronteira, diante da tendência de que os centros de trabalho como também novos bairros residenciais sejam construídos em terrenos localizados em zonas periféricas, formando assim novos núcleos urbanos articulados às redes de infraestrutura existentes.

Ainda neste assunto, o autor justifica essa tendência afirmando queesta “dispersão corresponde a uma fuga dos centros das cidades muito valorizados”, sendo que, especificamente no caso brasileiro, essa propensão é reforçada pela questão do aumento da violência urbana. Alphaville, em São Paulo, é citada por Vasconcelos como exemplo deste fenômeno, que, como no caso americano, também atraiu bairros populares para as proximidades diante da oferta de trabalho doméstico nesses bairros “nobres” (localizados nos periféricos aglomerados urbanos nobres), ou seja, também há uma justaposição socioespacial em andamento nas periferias brasileiras.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

Mas como bem pontua Giuliana de Freitas (FREITAS, 2013) citando em sua pesquisa sobre “condomínios fechados e as políticas públicas de regularização do Distrito Federal”; em relação ao contexto nacional para atender à demanda setores da sociedade insatisfeitos com o nível de segurança,se uniram três atores : os empreendedores, a elites e o Estado, para “a criação de uma nova configuração espacial segregadora”, a qual tem como premissa a diferenciação, e até mesmo a ostentação de um padrão de residência restrito aos moradores. Sendo que nos entanto, “os condomínios horizontais brasileiros apresentam particularidades se comparados “ao seu equivalente norte-americano que são os subúrbios-jardim. Ainda segundo Giuliana, em primeiro lugar tem-se queos condomínios horizontais no Brasil são invariavelmente murados e com acesso controlado, enquanto que no EUA, os empreendimentos fechados somam apenas cerca de 20% das ocupações. Ainda segundo a autora, no que tange ao Distrito Federal,a classe média deu preferência aos condomínios horizontais fechados, enquanto que em outras cidades do país ocorreu uma tipologia mais vertical, sendo que da mesma forma os muros destes também um isolamento com seu em torno, e comprometendo assim do mesmo modo o espaço público.(cf. FREITAS, 2013, p.47-48)

Particularmente, para exemplificarmos a dispersão com sobreposição dentro do DF, em nível de exemplificação, aproveitaremos um exemplo que nos permita ver uma justaposição entre as Cidades-Satélites (já que os discursos oficiais as definem como periféricas) em justaposição aos condomínios-irregulares para classe média. Com efeito, podemos citar os condomínios construídos na zona Rural de Vicente Pires[6], localizada próximo a Taguatinga.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

[6]A partir de 1989, o então Governador José Aparecido, resolveu centralizar para as Colônias de Vicente Pires, Samambaia e São José, a produção agrícola do Distrito Federal por meio de um contrato de uso do solo, com tempo estipulado em 30 anos. A partir de então passaram a produzir na região hortaliças, frutas, leite; hortifrútis em geral. Como Região Administrativa (RA XXX),Vicente Pires só foi oficialmente criada pela Lei nº 4.327, de 26 de maio de 2009, por meio de desmembramento de terras da RA de Taguatinga. Assim, nos últimos vinte anos, como em outras RA´s de Brasília que tinham parte de suas terras destinadas para uso agrícola, Vicente Pires passou ter suas chácaras parceladas ilegalmente, e a cidade ganhou forma, e conta atualmentecom cerca 70 mil habitantes. Segundo o *site* “Metrópoles”, o lucro gerado por este comércio ilegal de terras chega a R$ 2,4 bilhões, sendo que a maior parte desse valor vem da venda ilegal de terras públicas (grilagem). Ainda segundo o*site*, a ocupação aleatória resultante tem prejudicado a implementação de um urbanístico eficiente, e na atualidade a densidade no local é de 73 habitantes por hectare, um índice bem inferior de regiões, como Ceilândia, com cerca de 160 pessoas na mesma área. Darcy Dornelas (DORNELAS, 2006) em sua pesquisa “Terras do Distrito Federal – experiências com desapropriações em Goiás” cita algumas dificuldades enfrentadas nos dias de hoje para regularização dos condomínios de Vicente Pires. Segundo Dornelas, a procuradoria Geral da União afirma que muitas destas terras pertenciam ao GDF. De nossa parte, vemos

Entre essas duas localidades, não fossem alguns vazios urbanos remanescentes do Pistão Norte de Taguatinga, e um tecido urbano morfologicamente menos adensando e aleatório entre “conturbações” dos inúmeros condôminos irregulares de Vicente Pires, parte da porção norte de Taguatinga possivelmente já não seria nitidamente distinguível. Para piorar, estes parcelamentos muitas vezes não respeitam nem as áreas de proteção ambiental que teoricamente deveriam existir às proximidades dos córregos. Vale ressaltar ainda que nestes condomínios de Vicente Pires os terrenos são maiores do que os de Taguatinga, uma vez que são frutos de parcelamentos feitos em áreas inicialmente destinadas ao cultivo. Ainda, e estas novas áreas residenciais periféricas são enclausuradas por muros e são povoadas pela classe média.

Daiante desses espaços podemos citar que nessa nova periferia do Distrito Federal também há uma justaposição de periferias com perfis socioeconômicos diversos. Outro exemplo interessante neste sentido, mas mor-fologicamente distinto – tanto do ponto de vista da arquitetura, quando do dese-nho urbano e da institucionalização – é a Cidade Águas Claras  criada especifi-camente para classe média, e em função da linha do metrô, já que na época da idealização desse transporte de massa em entre a década de oitenta e noventa, ao preverem que os trilhos passariam em um grande vazio entre Taguatinga e o Guará, e optou-se  por desapropriar as chácaras que ali haviam e constituir uma nova cidade aproveitando para corresponder as demanda de parte da classe média por moradias, já que o Plano Piloto naquele já se tornava economicamente inviável para a demanda de habitação da classe média.

O que chama atençãem Águas Claras, é que o seu espaço urbano é caracterizado pelos condomínios verticais, com torres – em grande parte residencial – que chegam a mais de 20 pavimentos em alguns enclaves fortificados. Observa-se assim, que realmente acontece a cada dia no Distrito Federal, se não uma justaposição socioespacial  efetiva, uma maior dispersão das várias classes dentrodo território intra-urbano.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

na pesquisa a sugestão que o mercado criminoso de grilagem de terras no DF pode ter grande proximidade com os desdobramentos do processo de desapropriação das fazendas goianas, em meados dos anos 50, para constituição do território do Distrito Federal.

**Fig. 5**Geo. Portal SEGTH-DF. Imagem gerada no site. 2017. David Sombra 2017. À esquerda tem-se Taguatinga e à dir. Vicente Pires. Notar o vazio entre as duas ocupações urbanas, como também a diferença do tipo de tecido urbano.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

## 2.2
## As vertentes ligadas aos indivíduos

### 2.2.1
### Exclusão social e o discurso da exclusão

Para o desenvolvimento das noções do conceito de *exclusão social* serão usadas como suporte as concepções desenvolvidas pelo geografo Rogério Haesbaert (2011), o qual em suas primeiras noções já afirma considerar o termo "carregado de ambiguidade". Remonta Haesbaert que esta polêmica começa na década de setenta, mas que apenas nos anos oitenta é que o termo ganha "maior peso nas ciências sociais" a partir de debates que surgiram na França em torno de questões sobre privação social e pobreza (*Ibidem*., p.314).

Como é possível verificar, entra para o debate mais um "ingrediente" que é a palavra pobreza. Nesse sentido ainda nos esclarece Haesbaert que a noção dada à pobreza geralmente parte de dois tipos de visões: uma restritiva apenas à questão econômica que a relaciona à falta de renda; e outra que a define de forma mais ampliada como a disponibilidade de recursos. É interessante nos atentarmos que foram dadas três noções para um mesmo fenômeno: a noção de pobreza, a noção de privação social e a noção de exclusão social, às quais, segundo Haesbaert, Barnes[7], "considera a pobreza uma noção unidimensional em relação multidimensionalidade das demais". (*Ibidem. loc. cit*., apud Barnes 2002, p. 2). Conclui-se, portanto, que a noção de exclusão social é considerada por ambos os autores como mais adequada.

Ainda segundo o autor, diante "deste caráter multidimensional da pobreza" é solicitado que "se façam 'distinções conceituais claras' ao se utilizar o termo multidimensionalidade", visto que

> Claramente, ninguém iria negar que a pobreza provém de uma variedade de processos ou que ela é experimentada envolvendo muito mais dos efeitos de rendimentos. Paradoxalmente, entretanto, insistir na multidimensionalidade ao nível da mensuração da pobreza pode ter o efeito de obscurecer os processos dinâmicos evoluídos, tornando-nos incapazes de distinguir entre as consequências da pobreza, classe social e uma variedade de formas de discriminação e exclusão social (WHELAN E WHELAN 1995:29, *apud*. HAESBEART, 2011, p. 315).

[7] . Matt Barnes,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

> Já para Pedro Almeida Vasconcelos (2013)– nosso anfitrião acadêmico dos termos socioespaciais – que se volta mais para a definição do sujeito excluído em si, "essa noção se aplica [...] mais aos indivíduos do que às áreas, embora estas possam ser adjetivadas", (*ibidem*, p.23), onde "os excluídos seriam as pessoas rejeitadas fisicamente (racismo), geograficamente (gueto) e materialmente (pobreza) " (XISBERRAS, 1994:18, *apud* VASCONCELOS, 2011, p.22).

Para Castel (1988[1955]), a noção de exclusão também deve ser "manejada com infinitas precauções", isto porque

> Os "excluídos" são, na sua maioria das vezes, vulneráveis que estavam "por um fio" e que caíram. Mas também existe uma circulação entre essa zona de vulnerabilidade e a da integração, uma desestabilização dos estáveis, dos trabalhadores qualificados que se tornaram precários, dos quadros bem considerados que podem ficar desempregados. É do centro que parte a onda de choque que atravessa a estrutura social(CASTEL, 1988[1955]: 569, apud HAESBEART, 2011, p.317).

Ao consultar diretamente a obra de Castel (1988[1955]), verificou-se que o autor ainda acrescenta que,

> [...] a exclusão não é uma ausência de relação social, mas um conjunto de relações sociais particulares [sendo que] não há ninguém fora da sociedade, mas um conjunto de posições cujas relações com seu centro são mais ou menos distendidas: antigos trabalhadores que se tornaram desempregados de modo duradouro, jovens que não encontram emprego, população mal escolarizadas, mal alojadas, mal cuidadas, mal consideradas etc. [sendo assim] Não existe nenhuma linha divisória clara entre estas situações [...] vulneráveis, que, por exemplo, [...] trabalham, mas poderão ser demitidos [...], estão [...] alojados, mas poderão ser expulsos se não pagarem as prestações, estudam conscienciosamente, mas sabem que ocorrem o risco de não terminar. [...] (CASTEL, 1988[1955], p. 568,569).

Voltando a Rogério Haesbaert (2011), o principal dilema sobre a exclusão é enfrentar a conotação da expressão feita pelo senso comum, que tende a definir "os 'excluídos' como um grupo fora ou nos limites da sociedade". Outro detalhe importante é que a

> [...] Exclusão aparece mais como um problema essencialmente periférico, existindo no limite da sociedade, do que como uma característica de uma sociedade que tipicamente produz maciças desigualdades coletivas e crônica privação para uma ampla minoria. A solução que este *discurso da exclusão* social implica é de feição minimalista: uma transição através da fronteira para tornar-se mais um *insider* [membro] do que um *outosier* [estar de fora] numa sociedade cujas desigualdades estruturais permanecem amplamente inquestionáveis. [...] (LEVITAS, 1988, p.7, apud HAESBART, 2011, p.317-318, grifos meus).

E eis que nesta última transcrição há importante observação para trabalhos como este que abordam as periferias: tenha cuidado para não cair nas "armadilhas" do discurso da exclusão, isto porque como ficou sugerido, ao ficarmos o aceitando como procedente, estaremos contribuindo para sua manutenção.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

## 2.3
## As noções ligadas aos indivíduos e aos espaços: Segregação e dessegregação

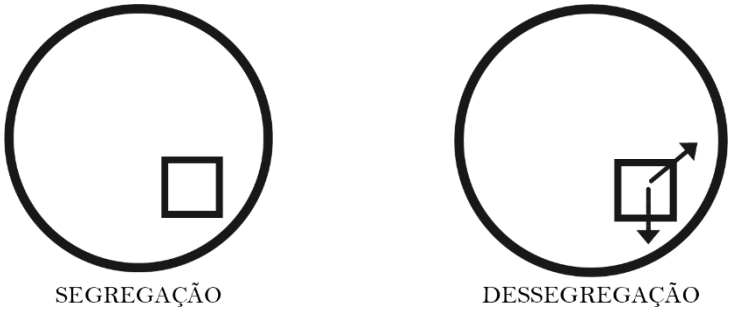



**Fig. 6**Geo. Portal SEGTH-DF. Imagem gerada no site. 2017. David Sombra 2017. À esquerda tem-se Taguatinga e à dir. Vicente Pires. Notar o vazio entre as duas ocupações urbanas, como também a diferença do tipo de tecido urbano.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

Eis um conceito vasto e polêmico, e também muito empregado em vários capítulos deste trabalho. O próprio Pedro Almeida Vasconcelos (VASCONCELOS, 2013) que, como já mencionado, nos serviu como ponto de partida para o entendimento dos termos socioespaciais usados pelos cientistas do espaço urbano, afirma que a noção dada ao conceito de segregação é um dos temas mais debatidos dentro da literatura das ciências sociais.

Por sua vez, Wirth (1980, apud *ibidem*, p.p.23-24) conta que a origem histórica do conceito teria ocorrido "durante a formação do *getto em Veneza*[8], com a reclusão dos judeus numa ilhota, tornando assim a palavra sinônima de área segregada". Afirma também Vasconcelos (*ibidem*) que a palavra é originária do latim *segrego*e faz menção à ideia de *cercamento*, sendo que a sua utilização na academia começou nos textos dos primeiros sociólogos da Escola de Chicago, os quais estudaram nesta cidade em período de pleno crescimento, onde se verificava à época que sua maior parte de sua população era formada por imigrantes. Constituindo, assim, todo este processo de crescimento, um fenômeno

[8] Em 1516, a República de Veneza determinou que os judeus deveriam ser obrigados a viver numa área delimitada, que passou a se chamar "Ghetto". Os judeus de Veneza lá viveram durante quase 300 anos, até 1797, quando os muros foram derrubados por Napoleão.

completamente novo na escala mundial, e, na sequência, ainda segundo Vasconcelos (idem, *ibidem*), o conceito também começa a ser empregado nas análises de outras realidades urbanas(cf. *ibidem*, p.p.17-38).

Quando a partir de então, passa a ser acrescido por adjetivos, originando termos compostos com a palavra "segregação" para melhor especificar os fenômenos que pretendiam explicitar, como no caso de "segregação socioespacial", amplamente utilizado a partir de então para analisar as desigualdades das cidades europeias[9] e latino-americanas. Foi até mesmo empregado para distinções de atividades econômicas.

Complementando as informações sobre a origem das noções dadas ao conceito de *segregação*, Maria Encarnação Beltrão Sposito (SPOSITO, 2013) afirma que o termo "tem origem com Park[10] (1967[1916])" e é desenvolvido "pela 'Escola de Chicago', com contribuição de Burgess[11] (1974[1925]) e Mackenzie[12] (2005[1926])," quando décadas mais tarde "foi repensado por outras perspectivas teóricas, entre elas a conhecida como 'Escola da Sociologia Urbana Francesa', cuja leitura crítica teve grande importância nos anos 1960 e 1970" (ver SPOSITO, 2013, p.62).

Dentro do contexto francês, agora segundo Vasconcelos (2013), a noção de segregação perde seu sentido original em Paris, que foi a cidade berço da disseminação do conceito na Europa, quando os franceses começaram a utilizá-lo para denunciar as desigualdades de acesso aos equipamentos coletivos, praticada contra a classe operária que era empurrada em direção à periferia, menos equipada.

Retornando à Sposito (*ibidem*), para ela "esse aspecto já denota, claramente, que os conceitos podem mudar" de acordo com tempo, e se já não fosse essa uma característica complexa, "o debate levanta uma dúvida", e lança a se-

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

---

[9] No texto original nota "15": "Castells definiu a segregação urbana como "a tendência à organização do espaço em zonas com grande homogeneidade interna e com grande disparidade social entre elas..." (1977:218, tradução nossa). Le Lefebvre lembrou que a segregação produz uma degradação da vida mental e social (1970:231) e a definiu como uma "forma extrema da divisão do trabalho" (2002:146, tradução nossa)

[10] Robert E. Park

[11] Ernest Burgess

[12] Roderick D. McKenzie

guinte indagação: “os conceitos podem ter conteúdos diferentes, segundo formações socioespaciais distintas em contextos diversos?”.

Nota-se aí mais uma vez a confirmação de que os conceitos entre os cientistas sociais tendem a ser “elásticos” (adaptáveis aos contextos), para retratarem da melhor forma possível os fenômenos, que neste caso específico voltam-se para as análises socioespaciais. Sobre a pergunta feita há pouco por Sposito, responde ela dizendo que trabalha “com a hipótese que é possível tratar as especificidades da segregação segundo componentes de cada realidade socioespacial”, e comparando ela mesma a sua abordagem com a de Vasconcelos (2004)[13], afirma que embora desenvolva “ideias em direção diferente” da adotada pelo autor, se apoia “num pressuposto básico: o reconhecimento de distinções entre diferentes formações socioespaciais, de um lado, e de que conteúdo de um conceito mudam com o tempo, do outro, a proposição dele”. (*cf. Ibidem, loc. cit*.)

Consideramos este posicionamento como muito respeitoso para os contextos analisados, pois todos os autores consultados, ao seu modo, transparecem esta preocupação de entender os vários fenômenos/conceitos, “de dentro para fora”, ou seja, com proximidade à realidade social relatada.

Eis aqui um ponto que nós arquitetos que estudamos as ditas “periferias” e ou a ajudamos a desenhar (a cidade como um todo), enquanto arquiteto e urbanistas, poderíamos ficar em constante estado de atenção para deles não se distanciar. E não nos deixarmos seduzir apenas pelas questões estéticas– muitas vezes distantes do que os usuários finais destes espaços projetados anseiam. Sobretudo no Brasil, onde o ensino da arquitetura se restringe, em imensa proporção, às camadas mais abastardas da sociedade, o que muitas vezes pode deixar os arquitetos menos sensíveis a realidade estética mais adequada a realidade dos bairros populares.

Se valendo de uma expressão usada por Maria Encarnação Beltrão Sposito (ibidem): “feito estes preâmbulos”; destacam-se ainda cinco pontos (dos quais aqui só destacaremos 3), nos quais a autora se baseia para desenvolver suas noções sobre o conceito de segregação:

[13]Não tivemos acesso direto a esta obra do autor, de modo que a mesma não consta em nossa bibliográfica. Conferir na referência bibliográfica indicada.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

- A segregação é um conceito polissêmico e, por isso, corre o perigo de perder força explicativa. [merecendo] ser tratada com cuidado teórico e deve ser adotado com vista [...] à luz da realidade urbana latino-americana, [...] [uma] particularidade importante no âmbito de modo capitalista de produção, [...] para se reconhecerem [...] suas especificidades, segundo diferentes formações socioespaciais, tamanho e importância das cidades na composição do sistema urbano brasileiro. (/p.63)
- [A] [...] segregação se refere a relação entre uma parte e o conjunto da cidade. A partir deste pressuposto, ela já distingue profundamente das ferramentas metodológicas que visam reconhecer áreas de inclusão/exclusão social. Estas colocam cada parcela do espaço urbano em comparação a todas as outras áreas, [...] comparam com os mesmos indicadores várias cidades trabalhando na escala intra urbana.
- A segregação [...] deve ser vista valorizando-se mais uma (s) do que outras (s) de suas múltiplas dimensões, para dar força as suas determinações em cada formação socioespacial e, até mesmo, em cada cidade. [...] (SPOSITO, 2013, p. 63-64)

De retorno a Vasconcelos (ibidem), pode-se afirmar que se ele propõe apenas a considerar a segregação, definida por ele mesmo como "involuntária". Neste sentido, entende o autor que há nuances, ou escalas de evidência da segregação dentro das cidades como processo condutor à formação de áreas semelhantes aos guetos, nos quais sua população é forçada a resistir. Dentro disso, declara que a literatura especifica sobre segregação residencial dos negros estadunidenses é vasta, sendo para que "é mais conspícua, mais evidente aos olhos" (DUBOIS, 1967, p. 15; *apud, Ibidem*., p. 24).

Acrescenta-se ainda o autor que no exemplo dos bairros negros das cidades norte-americanas, o isolamento (segregação) foi forçado às comunidades negras, e que tal fato levou a formação "de uma subcultura à parte, 'com sua fala própria'". (MASSEY et. DENTON, 1955 *apud, Ibidem*., *loc. cit*.). Porém Vasconcelos também afirma que alguns estudiosos[14] criticam o conceito de segregação por querer "explicar coisas demais", sendo que para Wacquant (2008:08, apudIbidem., p.25) o termo não poderia ser empregado em favelas por elas serem consideradas antes de tudo como bairros operários.

Já Flávio Villaça (VILLAÇA, 2001) faz uma abordagem da noção de segregação ancorada a partir das realidades das metrópoles brasileiras, o que é enriquecedor para este trabalho, que entende que Ceilândia*seria inquebrável*[15]sob

[14] O autor cita Short, Silva (In Sposito et al., 2004), ao qual não tivemos acesso, ver Vasconcelos (2013, p.25)

[15] Colocamos este tempo verbal para demonstrar que talvez estejamos entrando em contradição, visto que afirmamos que procuramos estudar Ceilândia que não apenas por pelos aspectos da

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

este recorte. De acordo com autor, “uma das características mais marcantes as metrópoles brasileiras é a segregação espacial dos bairros residenciais das distintas classes sociais, criando-se sítios sociais muito particulares” (2001, p.141). Diante de tal fato, afirma ele que ao observar-se a distribuição socioespacial pelos territórios de nossas metrópoles, percebe-se que a segregação das camadas de mais alta renda pode ser identificada em praticamente todas as cidades do país.

Vasconcelos (2001) apresenta a noção de *segregação ecológica,* a qual segundo ele é derivada da sociologia americana nascida na escola de Chicago e da “‘tradição de sociologia empírica’ norte americana”[16], para as quais a “’segregação ecológica’ procede do fato de os habitantes da cidade serem diferentes entre si e interdependentes” (GIST E FAVAG, 1968, 159, *apud* VILLAÇA, 2001, p.147). Villaça acrescenta ainda que,

> [...] segundo esses autores (idem, Ibidem.), “na luta pela posição social e por uma conveniente implantação espacial dentro da cidade, tais diferenças e interpendências contribuem para determinar que espaço as pessoas consideram desejável[...] O resultado é a segregação ecológica, ou seja, a concentração dentro de uma mesma área residencial, de pessoas que reúnem características semelhantes entre si”. [...]. Prosseguem eles (idem, 160), distinguindo a “segregação involuntária da involuntária”. A primeira “se reproduz, quando o indivíduo, por sua própria iniciativa, busca viver com outras pessoas de sua classe”. A segregação involuntária ocorreria quando o “o indivíduo ou uma família” se veem obrigados, pelas mais variadas forças, a morar num setor, ou bairro da cidade. Nesse sentido, a segregação dos excluídos na periferia das metrópoles brasileiras seria uma segregação involuntária (Ibidem., loc. cit.).

A partir dessas elaborações de inúmeros autores, Villaça (2001) aprofunda suas noções da segregação verificadas nas metrópoles brasileiras, e afirma que “há segregação de inúmeras origens”, sendo destacáveis as de classes, de etnias ou nacionalidades; mas que se foca na segregação das classes sociais, a qual para ele é a que mais caracteriza estruturação das metrópoles do país. Particularmente, acreditamos que ao considerarmos a realidade brasileira, esta segregação de classes tem a sua vertente racial inscrita em suas entrelinhas e vice-versa, já que basta consultar os dados do IBGE[17], para constatar que nos

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

exclusão. O que não deixa de ser procedente, contudo como estamos elaborando a respeito dos temas socioespaciais, entendemos como pertinente indicar em quais noções Ceilândia tendem ser enquadrada. Ao mesmo tempo, não podemos negar que os conceitos socioespaciais são, sim, importantes para o entendimento dos fenômenos sobre o espaço urbano

[16] (CASTELLS,1978, apud VILLAÇA 2001, p.147).

[17] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

bairros das classes com menor poder aquisitivo há grande concentração de negros em suas “múltiplas tonalidades de negritude”[18].

Acrescenta-se, ainda, que a segregação é entendida por Villaça (ibidem) como “um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões das metrópoles”. No entanto, frisa o autor que a segregação não se configura como um limitador para a presença exclusiva das camadas de mais alta renda e determinado setor urbano de uma cidade, visto que outras classes podem estar presentes numa mesma região geral onde se concentram os habitantes de alta renda, e até mesmo crescer com velocidade maior que a velocidade de crescimento dessas camadas, proporcionando, assim, o aumento das camadas de baixas classes em tal região. Sendo que para o autor, mesmo com a possibilidade deste aumento de concentração das classes com menor poder aquisitivo dentro dos bairros nobres, não será alterada a tendência a concentração das camadas de mais altas rendas nestas regiões. Como exemplo disso, Villaça cita a comunidade da Rocinha no Rio de Janeiro, e das favelas da zona sul, onde há “nobres” grupos de bairros populares.[19] (*cf*. VILLANÇA, 2001, p.142).

Outra contribuição de Flávio Villaça (ibidem) é quando o autor afirma que o “mais conhecido padrão de segregação da metrópole brasileira é o do “centro x periferia”, onde se tem um centro, “dotado da maioria dos serviços urbanos, e ocupado pelas classes sociais de mais alta renda; e a periferia, “subequipada e longínqua, ocupada predominantemente pelos excluídos”. (VILLANÇA, 2001, p 143).

Ao se trazer esta lógica para a realidade urbana de Brasília em interação com suas Cidades-Satélites e o Entorno do Distrito Federal (DF), há estudiosos que abordam as sócio-espacialidades do espaço urbano do DF a partir desta “dicotomia” centro x periferia, como por exemplo o Professor Aldo Paviani, quem afirma que em Brasília,

> [...], de um lado [se] reproduz os esquemas característicos da chamada urbanização periférica, quais sejam: segregação espacial, má qualidade dos serviços coletivos na sua periferia, dificuldades de acesso às vantagens da urbanização, pro-

[18] Neste trecho nos referimos às várias tonalidades de pele que a raça negra pode inscrever.

[19] Vale fazer nota à gentrificação que ocorreu na região, isso porque ela pode ter promovido uma leve mistura de classes, como ocorreu na comunidade do Vidigal.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

> blemas sócios psicológicos decorrentes das dificuldades de adaptação dos migrantes a um novo espaço, diferente daquele de origem, etc. De outro lado, um núcleo central (Plano Piloto) que se caracteriza por uma abundância de infra- estrutura, que o transforma em um dos núcleos urbanos que oferece uma excelente qualidade de vida aos seus moradores, talvez único no país. (PAVIANE, 1996, p.11)

Voltando às elaborações feitas por Villaça, (ibidem) sobre as noções de segregação, o autor cita Lojkine (1981), para dizer,

> [...]que a segregação é uma manifestação da renda fundiária urbana, *um fenômeno*", "produzido pelos mecanismos de formação dos preços do solo, estes por sua vez, determinados [...] pela nova divisão social e espacial do (/p.146) trabalho" (LOJKINE, 1981, p. 166, *apud* VASCONCELOS, 2001, p.146, grifo nosso).

Então nos esclarece Villaça a este respeito que este fenômeno se refere "a um conceito e a uma manifestação muito ampla de segregação", o qual "divide a metrópole em centro e periferia". Explica ainda que "entre nós, nem sempre as camadas de alta renda moram" em terrenos muito valorizados, mas que "em geral é isso que ocorre". Como exemplo, a utilização de terras baratas na periferia, como no recreio dos Bandeirantes, no Rio, e Granja Grande e Alphaville, em São Paulo. Nesse sentido, para Vasconcelos "não é uma característica absoluta que o preço da terra determine a distribuição espacial das classes sociais"(ver, op. cit., p. 147).

Citando novamente Lojkine, pode-se afirmar serem distinguíveis três tipos de segregação urbana excludentes: uma primeira que faz uma *oposição entre centro e periferia*, com a característica do preço do solo ser mais alto no centro; uma segunda onde há separação entre zonas e moradias reservadas às classes tidas como mais privilegiadas e zonas de habitação popular; e por fim, a terceira e última que é uma segregação que apresenta um esfacelamento intenso nas funções urbanas dispostas em zoneamentos especializados: zona residencial, zona industrial, zona de escritórios etc. (LOJKINE[20], 1981, p.166, *apud* VASCONCELOS, 2001, p.147, grifo nosso).

De retorno a Villaça (ibidem) se propõe a se atendar mais em suas elaborações na segregação do tipo dois, já que no caso de assunto na referida publicação, ele pretende se voltar mais para a estruturação do espaço metropolitano. Particularmente, considerou-se importante descrever aqui um breve resumo das

[20] Jean Lojkine

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

três vertentes por serem consideradas importante para o enriquecimento de vários temas que surgirão ao longo da presente dissertação. Primeiramente porque é verificável a dinâmica centro e periferia no espaço urbano do Distrito Federal (DF), segundo, porque dentro da dinâmica centro e periferia do DF é possível afirmar que há uma setorização das moradias por classificação de renda, e terceiro porque o planejamento urbano do DF ao ser norteado pelo Plano Piloto de Lúcio Costa, o qual pelas suas influências urbanísticas modernistas – sobretudo progressistas – contou com uma setorização urbana evidente; zoneamento este que com o tempo foi aproveitado por parte dos sucessivos Governos do Distrito Federal (GDF) para potencializar clara divisão socioespacial de Brasília.

### 2.3.1
### Marginalidade periférica

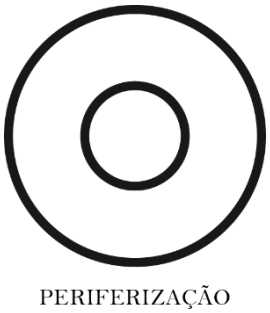



**Fig. 7**VASCONCELOS. Diagrama. (2013). Desenho: DAVID Sombra (José Fernando Rosa Jr.).

Neste tópico usaremos como uma obra da antropóloga Janice Perlman[21] intitulada como "O Mito da Marginalidade" (1977). Visto que para a elaboração deste livro, Perlman *esteve imersa dentro da realidade de algumas favelas cas*[22]para melhor captação da realidade de seus moradores, tentando, assim, se colocar da forma mais aproximada possível de seu objeto de estudo, colocando o seu olhar como o de quem *fala de dentro para fora*; olhar este – também já men-

[21]Janice Perlman é uma antropóloga e cientista política estadunidense que no final dos anos 60 morou em três favelas cariocas para fazer um "estágio existencial", onde constatou um conjunto de estereótipos aos quais definiu como "mitos da marginalidade", que segundo a autora, "são tão generalizados e arraigados que constituem uma ideologia". Disponívelem:

:http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1208201033.htm e (PERLMAN, 1977, p.13-16).

[22] Uma ação talvez considerada clichê, ao se tratar de ser um pesquisador estrangeiro, mas ao mesmo tempo exemplar, diante do desejo melhor compreender o seu objeto de estudo convivendo dentro do seu cotidiano.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

cionado – que se pretende sempre que possível nesta dissertação alocar. Ao longo do texto outros autores também serão chamados para o debate.

Por fim desta breve introdução, salienta-se que durante as defesas previas desta dissertação houve o alerta de que provavelmente algumas visões científicas dos anos 70 são questionáveis na atualidade, como por exemplo, a dicotomia centro-periferia,em que, portanto, provavelmente algumas elaborações de Janice Perlman (PERLMAN 1977) também corriam esse risco não fazerem mais sentido. Contudo, ao fazer uma avalição da retirada, ou não, das elaborações da autora do texto, chagou-se a conclusão de que mesmo diante da possibilidade de defasagem de algumas noções, seria pertinente a permanência de sua obra na dissertação. Primeiramente porque o nosso objeto de estudo– O Plano Urbanístico de Ceilândia – emerge na história de Brasília no começo dos anos 1970, em que ao termos contato com uma produção acadêmica contemporânea ao momento do surgimento de Ceilândia, poderia no mínimo, contextualizar as reflexões deste trabalho ao pensamento da produção acadêmica do período; e segundo, porque percebemos a partir de outros autores já apresentados ( a exemplo Flávio Villaça, Pedro Almeida Vasconcelos, Aldo Paviani etc. ) que as elaborações da autora corroboram para o enriquecimento do debate, quando, por exemplo, Janice Perlman contextualiza o surgimento do termo marginal na América Latina. Além do mais, ao não termos uma formação original como cientistas dos estudos sociais do espaço, o contado com a obra de Janice foi encarado como enriquecedor.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

### 2.3.2
### Marginalização e Periferização

Janice Perlman (ibidem), afirma que “o estudo do conceito de marginalidade é de particular relevância porque as ideologias e estereótipos que a ele se associam afetam a vidas de milhões de pobres moradores de favelas ou cidades”, e acrescenta que na América Latina “o fenômeno da marginalidade se transformou na mais importante das questões sociais”. A autora também tece elaborações sobre as diversas abordagens dadas ao tema, onde afirma que “existem poucas áreas de concordância entre os cientistas sociais, os elaboradores de políticas públicas e o público em geral”, onde todos têm semelhantes ideias estereotipadas sobre o termo (cf. ibidem, p.123).

Já Lucio Kowarick (1975), no que lhe concerne, também publicou sobre o tema na mesma década que Perlman (1977). Afirma que em relação à questão de a marginalidade ser tratada por diversos autores "como cheia de ambiguidades em torno do tema", que isso seria uma consequência do fato do fenômeno não ter recebido um tratamento mais sistemático na organização dos conhecimentos adquiridos ao longo do tempo. O autor também traz outra informação importante, diz "que na América Latina, foi fundamentalmente após a Segunda grande Guerra [mundial] que a marginalidade urbana apareceu como problema [...] prático". Segundo ele, as migrações internas potencializadas pelos desdobramentos dos reflexos da guerra, aumentaram o ritmo de urbanização das grandes metrópoles destes países, mas como as cidades não davam conta de acompanhar estas mudanças, os migrantes começaram a se instalar nas partes mais periféricas dos grandes centros; "dando origem ao que se denominaram *bairros marginais*", e que por efeito das características precárias destes espaços periféricos que emergiam, a marginalidade foi se tornando sinônimo de miséria( cf. ibidem, p. 9-22).

Outro autor que também tece elaborações em torno do conceito de marginalidade é Pedro de Almeida Vasconcelos (VASCONCELOS, 2013), que, citandoFassin (1996), afirma que "a noção de *marginalização* teria sido aplicada na América Latina com a configuração de 'centro-periferia' para o espaço social", (apud, ibidem. p.30), onde "diferentemente do excluído, o "marginal" nunca teria entrado nas cidades", o autor também cita Wacquant (2005), creditando a este a criação da expressão "marginalidade avançada" para falar dos bairros segregados nas cidades estadunidenses(cf. VASCONCELOS, 2013, loc. cit.).

Nesta sequência, diz que, segundo Wacquant, há "quatro lógicas ligadas a marginalização avançada, são elas: a dualização ocupacional; a deslocalização do trabalho assalariado; a reconstrução do estado de bem-estar social; e a concentração e estigmatização"(cf. Ibidem, p.31).

Pedro de Almeida Vasconcelos (ibidem) traz, ainda, mais um elemento importante ao afirmar que,

> [...]A noção de *periferização*no Brasil está substituindo a de *marginalização* espacial. Essa noção é muito próxima da de marginalização, mas com um componente espacial mais forte. Ela lembra também parte da dualidade "centro-periferia", o que não reflete a complexidade das cidades. É uma noção muito utilizada no Brasil, mas que não tem sentido em outras realidades, como nos afluentes subúrbios nor-

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

> te-americanos, por exemplo. Ela é frequentemente confundida com a noção de exclusão ou aparece como sinônimo de pobreza. [no entanto] deve ser lembrado que a população periférica não está segregada, mas ocupa o *espaço em que o estadotolera* (ou permite) as implantações fora das normas oficiais ou mesmo irregulares (laissezfairre) em áreas que não interessam o mercado imobiliário. (ibidem, p.31., grifo nosso).

Referente aos grifos da transcrição acima, as elaborações sobre paralelo periferização marginalização no Brasil, feita por Vasconcelos (2013), foram entendidas como que enriquecedoras. Uma vez que quando habitamos na "periferia" e nos deparamos, na prática, com este "espaço de tolerância", acreditamos que este "tolerar" vai além do estado. Ou melhor, acreditamos que o estado tem de ser apenas uma instituição legalizadora de tolerâncias da intolerância sócioespacial. Esta última afirmação surge do seguinte raciocínio: se a cidade reflete em sua espacialidade as disparidades de sua sociedade, conclui-se que o estado também o reflete, já que é por meio de suas leis – muitas vezes legitimadoras para os que detém o poder político diante de seu poder econômico de barganha de benefícios – que a distribuição das várias classes sociais no espaço intra-urbano se dá. Por falar nisso, quem é que dita as bases das regras do Estado? Não seriam os detentores dos modos de produção e congêneres?

### 2.3.3
### Os usos comuns do termo marginalidade.

De volta a Janice Perlman (ibidem), a antropóloga também elabora em torno do surgimento da noção da palavra marginal, e neste sentido nos ajuda a complementar o histórico das origens do termo nos países latino-americanos. Segundo a autora, a palavra "marginal" na América Latina tem conotações pejorativas e é geralmente associada aos pobres, onde um marginal é entendido − entre outros exemplos − como alguém que é vagabundo, criminoso, drogado e prostituído. Nesta lógica, acrescenta ainda que tais conotações possuem "profundas raízes históricas", dentre as quais a instalação do termo "marginal" nas cidades latinas após a Segunda Guerra Mundial (informaçãoesta passada mais acima por KOWARIK, 1975), em que já no surgimento das primeiras favelas no espaço urbano em decorrência da ocasionada migração (oriundas dos reflexos das guerras e vidas das regiões menos desenvolvidas), fez com que a elite urbana reagisse, tratando estes novos habitantes – invasores – "como uma praga", e que subjacente a este processo, os migrantes não foram incorporados pelo sistema econômico ante sua incapacidade de absorver a crescente disponibili-

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

dade de mão de obra que chegava às cidades à procura de melhores condições de vida, produzindo então tanto as aglomeradas subnormais de população, como a concentração de desempregados(cf. PERLMAN, 1977).

Visto estas elaborações, pode-se dizer de forma resumida que dentre outras coisas a autora afirma que a palavra marginal na América Latina tem conotações negativas e é associada aos pobres e ao submundo, em que a elite urbana tende a considerar os marginais como uma praga indesejável. A este respeito explana a autora os possíveis motivos: afirma que diante da "contradição entre o temor das 'crescentes massas bárbaras' [os migrantes vindos do interior] nas cidades e a consciência de sua inevitável existência é subjacente à ideologia da marginalidade e a sua manipulação política" (1977, p.124), onde paradoxalmente, o único caminho encontrado "para enfrentar o temor dessas massas, é expressar o desejo de integrá-las [precariamente] no próprio sistema que produz a situação social econômica denominada 'marginalidade'"; criando para isso "rótulos sociais de nítido cunho político", tanto para "os favelados quanto para as favelas, os quais são [serão] transmitidos ao longo do processo socializante" (Ibidem, loc. cit.).

Outra possibilidade de uso do termo é aplicada para os transviados, que no caso seria um artista, um criminoso, um profeta ou um revolucionário.

Todavia, ainda segundo Perlman (1977), este processo de instalação das noções de marginalidade contaminada pelas manipulações das classes dominantes, não se restringemestereótipos de ordem "popular", visto que muitos destes conceitos foram "reforçados pelas próprias instituições responsáveis pelas políticas das favelas". Como exemplo disso, a autora cita um relatório oficial da Fundação Leão XIII, do Rio de Janeiro, do qual transcreve-se um trecho logo abaixo:

> "As famílias chegam do interior puras e unidas [...] A desintegração começa na favela em consequência da promiscuidade, dos maus exemplos e das dificuldades financeiras. [...] Meninas [...] engravidam, mas não se sentem envergonhadas... A bebida e os tóxicos servem para anestesiar as desilusões [...]. Os policiais raramente entram na favela, a não ser em grupos" (*Ibidem*, p.125).

Neste sentido, se apressa em dizer que as noções transcritas não se limitam apenas ao,

> "[...] resido religioso devido às origens católicas da referida fundação, pois em uma publicação de 1967 da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em um Se-

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

> minário interuniversitário, se refere às favelas como ‘crancos sociais’, espoliadores de ‘uma das mais belas paisagens do planeta’, parte do “patrimônio social [...]” etc. (*ibidem, loc. cit*.)

No que se segue, afirma que “o termo marginalidade tem sido usado de maneira vaga para denominar vários outros grupos que às vezes se confundem parcialmente”, como por exemplo, os assalariados e pobres em geral, grupos tidos como minorias étnicas etc. E que, portanto, “à Luz das inúmeras implicações desses critérios”, utilizados tanto para a caracterização “do pobre urbano como para a formulação de políticas”, considera importante identificar o fator base “de cada um dos empregos mais comuns” sobre a noção do termo marginalização (PERLMAN, 1977, p. 126).

A seguir apresentamos um resumo dos trechos mais significativos das definições sobre marginalidade que Perlman identificou. São elas:

> A localização na Favela. Segundo Perlman, entre os que as estudam *“encontram-se os arquitetos*, planejadores do espaço urbano, autoridades habitacionais”, que geralmente consideram as favelas como marginais devido a sua localização, muitas vezes periférica e ilegal; pela alta densidade espacial e acabamentos arquitetônicos precários, como também falta de saneamento e serviços básicos, em relação à área urbana oficialmente reconhecida como cidade, a qual foi “equipada” e institucionalizada. Para Perlman, estes “estudiosos combinam estas características físicas, a partir de características externas do “habit do pobre”, em que supõem ser correspondentes aos seus estilos de vida e atributos sociais” de forma a lhes atribuir qualidades interiores pessoais(Ibidem, loc. cit. grifos m).

1) Situação inferior na escala econômica-ocupacional. Nesta base de classificação, a marginalidade é associada diretamente às classes urbanas inferiores que participam precariamente do mercado de trabalho: os desempregados ou subdesempregados. “Nesta concepção do termo, [...] os limites físicos da favela [...] seriam irrelevantes, se tratando especificamente de questões de ordem econômica ocupacional”. Portanto, de acordo com esta base de definição, não seriam marginais os que trabalham em favelas, mas os biscateiros e desocupados, independentemente de seu local de residência (cf. Ibidem, loc. cit.).
2) Migrantes ou membro de diferentes subculturas. Este outro sentido dado ao termo marginalização, “tem como chave de identificação a situa-

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

ção de ‘recém-chegado’” em vias de transição entre a vida rural tradicional e a urbana moderna. O fator descrito como crítico neste caso é associado com a ideia subcultura, a qual parte de um esquema conceitual mais amplo de mudança e transição cultural. Nesta perspectiva, entendeu-se que Perlman se refere ao fato de que os que habitam os locais que recebem os migrantes tendem associá-los como que vindos de uma cultura menor. (cf. Ibidem, p.26 et. seq.)

3) Minorias raciais e étnicas. É quando a definição de marginalidade tem como base uma realidade “em que a raça ou a etnia solicita um diferencial com oposição superior-inferior”. Distinguindo-se da base dada no item anterior pela imputação do traço genético. Perlman diz que neste caso a assimilação do marginal “torna-se um processo muito sério, pois as fronteiras são intransponíveis”, e cita Milton Gordon, para dizer que,

> “[...] Para o que desejam integrar-se [...] [ao grupo dos aceitos] [...], todavia ‘ele’ (Milton Gordon) especifica cerca de sete estágios de assimilação (inclusive cultural, estrutural, mental, identificacional e cívico), ao preço da própria identidade racial e cultura étnica” (*cf. ibidem, loc. cit*).

Assim, transcrevemos a seguir o que aqui foi considerado como uma das teses mais características de “O Mito da Marginalidade”. Afirma a autora que,

> O ponto de vista crítico que desejamos focalizar [...] é que, tendo em vista as condições de vida desta parcela da população nas favelas ou nos [ditos] subúrbios, consolidou-se a crença de que seus moradores automaticamente assumiram uma série de características econômicas, sociais, culturais e políticas concomitantes. É a combinação e hipotética covariação sistemática dessas dimensões que permite a manipulação da marginalidade como uma conceituação aplicável às classes inferiores em geral, e como uma explicação para a existência da pobreza. Cada dimensão refere-se a uma maneira especifica de colocar-se fora do funcionamento padronizado da sociedade, mas que são conectados pelo fato espacial-ecológico da resistência em uma favela. (PERLMAN, 1977, p.129-130)

### 2.3.4
### O discurso da exclusãopela visão do sociólogo José de Souza Martins

Para o desenvolvimento desse tema também segurei fazendo uma análise bibliográfica de forma a embasar as várias questões sobre as questões socioespaciais. Objetiva-se aqui a partir de nossa realidade como arquiteto criado e crescido dentro de zonas tidas como periféricas, também se imbuir de conceitos da sociologia e da geográfica urbana para desenvolver argumentos que permi-

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

tam relativizar o discurso *Centro e Periferia*, ao qual, como já mencionado, Ceilândia é inserida apenas do lado periférico e carente.

Posto isso, desenvolveremos nossas reflexões sobre o tema a partir das reflexões do sociólogo José de Souza Martins (MARTINS, 1997), que tece apreciáveis indagações para um debate sobre o discurso da exclusão. Segundo o próprio autor, sua linha de trabalho tem sido antieconomicista, por meio de uma perspectiva sociológico-político, e não econômico-social, que de fato quer entender em que consistem os processos sociais e as contradições que se determinam pela ação do Estado, das multinacionais, e órgãos reguladores da política e da economia. Ou seja, dentro desta lógica, o autor propõe desenvolver argumentos fora das perspectivas do poder do sistema econômico e de massacrantes forças políticas. Nesta premissa, Martins parte de um argumento simples. Afirma que se o sociólogo não pode discutir profundamente os problemas da economia, por sua vez, os economistas também não têm competência para debaterem com propriedade os problemas da sociedade. (*cf. ibidem*, p. 13).

No entanto, acredita o autor que um cidadão “comum” por sua vez também não pode ser impedido de explicar os mesmos fatos por sua própria lógica. Como, por exemplo, por meio de argumentos de sua crença religiosa. Para Martins (ibidem), essa é a diferença de entendimento com a qual o sociólogo pode ajudar a decifrar as questões da sociedade, porquanto parte do pressuposto de que um fato deve ser avaliado triangulando causas e consequências sociais, políticas e até históricas tangentes aos fatos, considerando as mais diversas formas de ver o mundo.

Dessa forma, a ideia de trazê-lo para o contexto deste trabalho foi encarada como uma oportunidade de poder de alguma maneira embasar a intenção de relativizar o discurso centro-periferia, ao qual o projeto urbano de Ceilândia geralmente é inserido do “lado de lá” da questão.

Isso é, quando os estudos acadêmicos se limitam apenas às contradições sociais dos bairros afastados das zonas economicamente mais vendáveis das cidades, e poucas vezes destacam suas potencialidades. Análises estas feitas geralmente por técnicos e estudiosos que consideram apenas as diferenças e as falhas, que talvez nada mais é do que uma insensibilidade às entrelinhas do seu objeto de estudo. Dificuldade esta que é potencializada em se tratando de um

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

país como o Brasil, onde as elites tiveram mais oportunidades no que tange ao acesso à educação, e acabam se tornando os especialistas.

### 2.3.4.1
### A exclusão e a Inclusão marginal

José de Souza Martins afirma categoricamente que "não existe exclusão: existe [sim] contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes". Onde na verdade o que existe é uma reação conflitiva por parte das "vítimas dos processos excludentes". De acordo com sociólogo, estas reações perderiam ser, dentre outras apresentadas, uma manifestação do mal-estar vivido por parte do "excluído" (definição questionada pelo autor); uma manifestação de esperança; ou uma manifestação de força reivindicativa por parte dos que vivenciam o rotulo da exclusão(cf. MARTINS, 1997, p.14).

Todavia, é aí que o autor vê o ponto cego da questão, já que, segundo Martins (ibidem), as reações se dão sob as influências dos tentáculos dissimulados dos sistemas hegemônicos, e que, portanto, tais reações na verdade fazem parte do sistema, ainda que o queiram negar. Ou seja, para Martins, "as reações não ocorrem de fora para dentro; elas ocorrem no interior da realidade problemática, 'dentro' do sistema opressor que produziu os problemas que as causam". Todavia, o autor ressalta que estas reações estão à contingência de suas circunstâncias históricas, ficando bem claro este fato quando o autor cita como exemplo "as lutas operárias por meio da arma da greve". A partir deste exemplo, nos pergunta Jose Martins de Souza se diante da atual realidade praticada pelas empresas, onde se pratica cada vez mais a substituição de mão de obra humana pela mão de obra tecnológica dos robôs; qual seria a opção se os operários pudessem fazer uma revolução para interromper este processo? (*cf. ibidem*, p. 14 et. seq.). A resposta é instigante:

> O mercado, no fim das contas, seria o juiz inflexível de uma opção assim. Aos trabalhadores [...] [restaria] [...] por enquanto, na urgência dos problemas de sobrevivência, moverem-se no interior do possível estabelecido por estas limitações excludentes. E tentar a transformação social a partir daí e da perspectiva que esta nova situação abre e propõe. "Esse, certamente é um tema polêmico" (ibidem, loc. cit.).

Dado este exemplo, vejamos o caso dos candangos que foram construir Brasília. O que lhes coube dentro da Cidade, depois de construir, ao não serem contemplados como eventuais habitantes da nova capital, restando-lhes se terro-

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

rizarem por meio das invasões? Dentro deste "possível estabelecido", o estado se limitou a antecipar as Cidades-Satélites – alocadas então fora do espaço da Brasília Capital da República[23], que ainda contava com grande disponibilidade de espaços não edificados – para que fosse contornado o problema. E a Inclusão Marginal?

Para Souza (*ibidem*), a primeira questão a ser colocada *é que a exclusão não existe, pois na verdade é "inconceitual", e objetiva-se a distorcer o próprio problema que pretende explicar*. Ainda segundo o autor, o que usualmente é chamado de *exclusão seria na prática o contrário da exclusão*, visto que os mecanismos econômicos e políticos de poder usam o termo para ocultar a questão da pobreza, propondo uma solução por meio de uma "*inclusão precária* e instável, marginal", definida por Martins como "a inclusão da nova desigualdade social produzida pelas grandes transformações econômicas". Para quem não há senão espaços residuais para o indivíduo supostamente a ser incluído (cf. SOUZA, 1997).

Diante deste exposto, entendemos que o que Martins pretende dizer é que o discurso da exclusão dissimula a vontade de não incluir. Tal característica, então, nos conduz para a conclusão de que neste discurso praticado pelos mecanismos econômicos, a exclusão seria na "sociedade moderna, apenas um momento da dinâmica de um processo mais amplo". Portanto, para Martins (ibidem), o discurso usualmente praticado ao se falar em inclusão dos excluídos, se vale de uma "fetichização conceitual", que o transforma "em uma palavra mágica para explicar tudo(*cf. ibidem*, p 25 et seq.).E acrescenta,

> "[...]. Provavelmente estamos mudando o nome da mesma coisa porque a mesma coisa está nos mostrando coisas novas, que não [...] éramos capazes de ver. [...] Através deste pseudoconceito, [...] nós estamos tentando relativizar a concepção de pobre [...] à antigamente suposta abrangência explicitativa das palavras pobre e pobreza". [onde] [...] a palavra exclusão [...] revela uma incerteza no conhecimento que se pode ter a respeito daquilo que se constitui o objeto [...] – a preocupação com os pobres, os marginalizados, os excluídos, os que estão procurando identidade e um lugar aceitável na sociedade. Portanto, a palavra exclusão nos fala [...] da necessidade prática de uma compreensão nova daquilo que [...] todos chamávamos de pobreza. [...] (MARTINS, 1997, pp.28-29)

No que se segue, Martins explica um pouco mais da relação do discurso da exclusão como uma prática subversiva do capitalismo ao afirmar que "o problema da exclusão nasce com a sociedade capitalista", que tem no mínimo tre-

[23]Há grande questionamento sobre o que é Brasília, ou melhor, sobre se todos o que habitam o Distrito Federal podem ser considerados brasilenses.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

zentos anos só na Europa. Sendo que no caso dos inúmeros imigrantes (italianos, espanhóis e de outras nacionalidades) que durante as últimas décadas do século XIX vieram para o Brasil, o fizeram porque foram sendo excluídos pelo sistema, portanto, "esse é um problema característico da sociedade capitalista", o qual tem por lógica desenraizar e excluir a todos para que sejam lançados no mercado. (cf. ibidem 1997.p.29, 30). A este respeito esclarece que,

> [...]. Na sociedade capitalista essa é uma regra estruturante: todos nós, em vários momentos de nossa vida, [...] fomos desenraizados e excluídos. [...] para [...] depois sermos incluídos [...] de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo a própria lógica. [...] [e mais adiante pergunta:] [...]. Por que [só] agora nós percebemos a exclusão e antes não percebíamos? Provavelmente, porque antes, logo que se dava a exclusão, em curtíssimo prozo, se dava também a inclusão: os camponeses eram expulsos do campo e eram absorvidos pela indústria, logo em seguida. [...] O problema da exclusão começou a ser tornar visível nos últimos anos porque começa a demorar muito a inclusão: o tempo que o trabalhador passa a procurar trabalho começou a se tornar excessivamente longo e frequentemente o modo que encontra para ser incluído é um modo que implica certa degradação. Todo o problema do reaparecimento do trabalho escravo no Brasil ([...] nos últimos vinte anos, [...], é um problema decorrente desta nova dinâmica da sociedade capitalista. Ou seja, são pessoas excluídas, em geral camponeses expulsos da terra, [...] porque não conseguem mais sobreviver naquele pedaço de terra. São absorvidos como escravos, ou seja, trabalham pela comida, ou, menos [...] A sociedade moderna está criando uma grande massa de população sobrante, que tem pouca chance de ser de fato reincluída nos padrões atuais do desenvolvimento econômico. Em outras palavras, o período da passagem do momento de exclusão para o momento da inclusão está se transformando num modo de vida, [...] um período transitório.
>
> [...] o modo de vida do excluído que não consegue ser reincluído. [...]. Essa reinclusão, porém, se dá no plano econômico: a pessoa consegue ganhar alguma coisa para sobreviver, mas não se dá no plano social. [...] A reintegração não se dá sem deformações no plano moral; a vítima não consegue se reincluir na moralidade clássica. (*ibidem pp*.32-33)

Portanto, podermos afirmar que para Martins, as forças políticas e de mercado transformam o discurso da exclusão em um rótulo a ser proferido como uma resposta mecânica, que intencionalmente acobertam, distorce e mistifica a realidade. Sendo que daí não é estranho que resulte um jogo de palavras para explicar a realidade social, e os conceitos tenham um lugar central nas análises interpretações e ações, ficando para segundo plano o fundamental. No entanto, Martins é categórico quando afirma que essa orientação não pode captar o social propriamente dito:

> "[...]esse esquema de rotulações não pode levar a compreensão de que o homem faz a sua própria história, nas condições sociais que lhe são dadas." Ao contrário, essa orientação sugere a eficácia unilateral [...] das forças que propagam intencionalmente certas e definições. [...]" (*ibidem*, p.9)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

Conduzindo rapidamente a reflexão para Ceilândia, em seus 33 km de distância da *Plataforma Rodoviária do Plano Piloto* (localizada no centro de Brasília),verificamos nas elaborações de Martins grandes contribuições para refletir sobre que tipo de inclusão foi a Campanha de Erradicação de Invasões – CEI – da qual Ceilândia surgiu de ganhou o próprio nome.

E eis que neste ponto da dissertação fomos de encontro às bases conceituais de elaboração de uma das perguntas mais importantes lançada desta dissertação: Ceilândia é uma conquista ou uma solução? Visto que dentro da então recém-construída "Brasília Capital da Esperança", a cidade símbolo do progresso, "hora grande"[24] da história do urbanismo brasileiro e mundial e da gestão do governos JK; que por seguinte "imprevisto" [25] desejo dos retirantes que vieram contraí-la, que ao sentirem o desejo de pertencer a este novo lugar que ajudaram construir, mas que ao não serem efetivamente contemplados dentro dos perímetros piloto da cidade esperança, viram nas invasões aleatórias de terras o último recurso. Só que talvez a existência de invasões às proximidades da Capital fosse "delatante" demais para Brasília. E sua imagem como símbolo do milagre Brasileiro, como ficaria? Por outro lado, não precisaria a nova Capital de uma reserva de mão de obra barata? Não obstante já este tanto de questão, o que fazer com cerca de 83 mil candangos "invasores" da modernidade de Brasília? Dar-lhes o direito parcial à cidade – "bem" longe do centro urbano teórico – da Capital? Ao mesmo tempo, será que tudo isso talvezseja uma conquista, pois se antes estavam nas invasões agora *ao menos* possuem de um pedaço de terra para chamar de seu.  Mas por quê esse "ao menos" da última frase? Eis um indício de que a inclusão precária está diluída em nosso cotidiano – brasileiro – e muitas vezes não percebemos.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

[24] No sentido de ápice.

[25] (Ou um "sim" que queria dizer não")

## 2.4
## Lugar e centralidade intra-urbana

O presente capítulo tem como pressuposto trazer conceitos para que se possa refletir Ceilândia como uma verdadeira centralidade intra-urbana da metrópole de Brasília. Neste contexto, objetiva-se desenvolver (re) considerações sobre as noções de lugar e centralidade para relativizar a dicotomia centro-periferia, na qual tende-se a classificar as Cidades-Satélites como periféricas e o Plano Piloto como um centro incontestável.Outra premissa importanteé que esta nossa reflexão surge originalmente de dentro de um contexto científico de domínio da arquitetura e do desenho urbano. Assim, admitiu-se como necessário - também neste capítulo - que fossem feitas algumas revisões bibliográficas de autores buscados de outras áreas do conhecimento para desenvolver uma articulação mais interdisciplinar sobre os conceitos de centralidade e lugar no contexto intra-urbano e local, considerando o "centro" a partir a partir da noção de lugar.

Outra informação importante, é que segundo Flávio Villaça (VILLAÇA, 2001), a expressão "espaço intra-urbano" não deveria existir, já que a formulação "espaço urbano" é satisfatória. No entanto, segundo o autor, como o vocábulo espaço urbano é empregado na atualidade em referência ao estudo do Espaço Regional – que como sabemos vai além de uma única cidade, abrangendo além dos municípios mais de um Estado da Federação –, daí a necessidade de criar um termo para se referir ao arranjo interno do espaço urbano. (cf. ibidem, pp. 25-30). Portanto, diante um estudo como este, que admite ter a necessidade de se inteirar de conceitos socioespaciais, e sabendo da seriedade do trabalho deste autor, achamos pertinente absorver essa informação.

### 2.4.1
### Ceilândia e suas congêneres são tão periféricas assim?

Com efeito, verifica-se que a classificação urbano-social do que entendemos atualmente como periferia tende é disseminada a partir de premissas de ordem majoritariamente econômica, e de forma a dar manutenção às forças hegemônicas. Forças estas que se valem de todos os mecanismos políticos e de poder para evidenciar o vertical desejo de seus detentores de figurarem "distintos" em todos os aspectos da vida.  Incluindo-se aí a localização de seus "palá-

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

cios residenciais [26]" em bairros exclusivos dentro do espaço intra-urbano. Mesmo que seus contingentes sejam, ao final das contas, as verdadeiras minorias e efetivamente os que menos dão manutenção à sua sociedade.

Contudo, enquanto arquitetos e urbanistas, ao considerarmos que as cidades antes de qualquer coisa são habitadas por pessoas, que por meio de suas perspectivas formas de viver dão a elasespecificidadese alma urbana, acreditamos assim, que seja pertinente enquanto cientistas urbanos que desenham esses espaços não apenas nos limitarmos às diferenças financeiras entre as diversas classes, mas, sim, aos seus modos de vida sobre ele. Por outro lado, se considerarmos que as ditas periferias brasileiras concentram a maior parcela das populações de nossas cidades, e levarmos em consideração a força de trabalho e do poder político que isto – ao menos teoricamente – representa, já vislumbramos um possível ponto débil para relativizar o discurso dicotômico centro-periferia a partir de sua premissa de poder com base apenas na questão financeira. Nesse sentido é importante esclarecer que o foco de nossas críticas não é exatamente o fato haver diferença socioeconômicas entre as diversas classes, e sim, a perversidade política da questão; sobretudo diante do contexto do "esquema" de privilégios "casa grande-senzala" da sociedade brasileira.

De retorno ao tema principal, a nível de explicitação de que o discurso centro-periferia pode ser relativizado considerando a quantidade de habitantes, vejamos o caso de nosso objeto de estudo em seus números atuais dentro do Distrito Federal. Para tanto usaremos como base de cálculo a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios do Distrito Federal-2015 (PDADDF-2015).

Nessa sequência, Ceilândia com seus "atuais" 479,713 mil habitantes representa a mais populosa "existência urbana"[27] da "Brasília do Distrito Federal"[28]. Nesse sentido, é válido lembrar que o Plano Piloto de Lúcio Costa previa 500 mil habitantes para os anos 2000, mas conta hoje com apenas 210.067 ha-

[26] A expressão "palácios residenciais" [26] é usada de forma crítica para fazer referências às edificações com expressão arquitetônica de poder porque também entendemos que a arquitetura pode se configurar como um dispositivo para tal.

[27] É usada no texto a expressão "existência urbana" para simplesmente falar da presença física da cidade, lembrando ao mesmo tempo que há vida (s) ali.

[28] A expressão "Brasília do Distrito Federal" é empregada para fazer referência a Brasília – Plano Piloto em interação com as Cidades-Satélites, visto que ao longo do trabalho é defendido que ambas dependem uma da outra, seja pelos aspectos políticos, históricos e culturais, de forma que há um modo brasilense de ser.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

bitantes.Ao se considerar que a metrópole de Brasília soma em seu montante 2.906. 574 habitantes ao longo de toda área intra-urbana do DF,dentro desse mesmo raciocínio, em termos de porcentagens ambas cidades representam respectivamente, 16,5% e 7,1 %. Ou seja, a "quantidade" dos ceilandenses "é" praticamente o dobro da "pilotiana".

Seguindo nessa mesma reflexão, as três maiores cidades do Distrito Federal, que chamaremos aqui de "as três irmãs[29]", formadas por Taguatinga, a "irmã" mais velha; Ceilândia, a "irmã" mais populosa; e Samambaia, a "irmã" mais nova e a cada vez mais promissora, essas três Satélites somam 945.215 habitantes. Número este que representa 32,5 % dos 2.906.574 habitantes totais do DF.

Diante desses quantitativos, imaginemos que em uma situação eleitoral a disputa entre os candidatos esteja acirrada, com eminência de segundo turno para a decisão derradeira. É de se concluir que os contingentes formados pelos eleitores das "Três Irmãs" certamente serviriam como parâmetro para que os respectivos candidatos moldassem suas estratégias de campanhas para o segundo turno. Por mais que as pesquisas de intenção de voto já denotassem que as referidas cidades no primeiro momento do pleito tenderiam a escolha de certo candidato. Só que, ao temerem a derrota, os elegíveis em suas respectivas retóricas certamente não poupariam esforços para angariar votos nessas localidades para tentarem vencer a disputa. Ou seja: a quantidade pode, sim, fazer a diferença.

A este respeito, e no que tange à Ceilândia, o próprio Ney Gabriel de Souza – autor do Plano Urbanístico original da Cidade – em entrevista concedida ao

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

[29]Optou-se por trazer o exemplo das aqui denominadas "Três irmãs" porque segundo o PDOT-DF /2009 (Plano Estrutural de Organização Territorial do Distrito Federal),estas três cidades localizadas dentro do "Territorial Oeste" (Taguatinga – RA III,Ceilândia – RA IX, Samambaia – RA XII, ÁguasClaras – RA XX) se configuram como a área mais populosa do Distrito Federal.Ainda, optou-se por deixar Aguas Claras de fora por considerarmos que esta Região Administrativa destoa das demais em seus parâmetros socioeconômicos, já que a renda *per capita* de 4,24% desta Satélite está acima da média de corte de até 2,54 salários mínimos estabelecida como parâmetro nesse trabalho. Além do mais, de tudo que estudamos em torno das "três irmãs", foi compreendido que elas mantêm inúmeras proximidades (geográficas econômicas e culturais). Essa última relacionada ao fato de que Taguatinga recebeu a primeira leva de candangos retirados das primeiras invasões de Brasília (em 1958), Ceilândia na segunda (1970-71) e Samambaia anos mais tarde em outro momento de intensa migração para o DF (1989), além do mais, as tipologias arquitetônicas e espaciais, e o estilo de vida dessas três cidades são muito semelhantes.

*jornal Correio Ceilandense,* em dezembro de 1996, cuja manchete era "*encontrado o Lucio Costa Ceilandense*", faz a seguinte elaboração:

> "Correio- [...] Ceilândia hoje [...] sobre os aspectos políticos?"
>
> "Ney- A cidade com 200 mil habitantes, sem ajuda dos políticos, já é forte. Imaginem estes 200 mil votos unidos. Com certeza podem definir o quadro político de Brasília, de Governador a Deputado. " (CEILANDENSE [ aut. desc.], 1996)

Outro aspecto que podemos citar a respeito do questionamento conceitual aqui colocado de que "se a ´periferia` de Brasília[30]seria mesmo periférica?", há a questão de que tanto força de trabalho quanto a presença dos habitantes de todas as Cidades-Satélites é o que efetivamente garante toda vitalidade atual da metrópole de Brasília, de formaque ninguém pode negar que aáreametropolitana da Capital não se consolidou, uma vez que as Cidades-Satélites "engordam" seus números em termos habitantes e arrecadações de tributos.

No que tange a afirmação a respeito da força de trabalho das Cidades-Satélites, vale lembrar que os postos de trabalho se concentram no Plano piloto; e os gráficos de deslocamentos apresentados pelo Governo do Distrito Federal comprovam isso, já que por eles é possível verificar que nos horários de picos, a maior parte dos deslocamentos casa-trabalho acontece dessas cidades em direção ao Plano Piloto pela manhã, e de retorno para as Cidades-Satélites no fim do dia. Fato que delata haver aí uma prática política de concentração que não é baseada pela quantidade de habitantes. Não seria pertinente que os postos de trabalho e serviços se adequassem dentro do território considerando os locais de moradias das pessoas?

Do ponto de vista econômico, já que este é amplamente considerado na classificação da dicotomia centro-periferia, verificamos que tanto "as três irmãs" como os demais Satélites comportam um grande mercado consumidor. Fazemos essa afirmação inicialmente considerando uma questão de quantidade de habitantes mesmo. Dado que por mais que as cifras de suas rendas *per capitas* sejam menores do que a do Plano Piloto, por exemplo, ao somar todo seu contingente habitacionalverifica-se que há grandes oportunidades, já que há a tendência de que seus habitantesqueiram consumir alguns produtos e serviços nas proximidades de casa.

[30] Questionamento também aplicável para as demais cidades brasileiras.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

Para melhor compreendermos essa última colocação, vejamos alguns números porcentuais de habitantes para relativizar os grandes centros de comércios e serviços que se configuram na “parte de lá”, isto é, na parte que os detentores do poder político insistem em classificar (e divulgar) como periferia (fala-se do Distrito Federal, mas o raciocínio pode servir para todas nossas cidades).

Antes de apresentar nossos números, lembramos que seguiremos utilizando como referência para nossos ensaios os dados apresentados pela (PDADDF-2015). Todavia, não vamos nos limitar apenas ao Plano Piloto para a classificação do “centro dicotômico”, já que para sua definição aqui no Brasil, leva-se em consideração índice de desenvolvimento humano, que por sua vez está atrelado à renda *per capita*, e dentro disso, o fato de Brasília já é uma metrópole. Outro dado importante a ser colocado a respeito desse raciocínio, é que será considerando apenas os habitantes do espaço intra-urbano do Distrito Federal, isto é, não consideraremos os que trabalham na cidade, mas moram nas cidades que ficam na – denominada – Região do Entorno do Distrito Federal.

Não menos importante comunicação, é que criaremos um “centro teórico”, o qual não considera apenas a população de “Brasília” (Plano Piloto) para a verificação dos potenciais de mercado atrelados a quantidade de habitantes, pois como foi afirmado Brasília já é uma Metrópole. Pretende-se com isso a visualização do peso da “periferia". Nesse sentido, consideraremos como fator de corte para nossa “abstração” os que ganham mais de 3,41 salários mínimos; que por sua vez engordará um pouco mais o “centro teórico”, já que além do Plano Piloto em si, entra para o páreo a soma dos habitantes de outras Regiões Administrativas (RAs), são elas:

1-Lago Norte, 2-Sudoeste /Octogonal, 3-Plano Piloto, 4-Park Way, 5-Lago Norte, 6-Jardim Botânico, 7-Águas Claras, 8-Vicente Pires, 9-Cruzeiro e 10-Guará;

Vajamos os cálculos do centro teórico: com base nos mesmos números apresentados no PDADDF-2015, todas as RAs (selecionadas pelo fator de corte apresentado mais acima) totalizam 749, 118 pessoas, número esse que representa 26% sobre o total de Habitantes do Distrito Federal. Isto é, dentro de nossos parâmetros – com pedido de “licença acadêmica” –,tem-se o “centro” (teoria

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

centro-periferia) com 26% do total da população do DF (749.118.000 pessoas com renda *per capita* acima de 3,41 salários mínimos) e a periferia com outros 74%“restantes”, (2.154,456000 pessoas com renda *per capita* de 2,54 salários mínimos para baixo). E apenas relembrando, Ceilândia comporta dentro desse contingente16, 5% dos habitantes do Distrito Federal.

Diante dos números apresentados, visualizamos justificativas tangíveis do mar de oportunidades e o peso que a dita periferia do DF representa. De modo mais especifico ao caso de Ceilândia, ao darmos destaque para a “centralidade” que os números de Ceilândia conformam, entendemos que essas oportunidades econômicas ficam mais evidentes a partir de dois pontos principais. O primeiro diz respeito à demanda de consumo: se a renda *per capita* na região é menor, a forma de consumir os produtos e os serviços são proporcionais em correspondência a esta realidade; e ao que lhe concerne faz surgir um mercado voltado a suprir este perfil de consumo. Em segundo lugar, há a questão da distância física *versus* a falta de tempo da sociedade contemporânea, visto que Ceilândia dista cerca de 33 quilômetros do centro do Plano Piloto de Brasília, além da precariedade e o alto custo do sistema de transporte do Distrito Federal.

Um pequeno exemplo prático: se um corte de cabelo no Plano Piloto custa no mínimo R$ 90,00, em Ceilândia é possível encontrar um serviço compatível por R$50,00. E se a situação financeira estiver “muito ruim” não será difícil encontrar um barbeiro na esquina dos conjuntos residenciais da Cidade que cobre até menos da metade deste último valor, onde também é possível negociar para que se pague pelo serviço no recebimento do “próximo pagamento” do cliente; sem necessariamente ter que ter um cartão de crédito para parcelar.( Fala-se aqui de uma interessante lógica de vida dos bairros populares que certamente também é refletida na arquitetura ). Também há as feiras, que por experiência vivida, abrem possibilidade de encontrar ofertas de produtos para todas as realidades financeiras, e fica ali a no máximo 3 quilômetros de casa.

Sobre a tendência desta população de querer consumir dentro da própria região, Renato Souza em matéria do dia 27/03/2017, publicado no jornal Correio Braziliense, publicou a seguinte matéria:

> [...] Ceilândia desenvolve um comércio forte, conquista os consumidores que moram na cidade, atrai gente de todo o DF, em busca de diversidade e bons preços, e emprega uma parcela considerável da sua população. *De acordo com dados da*

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

> *Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), 44% da população acima dos dez anos de idade possui atividade remunerada na cidade* [...]. O empresário Domingos Ramiro da Silva [...] conta que abrir um comércio em Ceilândia é uma estratégia para reduzir custos [...]. "O aluguel em *Ceilândia é mais barato que no Plano Piloto*. Mas o consumidor possui uma tendência de comprar aqui na cidade mesmo. Então, abrir um comércio aqui é bem melhor do que em outras áreas, como em shoppings, por exemplo, onde você paga diversas taxas. O comércio de Ceilândia também foi atingido pela crise econômica que afetou o país. Mas teve menos impacto que em grandes centros, pois a população prefere comprar perto de casa, em busca do menor preço", afirma. [...]Mesmo sem uma industrialização [...], Ceilândia é responsável por 10% do Produto Interno Bruto (PIB) do Distrito Federal, tendo uma economia anual em torno de R$ 17,5 bilhões. A renda per capita da cidade é de *R$ 915,81*, ainda considerada baixa se comparada a outras regiões administrativas do DF. [...] O professor Carlos Alberto Ramos, do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB), *destaca que a cidade é importante para o cenário econômico do DF, mas precisa de investimentos*. "O comércio local é importante para gerar riquezas não só para cidade como um todo, mas também para a população [...] *Ceilândia ainda é uma cidade-dormitório e por um lado é isso que mantém a qualidade de vida na região e índices de poluição bem abaixo do Plano Piloto", destaca o professor.[...]. "A economia do DF ainda está muito centrada no Plano Piloto*, em regiões como o SIA e SIG. Mas é possível criar áreas de desenvolvimento econômico, como a ideia do polo industrial em Sobradinho. Ceilândia concentra uma população muito grande e é um bom local para o desenvolvimento econômico. É claro que se deve levar em consideração que lá é o local de moradia das pessoas e não pode substituir a qualidade de vida por desenvolvimento econômico", completa o especialista. (SOUZA, 2017)[31]

É possível verificar na transcrição da reportagem, sobretudo pelas afirmações creditadas ao professor e economista Carlos Alberto, que falta para cidade uma política mais clara de fortalecimento das potências locais, mas que mesmo assim fica evidente que o ceilandense tem preferência por consumir perto de casa.

Por fim dessas reflexões – breves é verdade, mas que nos ajuda a refletir a "periferia" por outros "espelhos" – um questionamento especificamente direcionado para os arquitetos e urbanistas, mas adaptável as outras áreas do conhecimento. Todavia, já adiantamos que intencionalmente não serão formuladas respostas. Então:

1) Como será projetar para "este" (perfil financeiro[32])/ essas pessoasdas "Três irmãs"?

[31]Disponível em:>http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/especiais/aniversario-de-ceilandia/2017/03/27/noticia-aniversariodeceilandia,583776/p.shtml< Acesso em: 11. jul. 2017.

[32] Talvez soe contraditório as críticas às análises financeiras como premissas do discurso centro-periferia, e se valer das mesmas. Nesse sentido, acreditamos que ao utilizarmos os mesmos referencias propondo uma reflexão faz surgir de dentro deles suas/ nossas próprias inconsistências.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

2) Será que há um mercado de arquitetura? Quais as suas especificidades estéticas e técnicas?

Trazendo a questão para o desenho do espaço intra-urbano:

3) O desenho do espaço urbano também pode ser uma ferramenta de inclusão?

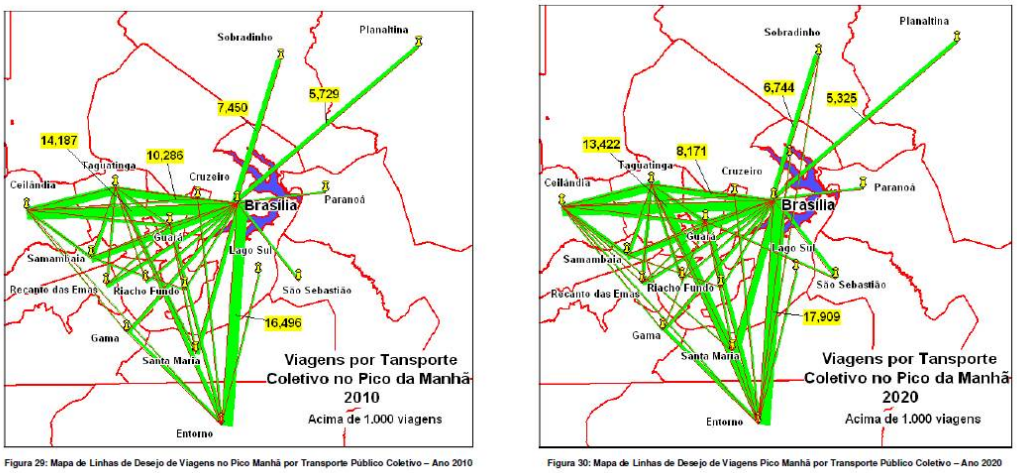



**Fig. 8**PDTU-Governo do Distrito Federal. Gráficos. (2010). Da esquerda para direita, Viagens por transporte coletivo no Pico da Manhã em 2010 e 220. Notar que que Brasília (Plano Piloto) recebe é o principal destino. No entanto, nos gráficos também é possível

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

| Colunas1 | Colunas4 | Colunas8 |
|---|---|---|
| **Cidade** | **População ( PDADDF – 2015)** | **%** |
| Plano Piloto | 210.067 | 7,2% |
| Gama | 134.111 | 4,6% |
| Taguatinga | 207.045 | 7,1% |
| Brazilândia | 51.816 | 1,8% |
| Sobradinho | 62.763 | 2,2% |
| Planaltina | 190.495 | 6,6% |
| Paranóa | 44.975 | 1,5% |
| N. Bandeirante | 23.562 | 0,8% |
| Ceilândia | 479.713 | 16,5% |
| Guará | 133.171 | 4,6% |
| Cruzeiro | 29.535 | 1,0% |
| Samanbaia | 258.457 | 8,9% |
| Santa Maria | 125.559 | 4,3% |
| São Sebastição | 99.525 | 3,4% |
| Rec.das Emas | 146.906 | 5,1% |
| Lago Sul | 28.981 | 1,0% |
| Riacho Fundo | 40.098 | 1,4% |
| Lago Norte | 36.394 | 1,3% |
| Candangolândia | 15.641 | 0,5% |
| Águas Claras | 138.562 | 4,8% |
| Riacho FundoII | 51.709 | 1,8% |
| Sudoeste/ Ooctogonal | 52.990 | 1,8% |
| Varjão | 8.453 | 0,3% |
| Park Way | 19.803 | 0,7% |
| SCIA-Estrutural | 38.429 | 1,3% |
| Sobradinho II | 100.683 | 3,5% |
| Jardin Botânico | 26.882 | 0,9% |
| Itapoã | 67.238 | 2,3% |
| SAI | 1.990 | 0,1% |
| Vicente Pires | 72.733 | 2,5% |
| Fercal | 8.288 | 0,3% |
| **TOTAL** | 2.906.574 | 100,0% |
| **3 SL** | **749.118** | **26%** |
| Três Irmãs | | 32,5% |

**Fig. 9**Tabela da População do Distrito Federal por Regiões Administrativas (RA) números e porcentagem (2015). Fonte: PAD-DF 2015 Tabela: David Sombra.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

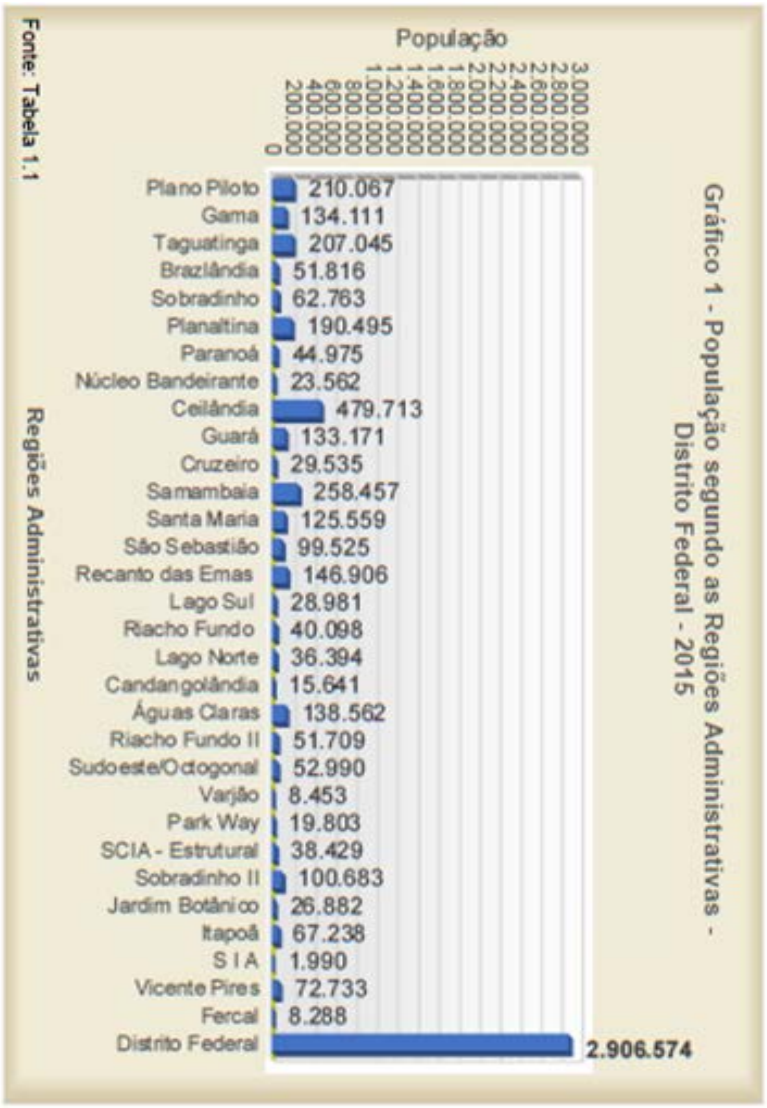



**Fig. 10.**Tabela – População segundo as Regiões Administrativas. Fonte: PAD-DF 2015

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

## 2.4.2
## Os pressupostos

Após as recentes reflexões nas quais relativizamos “a quantidade” que tanto Ceilândia como suas congêneres representam nos índices populacionais do Distrito Federal a partir doquestionando a dicotomia centro-periferia, buscaremos apresentar na sequência a fundamentação teórica para que se reflita Ceilândia a partir das noções do conceito de lugar e de centralidade. Para tanto,faremos uma revisão bibliográfica das ideias apresentadas pelos cientistas urbanos Angelo Serpa (2012),Lucia Cony (2010),Marc Augé (2012), Milton Santos (1994), entre outros. Outra informação importante, é que Angelo Serpa foi mais uma vez o autor que nos auxiliou inicialmente a encontrar os pressupostos teóricos para a argumentação – de nossa parte – de que Ceilândia é, sim, um lugar central.

Para começarmos, nada mais justo que “chamar” inicialmente Angelo Serpa (2012), mais especificamente o Serpa do texto *Lugar e Centralidade em um contexto Metropolitano*. Na referida produção o autor se propõe a destacar das “entrelinhas” da discussão por ele proposta “a importância do conceito de produção do espaço” considerando as relações entre seus agentes, suas escalas, e conflitos, de forma a compreender a produção material e imaterial desse espaço. (cf. SERPA, 2012, p. 97)

Essas formulações iniciais de Serpa além de enriquecedores para o debate aqui proposto, nos remeteu ao fato de que ao pertencer ao universo “periférico” das Cidades-Satélites ( ou a qualquer outro bairro tido como popular) a constante classificação de “nosso sujeito” (o imaterial) bem como a do “local de nossos lares” (o material) como “periférico” e “marginal” é algo culturalmente implantado em nossas mentes ao longo de toda vida, e através das coisas mais cotidianas, como, por exemplo, pelos dramalhões televisivos, jornais, livros; e até mesmo dentro das universidades.

Retornado às fundamentações teóricas a partir de Serpa (2012), o autor nos lança dois questionamentos instigantes:

> [...] Como as condições objetivas dos lugares são subjetivamente vividas pelos diferentes agentes produtores dos espaços?
>
> [...]. Como, em um contexto metropolitano, as centralidades- compreendidas como conteúdo/ qualidades dos centros urbanos, [...] são diferentemente experienciadas pelos agentes produtores de espaço nos diferentes lugares?[...](SERPA, 2012 p.97)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

E na sequência, aponta os caminhos teóricos para as possíveis respostas:

> [...]. Se considerarmos que sempre agimos a partir de um lugar e que as ações constituem um enredo, uma enunciação, então todos os lugares são lugares de enunciação, base para a reprodução do vivido e para a realização das práticas espaciais. Mas, em um contexto de externalidades, a um só tempo impostas e hegemônicas, há ainda a possiblidade de se falar em um "enredo do lugar?" Quem conta, afinal, os enredos dos diferentes lugares nas metrópoles capitalistas? [...] (Ibidem, p.98)

Tais formulaçõessão de fundamental importância para esse capítulo da dissertação, já que além de questionar a respeito das forças políticas que atuam na definição dos discursos, auxiliam para que sejam feitas nossas próprias perguntas sobre Ceilândia:

1) Por que – não – estudar Ceilândia procurando o seu valor como lugar?
2) Porque como arquiteto e urbanista, por exemplo, para falar da Cidade tenho apenas que enfatizar seus os aspectos negativos, e não questionar o discurso do que é considerado "periférico e marginal" (em seu sentido pejorativo)?

E especificamente sobre o "Plano Piloto" da Cidade elaborado por Ney Gabriel de Souza:

3) Como o desenho da cidade auxiliou para formação das especificidades do lugar que Ceilândia conforma?
4) Como ele "o projeto" se ajustou às dificuldades diárias de uma cidade executada a toque de caixa, e sem o mesmo glamour– também político– do Piloto Urbanístico de Costa?

São perguntas como essas que fazem crescer ainda mais o desejo de desmitificar o urbano de Ceilândia, procurando, sobretudo, suas especificidades e contribuições projetuais para a formação do seu lugar cotidiano, como também da centralidade que lhe é inerente. No que se segue, também identificamos em Serpa (2012) apontamentos para os possíveis caminhos percorridos pelos conceitos discurso Centro e Periferia:

> [...] A primeira questão leva-nos a um contexto de competição entre os lugares do mundo, em busca de inserção no mercado de vantagens comparativas e de produção de mais valias relativas, sublinhando a lei de um desenvolvimento desigual e combinado do modo capitalista de produção. Este é um enredo ao mesmo tem-

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

> po produtor e produto de hegemonias e hierarquias urbanas na escala mundial, o enredo da metrópole, que parece sufocar o enredo dos lugares.(Ibidem. loc. cit.)

Outro autor(a) que coloca interessante questão entorno das narrativas sobre os espaços urbanos é Lucia Cony (CONY, 2010), que acrescenta ao debate questões em torno da qualidade urbana, ao mesmo tempo em que resgata temas em acerca dos processos socioespaciais de organização do espaço. A partir dessas premissas firma Cony que:

> [...] enquanto se multiplicam estudos sobre padrões urbanísticos, é limitada a literatura sobre moldes qualitativos" [...] [onde as] [...] diferentes formas do espaço construído permitem inferir que, adaptando-se a épocas e a lugares, o delineamento e a representação da qualidade urbana têm acompanhado as relações de poder (CONY, 2010, p. 131).

Nessa sequência, a autora ainda diz que exemplos históricos de cidades europeias demonstram como os processos econômicos e ideológicos se materializam no espaço urbano em variadasformas de expressão. Em que refletindo a reprodução das relações sociais de seu contexto, a qualidade urbana se expressa em características como a simbologia do poder e a acessibilidade. Sendo que, concomitantemente, as construções modestas das classes mais pobres e periféricas das cidades também podem ser entendidas como resultantes ao que lhe coube em sua classificação como subordinadas por parte dos que detém o poder. Quando nas fases seguintes desse processo, tanto as transformações materiais como as ideológicas, acabam por se manifestar nos espaços das cidades.(*cf. ibidem*, p. 131).

Cony ainda diz que, embora dissimuladas, são evidentes as relações entre socioeconomia e processos espaciais na modernidade, elaboração essa que consideramos semelhantes à de Serpa (2012). Acrescenta nesse sentido a autora, que esse processo se deu pelo reforço do papel do centro durante o processo de suburbanização, ocorrido durante a evolução da industrialização ao longo do século XX. Quando em meio a este processo, o urbanismo moderno absorve as ideologias do discurso técnico-progressista da época, se adequando à nova dinâmica espacial da reprodução social, em que o sistema capitalista começa a ser caracterizado pela produção em grande escala e a espacialização de atividades. Dessa forma, para a autora, tanto o papel do urbanismo quanto o papel do desenho urbano, dentro do jogo de poderes do processo de produção do espaço, se articularam às premissas ideológicas e aos produtos lançados

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

pela emergente industrialização. O que segundo Cony reforça a relação entre a acumulação do capital e o ambiente edificado (cf. CONY, 2010).

Esta especialização social embasado em um discurso técnico do sistema capitalista que contaminou o urbanismo moderno a que se refere Lucia Cony, nos remete por sua vez, à algumas elaborações de Guy Debord (1997), que afirma que a prática revolucionária do proletariado a partir da consciência da totalidade da sua história, trazendo seus sujeitos para dentro dela, fazendo com que esses sujeitos acabem por encará-la sem ilusão, e passem a produzirem a si mesmos, sendo que no entanto, a vida desse sujeito consciente da própria existência tal como ela é, acaba adiado pelo esquema linear de produção promovido pelos burgueses da economia, de forma a fazer com que ela que sempre vença porque foi a única que sempre teve o domínio dos meios de produção da história. ( cf. DEBROD, 1997 p.49-57).

Aqui abrimos um parêntese interessante. Depois de termos nos remetido a Debord (1997) que nos atentamos que a palavra *proletariado* que nos levou a fazer tal conexão. Dentro desse contexto, ao retornarmos ao que Cony (2010) disse sobre a "contaminação" do urbanismo moderno pelo discurso tecnicista, entendemos que possível função dessa verdadeira ação de posse da técnica urbanística – através do domínio dos meios políticos – pelos mecanismos de poder é a de perpetuar a expressão de sua força até mesmo dentro do espaço urbano – também pelo desenho da cidade – para que o proletariado "saiba" (aceite) que seu lugar é sempre longe do centro de decisão. Não seria interessante também "refletir Brasília" (a Capital criada para estar isolada) por esse aspecto?

Assim, a partir de todos os conhecimentos que temos absorvido nesse trabalho, constatamos portando, que o discurso centro-periferia dentro prático do urbanismo também pode ser perigosamente usado como uma forma de alienação do "trabalhador" (o cidadão comum), para que ele sempre saiba que seu devido lugar não é estar no centro, e sim, apenas nos espaços permitidos para as forças de produção. Por falar nisso, as antigas senzalas coloniais brasileiras não poderiam ser interpretadas?

De retorno a Serpa (2012) o autor diz a respeito diz que,

> [...]Nesse contexto, parece difícil falar ainda de "lugares" como espaços vividos e da experiência, lugares que, de alguma maneira, sovertam ou questionem as lógicas hegemônicas de produção do espaço urbano nas metrópoles capitalistas. Pa-

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

> rece, no entanto, que “lugares” existem e persistem nas “brechas” metropolitanas, sobretudo nas áreas populares das metrópoles (SERPA, 2012 p.98).

Falando diretamente sobre a questão do centro-periferia dentro da realidade brasileira, para o autor segueainda vigente nas metrópoles latino americanas, em que ele compartilha em seu texto seguinte frase, que foi proferida em 2007 no pela Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Lia Osório Machado, de quem transcreveu a seguinte elaboração: “*o entendimento da realidade urbana brasileira deveria partir do pressuposto de que todos os lugares são centros*”.(*Ibidem, loc. cit.*)

Em particular, consideramos esta afirmação muito respeitosa, porque enxergamos em suas entrelinhas a premissa de que o centro tem como referência o lugar, e, sobretudo, o lugar de “onde estamos falando”.Ou seja, o lugar a que sentimos pertencer. Ainda, diante de tudo que temos apreendido aqui, inclui-se neste referencial da centralidade, os valores culturais e históricos de cada grupo ocupante de um lugar.

Contudo, um pouco mais adiante Serpa nos chama atenção para que ao relativizar o centro, que não se desconsidere a existência das hierarquias entre os espaços. Nesse sentido afirma que “ao menos potencialmente, todos os lugares podem se constituir centros” sendo que por outro ponto de vista a hierarquia entre os centros, em suas inúmeras escalas é que ao final das contas “vai mostrar que há sempre lugares mais centrais que outros” (*ibidem*). E então é categórico: “A hierarquia existe, porque ela reflete e condiciona as assimetrias entre lugares, estabelecendo uma dialética entre centros e periferias” (*Ibidem*, *pp.98-99).*

A partir dessa última formulação também pode-se inferir que os centros urbanos tendem se conformarnaturalmente, e, assim sendo, soma-se a este entendimento que a centralidade surge em tamanho correspondente a cada localidade. No entanto, Serpa (2012) chamará nossa atenção para o fato de que o discurso centro-periferia não deve totalmente desconsiderado dentro dos estudos urbanos:

> [...]. É preciso, portanto, antes de tudo, aceitar a existência de uma hierarquia de centros e periferias, mas, também, refletir sobre o papel das estratégias de hierarquização enquanto método para a Geografia. Acredita-se que qualificar os conteúdos dos lugares não significa necessariamente o estabelecimento de uma hierarquia espacial.(SERPA, 2012 p.99).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

Nessa sequência, o autor ainda cita Maria Encarnação Beltrão Sposito (2007), e, segundo ele, Sposito também aborda a questão das "relações centro-periferia nas escalas interurbana regional, nacional e internacional", sendo que ela trabalha com um contexto espacial diferente do recorte metropolitano, mas que mesmo assim suas elaborações corroboram com a ideia de relativização do par centro-periferia (*cf. op. cit*.):

> Onde está o centro e onde está a periferia nessas cidades? Esses espaços existem, mas temos que falar de centros e periferias, temos que olhar para estes espaços mais por seus conteúdos e papeis do que por suas posições geográficas nas estruturas urbanas, regionais, nacionais e internacionais do período atual. O desafio parece-me compreender com novos centros e periferias não apenas se relacionam, mas se sobrepõe (SPOSITO, 2007, p.243, apud SERPA, 2012, p. 99).

Embora não tenha havido a oportunidade de consultar diretamente a referida obra de Sposito (2007), optou-se por trazer a transcrição acima porque suas questões agregam fundamentação para o que se elabora aqui, sobretudo porque suas perguntas corroboram para afirmar/solicitar a partir de nosso objeto de estudo, que se reconsidere as Cidades-Satélites como espaços também existentes em si mesmas, e não apenas as classificando a partir de dados socioeconômicos, que muitas vezes visam apenas ressaltar as diferenças.

Todavia, deste ideal de deslocamento do discurso binário centro-periferia, vale considerar o que Serpa (2012) sabiamente ponderou:

> É importante frisar [...] [que o] [...] par dialético centro-periferia é ainda operacional e expressa as contradições da reprodução do sistema capitalista ao redor do mundo. Sob esse ponto de vista, centros são sempre relativos a periferias, já que o espaço não é nunca homogêneo e não pode negar a existência de uma hierarquia de lugares (*Ibidem*. p.99).

No entanto, acrescentamos que diante de todo contexto nesse trabalho apresentado, constata-se que interessa aos que querem deter arbitrariamente o poder, deslocar os discursos em favor de seus ideais de hegemonia. Assim, por que não podemos fazê-lo inversamente?

> [...]. Ao se descuidar-se da originalidade do papel histórico da burguesia, mascara-se a *originalidade* do projeto proletário, que só pode atingir seus fins se assumir suas próprias cores e reconhecer 'a imensidão de suas tarefas [...] (DEBROD, 1997 p.58, grifo do autor).

Assim, se valendo de tudo que se apreendeu a partir de Serpa (2012), bem como através dos outros autores apresentados, reafirma-se a constatação aqui encontrada de que, para estudar as Cidades Satélites de Brasília, é de extrema

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

importância ampliar – se preparando para isso – os horizontes da reflexão em torno da centralidade. “Não considerando apenas as relações espaciais como apenas conteúdos inerentes às formas e estruturas urbanas, mas também como conteúdo antropológico cotidiano das metrópolescontemporâneas” (SERPA 2012.) Brasileiras com respeito ao lugar que os respectivos habitantes conferem especificidades. Por fim, como podemos academicamente entender as noções de lugar e centralidade? Um Lugar.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

## 2.5
## Um lugar

Lugar:

> [...] superfície primeira e imóvel de um corpo que com ela cerca outro ou, para falar mais claramente, o espaço no qual o corpo é colocado [...]: “Cada corpo ocupa o seu lugar” [...] (MARTIN 1991, p. 89, *apud* AUGÉ, op. cit., p.53.).
>
> Porém, essa ocupação singular e exclusiva é mais a do cadáver no túmulo do que a do corpo que nasce ou vive. Na ordem no nascimento e da vida, o lugar próprio, como a individualidade absoluta, é mais difíceis de definir e de pensar [...] (AUGÉ, 2012, *loc. cit*.)
>
> [...] nascer é nascer num lugar, ser designado a resistência. Neste sentido, o lugar de nascimento é construtivo da identidade individual [...] Esse local de nascimento obedece à lei do “próprio” (e do nome do próprio). (*ibidem loc. cit*.).

### 2.5.1
### O Lugar a partir da geografia

E eis a pergunta: como caracterizar o lugar? Quais suas possíveis e novas interpretações? Para responder estas questões de forma mais contextualizada, serão verificadas algumas noções científicas trazidas por alguns estudiosos da geografia. Não pretendemos, no entanto, desenvolver um estudo muito pormenorizado, já que esta disciplina não é de todo de nosso domínio, o que mesmo assim não nos impede de fazer partir da Geografia uma revisão bibliográfica acerca das noções dada ao o lugar, visto que esta área do conhecimento ao longo de sua história, com o auxílio de suas técnicas cognitivas iniciais de observação e registos dos “ambientes”, foi o que auxiliou o homem a melhor se localizar, como também a teorizar o seu sentimento de pertencimento a determinados espaços do mundo.

> [...]. Na geografia clássica, do início do século, quando o estudo e a confecção de mapas eram um dos fundamentos da disciplina, o lugar em seu sentido locacional era utilizado para definir a geografia: a Geografia é a ciência dos lugares e não dos homens [...] (LA BLACHE, 1913; apud HOLZER, 1999, p.67).

A partir dessas elaborações, afirma Werther Holzer (HOLZER, 1999) que desde o surgimento da geografia como disciplina acadêmica durante o positivismo, as noções do que seria conceitualmente o lugar já eram abordadas pelos geógrafos, só que geralmente o seu conceito sempre em um plano secundário. Assim sendo, ocorre que na atualidade “o ´lugar` é um conceito fundamental para o estudo da geografia” (idem). Todavia, Holzer acrescenta que por 50 anos as noções do que viria a ser o lugar estavam relacionadas de forma restrita à

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

origem da própria geografia, já que “a busca crescente da objetividadepraticamente inviabilizou qualquer consideração que extrapolasse o seu significadolocacional”. Ainda nesse raciocínio, o autor diz que possivelmente foi apenas a partir de Car Sauer[33](1983) que o conceito de lugar tenha sido desvinculado“deste sentidoestritamente locacional” (HOLZER 1999). Discorre ainda, que a razão para tal, era porque Suer (1983)enxergava a geografia como algo “além da ciência”, visto que para ele, a disciplina não devia seguir imperiosamente todos os raciocínios preconizados pelos positivistas.

Ao que se segue Holzer (*op. cit*.) explica que a noçãode “paisagem cultural” desenvolvida por Sauer (1983) adicionava elementos subjetivos que remetiam ao conceito de lugar: “a literatura da Geografia, [...] inicia-se como parte dasprimeiras sagas e mitos, vividos como o *sentido do lugar* e da luta do homem com a natureza [...] (SAUER, 1983, p.317, *apud* HOLZER, 1999, p.68, grifo do autor).

E acrescenta Holzer:

> [...] Levando suas propostas a uma atitude intelectual mais radical, Sauerincorporaria integralmente a subjetividade que estava implícita no conceito de lugar: ‘Os fatos da Geografia são fatos do lugar; sua associação origina o conceito de paisagem’” (SAUER, 1983, p 321 apud *Ibidem. loc. cit*.).

De retorno a Angelo Serpa (SERPA, 2012), que também discorre sobre o lugar – aliás, foi através de Serpa que chegamos aos outros estudos que tratam sobre o tema – afirma o autor que dentro da Geografia, “o conceito de lugar vem sendo trabalhado por diferentes correntes e vieses paradigmáticos, ora associado a uma análise marxista, que vê aí a possibilidade de discussão do conceito”(*ibidem*),nas quais os lugares são estudados a partir de várias formas dos processos de reprodução do capital, a partir de “uma análise fenomenológica e humanista[34], entendendo o lugar como lócus da reprodução da vida cotidiana,

[33]Obra citada na bibliografia deWerther Holzer, a qual não se teve acesso:SAUER, Carl Ortwin. (1983): The morphology of landscape. In: LEIGHLY, J. (org.), *Land and Life* - A Selection from the Writings of Carl Ortwin Sauer. Berkeley: UniversityofCalifornia Press, p. 315-350.

[34]Segundo Kelly Rodrigues (RODRIGUES, 2015), a vertente humanista propõe que a análise do lugar seja desenvolvida a partir das experiências dos indivíduos como uma parte fundamental da Geografia para compressão espacial. Assim sendo, nesta dissertação daremos mais destaque a esta vertente, visto que diante de tudo que foi estudado, constatou-se que a vertente humanista tende a ser menos empregada para análise dos bairros populares.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

permeada por diferentes visões de mundo e diferenciadas ideias de cultura" (*Ibidem*, p.97).

Ainda segundo o geógrafo (SERPA 2012.), diante do fenômeno de metropolização, fragmentação e homogeneização, que vem se conformando nas cidades contemporâneas, estas abordagens tendem a resultarem em reflexões sobre as noções do que seria olugar de forma cada vez mais hierarquizado pelas lógicas econômicas e políticas, as quais geralmente sãode caráter extra locais. E diante desta constatação afirma o autor: "a metrópole parece negar os lugares, sobrepondo valores e conteúdos hegemônicos às experiências enraizadas na vida cotidiana de cada lugar"(*Ibidem*. p.98).

Abrindo um parêntese sobre essa afirmação, a consideramos como peça chave para nossa intenção em também relativizar a dicotomia centro-periferia, onde de modo específico solicitamos aos cientistas urbanos – incluindo, sobretudo arquitetos e urbanistas – que se dedicam ao estudo de Cidades como Ceilândia, que o façam não apenas a considerando como pitoresca, e sim pelo que ela significa para os que vivem os seus espaços.

De retorno a Serpa (2012), no que tange ao campo fenomenológico, o autor define o lugar como um fenômeno da experiência humana, visto que os lugares solicitam nosso sentimento de pertencimento e de obrigatoriedade visto que "o mundo através daqueles nos quais vivemos" (*idem*, *ibidem*). Ao que tange o lugar como fenômeno, Serpa citando elaborações da geografa Anna Fanni Alessandri Carlos, afirma que a fenomenologia do lugar possibilita a percepção do espaço geográfico, ao mesmo tempo que não elimina os seus potenciais de funcionamento. Sendo que do ponto de vista da experiência humana, a sua noção engloba tudo que é decorrente do cotidiano de um espaço, como os conflitos, as rotinas e as contradições (*cf*. SERPA, 2012, p. 100). Elaborações essas que como veremos mais à frente são muito próximas as de Marc Augé (2012) sobre o lugar antropológico, em que este autor diz ser "àquela construção simbólica do espaço que não poderia dar conta, somente por ela, das vicissitudes e contradições da vida social" (*idem, ibidem*).

Por sua vez, a pesquisadora Kelly Rodrigues (RODRIGUES, 2015) menciona que inicialmente a Geografia tinha um caráter descritivo e sinteti-

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

zador da relação homem-natureza. Citando Corrêa[35] (cf. ibidem, p.17), acrescenta ela que dentro da Geografia Clássica, a atenção estava voltada para os conceitos da paisagem e da região, mas que com o passar do tempo o enfoque dos estudiosos foi se transformando até que deixaram de se fixar apenas na análise dos lugares e sua relação com a natureza, e passaram também a abordá-lo considerando a relação homem-sociedade. Rodrigues contrapõe, no entanto, que a disciplina só veio a se interessar pelo lugar como categoria fundamental de análise de modo mais significativo com o surgimento da Geografia Humanista e crítica, surgida nos anos 70. Nesse sentido – como também o fezCar Sauer (SUER, 1893) –, a autora afirma que tanto a corrente humanista como a crítica, tinham como ponto em comum fazer oposição ao pensamento positivista por meio da crítica às suas premissas científicas excessivamente matemáticas, onde os aspectos sociais tendiam a ficar de fora das fundamentações dos conceitos (*cf*. RODRIGUES, 2015).

Igualmente, é valido registrar que Werther Holzer (HOLZER, 1998) em sua Tese de doutorado[36] – na qual se propõe a fazer uma elaboração teórico-conceitual investigando as relações entre a geografia e a fenomenologia – se vale nesse estudo acadêmico de dois "tópicos básicos" para a elaboração de sua tese, são eles: "as semelhanças entre o que os fenomenólogos chamam de 'mundo' e o que os geógrafos humanistas denominam de 'lugar'; o do 'lugar' como um dos constituintes básicos da geografia" (HOLZER, 1999, p.70). A partir desses dois temas colocados em contato, Holzer diz encontrar em Buttimer (1976)[37] "um elo importante na fundamentação entre estes os dois conceitos". Afirma nesse sentido que de acordo com a autora, "a fenomenologia vê cada pessoa como um 'lugar natural'", o qual é caracterizado pela "associação de espaços circundantes" que se "fundem em regiões significativas", as quais se reorientam entre si, considerado como ponto principal as referências pessoais. Ou seja, ao seu modo, Holzer fundamenta a partir de Buttimer (1976) que o lugar é referencial para os sujeitos.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

---

[35] Referência apresentada pela autora: CORRÊA, Roberto L. Espaço: um conceito chave da geografia *in*: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo C.; CORRÊA, Lobato (org.). Geografia: conceitos e temas. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012. p.15-47.

[36] Intitulada como "Um estudo da Fenomenologia da Paisagem e do lugar: a crônica dos viajantes no Brasil no século XVI".

[37] BUTTIMER, Anne. (1976): Grasping the dynamism of lifeworld. *Annals of the*Association of American Geographers, 66 (2), pp. 266-276.

## 2.5.2
## Geografia Humanista: o lugar como experiência vivida

Ao que concerne especificamente o lugar dentro da vertente humanista citada um pouco mais acima, também optamos por trazer algumas elaborações a partir da pesquisadora Kelly Rodrigues (RODRIGUES, 2015), onde serão apresentados alguns autores – e respectivas reflexões – que nos foram apresentados por ela. Nesse sentido, Rodrigues esclarece que essa corrente humanista, buscou "uma renovação conceitual, teórica e metodológica", se fundamentando principalmente em duas filosofias do significado: a fenomenologia e o existencialismo. De forma que a partir de então, foi priorizada a microescala, e a análise do lugar começou a considerar as experiências intersubjetivas dos indivíduos; renovações estas que se converteram como pontos fundamentais da Geografia para entender os sentimentos espaciais a partir da experiência cotidiana, do simbolismo e do apego pelo lugar. (Ibidem p.5038). Por sua vez citando Relph (2012, p.20), Rodrigues traz o tema da arquitetura e o da responsabilidade social para o debate. A este respeito escreve:

> [...] Edward Relph [...], um dos autores da corrente humanista, afirma que o interesse pelo conceito de lugar foi despertado, devido ao que ele chama de "erosão da paisagem". Fenômeno ocorrido em meados de 1950 que trouxe rápidas transformações ao mundo, sobretudo, com o advento dos *projetos de arquitetura moderna* sem conexão alguma com as histórias locais. A ideia ligada ao progresso técnico, fomentada pelo advento de grandes multinacionais, criou "paisagens sem lugar" resultando em perdas de diversidade e identidades geográficas[...] (RELP, 2012, p.20,*apud* RODRIGUES 2015, p.5038, grifo nosso).

A pesquisadora (RODRIGUES, 2015) diz ainda que Relph (*op. cit.*) conceitua o lugar como sendo "fonte existencial de autoconhecimento e responsabilidade social"(RELPH, 1979, p.6 apud RODRIGUES 2015 p. 5039, grifo nosso). A seguir, outra passagem significativa contida nos estudos de Rodrigues:

> Em nossa relação primordial com o mundo, ao nos abandonarmos às virtudes protetoras do *lugar*, firmamos nosso *pacto secreto com a terra*, expressamos por meio de nossa própria conduta, que *nossa subjetividade* de sujeito se encolha *sobre a terra firme*, se assente, ou melhor, repouse. É desse *lugar*, base de nossa existência, que, despertando, tomamos consciência do mundo e saímos ao seu encontro, audaciosos ou circunspectos, para trabalhá-lo. (DARDEL, 2011, pp. 40-41,apud, RODRIGUES 2015, grifo nosso).

A partir dos destaques acima, algumas considerações de nossa parte. Primeiramente ao que tange à arquitetura moderna, é valido retomar o que apreendemos em Lúcia Cony (*Ibidem*), a partir de suas elaborações verificadas no

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

subcapitulo anterior, onde a autora se referiu ao urbanismo moderno como dispositivo da reprodução social contaminado pelas ideologias do discurso técnico-progressista do sistema capitalista, em que o desenho da cidade entra para dentro do jogo – de poderes – do processo de produção do espaço. Elaboração essa que ao associarmos ao que Rodrigues(Ibidem*)* nos trouxe em sua citação a Edward Relph (1979), que afirma que a arquitetura moderna ao não ter conexão com a história criou "paisagens sem lugar" promovendo, assim, a perda da identidade geográfica e transformando os espaços em um lugar puramente técnico que não promove o sentimento de pertencimento.

Esses questionamentos começam a ficar mais instigantes quando Angelo Serpa (2012), nos pergunta: "em um contexto de externalidades, a um só tempo impostas e hegemônicas, [...] quem conta, afinal, os enredos dos diferentes lugares nas metrópoles capitalistas?" (2012, p. 98). Assim, entendemos como subjacente a afirmação elaborada, que tanto a arquitetura como o urbanismo auxiliam a caracterizar o lugar, o que é congruente, mas mereceu destaque sob estes aspectos agora colocados em interação.

Em segundo, trazendo o Plano Piloto de Ney Gabriel para Ceilândia para dentro desse debate, cabível também ao de Lúcio Costa para a Brasília-Capital, (ambos influenciados diretamente pelos ideais da técnica urbanística modernista,) a questão da arquitetura moderna em desconexão histórica corrobora para que se reflita fazendo a seguinte pergunta: como que as premissas/ mecanismos projetuais de um Plano Urbanístico sintético, mormente a ser construído no meio do nada, poderiam absorver as histórias locais para a configuração de um lugar? Essa questão, por sua vez, fica ainda mais instigante quando nos atentamos para o fato de que ambos os planos foram materializados com a força de trabalho de inúmeros brasileiros mobilizados em diversos lugares do país – sobretudo da região norte e nordeste – para um território "não habitado" [38]·, característica esta que também possibilita para que se reflita como que um Plano Piloto de uma cidade pode absorver além das histórias locais, a história das múltiplas pessoas que se desterritorializaram "voluntariamente" de seus lugares de origem, e em tempo recorde, a serem sobrepostos a um novo lugar.

[38] Teoricamente não habitado, já que as terras que compõem o território Distrito Federal foram adquiridas por meio de inúmeras desapropriações de antigas fazendas goianas. A respeito deste tema, há inclusive uma grande crítica a respeito dessa afirmação pela pertinente argumentação que ahistória da região remonta ao sec. XV

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

Ao mesmo tempo – inserindo a questão social –, é valido relembrar que os dois Planos Pilotos em questão, até que se prove o contrário, foram realizados para sujeitos com destinos definidos por contextos sócios históricos distintos. Por sua vez, este fato como premissa projetual trouxe consigo a necessidade de soluções acordadas do ponto de vista prático; quer dizer, ligadas à execução, manutenção e adaptação do que foi proposto no desenho da cidade a cada uma dessas duas realidades. A partir disso surge outra pergunta: como os desenhistas do espaço urbano e as estratégias urbanísticas se orientam dentro desse processo? Isto é, como um plano urbanístico pode ajudar a fazer um espaço se transformar em um lugar que possibilite sentimento de pertencimento à terra (ou o contrário)?

De retorno a Rodrigues (2015), que citando desta vez a Tua, Yi-Fu[39]·, elabora a autora em torno da relaçãoespaço tempo e lugar, os considerando como termos com sentidos conflitantes. Associação esta que foi considerada importante de ser mencionada aqui, visto que há a tendência de confundirmos ambas as noções. A este respeito diz a pesquisadora, que enquanto o espaço seria a liberdade: um conceito mais abstrato;o lugar seria a segurança: um conceito dotado de valor, onde ele –o lugar– "é a pausa no movimento que torna possível que a localização se transforme em lugar"[40]. Rodrigues nessa mesma passagem traz ainda a questão do tempo-lugar; em que sendo o tempo um elemento básico essencial para o entendimento da vida, onde ele se converte como ingrediente substancial e indissociável do espaço ao que concerne a experiência humana dentro do lugar. Vejamos com mais atenção esta triangulação perigosa entre espaço-tempo-lugar, isto é, se não tomarmos cuidado já não saberemos mais quem é o que. Nesse sentido: "o tempo ilusório é ancorado no espaço, e o espaço é ancorado na realidade mais tangível do lugar"(TUAN, 2011, p.7, apud. RODRIGUES2015, p.5040). A respeito desta frase de Tuan, vamos reescrevê-la

[39] Cf. Tuan (2013, p.14)

[40]Entendemos que esta passagem também fala a despeito da questão do pertencimento, da tomada de posse de um espaço Como não lembrar de Lucio Costa falando poeticamente do seu "risco" projetual em forma de cruz na definição Inicial do seu Plano Piloto como tomada de posse do território? Há relatos que Ney Gabriel de Souza teria se influenciado neste sentido em Lucio Costa, que por mais que seja intenção não tão evidente assim, ajuda estabelecer uma referência urbanística e filosófica.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

com algumas adaptações para lograrmos melhor enxergar os conceitos com mais clareza, assim:

> [...] o tempo [...] [elemento ilusório] [...] se ancora no espaço [...] [elemento material ou imaterial], e o espaço é ancorado na realidade mais tangível do lugar [elemento imaterial] (ibidem, loc. cit.)

Ou seja, nessa triangulação, a noção de espaço e lugar são as mais conflitantes, visto o duplo caráter material e imaterial. Assim, por meio dessas formulações constatamos o caráter material e imaterial que o espaço encerra ou abre o acesso ao lugar. Concomitantemente, essa conclusão nos remete ao fato de que no discurso centro-periferia, ao ter como plataforma conceitual a noção de espaço, teria ele também essa dupla possibilidade de crivar o acesso ou não ao direito do lugar central de nossa própria ordem.

Simplificando essa nossa última colocação, a direcionando especificamente para a centralidade intra-urbana: falamos daquilo que Lefebvre (1999) nos ensina sobre o direito ao urbano, visto que a para o autor a centralidade é um fator essencial da urbanidade, de forma que ao negarmos o direito a um cidadão de sentir central ao seu lugar, de alguma maneira, se não estamos lhe negando a cidade, estamos a oferecendo por meio de uma "inclusão precária" ( conforme visto nas elaborações de José Martins -1997- sobre inclusão precária) . Eis aqui a possibilidade de um "sim" que quer dizer "não", pois se há o material humano do lugar para configurar a sua centralidade, porque fazê-lo oferecendo um ambiente- material e imaterial- precário?

Derradeiramente a estas reflexões entorno do tempo, espaço e lugar, Rodrigues (2015) chama nossa atenção para o fato de que"*também é preciso tempo para adquirir-se um sentido de lugar"*. E citando novamente Tuan (2011) diz que "quanto mais tempo vive-se em um lugar, melhor, mais profunda e significativa será a experiência, pois o passado é um elemento fundamental na constituição do apego", visto que será justamente a experiência que constituirá as múltiplas escalas do lugar. (RODRIGUES, 2015, p.5041, grifos nossos)

Essas postulações nos permitem mais uma vez trazer o Plano Pilotode Ceilândia para debate enquanto dispositivo de desenho do espaço para a conformação do lugar. Nesse objetivo, ao que concerne a firmação de Rodrigues de que "também é preciso tempo para adquirir-se um sentido de lugar"(*op.cit*.) é interessante lembrar que no caso de Ceilândia, (como no de Brasília Capital) o

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

lugar foi construído já com certo tamanho predeterminado ao mesmo tempo em que a cidade era construída no meio do nada. Ou seja, será justamente neste processo temporal da instalação do lugar que o plano urbanístico segue para o segundo plano, pois por mais que o desenho de uma cidade corrobore para a caracterização do lugar que ele auxilia conformar, nada supera o que as pessoas que nele irão viver lhe acrescentarão com suas culturas e formas de ser. Nesse sentido, acreditamos que a especificidade de Ceilândia transcende ao plano urbanístico, e sim, passa pelo orgulho de sua gente pioneira de ter transformado um espaço ao longo do tempo em um lugar que transpirará a sua própria história. Pois serão as pessoas ao ocuparem espaços com suas casas, ao dar vida ás ruas com suas cores, seus hábitos alimentares, suas sonoridades e seus cheiros, é que trarão o cotidiano do tempo ao espaço. Assim sendo, não há plano urbanístico, não há descaso político que supere o caráter antropológico do lugar.

E como transcrito em nossa nota de abertura sobre o lugar:

> [...] nascer é nascer num lugar, ser designado a resistência. Neste sentido, o lugar de nascimento é construtivo da identidade individual [...] Esse local de nascimento obedece à lei do “próprio” (e do nome do próprio). (AUGÉ, 2012, loc. cit., op. cit.)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

### 2.5.3
### O Lugar Antropológico por definições de Marc Augé

No livro “Não Lugares” de Marc Augé (2012) há um capítulo intitulado como “Lugar Antropológico”, o qual tem a função de orientar o leitor dentro das definições do que seria o lugar para posterior compreensão mais aprofundada do que não seria. Nesse sentido, acreditamos que a noção apresentada em “o lugar antropológico” fundamenta um dos argumentos mais fortes contra a contingência social dos bairros populares apenas à sua inflexível caracterização como marginal: a proximidade com substância existencial dos que al vivem.

Feito este breve registro, o autor reserva ao termo “lugar antropológico” sua noção como,

> [...] àquela construção simbólica do espaço que não poderia dar conta, somente por ela, das vicissitudes e contradições da vida social, mas à qual se referem todos aqueles para quem ela designa um lugar por mais humilde e modesto que seja. É porque toda antropologia é antropologia dos outros, além disso, que o lugar, *o lugarantropológico*, **é** simultaneamente princípio de sentido para os que o habi-

> tam e *princípio de inteligibilidade para os que o observam***.** [...] (Ibidem, p. 51, grifo nosso)

Ao que se refere à formulação acima, notemos que ao suprimirmos as outras partes entre o trecho grifado, surge a seguinte frase: "'o lugar antropológico' é[...] o [...] princípio de inteligibilidade para os que o observam". Ou seja, fica subjacente que ao olhar o lugar antropologicamente, olha-se o objeto de estudo por sua lógica. Portanto, eis aí uma ótima definição para o que propomos logo nas primeiras frases da presente dissertação, quando "falamos" que "pretende-se estudar o Plano Piloto de Ceilândia como que fala de dentro para fora".

Outrossim, Augé (2012, p 51 et. seq.) diz que "esses lugares" antropológicos tem escala variável e apresenta três características comuns: "se pretendem (pretendem-nos) identitários, relacionais e históricos" (idem, ibidem). A partir disso, o autor define o lugar identitário como corresponde ao lugar de nascimento, que constitui a identidade do indivíduo; já a respeito do lugar relacional, em suma, diz que ele se associaà coexistência do indivíduo dentro da cultura do seu lugar, onde "num mesmo lugar, podem coexistir elementos distintos e singulares," que não se sobrepõemà identidade partilhada conferida pelo lugar onde os sujeitos coexistem "(*idem*), ou seja: os lugares relacionais conferem asuas habitantes características comuns em suas características individuais. Por último, o lugar histórico. Onde segundo Augé há a conjugação de identidade e relação, e é caracterizado "por uma estabilidade ínfima" (idem), em que os que seus habitantes podem reconhecer marcos históricos de seus antepassados. Portanto, segundo Augé, os que vivenciam o lugar antropológico não fazem a história: eles simplesmente a vivem cotidianamente.Dessa forma, "o lugar antropológico, para eles [os que vivenciam], é história na exata proporção em que escapa a história como ciência (idem)." (cf. AUGÉ, 2012, p.53).

Outra característica do lugar antropológico apresentada pelo referido autor diz respeito à ambiguidade de seu estatuto intelectual, pois segundo Augé (2012) o estatuto do lugar antropológico "é apenas a idéia, parcialmente materializada, que têm aqueles que o habitam de sua relação com o território"(Idem, ibidem), idéia esta que "pode ser parcial ou mitificada" (idem); e que varia de acordo com o lugar e o ponto de vista de quem o habita, a quem o lugar impõe uma série de memórias, que quando desaparecem não são preenchidas com facilidade. (Ibidem,p.54).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

## 2.6
## Centralidade

Para falarmos da centralidade, o faremos começando com algumas analogias a partir de Masc Augé, de quem utilizamos as elaborações para criarmos uma ligação teórica entre os conceitos de lugar e centralidade. Depois, passaremos novamente por Agnelo Serpa, o nosso guia de estudos, verificaremos a centralidade em Henri Lefebvre, e, por fim, seguiremos a Milton Santos e suas elaborações sobre o circuito superior e inferior. Feita esta breve apresentação, iniciemos nossas reflexões com Augé, nesse sentido: "se nos detivermos, por um instante, na definição de lugar antropológico, constataremos que ele é, antes de mais nada, geométrico"(AUGE, 2012. p. 55).

A respeito dessa afirmação, o etimólogo esclarece que é possível selecionar a partir da geometria "três formas espaciais simples" e aplicáveis em "diferentes plataformas", a se constituírem, de certa maneira, como as "formas elementares do espaço social"; as quais podem ser definidas pelos seguintes "termos" geométricos: "trata-se da linha, a intersecção das linhas, e do ponto de intersecção".(Ibidem, loc. cit.). Sendo que para autor, do ponto de vista prático da geografia, com esses elementos geométricos é possível falar por um lado dos caminhos dos lugares; e pelo outro, dos seus cruzamentos; e finalmente dos pontos convergentes: os centros, que por sua vez estabelecem relação com outros centros. Vejamos o referido trecho no original a seguir, visto que há nele importantes contextos:

> [...] Concretamente, na geografia [...] poder-se-ia falar por um lado, de itinerários, eixos ou *caminhos que conduzem de um lugar a outro* e foram traçados pelos homens e, por outro lado, em*cruzamentos* e praças *onde os homens se* [...] *se encontram* e se reúnem, conferindo lhes às vezes vastas proporções para satisfazer principalmente, nos mercados, necessidades do intercâmbio econômico, e, enfim, **centros** mais ou menos monumentais, sejam eles religiosos, ou políticos**,** construídos por certos homens e que definem**,** *em troca, um espaço de fronteiras*além das quais outros homens se definem como outros**,** *em relação a outros centros* e outros espaços. [...]. (AUGE, 2012. p. 55, grifo nosso).

Na sequência, o autor complementa dizendo que esses "itinerários, cruzamentos e centros não são, contudo, noções absolutamente independentes", e podem passar por "diferentes pontos notáveis que constituem locais de *ajuntamento*" – o centro –, aos quais alguns mercados estabelecem "pontos fixos", surgidos naturalmente a partir da intensidade de fluxo de um caminho. A este respeito, Augé (2012) diz ainda que *"se o mercado é por si só, um centro de atração***,** a

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

praçaonde ele está *pode abrigar um monumento,* (o altar de um deus, o palácio de um soberano), que figura o centro de outro espaço social". Ao que espacialmente isso configura, Auge (*ibidem*) diz que "a combinação dos espaços" possui seu grau de "complexidade institucional", visto que os maiores mercados demandam "certas formas de controle político" mediante acordos jurídicos ou religiosos (cf. AUGE, 2012. p 55 *et. sec*.).

Como é possível verificar a partir dessas elaborações, Auge (*ibidem*) nos apresenta inúmeras possibilidades para falar da Centralidade. Ao transferirmos essas formulações para o campo da arquitetura e do desenho urbano – que naturalmente nos é mais familiar – temos duas observações a serem feitas. A primeira diz respeito à força que a arquitetura pode receber na centralidade. Visto que quando Auge escreve *"se o mercado é por si só, um centro de atração, [...] pode abrigar um monumento",* (dentre outras tipologias, conforme grifado sobre o trecho do original transcrito mais acima[41]). Ao falarmos especificamente da arquitetura monumental[42] (não um monumento especifico em si), fica inerente que uma construção desta natureza seria indicada próximo a um hipotético mercado, porque provavelmente vislumbraram seus – hipotéticos – idealizadores, (como os do suposto mercado) que ali se constituía uma centralidade urbana mediante o fluxo de pessoas, fato este que torna ambos os empreendimentos mais acessíveis ao todo da cidade. A partir disso, independente do monumento ter surgindo antes ou não do mercado, entendemos que o peso conceitual que a palavra "monumental" traz para a construção que receberá tal adjetivação denota que sua arquitetura se propõe "legítima" – valor simbólico e até mesmo em termos de beleza – para os que vivem cotidianamente a centralidade do lugar antropológico de inserção desta arquitetura. Em suma, entendemos a partir do referido trecho grifado de Auge (2012), que, diante do fato de haver mais existências sociaisna centralidade urbana, naturalmente se tenderá ali erguer (a princípio e/ou teoricamente) as construções com maior peso representativo (e até mesmo como marco de domínio) para esta sociedade.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

---

[41] Ver o original *in* (AUGE, 2012. p 55 *et. sec.).*

[42] BRANDÃO (2007) afirma em artigo seu, que o "monumental não é o grandioso, o excepcional, ou inédito", e sim, "o contrário;é uma síntese comum, pública e legítima dentro de uma tradição". A respeito do monumento, diz que diante de seu caráter, tem função eminentemente, simbólica e religiosa bem demarcada diante do território onde desenvolvemos nossa vida prática. Afirma também que nenhum edifício pode em si mesmo ser um monumento, pois isso lhe é dado somente por sua relação com as demais construções e com os outros aspectos da cidadenas quais habitamos, sejam eles de origem histórica, imaginária ou simbólica.

Para exemplificarmos tal afirmação, podemos citar o Eixo Monumental de Brasília, que foi definido por Lucio Costa para receber os Edifícios Públicos da Capital Federal; e sendo Oscar Niemeyer o arquiteto oficial dos edifícios públicos da cidade, correspondeu ao que Juscelino Kubistchek dele esperava em termos monumentalidade para centralidade de Brasília. Centralidade esta talvez ainda teórica à época da construção entre 1956-1960 (até hoje ainda não?) visto que, por mais que o Eixo Monumental fosse o foco das atenções em termos monumentalidade, se formos parar para pensar já durante a construção da cidade, a verdadeira centralidade urbana estava na Cidade Livre, a qual, como veremos mais adiante, foi construída como provisória e para suprir as demandas cotidianas de consumo dos que trabalharam na construção de Brasília. Por fim, vale ressaltar que não queremos afirmar que as arquiteturas representativas de uma sociedade ocorrem apenas na centralidade urbana.

Por sua vez, destaca-se a definição de Auge para o lugar antropológico, como algo *"antes de mais nada, geométrico".* Nos referimos especificamente aos elementos geométricos por ele apresentados (a linha, a intersecção das linhas, e do ponto de intersecção ) com os quais entendemos ser possível estabelecer alguns paralelos com dispositivos projetuais do urbanismo; que possibilitariam, por exemplo, que a partir de uma aerofotografia (naturalmente contextualizadas com informações intra-locais[43]) o desenvolvimento de mapas[44] por meio do uso destas figuras geométricas, de forma a expressar por meio da técnica urbanística a existência ou não de centralidades e congêneres urbanosda localidade antropológica em estudo.

Outrossim, como também ficou claro em Auge (2012), diante do fato dessa geometrização do lugar antropológico ser influenciada pelas políticas (interesses dos grupos dominantes por exemplo) entre os demais que compõem o contexto social do lugar de inserção. A respeito disso e a nível de exemplificação, por mais que as formulações do tipo centro-periferia sejam resultado desta política entre os homens do lugar, nada nos impede de questioná-las academicamente em suas inflexões.

[43] Tal como fotografias, e diagnósticos qualitativos, e, até mesmo, quantitativos, feitos dentro do sítio estudado.

[44] Mapas de diagnósticos, planos urbanísticos (inclui-se os Planos Pilotos!) etc.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

Em Agnelo Serpa, por sua vez, (SERPA 2012) também encontramos importantíssimas elaborações acerca da centralidade, visto que o autor aborda o assunto considerando o ponto de vista de cientistas urbanos renomados que se debruçaram sobre os temas socioespaciais. Neste sentido afirma o autor:

> [...] sob a ótica da produção espacial do comércio e dos serviços, surge, no espaço urbano-regional, uma hierarquia de centros e subcentros, algo banalizado pela aplicação da Teoria das Centralidades em diferentes contextos espaciais, inclusive (e com muita ênfase) no Brasil. Essa visão hierárquica centros e subcentros no contexto urbano-regional é, no entanto, limitada, já que a aplicação da citada teoria- assim como outros modelos/teorias de localização, a exemplo da Teoria de Centro-Periferia e a dos Polos de Crescimento- no contexto dos países subdesenvolvidos, é problemática e completamente criticada por estudiosos as temáticas no país, como Correa (1997) e Santos (2004 [1979]) (ver SERPA 2012, p.100, *et. sec.*).

Dentro deste contexto, citando Correa (1997, p. 21 -28 apud SERPA, 2012, p. 100), Serpa relata que este autor repensa a Teoria das Localidades Centrais a partir de cinco proposições: a primeira, que para Serpa é a mais importante, diz respeito à existência de uma matriz pré-capitalista com centros de mercado que se constituíram como as sementes da teoria das localidades centrais, centros estes que "vão compor no futuro-presente capitalista, oligopólico e monopolista, a rede hierarquizada de centros", com forma de organização espacial vinculada ao capitalismo em que por esta vinculação, a organização espacial adquire um caráter histórico (ibidem).

A segunda proposição creditada a Correa (1997) fala que ela tem ligação com este caráter histórico que citamos há pouco, em que "o arranjo estrutural e espacial de rede de localidades centrais é influenciado não apenas pelo modo como o capitalismo se alastrou nas diferentes áreas do mundo, mas também é marcado pela herança" deste passado capitalista.Correa (1997 apud VASCONCELOS, ibidem). Serpa explica nesse sentido que "as observações de Correa (1977) referem-se à "hierarquização de cidades" – a terceira teoria – que compõe a rede urbana em recortes regionais e nacionais", como também aos espaços intra-urbano, metropolitano. A respeitos dos centros (e sub-centros) de comércio e serviços, segundo o geógrafo, estes "tendem a ser hierarquizados com a aplicação das medidas de alcance espacial máximo e de alcance espacial mínimo" – a quarta teoria – onde tal fato conforma "do mesmo modo, uma visão hierarquizada de centros e subcentros no interior das cidades", também operacionalizado a partir da teoria Centro-Periferia (*ibidem*, p. 100, *et. seq*.).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

Citando Lefebvre, por sua vez, o autor aborda a forma urbana em seu "caráter cumulativo", ou seja, influenciado pelas diversas forças atuantes sobre o espaço (objetos, indivíduos, situações), que conforme descreveu,"se excluem na diversidade, mas também se misturam como congregados" (centralidades) de conteúdos diversos, em que desta forma, o urbano e os centros urbanos "são ao mesmo tempo forma e receptáculo, vazio e plenitude, superobjeto e não objeto, supraconsciência e totalidade das coincidências" (Lefebvre, 1983, apud SERPA, 2012, p. 101). A partir destas elaborações creditadas a Lefebvre o Serpa (2012) acrescenta:

> [...] estas últimas assertivas conduzem à possibilidade de existência, no contexto da metrópole contemporânea, de *centralidades baseadas* nas formas de reprodução da vida urbana, *no valor e no uso e na apropriação*, de qualidades e conteúdos diversos dos das localidades centrais, hierarquizadas em rede – nas escalas regional, metropolitana e intraurbana – para produção e reprodução do sistema capitalista, estritamente baseado no valor de troca e nas estratégias hegemônicas de denominação (SERPA, 2012 p.100).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

Afirmações essas – já abrindo um parêntese nosso – que recebemos com grande entusiasmo, visto que, por meio dela, Serpa também nos auxilia a fundamentar – ainda que de forma sintética – todos os questionamentos elaborados até então acerca da já mencionada – e questionável –teoria Centro-Periferia a partir das forças hegemônicas de dominação, visto que o autor desloca as premissas excessivamente capitalistas desta teoria, pela premissa do uso e de apropriação e reprodução da vida.

Ora, pois, como também já supracitados, se nos propomos abordar o *Plano Piloto de Ney Gabriel de Souza como dispositivo da urbanística moderna, em auxílio à configuração espacial do lugar antropológico que Ceilândia conforma*, isso nada mais é do que "considerar" (abordar) nosso objeto de estudo em suas, *"[...] centralidades baseadas no [...] valor e no uso e na apropriação [...]"* (SERPA op. cit. p.100).

Feita essa outra inserção acerca de nosso objeto de estudo, mais adiante Serpa (2012) acrescenta:

> [...] este tipo de centralidade [...] [hegemônica] [...] resiste nos lugares intersticiais, residuais e opacos da metrópole, em especial nas periferias sociais geográficas da metrópole capitalista. Isso remete a outra composição de Correia [...] [a quinta e última teoria creditada por Serpa a Correa (1997).][...] (e também à Teoria dos dois *Circuitos da Economia de Milton Santos*), a de que "a rede de localidades centrais também aparece como uma estrutura territorial por meio da qual o processo de re-

> produção das classes sociais se verifica" (CORREIA, 1977, p.21, apud. SERPA, 2012, p.102).

A partir dessa última transcrição de Serpa, verificamos como necessário entender com mais proximidade o que seriam esses *"Circuitos da Economia de Milton Santos"* consultando diretamente a referida obra do autor, a ser apresentado como um tópico específico mais adiante, depois de abordarmos a centralidade a partir de Lefebvre.

Do que Serpa (2012) elabora sobre dos *o s circuitos da Economia de Milton Santos, diz ele:*

> [...] E o mundo que resta ao consumo dos pobres, o circuito inferior da economia, é um mundo bem original, cuja organização pode passar despercebida para muitos que veem seu *funcionamento como algo oposto à lógica*. [...] O fazer neste mundo exprime a lógica de reaproveitamento e da reutilização, das pequenas quantidades das técnicas artesanais, dos equipamentos precários[...] (SERPA, 2012, p.102, grifo nosso).

A respeito desta última elaboração de Angelo Serpa, destacamos a seguinte frase"funcionamento como algo oposto à lógica",*que colocada no contexto da teoria Centro-Periferia a partir das forças hegemônicas de dominação*, nos leva ao seguinte questionamento: qual será a lógica predominante dentro deste "jogo" (da teoria das localidades centrais)? E já trazendo a questão para a arquitetura e para o urbanismo– mas que pode ser adaptada a qualquer área de atuação – na hora de "desenhar" as cidades Brasileiras (projetos e prioridades e investimentos públicos), qual serão as lógicas utilizadas? Está aí a importância de se estudar cidades como Ceilândia, olhando sem preconceitos aos que nelas habitam, ou seja, com respeito à lógica dos que vivem e fazem o seu "lugar antropológico" (o mesmo que apreendemos em AUGE, 2012).

Ainda é necessário que os jovens dessas cidades sejam incentivados, caso apresentem o desejo, a se tornarem urbanistas, por exemplo. Não que os atuais urbanistas não sejam capacitados para pensar os bairros populares, nem queremos afirmar que se os bairros populares devam ser projetados apenas por esta característica. No entanto, se tivéssemos mais urbanistas nascidos e criados nas periferias brasileiras, seria enriquecedor aproveitar os talentos com conhecimento real da causa popular. É importante ressaltar que o fato de nascer e crescer em uma periferia não quer dizer que uma pessoa tenha que estar apenas voltada para a realidade de seu contexto dito "periférico" de nascimento, apenas falamos que seria enriquecedor para toda sociedade aproveitar os talen-

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

tos que ali estão – não apenas nos bairros mais nobres– dando-lhes a oportunidade de cursar o curso superior que deseja

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

# 3
# CEF (CEI): o projeto Social

## Introdução

Ao considerarmos a trajetória dos operários da construção de Brasília, conclui-se que Ceilândia começa a "existir" em sua essência antes mesmo de sua criação como cidade, pois grande parte dos habitantes que lhe deram alma estava diluída entre o grande contingente da massa operária que veio construir a nova capital no final dos anos 50. Seres humanos estes, vindos de"todo território nacional, sobretudo nasregiões norte e nordeste"(GDF, et al., 1973), trazidos à nova cidade pelos paus-de-arara em busca de melhores condições de vida. No entanto, a sua realização a partir de política segregadora de inclusão precária se dá a partir da iniciativa do Governo do Distrito Federal (GDF) em 1970, por meio da Campanha de Erradicação de Favelas de remover um complexo de vilas localizadas nas imediações do Núcleo Bandeirantes (antiga Cidade livre). Complexo este mais conhecido pelo nome da vila do IAPI, mas também composto pelo Morro do Querosene, Vila Esperança, Vila Bernardo Sayão, Vila Tenório, Placa das Mercedes e Vila dos Carroceiros, entre outras ocupações menores.

Esta história naturalmente já foi contada por vários autores – muitos deles citados ao longo do capítulo – onde se percebe que diversos pontos, tanto da história quanto do projeto social da Ceilândia, naturalmente se repetem. Contudo, dentre tais obras, nos chamou atenção o que escreveu Leão Hamaral (HAMARAL, 2011) no livro "Ceilândia e História é Essa", visto que nesta obra a narrativa de como se deu o processo de criação da CEI é contada a partir de uma liderança surgida dentro da Vila do IAPI na pessoa de Gonçalo Gonçalves Bezerra, um cearense cujo, "os historiadores chamam de o pai de Ceilândia." (cf. HHAMARAL,2011)

Nesse sentido, entendeu-se que uma narrativa que tem como protagonista um operário que habitou a Vila IAPI seria pertinente para falar do histórico do projeto social da CEI a até a criação de Ceilândia para uma dissertação que se propõe, sempre que possível, abordar cidade a partir de um olhar de quem fala

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

de “dentro para fora”. No entanto, também se compreendeu que para abordar um fato histórico por um viés acadêmico era contrapor mais versões dos fatos. Então durante as fases de pesquisas da presente dissertação, seguiram-se as buscas por fontes originais da História de Ceilândia, o que estava muito difícil de acessar. Quando dentro desse processo houve a “sorte”[45] de nos deparamos com um documento editado em 1973 pelo GDF, intitulado como “Ceilândia” ( cf. GDF, et al., 1973) o qual é como se fosse um resumo oficial sobre todo processo de criação de Ceilândia. Documento este que chamamos de documento histórico em muitas passagens da dissertação. Somando-se a este encontro, quando em consulta ao acerco do Arquivo Público do Distrito Federal, houve outro achado importante; a transcrição de um depoimento de Gonçalo Gonsalves concedido em 2001 ao “Programa de História Oral” do Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF).

Portanto, a nossa forma de contar esta intensa história de lutas e conquistas por meio de uma inclusão precária se dará inicialmente apresentando as justificativas oficiais do GDF para a criação do projeto social de Ceilândia, a qual foi retirada do documento histórico mencionado anteriormente, intercalado com as narrativas de Leandro Hamaral, Adirson Vasconcelos e Antônio Vieira Costa Neto et José Moacir, e finalizada com a transcrição de trechos do depoimento de Gonçalo; onde, sempre que possível, as elaborações dessas fontes serão acrescida por comentários nossos. Assim, para falar do projeto social que deu origem a Ceilândia, dispomos os fatos a partir de um ponto de vista institucional, versões de diversos autores, e por uma narrativa de fatos vividos por um operário que teve sua casa removida para Ceilândia, fatos vividos esses apresentados a partir de trechos retirados do depoimento dado por Gonçalo Bezerra ao Arquivo Público do Distrito Federal.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

## 3.1
## As diversas versões do plano social de Ceilândia: da Comissão de Erradicação de Favelas à CEI

Ao contrário do que se imagina a Campanha de Erradicação de Invasões, cuja a sigla CEI serviu de base para o nome de *Ceilândia* (“CEI” lândia) não foi um processo único, e sim, parte da Campanha de Erradicação de Invasões; um

[45] Há na dissertação um pequeno subcapítulo no qual é narrado como tivemos acesso a este importante documento, denominamos aqui de “Fonte História”.

plano de política socioespacial da Secretaria de Serviço Social do Governo do Distrito Federal. Portanto, será este processo que será esclarecido nesse "trecho" do capítulo. Todavia, ao se compreender todo o processo, conclui-se que a sigla CEI segue emblemática, sobretudo depois do contado com as elaborações de José de Souza Martins (MARTINS, 1997 [1938]) apresentadas no capítulo anterior, no qual o autor tece elaborações a respeito Inclusão precária e o discurso da exclusão; aprendizado este que muito nos auxiliou a lançar um olhar crítico a respeito do processo social que culminou com o surgimento de Ceilândia. Por falar nisso, aproveitamos para dizer, quão importante para nosso aprendizado o desenvolvimento de capítulo inteiro dedicado a uma revisão bibliográfica sobre os temas socioespaciais para falarmos desta vitoriosa cidade de Brasília.

Ao que se segue as diversas versões do plano social de Ceilândia.

## 3.2
## A versão do GDF

Na época da constituição do que viria a ser a Campanha de Erradicações de Invasões, os Governos do Distrito Federal por meio de sua secretária de serviço social entendia que as regiões brasileiras não se desenvolveram de maneira uniforme, e que a partir desta realidade brasileira era possível constatar que as áreas mais desenvolvidas estavam apenas o Sul, em parte do sudeste e centro-oeste. Entendiam que o motivo para isto estava atrelado ao fato dessas regiões apresentarem maior grau de dinâmica entre si, e possuírem mais infra-estrutura e especialização econômica. Nesse sentido, entendia o GDF que esta diferença de desenvolvimento provocava desiquilíbrios dentro do espaço nacional, fazendo surgir os movimentos migratórios internos das zonas menos avançadas para estas zonas consideradas mais desenvolvidas, acarretando com isso, problemas recíprocospara ambas regiões. Por sua vez, entendia também, que os desajustes entre demanda e oferta de emprego e a demanda por mão-de-obra especializada, gerava um "inchamento" demográfico nas regiões desenvolvidas, de forma a fazer com que as estruturas urbanas desses locais fossem incapazes de absorver completamente uma leva "de população amorfa, marginalizada, duplamente improdutiva". ( cf. GDF, et al., 1973)

A partir dessas constatações, o GDF interpretou que o fluxo migratório desses marginalizados era um problema, aonde só se alcançaria uma solução

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

verdadeira por meio de uma proposta que contemplasse também as questões econômicas, socais e culturais. (*ibidem*) Assim,

> [...] a Secretaria de Serviços Sociais do Governo do Distrito Federal desenvolveu uma proposta a nível nacional no sentido de que fossem criados postos de triagem, tanto nas zonas emissoras quanto nas receptoras de migrantes, com o objetivo de dotá-los [os migrantes) de uma orientação eficaz e, posteriormente, darlhes oportunidade de optarem por locais que harmonizassem com suas aptidões pessoais.(ibidem, p.7)

Ainda segundo este órgão do GDF, a proposta teve boa receptividade nas diversas regiões do país.Ao que se referia a área de influência geoeconômica do Distrito Federal, o foco de ação da Secretaria de Serviços Sociais se direcionou para criação de Centros e Postos de Triagem e Treinamento de Migrantes, o que trouxe resultados concretos para a redução do fluxo migratório que se dirigia para Brasília. (cf. *ibidem*)

Feito este controle, entendeu a Secretaria de Serviços Sociais que poderia dar o próximo passo na prevenção ao aparecimento de novas favelas em Brasília, como também remover as já existentes. É justamente daí que surgiu a idéia de transferir as 82 094 pessoas que habitávamos complexos de invasões do IAPI, para Ceilândia – ainda sem este nome e sem área predeterminada naquele momento. O argumento era que nessa nova área haveria “infraestrutura capaz de atender as solicitações de seus novos moradores, bem como,” o de “acompanhar e orientar par e passo a consolidação desse plano”, o qual se desenvolveria de acordo com as diversas etapas previstas para este processo pela Secretaria de Serviços Sociais.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

11

I DIAGNÓSTICO DE BRASÍLIA:

Antes da implantação de Brasília, o fluxo migratório proveniente das regiões norte e nordeste era dirigido especificamente para o sul do país, onde a industrialização abria perspectiva de absorção de grande número de pessoas. Com a aceleração desta industrialização, e com as necessidades sempre crescentes de mão-de-obra especializada para operar na indústria, este fluxo, por ser intenso, era flutuante dentro daquela própria região, devido sobretudo ao baixo índice de especialização do migrante recém-chegado.

(antes de Brasília)

Com a criação de Brasília, este fluxo flutuante sulino foi então catalizado para a região centro-oeste, onde a construção civil passou a abrir amplas

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

**Fig. 11.**GDF- Secretaria de Serviço Social. (1973). Página 11 do documento Ceilândia. Diagnostico de Brasília. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal (cf. GDF, et. al., 1973).

perspectivas de aproveitamento dessa mão-de-obra não especializada.

Paulatinamente, Brasília foi despertando interesse por todo território nacional, sobretudo nas regiões norte e nordeste. Assim, movimentos migratórios que antes se dirigiam especificamente ao sul do país , passam a ter suas rotas alteradas para a região centro - oeste.

(depois de Brasília)

Progressivamente então, Brasília foi "engordando" em termos demográficos, e, devido a sua característica básica de "cidade administrativa", não pôde ela, após sua consolidação, dar condições sociais e econômicas aos que a fizeram nascer, tendo em vista ser o seu mercado de trabalho altamente elitizado.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

**Fig. 12.**GDF-Secretária de Serviço Social. (1973). Página 12 do documento Ceilândia. Diagnostico de Brasília. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal (cf. GDF, et.al., 1973).

O "candango", como passou a ser chamado o operário que construiu Brasília, permaneceu então absorvido apenas no setor da construção civil, tolhido assim de uma melhora na renda salarial. Somando-se a essa baixa renda salarial as constantes flutuações do mercado de trabalho ( setor da construção civil) e ainda a desenfreada super valorização do lote, fruto da especulação imobiliária, ficou o "candango" sem meios para a aquisição ou construção de sua casa própria.

Cidade Satélite e Invasões

Brasília se viu então às voltas com grave problema social. Antes mesmo de atingir metade da população prevista, a capital vê proliferar no seu entorno as chamadas cidades satélites que, quando da elaboração do plano diretor, seriam implantadas somente após o plano piloto ter atingido sua totalidade populacional (500 a 700 mil habitantes).

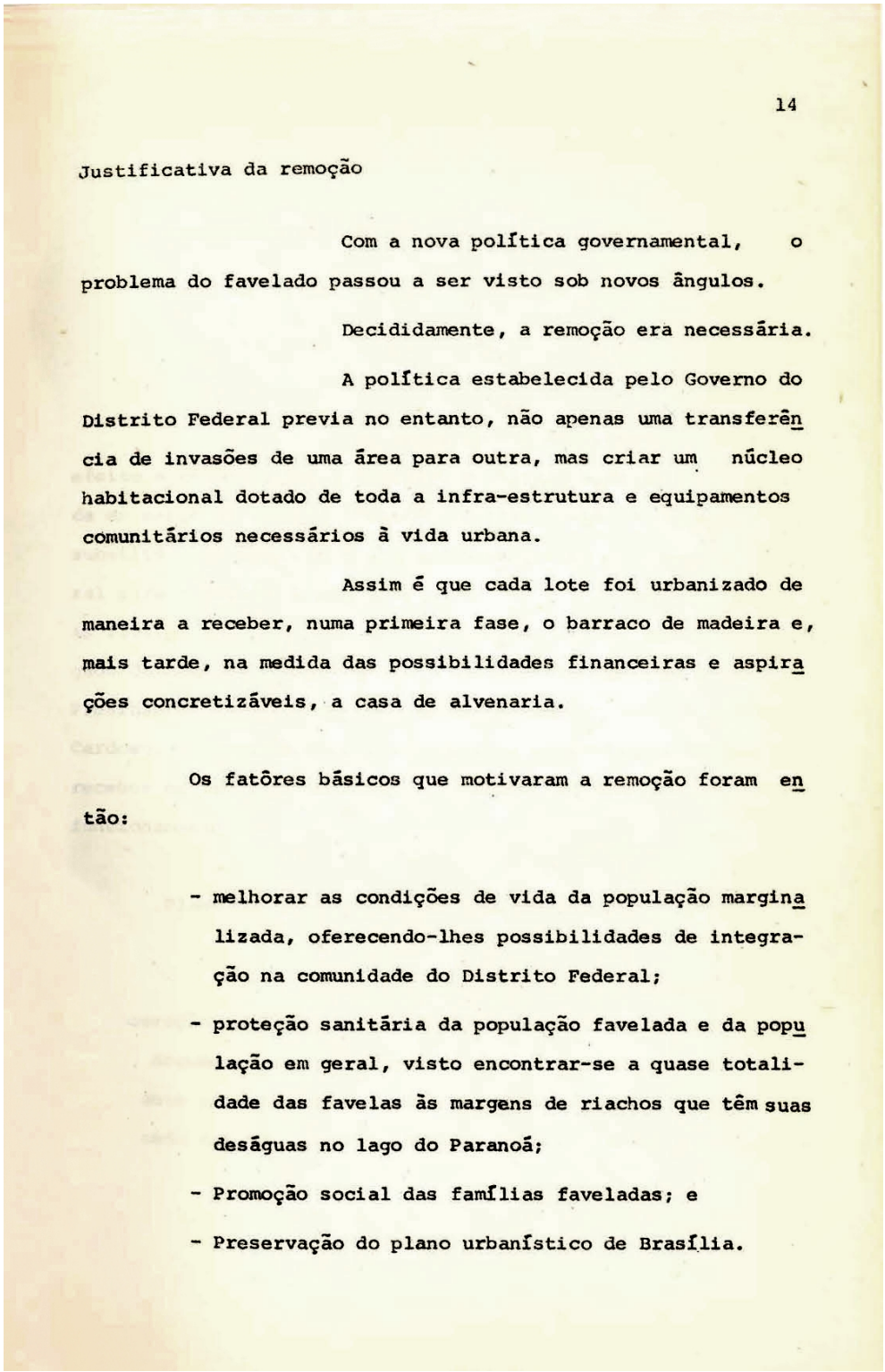
Paralelamente, desenvolvia-se dentro do plano piloto pequenos, mas inúmeros focos de invasões, na maioria das vezes em torno de canteiros de obra, e alí permanecendo após a conclusão das mesmas.

Ações de remoções eram efetuadas, contudo, por não obedecerem critérios pré-estabelecidos, funcionavam simplesmente como "transferência de favelas".

Foi assim que teve início a chamada "pequena invasão do IAPI" que, posteriormente, somada aos agrupamentos favelados denominados: Vila Tenório, Vila Esperança , Vila Bernardo Sayão e Morro do Querozene, transformou-se na grande invasão do IAPI, que contava com mais de 80.000 habitantes, vivendo, em aproximadamente, 15.000 mil barracos em condições sub-humanas.

**Fig. 13.** GDF-Secretária de Serviço Social. (1973). Página 13 do documento Ceilândia. Diagnostico de Brasília (cf. GDF, et. al., 1973).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA



14

Justificativa da remoção

Com a nova política governamental, o problema do favelado passou a ser visto sob novos ângulos.

Decididamente, a remoção era necessária.

A política estabelecida pelo Governo do Distrito Federal previa no entanto, não apenas uma transferência de invasões de uma área para outra, mas criar um núcleo habitacional dotado de toda a infra-estrutura e equipamentos comunitários necessários à vida urbana.

Assim é que cada lote foi urbanizado de maneira a receber, numa primeira fase, o barraco de madeira e, mais tarde, na medida das possibilidades financeiras e aspirações concretizáveis, a casa de alvenaria.

Os fatôres básicos que motivaram a remoção foram então:

- melhorar as condições de vida da população marginalizada, oferecendo-lhes possibilidades de integração na comunidade do Distrito Federal;
- proteção sanitária da população favelada e da população em geral, visto encontrar-se a quase totalidade das favelas às margens de riachos que têm suas deságuas no lago do Paranoá;
- Promoção social das famílias faveladas; e
- Preservação do plano urbanístico de Brasília.

**Fig. 14**.GDF- Secretaria de Serviço Social. (1973). Página 14 do documento Ceilândia. Justificativa da remoção. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal (cf. GDF, et. al., 1973).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

### 3.2.1
### Fases da Remoção

Havia anteriormente um Grupo de Trabalho voltado para soluções do problema das invasões, o qual étransformado alguns meses depois em Comissão de Erradicação de invasões.( cf. GDF, *et al*., 1973)

> A primeira medida concreta para levar a efeito a remoção, foi a Comissão de Erradicação de Favelas criada em março de 1970. A *Comissão de Erradicação de Favelas* veio substituir um *Grupo de Trabalho* já existente no Distrito Federal para o estudo do problema "invasões", como são designadas ' as favelas no D.F., contando com representantes dos diversos órgãos do Complexo Administrativo do Distrito Federal, e sob presidência do Secretário de Serviços Sociais, Dr. Otomar Lopes Cardoso, a Comissão teve sua estrutura organizada e passoua receber os recursos materiais e financeiros necessários ao seu funcionamento(GDF, et al., 1973, p.15, grifos meus).

Este Grupo de Trabalho relatado no trecho acima, foi criado a partir do Decreto N.º 1196 de 29 de outubro de 1969 para estudar e propor medidas para a erradicação das favelas da Invasão do IAPI e Vila Tenório"[46]. Por sua vez,cinco meses depois,o Decreto de nº 1.313 de 19 d e março de 1970, o transforma em Comissão de Erradicação de Favelas. (cf. GDF, et al., 1969, et GDF, et al., 1970)

A Comissão de Erradicação de invasões cria o Plano de Erradicação das Favelas, a qual foi dividida em quatro fases: 1ª - Preparação; 2ª- Motivação; 3ª- Remoção; 4ª- Consolidação

> Uma das primeiras medidas tomadas, pela comissão de Erradicação de Favelas foi a elaboração do *Plano de Erradicação das Favelas* do Distrito Federal, documento que focaliza o problema "invasões" como resultante principalmente da migração intensa para Brasília procurando dar uma solução adequada à realidade do Distrito Federal.*Dividido em quatro partes*, faz uma análise sociológica das "invasões", e propõe uma programação que objetivasse não apenas sua remoção de uma área para outra, mas erradicar de fato as "invasões" com projeto habitacional, de promoção social das., famílias e de medidas de prevenção contra a formação de novas invasões no Distrito Federal. (GDF, *et.al*., 1973, pp. 15-16, grifos meus)

[46] Na verdade, se tratava de um complexo "ocupações indesejadas" (denominado invasões com objetivo maldoso de criminalizar o desejo das classes menos privilegiadas em seu desejo de residir em Brasília) localizados às proximidades da Cidade Satélite do Núcleo Bandeirantes (Antiga Cidade de Livre), formado pelas invasões Vila IAPI, Vila Esperança, Vila Tenório, Vila Bernardo Sayão, Morro do Urubu, Morro do Querosene, Placa das Mercedes e outros pequenos aglomerados, os quais somavam 82. 094 mil pessoas.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

### 3.2.2
### A Preparação

Ao ler todo original de um documento histórico que registra todo processo do *plano social de Ceilândia*[47] – cujo título é simplesmente "Ceilândia" (GDF, et al., 1973)[48]– percebe-se que criação da própria Comissão de Erradicação de Favelas pode ser considerada como uma ação inscrita dentro desta primeira etapa de preparação.

Nessa etapa de preparação foi proposta pela comissão uma pesquisa socioeconômica para coletar dados da população que seria removida. Pretendiam saber a renda familiar, o número de crianças em fase escolar, a quantidade de analfabetos;bem como o número de portadores de necessidades físicas e psiquiátricas, o número de barracos; sobretudo os ocupados por solteiros sem dependentes. Com base nesses dados, e feita a escolha do terreno, seria proposto o Plano Urbanístico, que, como se sabe, foi concebido por Ney Gabriel de Souza, quem já tinha vinha trabalhando na elaboração de projetos voltados para Cidades-Satélites ( *cf.idem,ibidem*).

A respeito do plano urbanístico ou do "plano físico da Cidade" (como o processo de concepção desse plano é referido no documento histórico) esse ao ser objeto de estudo protagonista da presente dissertação de mestrado em arquitetura, será apresentado com mais detalhes em capítulo específicomais adiante.

De retorno às ações de preparação, diante dos dados já levantados na pesquisa socioeconômica e a definição do terreno do novo local – e finalizado o plano urbanístico – elabora-se  um o projeto de remoção o qual foi concebido por uma equipe interdisciplinar que definiu todos os procedimentos, tais como de treinamento de pessoal para a ação removedora, os critérios para a instalação dos erradicados na nova cidade; bem como a estrutura de trabalho, o efetivo de profissionais para os trabalhos em campo ( *cf. idem. ibidem*)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

[47] Usamos esta expressão para designar o plano de política socioespacial da Campanha de erradicação de favelas que culminou com o surgimento de Ceilândia

[48] Há um subcapitulo na dissertação que contamos o processo de buscas e o encontro com este importante documento de 1973.

NÚMERO DE BARRACOS E RESIDENTES NAS INVASÕES

QUADRO I

julho/70

| INVASÕES | BARRACOS | RESIDENTES de 0 a 7 anos soma | RESIDENTES de 0 a 7 anos % | RESIDENTES TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| IAPI | 10 165 | 16 261 | 33 | 48 836 |
| Vila Tenório | 2 106 | 2 816 | 27 | 10 128 |
| Vila Esperança | 1 629 | 2 172 | 28 | 7 627 |
| Vila Bernardo Sayão | 359 | 575 | 32 | 1 792 |
| Vila Querozene | 348 | 598 | 34 | 1 745 |
| TOTAL | 14 607 | 22 422 | - | 70 128 |

Através dos dados apresentados no quadro acima, podemos verificar que 1/3 da população residente nestas invasões se constituia de crianças até 7 anos. É importante enfatizar que dos 14 607 barracos residiam crianças em 11 203 deles, correspondendo assim a 76% dos barracos residenciais e comerciais. Este dado veio facilitar aos órgãos do governo as previsões na aplicação de recursos em obras de infra-estrutura e equipamentos comunitários, como: água, energia elétrica, pavimentação, centros sociais, escolas, postos de saúde e play - grounds, para atender as necessidades da população. O gráfico abaixo nos dá uma visão global dos dados mencionados.

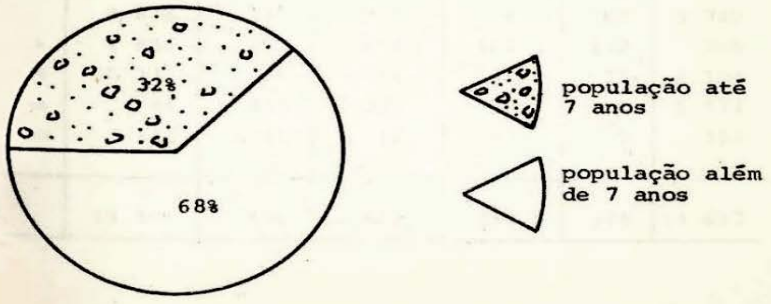



**Fig. 15**. Página 12 do documento Ceilândia. (1973) Justificativa da remoção. Ver no quadro I O número de barracos levantados Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal(cf. GDF, et. al., 1973, p.17).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

RENDA BRUTA FAMILIAR

QUADRO 2

| Classes de Renda Em CR$ | Número de Barracos | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | IAPI | Tenório | Esperança | B.Sayão | Queroz. | Total |
| Zero | 181 | 18 | 13 | 3 | 5 | 220 |
| De 1 a 178 | 2 878 | 332 | 267 | 94 | 169 | 3 740 |
| De 179 a 356 | 4 886 | 822 | 678 | 187 | 132 | 6 705 |
| De 357 a 534 | 1 330 | 429 | 354 | 46 | 25 | 2 184 |
| De 535 acima | 748 | 484 | 305 | 29 | 8 | 1 574 |
| Desempregado | 142 | 21 | 12 | - | 9 | 184 |
| T O T A L | 10 165 | 2 106 | 1 629 | 359 | 348 | 14 607 |

**Fig. 16.**GDF- Secretaria de Serviço Social. (1973). Quadro 2- Renda Bruta. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal(cf. GDF, et. al., 1973, p.18).

ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO REMOVIDA

QUADRO 3

julho/70

| CURSOS | Número de estudantes | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | IAPI | Tenório | Esperan. | B.Sayão | Queroz. | Total |
| Primário | 6 991 | 1 553 | 1 258 | 342 | 277 | 10 421 |
| -Supletivo | 1 911 | 502 | 407 | 59 | 68 | 2 947 |
| Ginásio | 875 | 657 | 434 | 56 | 33 | 2 055 |
| Normal | 16 | 16 | 6 | - | - | 38 |
| Colegial | 73 | 88 | 32 | 6 | 2 | 201 |
| Técnicos | 19 | 43 | 14 | 1 | - | 77 |
| T O T A L | 9 885 | 2 859 | 2 151 | 464 | 380 | 15 739 |

**Fig.** 17GDF- Secretaria de Serviço Social. (1973). Quadro 3- Escolaridade da População. Arquivo Público do Distrito Federal(cf. GDF, et. al., 1973, p.21).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

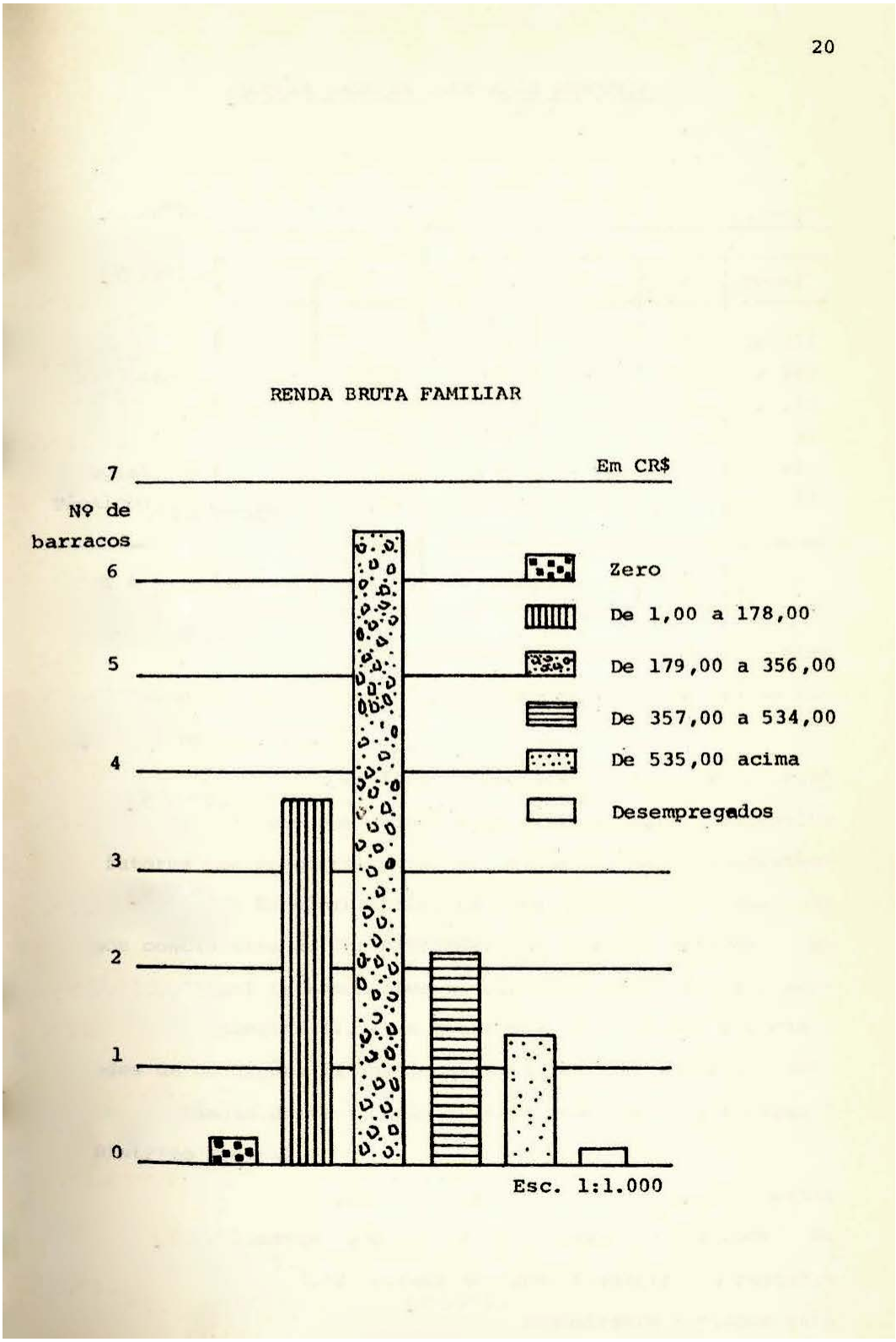



Fig. 18GDF- Secretaria de Serviço Social. (1973) Diagrama da Renda Bruna familiar. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal (cf. GDF, et.al., 1973, p.20).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

### 3.2.3
### Motivação da população

Definido as ações a partir da elaboração do projeto de remoção, destacam-se desta etapa: 1º- Ações comunitárias; 2º- A criação do Grupo Executivo de Remoção- GER;3º- A tão mencionada Campanha de erradicação de invasões - a famosa CEI, cuja a sigla veio ser usada para dar nome ao então mais novo núcleo urbano do Distrito Federal ( *cf.idem,ibidem*).

#### 3.2.3.1
#### As ações comunitárias

Estas tiveram o objetivo de integrar a população a ser removida no processo de erradicação. Nesse sentido também visou líderes locaispara a motivação dessa população para aceitasse a remoção imposta pelo Governo do Distrito Federal; em sua alegação de que haveria na nova cidade melhoria nas condições de vida, tantos habitacionais, quanto das humanas ( *cf.idem,ibidem*).

A respeito dos visados líderes das ações comunitárias, veremos mais adiante trechos do depoimento oral concedido por Gonçalo Bezerra ao ArPUF; personalidade esta cuja trajetória e protagonismo dentro do processo de surgimento Ceilândia, digamos assim, nos confundem. Isso porque dado o caráter duplo do que representou este momento da história de Brasília, por um lado Gonçalo pode ser entendido como “ferramentas” usada para pelo GDF para logra uma solução para o problema que a invasão do IAPI representava para o governo, ou por outro, lado como um grande Guerreiro[49]. Nesse sentido as memórias do “pai de Ceilândia” são cheias de detalhes, que enriquecem o entendimento desse emblemático momento da história urbana da Brasília metrópole.

#### 3.2.3.1.1
#### A criação do Grupo Executivo de Remoção- GER

A criação do GER demandou 269 pessoas para a remoção dos 14.607 barracos identificados no complexo de invasões do IAPI durante as pesquisas em campo. O GER tinha uma equipe de serviço social responsável direto pela a

[49] Não há a intenção de denegrir a imagem de Gonçalo, muito pelo contrário, seu protagonismo é aqui encarado como exemplar. No entanto, sabe-se que nos meios políticos o jogo é sujo, o qual se aproveita até mesmo dos sonhos das pessoas. Assim, apenas é lançado um olha crítico sobre o fato. Nesse sentido entendemos também que as conquistas são parciais, apresentando assim aspectos positivos e negativos.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

orientação das pessoas (indesejadas para ficarem dentro do Plano Piloto ou muito perto dele) que seriam removidas. Foram feitas de reuniões semanais das assistentes sociais com este contingente erradicável. As assistentes sociais também recebiam as solicitações e sugestões desta comunidade.

Ainda segundo GDF, havia até mesmo um serviço de plantão no qual equipe do GER prestava esclarecimentos a respeito dos critérios para o recebimento dos lotes, datas da remoção e de como se daria a ação removedora. Ainda neste quesito informação, foi feita até mesmo uma campanha publicitária junto ao departamento de comunicação social da Universidade de Brasília, em que foram utilizados panfletos e cartazes, e alto-falantes.

> Houve, por parte da população a ser erradicada, resistência. Se defendiam alegando que o local para aonde iam era longe do trabalho, ficava no meio do cerrado, e que iam se distanciar da vizinhança que tinham nas invasões, alegavam também “que, se desmontassem o barraco, as tábuas velhas, [...] não dariam para fazer outro do mesmo tamanho. [...]
>
> Iniciou-se, então um trabalho de preparação da população para a transferência por meio de líderes naturais, das escolas, igrejas, (...). Esse trabalho constou de (...) distribuição de cartazes, folhetos e visitas a nova área, com todas as informações sobre a futura cidade, e obviamente, usando de todo um conjunto de estratégias psicológicas (...) para tais fins. (VIEIRA& COSTA NETO, 2009 p 29

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

#### 3.2.3.1.2 A CEI

Por fim, ressalta-se foi dentro desse processo de convencimento que surge a emblemática Campanha de erradicação de invasões - a famosa CEI - a qual era na verdade uma entidade de fins sociais, liderada por Vera de Almeida Silveira, esposa do Governador Hélio Prates da Silveira, ou seja, pela primeira dama do Distrito Federal à época da criação de Ceilândia.

> [...] Vera de Almeida Silveira, atuava paralelamente ao Serviço Social. Tendo por slogan "A Cidade éuma só", a CEI foi criada com os objetivos de esclarecer apopulação do DF sobre as necessidades de remoção e de sensibilizá-la para obter sua colaboração, mediante o fornecimentode materiais de construção, alimentos, roupas e materiaisescolares.
>
> A CEI abriu um Bazar que vendia a preços simbólicos e, com essa arrecadação adquiria novos materiais, atendendo assim às necessidé1des mais imediatas da população.
>
> Como as famílias passavam todo o dianos trabalhos de reconstrução dos barracos, a CEI empreendeuum programa de ajuda alimentar que, através do fornecimentode uma sopa, lei te, pão, café e frutas, procurava facilitaro primeiro e mais árduo dia passado no novo núcleo, e evitarque fossem feitas maiores despesas por parte dos transferidos.

> Buscava assim o trabalho voluntário integrar seus esforços aos do Governo, a fim de proporcionaras melhores condições a todas as famílias (GDF, et al., 1973, p.33).

### 3.2.4
### A Remoção

A remoção se deu  no dia 27 de março de 1971, durante um processo de trabalho que teve mais de 11 meses, terminando no dia 09 de março de 1972(GDF, et al., 1973).

Com projeto de remoção definido pela equipe interdisciplinar da campanha de erradicação de favelas (CEF – confundir com a CEI) desenvolveu os seguintes critérios para a distribuição dos lotes em Ceilândia:

1– Não possuir bem imóveis no distrito Federal; 2– Ser residente nas vilas a serem removidas na época que foi realizada a pesquisa da secretaria de serviços sociais, mesmo que fossem inquilinos, sendo que no caso dos solteiros, estes só teriam o direito se fossem os proprietários; 3– Donos de mais de um barraco só receberiam apenas um lote em Ceilândia. A fonte histórica (cf. GDF, et al., 1973) relata que “na prática não houve muita rigidez na observância destes critérios “, durante a remoção, de forma que mais famílias foram atendidas.(ibidem, p.34),

A preparação dos que iriam trabalhar na operação foi realizada em fevereiro de 1971, por meio de um treinamento composto por duas etapas, nas quais foram expostos os critérios para recebimento dos lotes, o histórico das etapas já realizadas da campanha de erradicação de invasões, esquemas de trabalho, “além da caracterização dos habitantes das invasões, visando” preparar a equipe para a abordagem da população a ser removida (cf. *ibidem loc*. cit.).

Treinada a equipe, foram a campo segundo as estratégias traçadas pelo plano de erradicação. São eles:

> As famílias recebiam as orientações dobre o dia da mudança, com uma antecedência de duas semanas.
>
> Nesta ocasião era realizada uma visita pela equipe de Serviço Social, que comparava os dados obtidos na pesquisa com os atuais, visando confirmar o direito ao lote na Ceilândia e fornecer toda documentação: aviso de transferência, o atestado para obtenção de dispensa do trabalho por 5 dias, guia de transferência escolar etc.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

> Os casos sociais também eram estudados e, de acordo com as soluções, encaminhados.
>
> No dia da desmontagem dos barracos, permaneciam junto às famílias um assistente social e uma enfermeira para orientar nas emergências surgidas.
>
> A média de barracos transferidos foi de 50 por dia. Houve época em que se chegou a um número de 120, com a participação das famílias que se mudaram por conta própria, necessitando para isto apenas de receber a orientação e os documentos exigidos.
>
> Chegando na Ceilândia, as famílias eram recebidas por outra equipe de assistentes sociais, topógrafos e outros auxiliares.
>
> Os caminhões iam diretamente ao Escritório Imobiliário da NOVACAP onde se procediam às providencias legais: assinatura da documentação referente ao lote, do qual seriam ocupantes. Em seguida, dirigiam-se aos lotes em companhia do topógrafo, e do auxiliar social.
>
> Esta última fazia uma entrevista com as famílias orientando-as com relação à localização do barraco a ser construído no fundo dos terrenos, deixando-se a (p. 35/36) frente para a futura residência de alvenaria, ficando os trabalhos de demarcação do terreno a cargo do topógrafo
>
> Também no que tange as atividades de orientação de construção das fossas, ao local destinado ao lixo e ao encaminhamento das crianças para vacinação no posto médico, eram de competência do auxiliar social. Outra medida a ser tomada de imediato, era a pequena barraca para abrigar as crianças durante o dia, enquanto se remontava o barraco de madeira.
>
> Quando se tratava de viúvas, e chefes de família inválidos, por exemplo, havia uma equipe especial de carpinteiros do GER para remontagem do barraco, o que, nos casos normais era feito pelos próprios chefes de família ajudados por amigos e parentes.
>
> Uma vez concluídos os trabalhos de reconstrução dos barracos, os assistentes sociais visitavam cada família fornecendo os primeiros dados com relação ao seu novo habitat (lojas, bazar da CEI, água, etc.) e a possibilidade de regularizar sua documentação (certidões de nascimento, casamento, etc.) no escritório montado com esta finalidade, no bazar da CEI(ibidem, pp. 35-36.)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

### 3.2.5
### Consolidação

Feita a remoção, deu-se início a uma nova etapa da erradicação. Foi proposta uma ação conjunta com a intenção de fazer com que a população erradicada complexo de invasões do IAPI também participasse do desenvolvimento urbano da recém surgida (para todo mundo ver) Ceilândia. O objetivo era consolidar a cidade, e por sua vez, dar por efetivamente erradicada, a indesejadas invasões do IAPI. (cf.GDF, et al., 1973)

Para assegurar que de que o processo de erradicar a presença indesejada invasão do IAPI, e garantir o êxito de Ceilândia, o Governo do Distrito Federal

transformou o *Grupo Executivo* (ou Grupo erradicado de indesejáveis) *em Grupo Executivo de Consolidação de Ceilândia*, o qual também seguiria atrelada a Fundação do Serviço Social, sendo que "com relativa autonomia". Segundo o GDF o eu objetivo era: "assegurar o processo de remoção realizado e permitir o desenvolvimento comunitário. Assim, visando esta consolidação foi proposta duas frentes para o desenvolvimento urbano de Ceilândia:

> –Melhoria do nível de vida e promoção do desenvolvimento da população através de programas, projetos de Serviço Social e de projetos de habitação popular;
>
> – ampliação E melhoramento dos serviços públicos (água, luz, rede escolar, pavimentação etc.) (ibidem, p.37)

## 3.3
## O plano social de Ceilândia contado a partir de autores

Leão Hamaral (2011) a partir do livro "Ceilândia e História é Essa", registra a história do plano social da Campanha de Erradicação de Favelas a partir do depoimento de Gonçalo Gonçalves Bezerra, um retirante cearense que acreditou no "sonho" de Brasília, cujo

> [...] os historiadores chamam de o pai de Ceilândia. Pai, conforme o ditado popular, é aquele que cria. Gonçalo foi o cidadão que na manhã do dia 11 de março de 1969, comandou a assembleia com a presença de 200 moradores da então invasão do IAPI para fundar a APROMOVE, associação de moradores daquela que, à época, era a maior ocupação ilegal de terras públicas do Distrito Federal.(ibidem., p.?)

Gonçalo Gonçalves sai de Poeiras – sua cidade natal – em 1958 rumo às obras da nova capital em viagem feita de pau-de-arara. Ao chegar trabalha inicialmente como servente de pedreiro.

> Ganhar dinheiro era, para a totalidade dos operários, a grande meta. O dinheiro tão sonhado pelos operários era farto no início de Brasília. Não havia desemprego. Os salários eram compensadores. E, com dinheiro no bolso, aqueles operários logo sentiam necessidade de voltar á terra natal. Na cabeça, levavam estórias para conotar e nos bolsos, o dinheiro ganho na construção civil.
>
> Porém, Gonçalo lembra que, como ocorreu com ele, ocorreu também com a maioria dos que retornava à terra natal. Tão logo o dinheiro acabava, era comum os operários retornarem a Brasília e, desta vez, retornavam trazendo suas famílias. (ibidem.p.15)

Nesse sentido, depois que Gonçalo Bezerra chegou ao Distrito Federal ficou apenas um ano, quando decidiu voltar a sua terra natal em 1961. Tempo depois, decide regressar novamente à Brasília. Já em terras brasilienses, casa-se e vai viver com sua esposa em uma chácara nas proximidades da Vila Tenó-

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

rio, vila esta que também ficava às proximidades do Núcleo Bandeirantes. No entanto, diante das dificuldades de locomoção para o canteiro de obras no qual trabalhava na Asa Norte, decide se mudar para um barraco a ser construído ali nas proximidades, e em uma das muitas invasões que ficavam em torno dos canteiros das obras de construção de Brasília. Todavia, ao buscar o lugar ideal, quando nem mesmo havia construído sua "nova" residência, eis que surge um funcionário do governo para adverti-lo, de que ali não era permitida a construção de barracos. "Cabra arretado", como são tidos os nordestinos, Gonçalo diria ao funcionário do governo que faria, sim, o barraco, e que para ele iria se mudar no dia seguinte. Já devidamente instalado com sua esposa no novo lar, diante se sua ousadia invasora das terras de Brasília, os funcionários do governo batem à sua porta para levá-lo à delegacia. "E lá foram eles, o invasor e o pessoal do Governo (*cf. ibidem*, p.15).

> O episódio teria consequências positivas tanto para o invasor quanto para o governo. Informado pelo delegado que o problema das ocupações irregulares de terras públicas se agravava mais e mais, Wadjo da Costa Gomide, então prefeito do Distrito Federal, determinou, após conversa rápida com o invasor Gonçalo que todas as favelas existentes no Distrito Federal teriam que ser removidas para uma única área: a Invasão do IAPI [...][50] (ibidem, p.16).

De nossa parte, acreditamos que embora não tivesse este nome e nem fosse institucionalmente uma cidade, Ceilândia nascia justamente neste momento da remoção das diversas invasões verificadas dentro de Brasília para as proximidades do IAPI, próximo ao Núcleo Bandeirantes[51](antiga Cidade Livre [até 1960]).

Tempos depois (algo entre 1968-1969), já constituída a transferência das invasões verificadas próximas aos canteiros de obras da construção de Brasília para a Invasão do IAPI, Hamaral (2011) acrescenta que quase todos seus habitantes eram pessoas carentes, sendo alguns até mesmo miseráveis. Além do mais, os "invasores foram transferidos para esse outro lugar, que além se localizar bem longe dos respectivos postos de trabalho, era também em um local sem

[50] Não conseguimos precisar o ano do retorno de Gonçalo Bezerra para Brasília, nem a efetiva data da transferência das diversas invasões próximas as obras de Brasília para a área do IAPI, próximo ao Núcleo Bandeirantes. No entanto, ao se fazer as contas, constata-se que há um largo período entre o retorno de Gonçalo para sua terra natal, em 1961, e o período de duração da gestão do prefeito Wadjo da Costa Gomide, a qual se deu entre 1967-1969. Diante destas datas, e a respeito da transferência das invasões para o IAPI, acreditamos que a mesma provavelmente se deu entre 1968 e 1969, para posteriormente, em 1971 haver a efetiva criação de Ceilândia.

[51] O Núcleo Bandeirantes fica a cerca de 12 km do centro do Plano Piloto.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

infraestrutura, e cheio de barracos improvisados feitos com tabuas velhas, lonas, telhas de chapa-asfalto etc. Para piorar, naquele contexto “os chefes da nação, em nome da ordem e do progresso, combatiam qualquer tentativa de organização popular” a ponto de muitos moradores da invasão serem contra a criação de uma associação de moradores para reivindicação de melhorias, visto que temiam represarias. Mas Gonçalo Gonçalves não. Conta o autor que pelo fato de ter o cearense uma formação intelectual superior a maioria de seus companheiros, diante das possibilidades de represarias afirmou: “mesmo no regime militar a Constituição brasileira rezava que era livre a organização do povo em associações. "Desde que estas tivessem como objetivo lutar por melhores condições de vida para seus associados." e que então, era o caso. (cf. ibidem, p.14).

Diante de tamanhas dificuldades de vida na Invasão do IAPI, eis que em assembleia do dia 11 de maio de 1969, a qual contou com cerca de 200 moradores da Invasão, Gonçalo Gonsalves teve a “ousadia para em pleno regime militar de exceção, em plena capital”, propor a fundação da APROMOVE: a Associação Pró-melhoramento dos Moradores da Vila do IAPI. (cf. ibidem, p.17)

> A decisão de tomar para si a responsabilidade pela fundação da associação de moradores foi tomada no impulso. Como todo nordestino, Gonçalo Gonçalves Bezerra também tinha o sangue quente, sangue de nordestino destemido, revoltado com as péssimas condições de vida naquele lugar onde até motoristas de praça, mesmo sendo excelentemente bem pagos, se recusavam a entrar para deixar seus passageiros tal era a imagem negativa da Invasão do IAPI. Para mudar aquela situação de total abandono a que estavam expostos os moradores, alguma coisa tinha que ser feita. E Gonçalo faria. [...]
>
> Ciente das condições políticas vigentes na época, sensível aos apelos do povo por alguém que o representasse e ao mesmo tempo sintonizado com o pensamento de quem governa a nação – os militares de linha dura – Gonçalo Gonçalves teve o cuidado de ouvir das autoridades militares os conselhos necessários para a fundação da APROMOVE. E foi assim, em sintonia com as lideranças políticas de então, que Gonçalo pediu o Advogado José Arnaldo da Fonseca, que redigisse o Estatuto da APROMOVE. Estatuto registrado no cartório localizado no Edifício Venâncio 2000 (ibidem, loc. cit.).

Mais adiante, Gonçalo

> “fora eleito pelos moradores o presidente da APROMOVE, quando coube a este uma tarefa considerara muito difícil para muitos e “temerária pelas implicações políticas que trazia em si: reivindicar do governo militar o investimento na Vila do IAPI para que seus moradores tivessem condições de moraria digna” (ibidem, p.20).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

No que que se segue o jornalista Leão Hamaral (HAMARAL, 2011) traz interessante informação, que nos dá os caminhos para entender porque até hoje Ceilândia tende ser associada a violência[52]:

> Havia um clamor por notícias desagradáveis já que a imprensa era censurada pelo governo. Assim, na impossibilidade de noticiar os fatos políticos do governo da ditadura, a imprensa massacrava os moradores das áreas ocupadas irregularmente, recaindo sobre a Vila do IAPI a responsabilidade por tudo de ruim que acontecia naquela fase da construção de Brasília. E era assim que a invasão do IAPI servia como luva à imprensa no seu propósito de vender jornal e aumentar sua audiência. Nada de bom que a Vila produzisse era noticiado pela imprensa. Resume Gonçalo. (HAMARAL, 2011, p.20)

Depois, é valido lembrar o que já foi ressaltado, era 1969 e Brasília estava já com quase dez anos, quando o presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira a entregou "pronta", e contrariando ao que era esperado, Brasília ainda seguiu como tema de estudos, e presente dentro das pautas da imprensa, tano nacional como internacional, diante de seu caráter de a maior realização urbana pautada nos ideais da arquitetura moderna; exercendo assim, espanto e admiração na comunidade internacional. (cf. HAMRAL, 2011)

E a partir de algumas elaborações de Leandro Hamaral, reescrito aqui de forma reformulada e agregada do que disso concluímos: havia então de um lado Brasília, aquela cidade obra de arte da arquitetura moderna, e além de tudo criada como "rosto" arquitetônico da pretensiosa mensagem do governo JK de que o país seguia no caminho certo; rumo à modernização e industrialização efetiva. E sim, também havia alguma verdade aí. No entanto, ainda que já colocada um pouco para fora do perímetro urbano propriamente dito de Brasília, havia aquela ocupação intrusa à modernidade da Capital; tão cheia de flagelados da seca nordestina, e outros marginalizados vindos das mais diversas regiões do país. Não, a Vila do IAPAI e seus barracos eram demais para suntuoso e belo Plano Piloto de Costa e as arquiteturas modernas abrasileiradas dos edifícios de Oscar Niemeyer. Em que, se considerando todo contexto político do governo militar, obcecado em mostrar que sabia tocar o país com ordem e progresso; urgia, portanto, solução esta verdadeira face da miséria, tão comum as demais cidades brasileiras, que insistia também mostrar suas faces em Brasília. Era necessária uma solução; precária que fosse, mas que com a mínima consonância com a

[52]Nesse sentido é valido lembrar também de tudo que apreendemos quando abordamos as noções socioespaciais, e mais especificamente quanto revisitamos alguns autores que tratam sobre a noções de marginalidade.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

técnica urbanística moderna aplicada ao urbano de Brasília. ( cf. ibidem, 2011, p.22)

De retorno a Hamaral, embora as condições físicas de habitação da Vila do IAPI fossem precárias justificassem a ação de Gonçalo de unir forças aos objetivos do governo militar de resolver aquele "desagradável problema, as condições do contexto político favoreciam a forma que o governo da época agiria, visto que "não havia nada que pudesse impedir o governo militar de agir"(cf. ibidem)

E eis outro detalhe importante desse processo: ao que se segueo autor identifica a partir de tudo que apreendeu do depoimento de Gonçalo Gonçalves – embora não possamos afirmar que foi de forma intencional por parte de Leão Amar – uma espécie de álibi perfeito para as possíveis acusações que poderiam vier de todas partes do mundo, de que todo este plano de gestão do território era na verdade a mais nítida política de segregação sócio espacial. Escreve:

> Mas havia um problema: a área onde ficava a Invasão do IAPI não constava no plano urbanístico de Brasília como área para moradia. E isto significava que o governo não poderia fazer nenhum tipo de investimento naquela área que, naquele momento, final da década de 1960, abrigava perto de 80 mil pessoas.
>
> Nada era permitido construir na área, conta Gonçalo. "Ouvi do próprio Wadjo da Costa Gomide, então prefeito do Distrito Federal, que o governo não podia fazer nada, por menor que fosse o investimento, para sanar os problemas lá do IAPI.
>
> [...], no entanto, o destino mudaria a história [...] O governo de exceção não poderia conviver com a calamidade representada pelas invasões nas quais não havia a mínima condição de vida. Para piorar mais aquela situação de miséria material na Invasão do IAPI novas famílias chegavam p.22/p23 todos os dias ao Distrito Federal e era na Invasão do IAPI que elas buscavam um lugar para viver.

E então mais adiante no subcapítulo "A Vila que poderia ter sido uma cidade", eis que Leão Hamaral curiosamente complementa:

> Embora deva ser lembrado por ter planejado uma cidade que pode ser considerada modelo, o governo da época poderia ter resolvido o problema habitacional da Vila IAPEI lá mesmo, prestigiando aqueles trabalhadores [...] [da][...] construção e Brasília [...] (HAMARAL,2011, p.57)

Então eis que se aproximava então o de materialização de Ceilândia.

> [...] no fim de 1969, cinco anos após a 'revolução de 1964', e com o General Emílio Garrastazu Médici no comando da nação, as favelas espalhadas pelo Distrito Federal e principalmente na área do Plano Piloto representavam um sério problema social e um desafio a ser vencido pelo governo militar – governo linha dura, que não hesitava em prender, torturar e sumir com seus opositores no campo político.[...] Naquele ambiente político nada auspicioso para a democracia participativa crescia a quantidade de favelas e o número de favelas no Distrito Federal. Portan-

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

> to era urgente solucionar o problema e, ter um líder comunitário do nível de Gonçalo Gonçalves Bezerra como aliado naquela tarefa gigantesca era muito importante para o Governo[53] chefiado pelo Coronel Hélio Prates da Silveira (HHAMARAL,2011, p.29)

Dentro contexto político do Distrito Federal,

> [...] A prefeitura do Distrito Federal, a famosa PDF, daria lugar ao GDF, ou seja, Governo do Distrito Federal. Era imperioso que o Distrito Federal tivesse seu próprio governo. Com tantos problemas exigindo soluções rápidas a então Prefeitura do Distrito Federal, ocupada por Wadjo da Costa Gomide não tinha estrutura e nem autonomia para impor as decisões necessárias ao ordenamento do território. p.23

> Emocionado, Gonçalo lembra que foi aí que assumiria o primeiro Governo do Distrito Federal o Coronel Hélio Prates da Silveira [...] um gaúcho [...]. p.23

Em que, foi em meio a esse momento, tanto da história nacional e da recente história urbana de Brasília - mais especificamente no dia 11 de maio de 1969 - que Gonçalo se reuniu com os moradores da Invasão do IAPI para tentar mudar a triste realidade em que viviam, proferindo na ocasião: “Hoje nós vamos mudar nosso destino.” [...] “Não se pode viver num lugar sem água, sem energia, sem segurança”. (cf. ibidem loc. cit.)

Nesse contexto, é que em 1969 , Brasília já havia sido inaugurada há praticamente 10 anos - nove para ser mais exato. (Brasília foi inaugurada em 1960),Hamaral acrescenta que nesta ocasião, tendo criado e sendo presidente da APROMOVE, Gonçalo Gonçalves diante de sua condição foi ao Palácio do Buriti, acompanhado de sua diretoria ao então Coronel *Hélio Prates Da Silveira*[54] cobrar providencias que trouxesse mais qualidade de vida para a Vila do IAPE:

> Diante do desafio imposto pela condição de presidente da APROMOVE, Gonçalo Gonçalves foi ao Palácio do Buriti, acompanhado de sua diretoria para dizer ao então Coronel Hélio Prates da Silveira: “Coronel, o senhor precisa fazer alguma coisa pelo povo da Vila do IAPI. Aquele lá é o povo trabalhador que constrói Brasília. Não é possível que o governo não veja as condições miseráveis da nossa vila”.Assustado e surpreso com a sinceridade e coragem daquele então cearense de Ipueiras, o então poderoso Coronel do Exército Brasileiro e governador Hélio Prates questionou Gonçalo: Ora essa, e o que podemos fazer nesse caso?”. Gonçalo então sugeriu ao Coronel Hélio Prates da Silveira que criasse uma nova cidade para a qual poderiam ser transferidas todas aquelas famílias de trabalhadores cuja a soma já ultrapassava a 80 mil habitantes. p.23

Então de acordo com Hamaral (HAMARAL 2001), foi nesse momento que Gonçalo então sugeriu ao coronel Hélio Prates que criasse uma nova Cidade

[53] Governo do Distrito Federal à época.

[54] Governador escolhido pelos militares.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

para a qual poderiam ser transferidas todas aquelas famílias de trabalhadores cuja a soma ultrapassava 80 mil pessoas. Como faz-se imaginar, este é um ponto de vista da história quase mitológico da História de Ceilândia pela perspectiva de um de seus pioneiros, inclusive Leão Hamaral observa que este diálogo entre Gonçalo e o Coronel Hélio Prates não foi registrado,

> O que foi registrado e está aí para quem quiser investigar, foi a imediata ação do Governo que resultou na fundação de uma cidade que se chamaria Ceilândia. [...]
>
> [e que] em sua casa, na QNM 20 da Ceilândia Norte, Gonçalo mostra a quem se interessar, recortes de jornais da época com matérias sobre áreas ocupadaspor-trabalhadores sem teto que, chegando a Brasília em busca de melhores condições de vida aqui encontrava chances de trabalhar na construção civil, mas por outro lado, não encontravam as condições para sua acomodação e menos ainda para acomodar sua família. [...]. No entanto, quando nem se falava em remoção, todos os barracos do IAPI foram numerados pela PDF- Prefeitura do Distrito Federal. (HAMARAL,2011, p.24)

Já a partir de Adirson Vasconcelos (1988) que é jornalista e escreveu "As Cidades Satélites de Brasília", transcrevemos um trecho no qual o autor descreve justamente o momento em que o Governo do Distrito Federal decide, enfim, criar uma cidade para alocar as cerca de 80 mil pessoas que habitavam no complexo de invasões do IAPI. Só que Vasconcelos dá sua versão ao processo de surgimento de Ceilândia dando o protagonismo ao papel desempenhado pelo governo, em que chamamos a atenção para a pessoa de Otomar Lopes Cardoso. Escreve Vasconcelos:

> Por esta época, no início da década de 70, era presidente do Brasil, o General Emílio Garrastazu Médici. E o Distrito Federal tem como seu governador o engenheiro [um militar para o cargo de Governador][55] Hélio Prates da Silveira [...]para a secretária de Serviços Sociais foi recrutado, do Rio Grande do Norte [estado de origem de Hélio Prates] um administrador experiente e muito sensível aos problemas sócias, de nome Otomar Lopes Cardoso, [...]. Otomar pouco conhecia Brasília. E de seus problemas sociais, quase nada. Para inteirar-se da cidade e de suas principais questões, procurou aproximar-se de uma conterrânea seu e amigo [...] trata-se do jornalista Edilson Cid Varela, diretor do Jornal 'Correio Brasiliense'[56] [...]. Logo na sua primeira visita ao Conterrâneo Edilson Cid Varela, este lhe disse [...]: [...] você precisa resolver o problema da Invasão do IAPI. Se você conseguir

[55] Fato a ser melhor estudado.

[56] O Jornal C. Brasiliense é até hoje um dos mais importantes jornais de Brasília. Há relator do livro do professor Manoel Jevan, (MANOEL 2007) o qual é morador de Ceilândia, que em muitos momentos da história da Cidade este jornal contribuiu para divulgar uma imagem de Ceilândia como violenta, chegando até chamar a cidade de "Barril de Pólvora" em associação ao formato do desenho da Cidade que lembra um Barril.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

> remover os faveladosdando melhores condições de vida, terá feito muito por Brasília (Vasconcelos 1988 p.57)[57]

No que se segue Vasconcelos (1988), relata que três semanas depois das sugestões do jornalista Edilson Cid Varela, (amigo de Otomar) ainda em janeiro de 1970 o Governador Hélio Prates convoca Otomar Lopes para tratarem das questões da pauta de Serviços Sociais. É quando apresenta ao Secretário de Governo e do Chefe da Casa Civil, uma solução para o problema,

**Fig. 19**. (autoria?) Acampamento dos pioneiros do Núcleo Bandeirante DF- (1957-1960?) fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.

[57] No livro de Adirson Vasconcelos (Vasconcelos 1988) não consta nenhuma referência bibliográfica para o que o autor escreveu.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

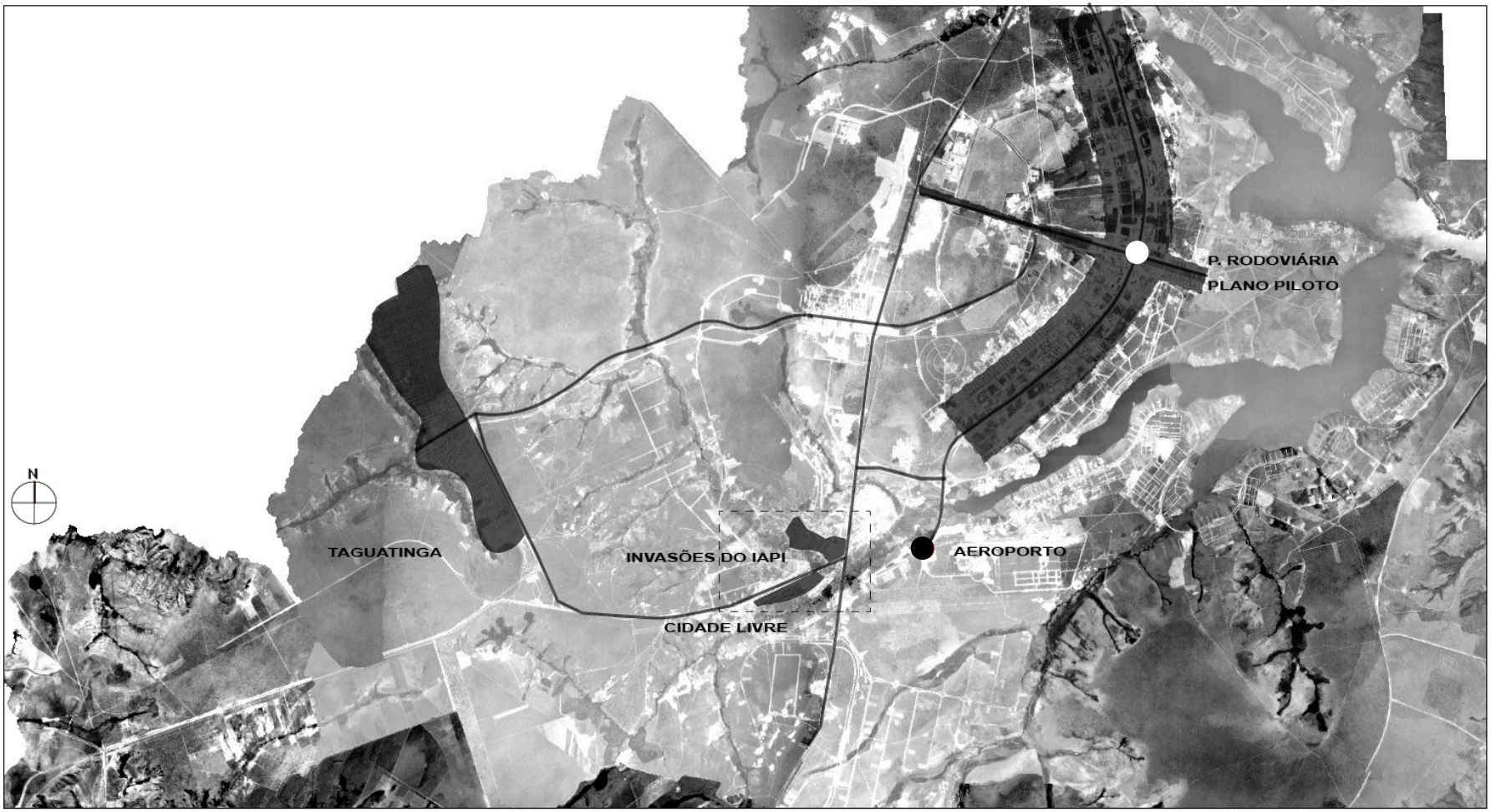



**Fig. 20**. Imagem original: Geoportal -IDE-DF- SEGETH.1964. Mapa com a localização da Invasão do IAPI. Desenho: David Sombra.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

**Fig. 21**. Imagem original: Geoportal -IDE-DF- SEGETH-1964. Ampliação da localização da Invasão do IAPI. Desenho: David Sombra.

### 3.3.1
### Pronto: erradicação concluída.

A descriçãoapresentada por José Vieira e Antônio Costa Neto(VIEIRA et COSTA NETO, 2009) sobre a solenidade da inauguração de Ceilândia nos dá a ideia de como foi o dia que, enfim, Ceilândia oficialmente se tornara uma realidade.

> [...] o Governador Hélio Prates da Silveira, acompanhado de seu secretário e da primeira-dama da cidade, D. Vera de Almeida, [...] dirige a solenidade de conclusão dos trabalhos de demarcação de 17.619 lotes na Ceilândia. No setor Norte de Taguatinga[58][...] No local, para onde estaria prevista a transferência de mais de 80 mil pessoas, uma turma de funcionários da Novacap realizou em 97 dias o trabalho de demarcação dos 17 mil lotes, além de 112 lotes especiais, 45.770 metros de linhas básicas, 76.030 metros de desmatamento para abertura de ruas, um trabalho previsão de ser concluído em 180 dias, gastando apenas 97 [dias] Sendo, portanto, um recorde absoluto em termos de realização deste tipo de de"[59][...]
>
> [...] houve uma abertura rápida da solenidade, dentro da 'casa-modelo'[60] que fora construída em Ceilândia, o coronel Delpho Pereira de Almeida, superintendente da Novacap, disse que a conclusão daquele trabalho, antes do prazo previsto, era uma demonstração da capacidade da Novacap e a confiança de seus integrantes na realização de uma tarefa. [...] com quatro meses de antecedência, o que vinha ao encontro do espírito empresarial que pretende imprimir a Novacap, tanto que o custo médio por km do serviço foi de Cr$ 98,49, o que coloca a companhia ao nível da empresa privada."[61]

Na prática, esta economia de recursos certamente significou que muita coisa ficou para os próprios transferidos fazerem, ou, que certamente a remoção foi caótica e irresponsável. Seria o momento da constatação de uma espécie "golpe" - mentira- por parte dos removidos? Ou no final das contas, isso não era o mais importante, já que agora – pelo menos em tese− haveria a posse de um pedaço da-terra esperança- que significou a construção de Brasília? Ao contrapor a ocupação de Ceilândia à do Plano Piloto, a população que recebeu direito de habitar os espaços ali construídos, e destinados aos funcionários públicos transferidos do Rio de Janeiro, os recebeu bem equipados, muitos dos quais contando até com banheira, paisagismo na quadra, escolas. "Assim, não há co-

[58] Ceilândia embora tenha sido divulgada como uma cidade, foi pensada inicialmente como um bairro da Cidade Satélite de Taguatinga.

[59] VIEIRA& COSTA NETO, 2009, 32

[60] Em uma visita de Campo, um especialista sobre a história de Ceilândia, o Professor Manoel Jevan, em conversa rápida relatou que esta casa modelo ainda existe; outro levantamento interessante para s para enriquecimento da pesquisa.

[61] (VIEIRA& COSTA NETO, 2009, p.33)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

mo negar; a diferença de ocupação salta aos olhos, e, como disse Holston (1993), os destinados a habitar Brasília a encontrariam pronta". E acrescenta-se aqui, já os destinados à Ceilândia, além de construir Brasília, estes teriam que se virar.

> O Superintendente da Novacap ao reconhecer o apoio que a imprensa deu à Campanha de Erradicação de Invasões, "agradeceu especialmente ao Correio Brasiliense a colaboração prestada, através de sua Mesa da Cidade, a penúltima página do primeiro caderno, que adverte à Novacap quanto aos problemas da cidade, pois a Campanha não tem olhos para ver tudo [...]Ao final, falou D. Vera de Almeida Silveira, presidente da Campanha de Erradicação de Invasões, "agradeceu a todos que colaboraram [...], 'inspirados nas mais nobres sentimento de solidariedade humana'. Emocionada, D. Vera de Almeida destacou a importância dos trabalhos de quantas pessoas, órgãos públicos e privados que se uniram seus esforços para possibilitar aquele momento.
>
> À Solenidade compareceram o Secretário de Serviços Sociais, Sr. Otomar Lopes Cardoso; o Secretário de Saúde, Dr. Álvaro Simões. O Secretário do Governo, Sr. Jairo Gomes da Silva; I chefe de Gabinete Civil do Governador, Senhor Caio Flávio da Silveira; [...]. Ao final, a comitiva se deslocou para a localização da última piqueta, fincada pelo governador Hélio Prates da Silveira, que abraçou, em companhia de D. Vera, os operários realizadores do trabalho, numa postura eminentemente populista, é claro." Seria assim iniciada a mudança de uma invasão que constitui 15 por cento da população de Brasília e implanta-se uma cidade maior que milhares de outras com mais de um século de existência. Demarcando novas perspectivas históricas para evolução do Centro Oeste de do Brasil inteiro".
>
> À Solenidade compareceram o Secretário de Serviços Sociais, Sr. Otomar Lopes Cardoso; o Secretário de Saúde, Dr. Álvaro Simões. O Secretário do Governo, Sr. Jairo Gomes da Silva; I chefe de Gabinete Civil do Governador, Senhor Caio Flávio da Silveira; [...] (VIEIRA& COSTA NETO, 2009, pp. 34-35)

Ao se comover em público, D. Vera de Almeida contribuiu para a criação de uma imagem do projeto da maior realização da CEI como algo construído com a força da união de todos, e para o 'bem' do povo. Assim, quem sabe, se ganhando mais simpatizantes para o projeto da Erradicação, e, espalhando sentimento de esperança ao erradicados.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

**Fig. 22**. (autoria?).1971. [título?]. A imagem sugere alguma solenidade realizada em Ceilândia. Sobre o palanque da esquerda para direita, tem-se uma desconhecida, a provável primeira Dama Vera de Almeida Silveira, na sequencia o Governador Hélio Prates da Silveira. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.

**Fig. 23.**[autor?]1970-Governador em visita a invasão IAPI-DF. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

## 3.4
## Depoimento de Gonçalo Gonçalves Bezerra

A seguir uma transcrição dos trechos considerados mais importantes do depoimento de Gonçalo Gonsalves concedido em 2001 ao “Programa de História Oral” do Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF).

Por se tratar de um longo depoimento optou-se por extrair os trechos mais significantes para o entendimento da história de Ceilândia. Conteúdos estes aqui separado por temas e transcritos das páginas 5 a 31 da bibliografia indicada.

### 3.4.1
### Apresentação do entrevistado

Gonçalo Gonçalves Bezerra, também conhecido como poeta Gongon, nasceu no dia 7 de setembro de 1939 na cidade de Poeiras, estado do Ceará, e é filho de Gonçalo Maria Bezerra com Francisco Fortunato Gonçalves. Com apenas 19 anos decide sair de sua cidade natal, motivado pelas dificuldades da vida na roça; situação, esta, piorada por uma seca terrível que se instalara na região nordeste nesse mesmo ano, coincidindo justamente com a época que Juscelino Kubitschek tocava polidamente a realização do plano de construção de uma nova Capital para o país.

No dia 20 de novembro de 1958 Gonçalo sai de Poeiras no Ceará rumo a Brasília. Durante a viagem, na qual veio de pau-de-arara sofre um acidente; quanto o pau-de-arara se colide com um caminhão e a carroceria do carro que trazia o jovem cearense foi atingida e Gonçalo quebra um braço, sendo hospitalizado em Floresta[62]. Nesta ocasião, alguns retirantes que também estavam no mesmo veículo, desistem de continuar a viagem, mas Gonçalo não, nem quis ficar muito tempo hospitalizado, eainda doente logo segue viagem rumo as obras de Brasília. “Chega a Brasília” (às obras de sua construção) no dia 04 de dezembro é do mesmo ano às 11 e 30 da manhã.

[62] Provavelmente a cidade de Floresta do estado de Pernambuco

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

Segundo o próprio, seu primeiro almoço nas terras da nova capital foi no SAPS, um restaurante popular localizado Velhacap[63], que ficava "na jurisdição do Núcleo Bandeirante, na Cidade Livre na época, hoje Núcleo Bandeirante"; almoço este que pagou na época apenas 15 centavos.

Instalado "na cidade" trabalhou inicialmente como servente de pedreiro na Construtora Civilsan, Engenharia Civil e Sanitária Sociedade, passando posteriormente a encarregado, e a apontador nesta mesma companhia. Tempos depois, passando a trabalhar no IAPB. Posteriormente, decide deixar de fiquei em empresas construtoras, passa a ser autônomo, dentre as funções exercidas como tal, foi como comerciário, e depois trabalha com "outras coisas".

Casado Com Raimunda Nair de Alves Bezerra, com teve cinco filhos: Rosália Alves Bezerra, Euripis Alves Bezerra, Rosalva Alves Bezerra, Roseane Alves Bezerra e Gabriela Alves Bezerra, depois dois que faleceram pequenos, então tem cinco filhos.

Ao ser perguntado sobre sua formação pela a entrevistadora, afirma que e é poeta e escritor, cordelista; em que também faz repente assim de improviso mas na ocasião da entrevista não estava se "dedicando a isso", e "apenas sou poeta, cordelista escritor e modesta à parte sou presidente da Federação da FENACREPE", e também do MBC, Movimento Brasileiro de Cordel. (cf. GONÇALO, 2001)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

### 3.4.2
### A entrevista

**Entrevistado**:Gonçalo Gonçalves Bezerra (GG)

**Entrevistadores**: Silvia Regina Viola de Castro (SR) e Viviane Irene Fonseca Dornas (VD)

**Assunto: a ida para Ceilândia**(GONÇALO, 2001, pp.8 -9)

[...]

(SR) - Agora porque que o senhor foi morar em Ceilândia?

---

[63] Incialmente a sede da companhia urbanizadora da Nova Capital ficava -NOVACAP- ficava aonde hoje fica a Candagolândia (ver fig. ?). Depois de transferida para sua sede definitiva, o local da antiga sede ficou conhecido como Velhacap.

(GG) - É uma história importante, o ex-prefeito de Brasília por nome Wadjô da Costa Gomide, era prefeito na época, nesse tempo não era GDF, era PDF, Prefeitura do Distrito Federal, essa Telebrasília esse tempo era COTEL, não tinha sido DTU para trás COTEL, a CEB era DFL. (Departamento Força e Luz).

(SR) - Era totalmente diferente?

(GG) - Era tudo diferente na época. Nós estávamos no IAPI, porque o prefeito Wadjô da Costa Gomide, tinha muitas invasões em Brasília, e ele resolveu remover essas invasões, todas para a invasão do IAPI, que esse IAPI exatamente foi no início de Brasília, o operariado ganhava a madeira nas construtoras e começava a fazer as casas para residente, fazendo invasões, tudo aquilo foi invasão, aqui nós não conhecemos, é só o Guará I e II não foram invasão, o resto tudo foi invasão, na época, e Ceilândia também não foi diferente, começando do IAPI, e lá nas imediações tinha a Vila do IAPI, tinha o Morro do Querosene, tinha a Vila Esperança, Vila Bernardo Sayão, Vila Tenório, Placa das Mercedes, Vila dos Carroceiros, Vila... é Bernardo Sayão já falei, e tinha o Morro do Urubu, chamava Morro do Urubu, não era praticamente uma vila, era uma sequência do IAPI, era uma continuação do IAPI o Morro do Urubu, era um lugar muito temido, um local de prostituição, era uma coisa terrível e dava muito e tal, é tanto que quando a gente vinha para o IAPI de táxi, que chegava lá nas imediações ninguém queria entrar, era um trabalho... vendo essa necessidade toda, o Wadjô Gomide resolveu, o prefeito, tirar todas as invasões e colocar no IAPI para depois criar um plano para aquele povo que já estava tudo em um lugar só, fez uma numeração por ordem alfabética, letra A, a1, a2, a3 comandava uma série de barracos, o B, tanto que o meu era letra D, lote parece que 16 rua Asa Norte, que eu tinha ido da Asa Norte para lá.

(SR) - Quer dizer que a rua era a letra e a casa era número?

(GG) - Era o número, exatamente era isso, para ele saber por ordem alfabética, dava o alfabeto todinho para saber quantas residências tinham para criar um novo planejamento, nós estávamos nessa dificuldade nós não tínhamos nada, nada, não tinha estrutura, infra-estrutura, não tinha nada, aí nós criamos a Associação Pró Melhoramento dos Moradores da Vila do IAPI baseados nessas associações de moradores do Rio de Janeiro, criamos essa Associação...

(SR) - Criou lá na Vila do IAPI?

(GG) - Na Vila de IAPI, isso foi no dia 11 de junho de 1969, criamos essa entidade, em plena ditadura, até muita gente não queria que a gente criasse na época e tal, não, mas... nós sabemos reivindicar, nós não criamos para desafiar o poder público, nós criamos...

(SR) - Vocês queriam o quê com a criação dessa Associação?

(GG) - A gente queria pedir alguma coisa para lá, ia até pedir depois da entidade criada, nós pedimos água encanada, pedimos esgoto, pedimos posto policial, pedimos posto de telefone, quer dizer, telefone pedimos, tudo aquilo que para uma cidade é necessário.

(SR) - E vocês conseguiram alguma coisa?

(GG) - Não, as respostas vinham o seguinte, consultando o Departamento de Arquitetura e Urbanismo do governo da PDF, não encontramos nem um plano de edificação daquela cidade, então ficamos impossibilitados de atender essa solicitação, chegamos a conclusão que nós estávamos exatamente marginalizados no submundo, nós pedimos o governo a remoção daquilo lá, ou então a fixação, nós estávamos nesse debate quando o prefeito Wadjô Gomide, criou o Guará I para resolver esse problema através do Sistema Financeiro da Habitação de um órgão

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

na época, que hoje é extinto, com o nome BNH, você deve lembrar do extinto B-NH, uma vez é.... uma vez assim essa... [...]

(GG) - O governador, o prefeito criando o Guará I para através do Sistema Financeiro da Habitação, atender as nossas solicitações, mas de imediato a gente já conhecendo a renda per capta do IAPI, de todo mundo, nós fomos ao prefeito fizemos uma [...] crítica construtiva, dizendo ao prefeito que ele jamais através do BNH, da SHIS, ele iria solucionar o problema geral daquelas invasões, por que a renda per capta do povo não se enquadrava nos planos da Habitação, então ele ia resolver parcial e a invasão continuava do mesmo jeito. (GONÇALO, 2001, pp.8 - 9)

**Assunto: formação da Vila do IAPI**(cf.ibidem , 2001, p. 10 et sec.)

(SR) - Certo, seu Gonçalo, o senhor sabe me dizer a formação dessa Vila do IAPI, Tenório, Esperança, Bernardo Sayão, Placa das Mercedes, Morro do Querosene, a origem das pessoas que eram assim, estavam acampadas no Plano Piloto, vamos dizer assim, foram para lá?

(GG) - Exatamente e havia [...] Agora, o que acontecia, respondendo a sua pergunta, é que o pessoal na época, as companhias tinham os alojamentos, todo mundo morava nos alojamentos, mas o camarada já tinha vontade de por exemplo, trazer a família, ele não poderia morar no alojamento com a família, aí [...] as obras desformava, ganhava aquela casa de madeira e fazia uma invasão, o lugar foi o IAPI, e aquilo foi crescendo, crescendo, crescendo, crescendo, crescendo [...] e ficou muito grande, e as Vilas adjacentes e por sinal um ponto atrativo muito grande,[já] que ali era o primeiro hospital de Brasília, Hospital Juscelino Kubitschek.

(SR) - Pois é, eu queria saber do senhor porque o nome de Vila do IAPI?

(GG) - Vila do IAPI, é [...] porque antigamente aqui em Brasília [...]cada Instituto era individual IAPI, IAPC, IAPTEC, não sei o que lá mais, depois foi que o presidente, na época o presidente Castelo Branco, [...] criou o INPS, [...] INPS Instituto Nacional de Previdência Social, então tinha o Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Estados, Pensão Bancários [...], e o IAPI realmente era o Instituto de Aposentadoria Pensão dos Industriários [...] que exatamente enquadrava o trabalhador da construção civil que éramos nós, então o nosso instituto era o IAPI, pagava o IAPI, então vila do IAPI porque lá era o hospital do IAPI, que até hoje tem, agora tem o nome de Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira.[...] [No] [...] governo Aparecido, ele até resolveu tombar esse hospital,[...], pois bem, como a invasão era próximo ao hospital então pegou Vila do IAPI.

(SR) - E as outras? Tenório.

(GG) - E as outras Vilas eram invasão. Vila Tenório era uma homenagem na época a Tenório Cavalcanti, que foi dos homens mais famoso do Brasil no Rio de Janeiro, então ficou Vila Tenório, dava o nome de Vila Tenório, Vila Esperança tinha uma esperança de no futuro ter uma esperança naquilo lá.

(SR) - E porque Morro do Urubu?

(GG) - Morro do Urubu não sei bem de onde saiu essa coisa, porque esse Morro do Urubu era um lugar muito repudiado, que era um lugar de mulher de prostituição, de meretriz aquela coisa todinha e dava muita bagunça e policiais que era muito ligado na época essa coisa, que deu muitos policiais, [...] (ibidem, 2001, pp.10 -11)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

**Assunto: Contexto político nacional local, Campanha de Erradicação de Invasões e a figura de Carlos Amistovs**. (ibidem , 2001, pp.11 et sec.)

(GG) [...] faleceu o presidente da república Arthur da Costa e Silva, o governador era nomeado pelo presidente da república no sistema, na época, aí [...]o o prefeito Wadjô Gomide[ também saiu] [...], ficou aquele reboliço o país governado por três Ministros, que Pedro Aleixo era o vice presidente da república não assumiu, era civil tal, até houve um protesto aí o Brasil ficou governado por três Ministros, aí depois foi nomeado o presidente Emílio Garrastazul Médici, vindo do Rio Grande do Sul para assumir a presidência da república, quando o presidente Emílio Garrastazul Médici assumiu a presidência da república, ele trouxe o tenente-coronel Hélio Prates da Silveira também do Rio Grande do Sul, posteriormente passou a ser meu grande amigo esse homem viu? Hélio Prates da Silveira. Hélio Prates da Silveira trouxe um doutor Otomar Lopes Cardoso, foi Secretário do Serviço Social dele, que era casado com a prima do general Diócido do Vale e dona Tânia Téia, ele estava em Washington e trouxe ele para cá um sociólogo e tal, um homem famoso, bastante social e tal, então ele assumiu a Secretaria de Serviço Social, e ele cercou-se de outras pessoas também condizentes ao assunto para exatamente ver esse problema de Brasília, e nesta época nós estávamos nessa demanda, levamos ao governador Prates da Silveira o problema, a demanda que estavam debatendo sobre o IAPI, discutindo o problema daquele povo, aí o governador Prates da Silveira nos disse : “Olha, eu estou chegando em Brasília, não sei nada sobre Brasília, mas eu prometo aos senhores que dentro de dez dias eu vou me inteirar de tudo isso e darei uma resposta como o governo vai proceder com isso lá, eu sei que desse jeito não vai ficar.” Foi taxativo, com dez dias ele nos chamou lá e disse:” Olha, tô mandando buscar nos Estados Unidos um senhor por nome Carlos Amistovs, é um homem que já participou do conselho de paz da ONU, um dos maiores sociólogos americanos, então ele vai vim aqui prá analisar, ver qual é a opinião dele a respeito disso.” Então esse doutor Carlos Amistovs veio ao Brasil e chegou aqui e voou isso de helicóptero tudinho, mostrou ao governador, tratava-se de uma cidade operária, Brasília, então o pessoal não poderia ser deslocado para muito longe do seu setor de trabalho, que iria criar um grande problema social, porque na época havia uma idéia, e não só uma idéia que até foi transportado muita gente lá para Planaltina a onde tem uma ... perto de Planaltina, tem Planaltina e tem a Vila Buriti, foi muito para Vila Buriti, inclusive essa NOVACAP, vila buriti, que na maioria era aqui hoje (incomp) então muitos foram para lá , mas aí encontraram uma barreira em um decreto governamental do presidente Juscelino Kubitschek, que Brasília estava prevista para no ano 2000, o ano passado ter 500 mil habitantes, então a cidade satélite não podia passar de vinte mil habitantes, e se fosse levar como está extrapolava essa coisa toda, é uma história muito grande, então o presidente, é essa informação precisa do doutor (incomp)Carlos Amistrovs do sociólogo, o governador Prates da Silveira, procurou essa INSPW fica abaixo das Águas Claras, achou essa área muito boa para erradicar as invasões ali, mas quando chegou ali os terrenos estavam quase todos vendidos para gente de alta influência, deputado, senador, ministro e etc. e não tinha como.

(SR) - Já nessa época já estava tudo...

(GG) - Exatamente. Aí nós pleiteamos com o governo para ver se havia uma urbanização melhor, mas eles foram, o governo analisou e viu que os barracos eram muito amontoados na proporção que fosse...

(SR) - Não dava para fazer divisão nenhuma... [...] (ibidem , 2001, pp.11 et sec.)

**Assunto:Impasse com a Associação Comercial do Núcleo Bandeirante**(ibidem, loc. cit.)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

(GG) - É, exatamente... sobrar alguma coisa. Aí, travou-se uma briga nossa com a Associação Comercial do Núcleo Bandeirante, que não era Associação representatividade que é que o representante hoje até é meu amigo, o Jorge Cauhy Júnior, nesse tempo a gente divergia nas idéias, então a Associação do Bandeirante, temia que as invasões saíssem dali porque caiu o comércio, inclusive tinha uma casa com o nome Casa Cabral na Vila Tenório que isso é uma coisa muito grande, então temia, foi o assunto da Associação Comercial do Plano Edifício Casa de São Paulo, que o presidente era o Vicente Pascal (?),o Cauhy levou o assunto para reforçar, eu digo : "Cauhy, lamentavelmente nós não podemos, nós vamos discordar de idéias porque você tá lutando pelo interesse do comercio, a Associação Comercial tá certa, mas nós como Associação dos moradores estamos lutando pelo interesse do povo, da massa". (ibidem, loc. cit)

(SR) - Pelo bem de vocês.

**Assunto: definição do terreno de Ceilândia** (ibidem p.14 et. sec.)

(SR) - Quer dizer que Ceilândia foi uma reivindicação de vocês? A criação de Ceilândia?

(GG) - Claro, foi uma reivindicação nossa, [...] então é o seguinte, nós estávamos nessa luta e o Prates da Silveira disse: "Mas eu vou... eu vou encontrar uma solução." Aí procura, aí (?) vou ao presidente da república, presidente Emílio Médici, essa área aqui era do exército, todinha era um centro de observação do exército, essa parte de Taguatinga, tanto que essa Guariroba ainda passou muitos anos para depois ser é o ex... foi dado uma

[...] uma área para o exército, fazendo uma permuta, trocando isso aí, ainda ficou com os oficiais, hoje tem seis casas dos oficiais que é ocupado pelos oficiais da polícia militar que lá tem um quartel, ficou lá, aí foi que completou assim um barril, ele era tipo um barril o mapa de Ceilândia, foi que completou o barril de Ceilândia, depois que veio as complementações, crescendo e tal, Setor tal, expansão do Setor O e é setor P Sul, então foi crescendo e tal, mas nessa época era só o IAPI com dezesete mil lotes, era dezesete mil lotes a quantidade de lotes, pois bem, quando o presidente Emílio Garrastazul tomou essa decisão o senhor governador disse : " Bom, vamos fazer a remoção." Aí o governador nos convocou logo de cara.

(SR) - Para fazer a campanha de erradicação das invasões?

(GG) - Exatamente, o presidente: "Olha eu, quero", não o presidente, o governador, nós com o apoio do presidente, o doutor Otomar Lopes Cardoso com assessoria dele com a doutora Van Julimar essa coisa, essa Marilu que foi Administradora daqui, era da Universidade foi fazer também levantamento na época tal, ele resolveu convocar todas as entidades para trabalhar no planejamento de remoção.

(SR) - Ah, isso foi a criação da Comissão?

(GG) - É, da Comissão. É tanto, que nós tivemos um ano de planejamento e menos de um ano de remoção, nós nos reuníamos na LBA e tinha total apoio da dona Léa Bandeira, era a esposa de um general, muito amiga nossa, pessoa excelente que ela teve um grande trabalho aqui, do coronel Ivanildo que chegou ser comandante da polícia militar também, vários órgãos do governo e forças auxiliares e iniciativa privada que era o caso nosso, nós nos entregamos de corpo e alma. Eu me lembro muito bem que eu era fotógrafo na época, larguei minhas atividades e fui cuidar, e cheguei até a passar fome mexendo com isso. [...]

Um empenho pessoal em favor de todos?

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

(SR) - O senhor já era casado na época?

(GG) - Sim, já. De tanto lutar, nesse tempo estava sendo feito aquela ponte Costa e Silva no Lago e eu fazia retrato ali, ganhava muito dinheiro, a mulher cansava de dizer: “olha você deixou de fazer retrato, nós já estamos sem recurso, mexendo com esse negócio a gente dá e não ganha nada.” E a gente trabalhando, mas nós tínhamos um interesse de lutar pelo povo, porque uma Associação ou é como a que a parada de rádio amador, quem não sei (?) “Quem não vive para servir não serve para viver né?” Então nós tendo a associação tinha que abraçar essa cruz, tinha que lutar por isso, as reuniões, e convite e tal e a gente integrado de corpo e alma nesse negócio, planejando tudo, vinha o problema do comércio na época, saber como é que o comércio ia se portar nisso aqui, o comerciante com medo de ficar muito retirado do freguês, e aí vinha tudo para cima da gente, era aquela luta toda.(p.14 et. sec.)

(SR) - Imagino.

(GG) - Então foi um ano de planejamento cheio.

(SR) - Um ano.

(GG) - Um ano planejando, quando saiu a remoção, começou a remoção desse local, eu fui a terce... a quarta pessoa a saber o nome Ceilândia. [...] (ibidem, p.13 et sec.)

**Assunto:por que no Ceilândia?**(ibidem p.15 et. sec.)

[...] (GG) - Ceilândia, porque a esposa do governador dona Vera de Almeida Silveira, uma mulher maravilhosa, era uma mulher que tinha um espírito comunitário incomensurável,[64] ela dona Déa esposa do Secretário e outras mais, elas criaram a campanha de erradicação de invasão como uma Associação, uma sociedade, esta campanha, ela tinha um principal objetivo de angariar fundos, é comprar madeira, ajudar, por exemplo, o cidadão é quando desmontava o barraco vinha para cá, perdia 80, aliás, 60% do barraco, quebrava a tábua.

(SR) - Que a madeira quebrava.

(GG) - Exato, não dava mais nada, aí chegava a campanha, a campanha vendia o material em preço simbólico, não dava dado porque se desse dado não tinha valor, então dava em preço simbólico e aquele dinheiro seria para comprar outro material para continuar a fornecer, e muitas pessoas se não tivesse nem condições, que visse que não podia mesmo, até perdoava, a gente nem cobrava nada, então essa campanha, isso no tocante material de construção mas essa campanha também tinha roupa, tinha tudo, muita gente ajudava e tal, e essa campanha foi uma coisa que trabalhou paralela a remoção que muito ajudou o governo nisso, essa campanha, por nome CEI, Campanha de Erradicação de Invasão.

(SR) - É por isso que surgiu o nome de Ceilândia?

(GG) - Aí surgiu a especulação Ceilândia, vamos fazer, Taguatinga II, não sei o quê lá mais e tal, estava nessa coisa todinha, antes que outras ideias tomassem vulto foi resolvido criar Ceilândia, Ceilândia-Campanha de Erradicação e lândia uma beleza, Ceilândia né? Aí, chamaram, olha vai ser o nome lá possivelmente, eu participava da reunião de cúpula lá, possivelmente será Ceilândia, agora isso é bom não falar para ninguém, para evitar alguma especulação, que nessa época a

[64] incomensurável - enorme, imenso.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

imprensa um falava bem, outro falava mal, isso foi no dia que começou a remoção deu no Jornal Nacional, no Brasil todo, deu no exterior, nesse mundo todinho, isso um vulto muito grande, imprensa tal e porque não tinha a evolução que tem hoje a imprensa, mas já saiu por esse mundo todo, mas aí chega uma hora que caiu na boca do povo, então tudo pronto é Ceilândia, é Ceilândia ninguém tirou mais esse problema de Cei... é Ceilândia.[...] (ibidem p.15 et. sec.)

**Assunto:a remoção**(ibidem p.16 et. sec.)

[...] (SR) - Foi decidido.

(GG) - Exatamente, viemos para cá, gastou menos de um ano de remoção, na remoção trabalhava trinta, era mudado trinta barracos por dia.

(SR) - Quando é que começou, o senhor sabe a data?

(GG) - A remoção, os primeiros barracos que chegaram aqui no dia 27 de março de 1971.

(SR) - Não levou um ano para fazer tudo?

(GG) - Não levou nem um ano para fazer a remoção.

(SR) - Que maravilha.

(GG) - Não levou nem um ano. Então começou, chegou os primeiros barracos, fizemos uma solenidade muito grande, o governador e todo mundo, o pastor fazia umaoração, o presidente do centro fazia uma outra oração lá, o padre rezava a missa, o presidente da Associação fazia o discurso, o governador dizia, todo mundo comemorando, os barracos chegando, chegando na Ceilândia.

(SR) - Deixa eu perguntar uma coisa para o senhor, a origem das pessoas que vieram aqui para Ceilândia, assim era de qual região do país? Mais da onde?

(GG) - Olha 90% era do Nordeste, exatamente era os portões de Brasília era do estado do Nordeste principalmente o estado com mais intensidade, como seja o Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, sempre tinha mais gente, o pessoal já de Sergipe já era pouca gente, (?) já de Alagoas tinha, mas não era tanto, do Maranhão também não era lá tanto. Mas do Norte, Pará tinha gente, mas era pouquinha gente, do Sul... não, porque na verdade uma história importante, só vinha para Brasília pessoas, coitadas que... quem tinha leitura, uma leitura boa e tal então não vinha, vinha cavar barro, cavar barro de picareta? Então não tinha assim muito errado, a não ser que fosse um engenheiro, a não ser que fosse uma pessoa, um construtor, tal, o operariado, o trabalhador braçal, depois vou lhe dar um livro, um folheto publicado dessa história todinha, todas as pessoas que trabalhavam nessa remoção, tem tudo publicado poeticamente, vou lhe dar tudo isso, então era o povão que vinha para Brasília, com o decorrer dos tempos, os filhos começaram a estudar, hoje tem engenheiro filho de operário, (?) tudo aconteceu, pois bem, um assunto muito bom. [...] (ibidem p.16 et. sec.)

**Assunto:visitas ao terreno da nova terra**(cf. ibidem p.17 et. sec.)

[...] (SR) - Eu queria saber é uma coisa. O senhor fez parte inclusive da comissão, as pessoas da vila lá, da Vila do IAPI, elas foram preparadas para essa mudança? Como é que era feita a comunicação com eles?

(GG) - Exatamente, foi uma pergunta importante e já sei como já vou lhe responder totalmente. Embora a gente estando num regime forte, um regime de ditadura,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

na época, o governo se quisesse era planejar e tirar e não dizer mais nada, mas o coronel Prates da Silveira era um homem de um espírito muito democrático, embora sendo contrário ao regime, muito democrático, então ele queria que houvesse um ânimo das pessoas, que as pessoas tivessem incentivo de vir para cá, para não trazer um povo assim obrigado...

(SR) - Jogado.

(GG) - É exatamente. Ele criou um preparativo através das instituições, de nós mesmo, para dizer ao povo o quê que o governo prometia e mesmo assim muita gente protestava, teve muitos que venderam o barraco, "isso lá não vai dar certo, não vai remover, lá não vai é prestar". "Mas gente, vamos pensar positivo uma ação do governo, o governo vai tirar". A gente tinha essa dúvida toda, eu me lembro que eu trazia para cá dois ônibus da TCB, viu? Todo sábado e domingo vinha com dois ônibus trazendo o povo para mostrar isso aqui.

(SR) - Para eles verem como é que era primeiro?

(GG) - Exatamente, e uma das coisas que mais chamou atenção aqui, com governo e tudo, foi que nós com a Associação dos moradores promovendo uma vinda de ciclista, de bicicleta, uma vinda de ciclista não é uma corrida, não é um desfile nem uma corrida, todo mundo vinha de bicicleta para ver a área que estava sendo preparada e eu trabalhei promovendo, nós trabalhamos, preparamos tudo isso, consegui um carro da polícia militar para vim acompanhando, o camarada furava um pneu na estrada, colocar no carro, consegui uma ambulância para o sujeito pedalando nessa distância toda, que podia dar um problema, qualquer coisa, então a ambulância... consegui mais uns batedores da polícia militar para vim, conseguimos todas as providências. Trouxemos leite, inclusive ela foi que serviu o leite para esse povo todinho, trouxemos tudo, mas nesse dia...

(SR) - Distribuía leite, sopão, água?

(GG) - Exatamente, receber o pessoal coitado, chegava pedalando 30km, num sol quente de domingo viu? Para mostrar isso aqui, eu tenho isso fotografado, foi uma reunião muito grande, muito bonita, tal, isso o governador soube, aí o prestígio, se eu tivesse tendência política e houvesse política eu seria o Deputado mais votado na área, só dava eu na área (ibidem p.17 et. sec.)

**Assunto:a organização da remoção e a infraestrutura preparada** (cf.ibidem p.18 et. sec.)

(GG) - Trabalho, a luta que se teve, tudo isso fazendo parte é da política do governo de preparar o espírito do povo, eu não quero dizer ô Silvia, viu? Que na época, a gente conseguiu adesão de todo mundo, mas uns 90% foram consciente, inclusive os empresários, o governo tinha todo interesse que os empresários soubessem tal, os empresários recebiam as áreas e desistiam porque ficava longe dos moradores, tanto que resolvemos trazer do jeito que estava, todo mundo foi, depois foi que começamos a organizar, a Associação Comercial foi criada por mim também aqui, tendo a prática que eu tinha em Associação para...separar as áreas comerciais, mas veio todo mundo para atender, para não ficar longe da clientela, viu? Então, esse foi o espírito da remoção, como eu disse, era trinta barracos todo dia, era removido.

(SR) - Era tudo de maneira bem organizada, essa transferência?

(GG) - Bem organizado, olha uma coisa eu quero dizer para você.

(SR) - Ajudavam a transferir?

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

(GG) - Num movimento desse, Ceilândia não é igualmente hoje, mas era 17 mil barracos, o governador assinou 17 mil lotes. [...]A organização que teve para colocar os barracos era só os toquinhos[65], só media os lotes e botava... o mato, o mato.

(GG) - E recebia, é com tudo, tudo, a gente recebia o lote.

(SR) - Ah é? A pessoa chegava aqui e tinha que limpar tudo.

(GG) - Hoje o governador Joaquim Roriz, como fez uma Samambaia dessa, tem água, tem luz, tem tudo e a gente reclama. Nós passamos 20 anos para passar o asfalto, foi 20 anos contado para passar o asfalto aqui, e água vinha de onde? Mas mesmo assim todos nós estávamos é...

(SR) - Confiante, com vontade de...

(GG) - Confiante porque, porque um dia vinha, como de fato veio, hoje Ceilândia é uma grande realidade [...] temos tudo, que tem noutra cidade tem em Ceilândia, viu? Pois bem, então veja bem, a gente tinha aquela esperança. (p.19 et. sec.)

(esposa) - Água, nós ficamos dois anos sem água, luz.

(GG) - Sem água, lá, porque lá tinha uns "embrejado" lá, que a pessoa ia lá buscava água, lavava roupa e cavava cisterna, mas aqui não tinha nada disso não, aqui era poço artesiano ou água dos caminhões pipas, foi muito difícil. O governo também não tinha condições de fazer isso de imediato que era uma verba astronômica para fazer isso.

(SR) - Pois é, vamos falar assim da infra-estrutura no início, como é que foi. Transporte o senhor está dizendo que não tinha, como é que fazia para ir trabalhar?

(GG) - Olha, o transporte daqui no começo havia a Viação Pioneira, que era na época dirigida pelos irmãos Matsunaga, são muito amigo nosso, imediatamente o governador providenciou que o as linhas todas de ônibus daquela TCB, Transporte Coletivo de Brasília, então a TCB concedeu a Pioneira fazer o transporte do povo, que até com transporte, então quando mudou para cá eles fizeram o asfalto, nós temos uma légua.

(SR) - Ah, tinha uma estrada.

(GG) - De Ceilândia Norte a Sul é uma lé..., é 6 km é uma légua, então, só com uma via só, não tinha duas, mas já tinha o asfalto, então todo mundo vinha para cá e a empresa pegava o pessoal aqui e levava, já tinha essa condução. E fora também algumas Kombis de pessoas amigas tal, não tivemos tanto problema com condução, porque isso o governo providenciou de imediato essa condução, porque já tinha o transporte coletivo.

(SR) - Quer dizer que também na época, por exemplo, quem chegava aqui, tinha pessoas que até tinham condições, mas quem não tinha, tinha ajuda, tinha ajuda material, tinha ajuda da comida?

(GG) - Tinha.

[65] o entrevistado pronuncia "toquim"

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

(SR) - E assim, foi logo montada assim um... não é mercado, mas é uma quitanda, um armazém, tinha?

(GG) - Conforme eu disse, os comerciantes que foram removidos, quando removia aquele reduto daquela rua, sempre ali tinha uns armazéns, aqueles armazéns tal, os armazéns vinham junto no carro.

(SR) - Vinham junto. [...]

(SR) - Seu Gonçalo, os lotes aqui foram dados ou foram vendidos?

(GG) - Não, não foi doado, esses lotes eles foram vendidos, embora a preço simbólico. Agora, depois que houve muita especulação, que quando a gente entrava aqui, tinha uma ordem de ocupação, que essa ordem de ocupação nós criamos essa ordem, para evitar muita negociata viu? Aí a gente, que é uma pessoa que não tinha visão não queria, mas quem tinha visão comprava, que o camarada não via um dinheirinho, vendia e depois dava problema novamente para trazer de dentro da invasão, então nós criamos uma ordem de ocupação com vários itens, eu tenho isso até hoje guardado, com vários itens, que era proibido comprar, era proibido comprar barraco, proibido vender, proibido tudo, tudo ,tudo, para a pessoa não vender, não vender os seus lotes. Com o tempo o governo publicou no Diário Oficial um preço simbólico, todo mundo pagou seus preços simbólicos, mesmo assim começou a haver muita especulação, muita coisa aí os lotes subiram de preço um certo tempo.

(SR) - É? (p.21 et. sec.)

(GG) - Subiram de preço, mas isso foi muito longe, pelo menos ainda comprei o meu precinho bom, compramos o nosso num preço ótimo, ainda tem muita gente.

(SR) - E vem cá. E atendimento médico por exemplo, se alguém se machucava aqui como é que fazia para médico, essas coisas?

(GG) - Olha, o atendimento médico nós tínhamos na época como temos até hoje, Taguatinga, Hospital de Taguatinga que atendia, Hospital de Base né? E se por acaso fosse uma coisa mais grave, o governo concedia até... concedia até carro para locomover a pessoa com rapidez, um hospital volante para atender.[...]

(SR) - Nunca ficava sem.

(GG) - Mas não era difícil acontecer, um casal fazendo barraco ali acertava um dedo, batendo prego, aí ia para o hospital aí dois dias, depois já ficava bom e tal e continuava.

(SR) - Mas depois logo começaram a construir posto de saúde aqui, hospital?

(GG) - Ah, logo depois, depois quando o governo removeu todo mundo já começaram os planos de saúde, construir os postos de saúde, os hospitais, e começou já a cuidar, se não é bem cuidado porque a população é muito grande, é muito grande, então para dizer assim está tudo bem assistido, a saúde tem problema não é só aqui, é no Brasil inteiro né? É, só os países do 1º mundo é que é bem provido, mas de qualquer maneira fomos atendidos e os acontecimentos eram menos. [...]

(SR) - Seu Gonçalo e a segurança aqui, na época por exemplo, tinha muita briga, era assalto, essas coisas não?

(GG) - Não, não dava isso, na época, esse negócio de assalto, de briga, isso não tinha, o povo que veio para cá, era o povo das invasões, todos incentivados.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

(SR) - Estava a fim de trabalhar para construir sua casinha.

(GG) - Porque houve uma ação em conjunto do governo da Secretaria de Segurança Pública, a Secretaria de Saúde, a Secretaria de Serviço Social, todas as Secretarias condizente ao assunto, foi um trabalho integrado, inclusive tem assunto que chama atenção, que é bom mencionar isso, muita gente se escondia no IAPI achando que era só pobre, e contaram foi médico lá, pessoas com salários altos que tinha casa no lago, e morando ali não sei as razões, escondido no IAPI, viu?

(VD) - Para receber lotes?

(GG) - É, no IAPI, aquele povo lá ou para não mostrar que era rico, nesse levantamento foi encontrado tanta coisa extra, que admirava demais viu? Pois bem, o sujeito se escondia lá. Aquele povo, ali dava negócio, dava sempre coisa ali, pois bem, então aí, com essa ação integrada do governo na época, não teve assim... mas para vim malfeitores, marginal, quase todo mundo era pessoa para fazer seus barracos, aquele negócio, briga dificilmente, o sujeito bebia sua cachacinha, às vezes e tal, a polícia vinha na hora logo, todo mundo tinha medo nesse tempo, era muito duro.

(SR) - Tinha segurança então?

(GG) - É tinha segurança, não... conversava muito, você tinha medo de perder o barraco, a gente tinha até índole na ordem de ocupação, as pessoas tinham que ter um conceito ilibado, senão perdia e tal, para evitar tudo isso, aí o sujeito então não tinha nada disso, só o sujeito indo para o serviço, voltando, porque era construindo o barraco ou trabalhando, não tinha nada disso.

(SR) - O senhor estava falando também que luz, vocês foram ter quanto tempo depois?

(GG) - Como é?

(SR) - Energia elétrica.

(GG) - A energia elétrica é o seguinte, nós ficamos muito tempo sem energia, porque tinha energia mais assim nos órgãos públicos, aquela coisa todinha, as vezes tinha no comércio, mas não demorou muito tempo passou as redes elétricas e a gente botou energia, a energia veio rápido, ela não demorou muito tempo, veio energia para todo mundo.

(SR) - Que demorou mais então foi a água?

(GG) - Foi, foi o problema da água, problema do asfalto que demorou muito tempo.

(SR) - A água então vocês eram abastecidos com o carro pipa?

(GG) - Era carro pipa, o carro pipa passava a gente pegava água, isso foi por muito tempo, os poços artesianos.

(SR) - Depois é que fizeram aquela bica que...

(GG) - Exatamente, tinha os poços artesianos e tinha também os carroceiros vendiam o tambor d'água, trazia água para vender aquele negócio todo e a gente foi até que começou, nesse tempo estava sendo construído a Barragem do Rio Descoberto. E essa barragem quando terminou, o governo teve que ampliar mais a barragem para poder atender Ceilândia, que não estava no plano essa Ceilândia, de repente surge esse mundo de gente para ser atendido pela barragem, o gover-

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

no teve que ampliar mais aquilo e quando ampliou, que construiu, que concluiu a barragem já veio água em abundância para cá.(ibidem p.22 et. sec.)

**Assunto:os primeiros a chegarem e o lazer e educação.**(ibidem p.23 et. sec.)

(SR) - Certo. Seu Gonçalo como é que era aqui assim na época, as igrejas vieram logo também se instalar?

(GG) - Foi, exatamente. As primeiras mudanças foi das igrejas, eu me lembro que de imediato eu recebi as Associações, as igrejas vieram que era para dar assistência realmente para o povo, junto com as entidades como a LBA como eu disse, a Casa do Candango também ajudando no tempo da dona Léa Caiado era presidente na época, foi muito boa também, tanta gente que veio, então as entidades também vinham para ajudar, foi um negócio muito bem feito, viemos na frente.

(SR) - Então veio logo também?

(GG) - Exatamente, após isso então começou vim a remoção, começamos lá da Q 25 da Ceilândia Sul, começou a remoção de lá para cá e foi situando Quadra por Quadra até quando foi edificado 17 mil lotes.

(SR) - Na época quando vocês, logo que vocês chegaram aqui, quê que vocês tinham de lazer para fazer?

(GG) - Olha, o lazer aqui nós não tínhamos, na época era muito difícil, a gente não tinha condições nenhuma, tirando assim numa quadrinha de esporte, um basquete, uma peladinha de futebol.

(SR) - As crianças jogavam bola?

(GG) - Jogavam bola, passava um trator aí nessas quadras, assim está aí jogando, mas não tinha mais, não tinha quase nada disso, era uma coisa muito difícil da gente enfrentar.

(SR) - Era muito trabalho?

(GG) - Que veja bem, ô Silvia, nós estávamos vindo de uma invasão, sem face, sem história, sem coisa nenhuma, e viemos para cá o mesmo povo, a diferença que teve é porque quando chegou aqui muitas coisas até piorou, porque lá a gente sabia a onde tinha um lugarzinho de botar água, aqui se faltasse um caminhão, quebrasse, o carro não viesse, era um problema fatal, e lá tinha, mas a gente tinha sempre aquela esperança tal e cada dia que foi passando foi melhorando e tivemos um problema muito grande também, que o mal nome continuou, quando falava na Ceilândia, o povo do Morro do Urubu, você vê o pejorativo que não era nenhum morro, era coisinha pequenininha, eles chamavam o Morro do Urubu.(p.23 et. sec.)

(SR) - O Morro do Urubu também veio para Ceilândia?

(GG) - Veio tudo, que era o povo do IAPI, era o fim de uma rua do IAPI. Então aí começou-se os carros não querendo entrar aqui na Ceilândia e aquele negócio todo, as estradas e nós enfrentamos tudo isso, é tanto que a Associação nossa pensou:" como é que nós vamos botar a imprensa falar em nós, como é que vamos fazer? Vamos fazer shows artísticos, vambora." Aí eu trazia de São Paulo, eu ficava naqueles programas na época da TV Tupi, do saudoso Airton Rodrigues, Lolita Rodrigues, que era conhecido da gente, ficava na rua de dona Veridiana, na RCA, na gravadora RCA Vitor, ficava na Vila Guilherme, programa Silvio Santos, a gente via os artistas bons que estavam, aí conversava, olha, é uma cidade nova

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

tem apoio do governo, vocês podiam ir lá cantar, a gente dá um cachê mais barato e tal, trazia o artista aqui. Quando chegava aqui, fazia aquele show, e a imprensa: “Ceilândia promovendo um show artístico”, como tem muito aquelas fãs do plano, vinham para cá, atraída assim e tal, mas vinha assistir o artista fulano de tal, vinha na Ceilândia, começado com a gente para ajudar a dinamizar isso aqui. [...]

[...] (SR) - Seu Gonçalo, deixa eu perguntar uma coisa para o senhor, e a parte de educação aqui, logo teve escola para as crianças? (p.26 et. sec.)

(GG) - Foi, uma coisa muito bem também providenciada, o governo quando criou a invasão, aliás, quando resolveu erradicar as invasões já pensou logo no sistema de escolaridade da Secretaria de Educação como eu disse, as Secretarias estavam integradas e a Secretaria de Educação também ficou na incumbência de começar a construir as escolas de madeira lógico na época, de madeira, fora as escolas privadas, que existia escolas da iniciativa privada, escolas particulares que tinham lá, o governo deu toda prioridades as pessoas que tinham escola vim para cá também receber, dar continuidade ao trabalho, nós tivemos, não vou dizer foi uma coisa totalmente provida de tudo, mas como era lá pelo menos foi bem mais atendido do que lá, porque lá era mais difícil, aí como eu estava dizendo também nós fazendo parte da (?) da cidade, na época o prefeito de Taguatinga chamava Mundi Pena, muito meu amigo, (?) ainda está no GDF, não sei qual é a área dele, surgiu o milésimo gol de Pelé, todo mundo o milésimo, tudo era o milésimo gol do Pelé, eu digo ô... eu disse : “Mundim, é, a Ceilândia vai completar mil dias de existência, porque nós não vamos aniversariar o milésimo dia de Ceilândia?” “Ô, uma boa, uma boa, vamos fazer isso.” Aí programamos primeiro aniversário, milésimo dia de Ceilândia, eu digo:” Mas, quem patrocina?” Nesse tempo o doutor Cleto Campelo Meireles, que é até sogro desse ex-senador Luiz Estevão, muito meu amigo Cleto, conterrâneo. “Doutor Cleto.” “Ô isso é muito bom, muito bom, chama o coronel Thompson”. Que era o assistente social financeiro tal e patrocinou esse negócio, trouxemos até uma vaca do Goiás para vender para dar um churrasco para o pessoal, veio tudo, fizemos o aniversário do milésimo dia de Ceilândia, foi um sucesso total, a imprensa veio, “Ceilândia já comemora aniversário.” Viu? Aí daí mais uns tempos, ficamos igualmente a montada do Camões, uma lenda que tem que eles tão falando..., nem estava montado nem estava de pé, Ceilândia não sabia, não era uma cidade satélite, não tinha região administrativa, não tinha nada e como vinha verba para cá que o governo destinava? Tinha que ser uma sequência de Taguatinga, aquele problema, bom, vamos lutar pela emancipação de Ceilândia, criar uma nova... mais uma cidade satélite, já criamos a Associação Comercial, já começamos é trouxe para cá Caixa Econômica Federal, nesse tempo o presidente era (?). [...] (ibidem p.23 et. sec.)

**Assunto:personalidades políticas: Maria de Lourdes Abadia**(ibidem p.28 et. sec.)

(SR) - Maria de Lourdes Abadia?

(GG) - É, Abadia, que hoje é Deputada e hoje é Secretária até das Administrações Regionais. Aí Abadia veio muito jovem, muito nova nessa época, eu conheci a mãe dela, o pai dela, o esposo dela e tal, então, a Abadia já era Assistente Social, já tinha um trabalho prestado em levantamento aqui dentro das invasões pela universidade, era uma pessoa bem familiarizada ao meio, uma mulher muito dinâmica, muito corajosa, mulher que tem espírito de homem, poucos homens são iguais a ela tal e muito humana também e ajudava e tal e achamos que Abadia seria a pessoa. E Abadia topou, “Eu topo.” Aí o governador nomeou, a imprensa já deu uma matéria maior, “Ôpa, a Ceilândia já começando Administração, já tem Administração.” Saiu um dia um Decreto, o governo criou essa RA parece que é nove, criando a Região Administrativa de Ceilândia, ali na 04 fez um localzinho ali, um prédiozinho e tal e já começou as reuniões tudo eram lá, não era aqui ainda não,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

foi tudo para lá e começou Abadia tomando conta de tudo, a Administradora recebeu uma carga, se o sujeito ia casar tinha que consultar a Abadia. Abadia só não fazia rezar a missa e nem tão pouco dirigir o culto, nem também fazer o despacho do Centro Espírita, mas o resto...

(SR) - O resto ela fazia.

(GG) - Tudo, tudo tinha que consultar Abadia, Abadia tinha que ser consultada em tudo. Um casal brigava lá tinha que ver, primeiro era assistente social, ela já era ligada a área, tinha que procurar Abadia.

(SR) - Ficou aqui muito tempo, antes de ser administradora, todo mundo tinha acostumado.

(GG) - Exatamente, Abadia dava conselho: “Olha gente não é assim, vocês não podem fazer isso e tal.” Uma pessoa lá, ficava sem comida em casa: “Ô Abadia, e tal.” Abadia:” Gente o quê que é isso tal, vamos dar um jeito aí.” Quando não tinha, ela metia a mão no bolso dela mesma e dava, e uma moça ia casar, tinha que consultar Abadia que ia casar até ela ser a madrinha, isso que eu tô dizendo, se ela estivesse aqui, ela confirmava tudo isso, então passou Abadia comandar tudo, todo mundo tinha e os comandos do exército que chegava aqui, que encontrava com Abadia, tinha todo mundo tinha interesse, a gente passou a ser visto como coitado, vamos ajudar os coitados, vamos ajudar, vamos ajudar, era como uns coitados uma palavra pejorativa mas importante é que vinha ajuda né? Aí Abadia ficou na Ceilândia tinha vezes que ficava 8, 10 horas, Abadia ainda estava no gabinete viu? Passava, não tinha negócio de expediente não, ela trabalhava (?) lá porque tinha gente para atender, e a pessoa vinha, largava a parte administrativa e vinha a parte humanitária, “Ô gente eu num posso deixar de atender essa pessoa”, quando Ceilândia fez o quinto aniversário, Abadia : “agora vamos fazer o aniversário oficial”, porque o que nós fizemos não foi oficial do governo, foi uma iniciativa privada, entidade privada, nunca se viu uma ação de governo, agora vamos criar o primeiro aniversário da Ceilândia, Ceilândia no quinto, ela convocou as Instituições, já chamava Instituições, convocou tudo, nós fomos convocados, inclusive eu fui incumbido de três funções, que organizamos a corrida que é de pedestre, um ponto a outro de Ceilândia, ornamentar a cidade com faixas e escolher, como eu mexia com parte artística criei uma música para Ceilândia, a nossa música ficou até em segundo lugar, primeiro lugar ficou com um rapaz de nome Ariosto, e segundo lugar foi a nossa, a nossa música é uma música para Ceilândia. Aí já veio autoridade, já veio todo mundo, veio governador, veio tudo, a imprensa já deu manchete tal.

(SR) - Ceilândia já estava subindo?

(GG) - Ah, estava. Eu fiz até uma revista, Ceilândia no Quinto entreguei ao presidente da república Geisel na época, Ceilândia, tenho até a revista.

(SR) - Como é o nome da revista?

(GG) - Revista Ceilândia no Quinto, tenho ela até hoje.

(SR) - Quinto? Ah, sim.

(GG) - Ceilândia no Quinto, publicamos essa história todinha, esse movimento todinho, aí já foi (?) Administradora Maria de Lourdes já foi tomando aquele ritmo de administração, um ritmo político, embora que não era política mas ela já tinha aquele ritmo, contato com o governador, com todo mundo, levando problema, trazendo e aquele canal de ligação e a Ceilândia foi melhorando, no outro aniversário, é tanto que a Maria de Lourdes não quero agravar os outros administradores passados mas até hoje ninguém fez aniversário de Ceilândia como a Maria de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

Lourdes, não teve quem fizesse, quando ela fazia o aniversário trazia até o comando do exército, todo mundo, desfile, banda de música, não teve quem fizesse um aniversário igual a ela, até hoje não teve quem fizesse, não estou menosprezando, é subestimando a gestão dos outros para trás, mas até hoje, logo ela ficou quatorze anos aqui.

(SR) - Quatorze?

(GG) - Quatorze anos, não é brincadeira não. Inclusive ela... quando nós trouxemos o presidente Figueiredo para encerrar a campanha na Ceilândia tudo, tenho honra de dizer isso, tenho isso fotografado também, o presidente veio, aliás, o candidato para presidente veio encerrar a campanha na Ceilândia viu? Isso estava cotado, ele fez um penúltimo discurso dele no Hotel Glória no Rio de Janeiro, ía fazer no Edifício Palácio do Comércio, tinha tanto lugar para ele ir, eu digo:" Vou furar e trazer prá Ceilândia." Aí fui lá, através dos meus conhecimentos, lá falei com o coronel Paiva Chaves que era o assessor dele, coronel (?) "coronel eu vim aqui é trazer aqui um assunto que até ignorado isso, fiquei, quando vossa excelência, sua excelência fez o penúltimo discurso lá no Hotel Glória no Rio de Janeiro, eu vim aqui convidar prá ele se apresentar na cidade mais pobre do Distrito Federal, na Ceilândia, eu acho, eu até peço perdão por uma coisa dessa, é até uma ofensa isso", ele disse :"não, eu não vejo como isso não, vou levar isso a ele." Quando voltou disse: "Pronto, ele falou que vai a Ceilândia mesmo, vai lá. Ele disse que é acostumado a mexer com soldado, sujeito pobre mesmo, vai prá Ceilândia, os outros são ricos, vai prá Ceilândia mesmo."

(SR) - Foi uma maravilha.

(GG) - Foi, veio aqui, dona Maria de Lourdes estava ao lado, eu lembro quando o discurso dele, falou: "dona Maria de Lourdes", fez a saudação fulano, fulano, "dona Maria de Lourdes, administradora, administradora e eficiente administradora, eficiente administradora", e repetiu muitas vezes viu? E até ele, eu me lembro das minhas palavras, disse: "Presidente." Falou: "Não, candidato." Eu disse: "Já digo presidente, o senhor aqui não vai ouvir palavras de acadêmicos, palavras de homens formados, vai ouvir palavras de operários, inclusive as minhas, agora é uma língua que não mente, que nós não sabemos mentir, o que a gente fala é a verdade." Mas tanto eu disse: "Presidente costuma o governador, Elmo Serejo Farias, Prates da Silveira, dizer que Ceilândia é a menina dos seus olhos, dado o lugar tanto frio, tanta luta e o empenho do governo tão grande, menina dos seus olhos." tal, quando ele foi falar as palavras dele, ele aproveitou os toque das minhas palavras, disse: "O presidente da Associação disse que não tinha palavras bonitas prá expressar, eu também quero dizer que não tenho palavras bonitas, as minhas palavras são aquelas que eu falo com os meus soldados no quartel, agora seu Gonçalo e os demais é uma língua que não mente, a minha língua não mente." Aí pá, pá, quando chegou nas tantas disse : "Governador Elmo Cerejo, permita-me Vossa Excelência, que o presidente da Associação também disse que Ceilândia costuma ser a menina dos seus olhos, sendo tratada como menina dos seus olhos, permita Vossa Excelência que essa menina eu quero rouba-la de Vossa Excelência, quero incrementá-la e transformá-la em uma jovem que venha embelezar os jovens, e que minha esposa não esteja me ouvindo nesse momento, pretendo me casar com ela." Bateu e encerrou. Por causa disso veio Tancredo Neves veio para cá, Ernesto Silva, tanta coisa veio para cá, começou na época entrou coronel AiméAlcibiades da Silveira Lamaison que era o governador do Distrito Federal, Secretário da Segurança Pública, aí o presidente Figueiredo...(ibidem p.31 et. sec.)

.Final da Fita 1

(GG) - Pois bem, então a administradora Maria de Lourdes, continuou, tinha apoio até da Presidência da República, geral, tinha apoio do governador e de tudo, é isso aí, tudo vindo para Ceilândia, tudo buscando para Ceilândia, já começou a ci-

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

dade movimentando, já com cinemas, que hoje o cinema, a televisão tirou tudo, mas na época o cinema, aquelas coisas, já tinha os parques de diversão já vindo, já tinha lazer, já tinha muita coisa e Ceilândia sendo mais divulgada e a coisa foi ficando mais bonita, o comércio já se estabilizando e as igrejas, já construindo igrejas bonitas, grande de um modo geral, em todos os segmentos, a cidade já foi tomando ritmo de cidade.

(SR) - Já foi...

(GG) - Exatamente, os desfiles, Ceilândia já era vista lá fora, muita gente vinha aqui tal e a Maria de Lourdes continuando como administradora, levando os pavimentos da cidade e trabalhando, enfrentando, o povo já foi ficando mais civilizado, quando entrou o governador José Aparecido, resolveu colocar Maria de Lourdes como Secretária do Serviço Social e ela (?) me lembro até, a Maria de Lourdes organizou, tanta gente do Buriti parece que era posse do governador, "governador, embora tenha passado quatorze anos em Ceilândia, Vossa Excelência arranca uma criança mamando." Que era ela, saindo de Ceilândia, agora tá indo... [...]

(SR) - Ela tem uma representação grande, eleitoral?

(GG) - Veja bem, veja bem, nós somos a maior cidade do Distrito Federal em população, não diria em desenvolvimento, em população, nós somos o maior colégio eleitoral do Distrito Federal, constatado pelo Tribunal Eleitoral. Agora, existe aqui na Ceilândia, uma certa ambição que ainda falta essa conscientização, embora sendo tudo isso que eu já disse, você não encontra um Deputado Distrital de Ceilândia, para dizer que não encontra, nós temos o Zé Tatico, que também não mora em Ceilândia, ele mora em Taguatinga, e tem um comércio, Tatico foi eleito, mas não temos, que na hora dá uma chuva de candidato tão grande e um tira uma quantidade de voto chega acaba não...

(SR) - Dividi muito?

(GG) - Exatamente, a passo que em Brazlândia tem dois Deputados, dois Deputados Distritais de lá, Brazlândia, no Gama tem três Deputados Distritais e na Ceilândia ainda está faltando essa conscientização, eu escrevi até um trabalho o que o povo pensa, eu tenho depois vou lhe dar uma cópia o que o povo pensa escrevi poeticamente, o povo hoje já está com a consciência de eleger um Deputado Distrital de Ceilândia, que more em Ceilândia, e que não saia de Ceilândia, que toda hora que você queira conversar com ele, sabe que ele mora ali e está naquele lugar [...]

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

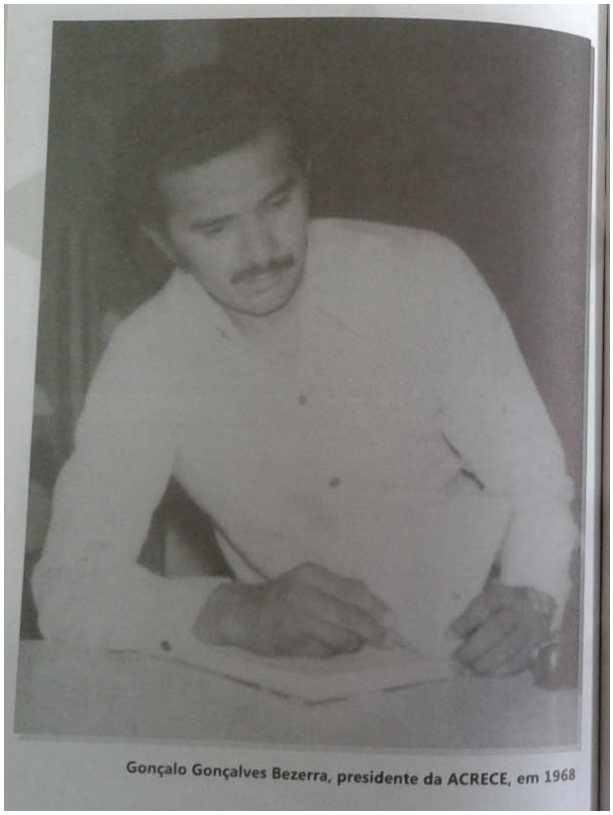



**Fig. 25** [autoria?] 1968. Gonçalo Gonçalves Bezerra em 1968. Fonte: HAMARAL 2011, p.72. Fotografia do livro: David Sombra

**Fig. 24** [autoria?] 1978. Visita do General João Batista de Oliveira Figueiredo a Ceilândia Gonçalo Gonçalves Bezerra em 1968. fonte: HAMARAL 2011, p. 72. Fotografia: David Sombra

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

**Fig. 27**. [autor?]. Vista aérea do NúcleoBandeirante (Antiga Cidade Livre) 1956-1960. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal

**Fig. 26.** [autor?] Lojaderoupas do NúcleoBandeiranteDF .1956-1960. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

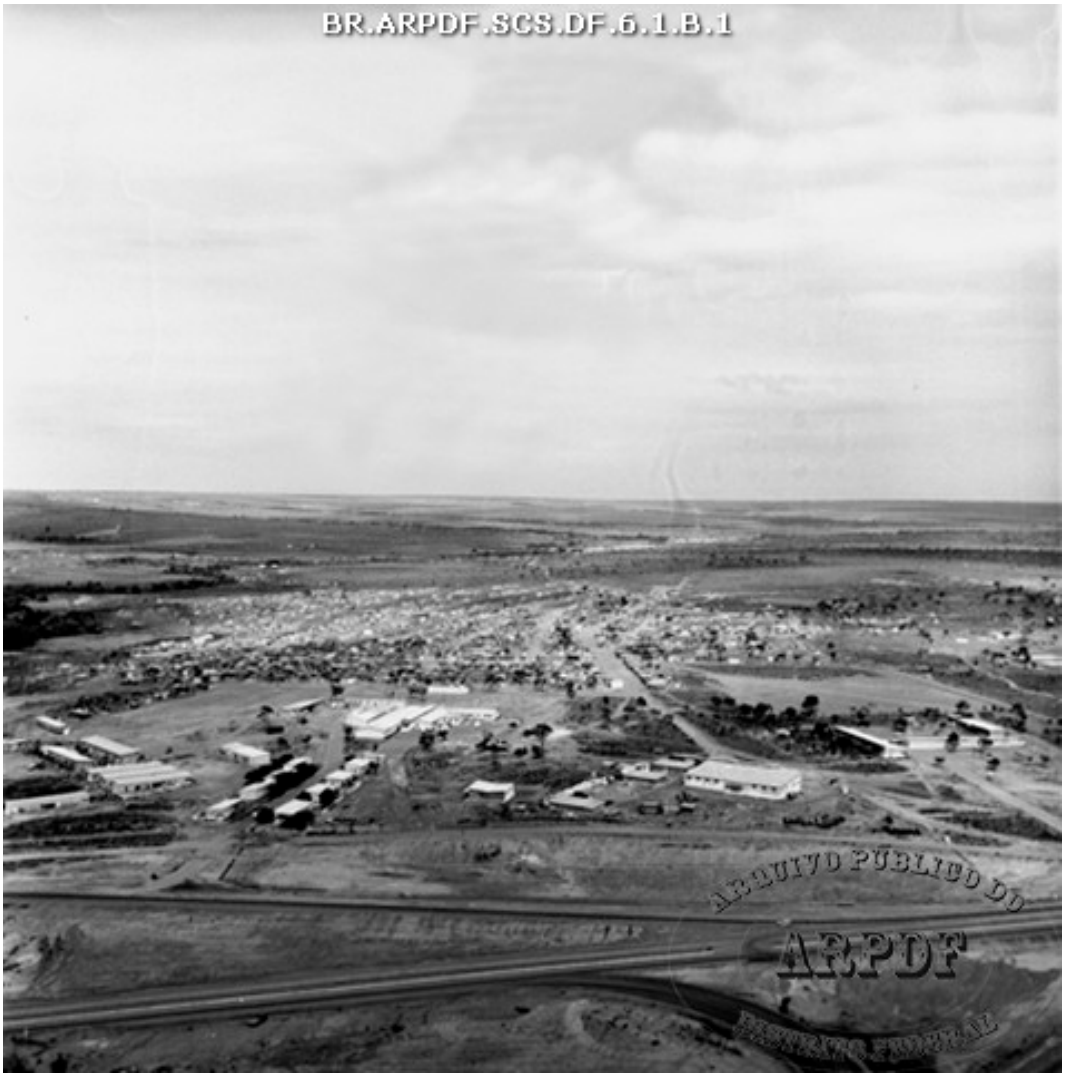



**Fig. 28** [autor?] HospitalJuscelino Kubitschek (Hospital do IAPI).1963. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federa. O hospital está no primeiro plano e a invasão do IAPI ao fundo.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

**Fig. 29**. [autor?] InvasãodoIAPInoNúcleoBandeirante, partedaVilaTenório1966. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal

Fig. 30 [autor?] InvasãodoIAPInoNúcleoBandeirante, partedaVilaTenório1966. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

**Fig. 31.**[autor?] InvasãodoIAPInoNúcleoBandeirante, e Vila Colombo. 1966. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.

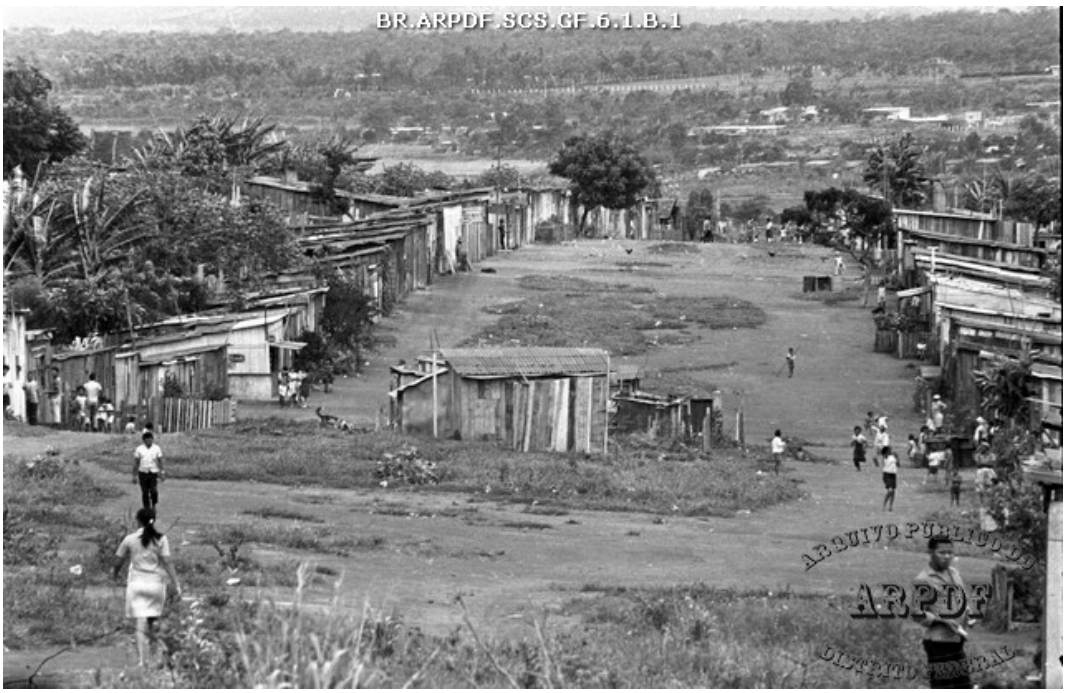



**Fig. 32** [autor?] InvasãodoIAPINúcleoBandeirantes. 1969. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

Fig. 34. J. Firmino. 1971. Mudança para Ceilândia. Fonte: arquivo Público do Distrito Federal.

**Fig. 33**.J. Firmino. 1971. Mudança para Ceilândia. Fonte: arquivo Público do Distrito Federal.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

**Fig. 35**. (autor) Vista aérea de Ceilândia- a caixa d água que virou símbolo da cidade em construção (1973). Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

**Fig. 36**. (autor) Vista aérea de Ceilândia- aberturas das ruas (1971). Fonte: Arquivo Público do Distrito Federa. As únicas duas construções existentes são 3 escolas.

.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

# 4
# O Plano Piloto

## 4.1 O termo Plano Piloto e suas questões

O que significa mesmo o termo Plano Piloto; quem o cunhou e quando? Ao que se refere especificamente?

Para responder a essas perguntas, transcreverei mais a diante alguns trechos de artigos consultados inicialmente, os quais serviram de guia para as buscas de respostas aos questionamentos. A partir dessas transcrições, o próximo passo é ter acesso às fontes bibliográficas para constatação de todo conteúdo dos trechos referenciados, como, por exemplo, uma carta escrita por Le Corbusier em 1955. Este processo constitui o primeiro momento deste capítulo.

Depois, optei por acrescentar algumas reflexões em torno da palavra "plano" (em seu uso como substantivo), com destaque para formulações de Flávio Villaça (1999) a respeito das possíveis designações que esse vocábulo encerra no que tange aos estudos urbanos, e aos desdobramentos, que este último enquanto técnica acaba por legitimar nas ações dos governos, em suas gestões do estado sobre a organização dos espaços das cidades brasileiras.

Por sua vez, diante do fato de este estudo também desejar refletir sobre como se deu o surgimento antecipado das Cidades Satélites de Brasília, (reflexão contada a partir do surgimento de Ceilândia), esta intenção naturalmente verteu as reflexões para as escolhas projetuais de Lúcio Costa – como também Oscar Niemeyer – enquanto técnicos e pensadores dentro do processo de construção de Brasília, para entendimento do que aqui denominados como uma simbiose entre plano político e plano urbanístico, fato este que se observarmos as história das cidades, pode ser considerado como recorrente dentro da história mundial do urbanismo. Aliás, como poderá ser constatado mais adiante, Brasília é um ótimo exemplo de simbiose entre plano político e plano urbanístico.

Depois, ao final de toda essa sequência aqui preanunciada, e a partir de todas as reflexões consultadas para o termo "Plano Piloto", laçarei a seguinte

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

pergunta: houve no contexto de projeto de Ceilândia um Plano Piloto ou um Plano Urbanístico? Qual a linha de divisa das noções que esses termos encerram? Será que há necessariamente uma definição clara entre um e outro?

Por fim dessa breve introdução, é válido alertar aos leitores, que em um primeiro momento da leitura deste capítulo da dissertação, talvez possam achar que fugo ao que nele é proposto, que é elaborar sobre o que seria um Plano Piloto; mas acredito ao final da leitura de todo este trecho da presente reflexão, conseguirei fazer entender que o ideal praticado aqui foi o de também refletir sobre o papel do arquiteto (através do seu desenho, e visão de mundo) no auxílio à forma como a cidade é construída; sobretudo em uma situação precária como foi o caso de Ceilândia, quando esta emergiu ao mapa do Distrito Federal.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

## 4.2
## As origens do termo Plano Piloto

De início, é importante evidenciar que o termo “Plano Piloto”surgiu anteriormente a construção de Brasília, e não foi cunhado originalmente por Lúcio Costa como(ao menos nós brasileiros) poderíamos supor, visto que basta uma pesquisa rápida nos mecanismos de busca da internet para “Plano Piloto”, para que logo apareçam textos e imagens do Plano Piloto de Lúcio Costa para Brasília.

Tais constatações surgiram justamente durante o rastreamento de literaturas em torno da expressão, a partir das quais destaco os dois trechos de artigos a seguir:

> [...] é importante lembrar que a proposta original de Lúcio Costa correspondeu ao conceito de Plano Piloto exposto por Le Corbusier em correspondência ao *Mal. Jose Pessoa*, ainda em 1955. [...]. Ou seja, o conceito de Plano Piloto adotado no Edital de Licitação para o Projeto da Nova Capital era aquele de Le Corbusier e não correspondia àqueles de Plano Diretor Urbano adotados nos anos cinquenta. [...] (apud VIDAL, Laurent, *De Nova Lisboa a Brasília – A invenção de uma Capital (séculos XIX – XX)*, Brasília: UnB, 2009. p.181, grifos meus)

> [...] O termo inédito “plano piloto”, utilizado anteriormente por Le Corbusier em 1951 para o projeto de Bogotá, estava destinado a ser sua única contribuição direta para o projeto final de Brasília [...]. (EL- DAHDAH, 2010, grifos meus)

A partir destas informações de que foi Le Corbusier quem cunhou o termo anteriormente, e possivelmente em 1950 em Bogotá, o próximo passo foi encontrar todo teor da carta enviada ao Marechal Jose Pessoa. No entanto, antes apresentá-la aqui, é válido acrescentar que *Gabriela Gómez*[66] citando *Maria Cecília O'Byrne*[67], relata que antes de Bogotá, Corbusier já havia elaborado 18 plano-surbanísticos, sendo que o projeto Chandigarh (1951) – criada para ser Capital do estado de Punjabi ao norte da Índia – foi o único plano realizado do mestre franco suíço. Além do mais, o processo do Planode Bogotá recebeu destaque em muitas fontes consultadas a respeito da origem do termo “Plano Piloto”, e

[66]Gabriela Gómez é mestrando em Jornalismo pelo Centro de Estudos em Jornalismo (CEPER), e escreveu o artigo a partir de uma entrevista realizada por Gabriela a arquiteta *María Cecilia O'Byrne* (ver nota de rodapé nº 3), a originalmente publicada como “Una utopia llamada Bogotá”, no site ArchDaily em Espanhol.

[67] Maria Cecilia O'Byrne é professora e pesquisadora da “Universidad de los Andes” com sede em Bogotá, Colômbia, e tem especialização em arquitetura moderna colombiana, e na obra de Le Corbusier.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

diante de tais indicativos, o mesmo foi aqui adotado como o momento histórico de surgimento do termo.

Por conseguinte,a transcrição da Carta enviada por Le Corbusier de Paris em 24 de junho de 1955ao *Mal.* João Pessoa[68], extraída do livro "Le Corbusier no Brasil" (CECÍLIA, *et al*., 1987):

> Senhor presidente,
>
> Esta manhã na Embaixada do Brasil de Paris, o Sr. Marinho leu-me sua carta endereçada ao Sr. HurgoGouthier (Nova Iorque), bem como a que último escreveu a respeito de minha eventual participação da nova Capital.
>
> Esta carta tem por objetivo retificar uma pequena deformação do meu pensamento na transmissão feita pelo Sr. Marinho da Embaixada do Brasil em Paris e pelo ser. Hugo Gouthier do Consulado de Nova Iorque.
>
> Ficaria imensamente grato se tivesse a gentileza de notar que meu desejo não é o de fazer os projetos da Capital do Brasil, mas de ser encarregado da realização do que chamamos de *"Plano Piloto". O "Plano Piloto" significa a expressão, através de desenhos e textos, da ideia de ordem geral e particular que minha experiência permite apresentar por ocasião deste problema. O plano de urbanismo será obra dos Arquitetos Brasileiros.*
>
> *Dei ao Sr. Marinho, a título puramente confidencial, uma cópia parcial do meu contrato feito com a cidade de Bogotá quando da minha participação na urbanização desta cidade em 1950. Esta parte do contrato continha a nomenclatura dos desenhos necessários a manifestação das ideias do "Plano Piloto".*
>
> *É partir deste Plano Piloto que os Arquitetos Brasileiros, acompanhado de todos os demais técnicos, farão os estudos definitivos qualificados dos elementos necessários à realização mesma da cidade (viabilidade, transportes, condições de habitações, de trabalho, de lazer, etc...)*
>
> Jevousprie de croire, MonsieuslePrédidente, à l´expression de mês sentimentslesplusdevoués.
>
> Le Corbusier. (CECÍLIA, et. al., 1987, p. 285-286, grifos meus)

No entanto, a partir do que afirma Jeferson Tavares em artigo publicado no site Vitruvius[69], acrescento que o Termo "Plano Piloto" entrou para o universo

[68]O marechal José Pessoa,( José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque) era militar, e sobrinho de Epitácio Pessoa (presidente da República de 1919 a 1922), e irmão de João Pessoa. Em 1949 vai para a Reserva, mas continuou participando de questões públicas. Até que em 1954, o então presidente Café Filho o convida para ser presidente da Comissão de localização da Nova Capital. Em 1956, Pessoa homologa a escolha oficial da então futura área destinada ao Distrito Federal. Faleceu em 16 de agosto de 1959. (cf. Wikipédia)

[69]Artigo intitulado "50 anos do concurso para Brasília – um breve histórico", cujo, segundo seu autor, foi extraído de forma resumida de sua dissertação de mestrado intitulada como "Projetos

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

urbanístico brasileiro justamente a partir o Edital para o Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil[70], conforme é possível verificar a partir desta passagem:

> Quando consultado pela NOVACAP, o IAB enviou ao presidente da república um manifesto, agosto de 1956, que propunha um concurso nacional para eleger o profissional que coordenaria os trabalhos de planejamento e execução do *Plano Regional e de Urbanização da Nova Capital*[71] [...] A partir de então a NOVACAP mobilizou-se em efetivar o edital para o concurso nacional. Organizado por Israel Pinheiro, Ernesto Silva, Oscar Niemeyer, Raul Pena Firme e Roberto Lacombe, foi publicado em setembro [...] de 1956. O Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil, assim denominado, previa mínimas soluções para uma idéia urbanística [...]. *Cabe destacar que o termo Plano Piloto é decorrente de uma carta de Le Corbusier ao Marechal José Pessoa* em que o arquiteto franco-suíço discutia o contrato entre ele e o governo federal para a elaboração do seu *Plano Piloto* para a capital, em 1955. Posteriormente incorporado ao edital, o termo tornou-se conhecido como a área definitivamente destinada à Nova Capital. (TAVARES, 2007, artigo *oline*)

A razão para concordar com Tavares é simples: como foi visto a carta enviada por Corbusier ao Marechal José Pessoa foi escrita em 1955, na qualo próprio urbanista Franco Suíço, ao tentar esclarecer um mal-entendido em torno de seu desejo de colaborar com as premissas para a nova capital, esclareceu que ele caracterizou como Plano Piloto; e o Edital do concurso do Plano Piloto a Nova Capital do Brasil foi publicado em setembro de 1956,utilizando o termo. Dessa forma, entendo que é possível que o termo realmente tenha caído nas graças dos organizadores do concurso, dentre os quais, como sabemos, também participava Oscar Niemeyer, quem muito foi influenciado (ao menos inicialmente) pela obra de Le Corbusier.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

---

para Brasília e a cultura urbanística nacional", defendida no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – EESC-USP, São Carlos, 2004. (Ver referências bibliográficas).

[70] Com a decisão do – então – recém eleito Persistente Juscelino Kubistchek de efetivamente construir uma nova cidade para ser Capital do Brasil, foi criada a Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal, que lançou 19 de setembro de 1956, na Cidade do Rio de Janeiro, um edital para escolha de uma proposta urbanística com traçado básico para a nova cidade, para escolha de um Plano urbanístico ( Plano Piloto) que contemplasse os principais elementos da estrutura urbana, o qual era intitulado de " Edital para o Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil".

[71] Notar que um a expressão "Plano Regional e de Urbanização *na ocasião do referido edital confere um caráter mais amplo ao termo "Plano Piloto".*

### 4.2.1
### O Plano Piloto de Bogotá

Quando da primeira visita de Le Corbusier à Colômbia (1947), Bogotá apresentava um índice de crescimento urbano tão grande, que as autoridades locais já faziam a previsão de que em poucos anos, dos seus então quinhentos mil habitantes, a cidade poderia chegar a ter cerca em um milhão e quinhentos mil residentes. Urgia a Capital colombiana, portanto, de um planejamento urbano para enfrentar esta realidade que se configurava. (GOMÉZ, 2017)

Dentro deste contexto, nos conta Gabriela Gómez[72] (ibidem)em seu artigo intitulado “Uma utopia de Le Corbusier chamada Bogotá” (orginalmente, “Una utopia llamada Bogotá”), que com o término da segunda Guerra Mundial (ocorrida entre 1939 a 1945) o Banco Mundial[73] se propôs a financiar alguns processos de modernização de países latino-americanos; sendo que a cidade de Bogotá entra na lista das cidades a serem beneficiadas apenas 1947, coincidindo justamente com a primeira viagem de Corbusierem visita a Cidade em junho desse mesmo ano. Ocasião esta que Corbusier foi a convite de Eduardo Zuleta Angel, representante da Colômbia na Organização das Nações Unidas (ONU).Ocorreu, então, que durante a viagem da primeira visita o arquiteto franco suíço ficou encantado com o que vira de Bogotá, sobretudo de dentro Avião:

> E aqui, permita-me um pequeno parêntese. Há três dias estou em sua bela paisagem e vejo, ao redor da cidade e às vezes desde fora e na cidade antiga, vejo aparecer as leis essenciais, isto é, sol, espaço, verde, beleza e o esplendor da natureza”. (Le Corbusier, apud Gabriela Gómez, 2017, [n.p.])

Como é de se imaginar, visto a boa retórica de Corbusier, o arquiteto nesta ocasião defendeu que Bogotá tinha “as bases de uma grande cidade moderna”,

[72]Op. cit., ver nota de rodapé nº 2 desta dissertação.

[73]O Banco Mundial foi criado em 1944, com o nome de Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) em conjunto com FMI (Fundo Monetário Internacional), a quem seu funcionamento era subordinado. A criação de ambas as instituições se deu a partir do desejo dos “países centrais” (países com alto nível de desenvolvimento econômico e social) em estabelecer uma nova ordem no pós-guerra. Contudo, nesse tempo o interesse do BIRD estavavoltado para o FMI, restando ao Banco Mundial um papel coadjuvante e promover a reconstrução das economias devastadas pela guerra e a concessão de empréstimos ao setor privado. A “Guerra Fria” (ocorrida entre 1947 – 1991) por sua vezacabou culminando no fortalecimento da instituição, fazendo com que ela também começasse a amparar os países periféricos, e com isso ampliar o bloco não comunista, onde o esforço maior estava alinhado ao desejo estabilização destes países não centrais através de programas de ajuda e concessão de empréstimos.Todavia, o objetivo maior, nem sempre evidenciado, era o de proporciona uma expansão do sistema capitalista mundial(FURTADO, 2008).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

mas que para tomar um ar contemporâneo, e “responder às necessidades deseu tempo e pessoas”(ibidem), parte da cidade (sobretudo o centro) deveria ser demolida, reconstruída, e depois expandida a partir dos novos parâmetros urbanísticos.

Ainda como nos conta Gabriela Gómez de sua entrevista com a estudiosa da obra de Le Corbusier, Maria Cecília O’Byrne, naquele contexto histórico e político da gestão urbana de Bogotá, acabou que os ânimos estiveram favoráveis para a modernização da capital colombiana, a ponto de surgir um pré-acordo implícito para desenvolver um plano urbano mais adiante. Ocorreu, então, que durante as negociações, por “sorte”, além de Zuleta manifestar apoio à participação do Le Corbusier no futuro plano de renovação da cidade, Corbusier teve a oportunidade de se encontrar com Fernando Mazuera Villegas, justamente o prefeito de Bogotá, quem por sua vez se transformou em um entusiasta, e indicando Corbusier como colaborador para o futuro plano juntoà empresa Town Planning Associates (TPA - fundada  por Josep Luís Sert e Paul Lester Wiener e Paul Schulz cuja sede se localizava em Nova York). Instituiçãoestaque ficaria responsável pelas abordagens urbanas impostas pelo Banco Mundial. (cf. Gomes, 2017)

Chega-se a 30 de março de 1949, e Le Corbusier assina o contrato para ser arquiteto consultor na elaboração de um Plano diretor para a capital colombiana, projeto este definido como “Plano Piloto de Bogotá” pelo arquiteto, e a ser desenvolvido juntamente com a “Oficina delPlan Regulador de Bogotá”[74](OPRB), cuja direção dos trabalhos estava subordinados a Herbert Ritter[75], e por Sert, Wiener e Schulz; estes últimos, ambos fundadores da TPA.

No acordo contratual ficou acertado que o Plano Diretor de Bogotá seria desenvolvido em cinco fases:1º Análise urbanística (OPRB);2º Estudo preliminar (Le Corbusier, OPRB, TPA); 3º “Plano Piloto” (Le Corbusier);4º Plano Regulador (Le Corbusier, OPRB e TPA);5º Implementação do Plano Diretor (OPRB e TPA). (cf. SEQUEIRA, 2010, p. 2016 *et seq*.).

[74]Podemos traduzir como Escritório do Plano Regulador de Bogotá (tradução nossa), o qual era composto por profissionais colombianos que davam suporte às diversas demandas técnicas locais do Plano. De modernização de Bogotá

[75]Chefe do departamento municipal de urbanismo de Bogotá

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

Destacamos dessas cinco fases, dois momentos de decisões: primeiro o Plano Piloto, estabelecendo as ideias de planejamento geral em suas premissas básicas; e segundo oPlano regulatório que converteria as premissas gerais do Plano Piloto de Corbusier em legislação urbana. Eis aí um detalhe processual que mudaria os rumos da renovação urbana de Bogotá, visto que na primeira metade de 1950, depois de Le Corbusier haver solicitado aos colombianos estudos técnicos, como, por exemplo, dados do crescimento histórico da cidade, as características geológicas, e de quais eram os locais de inundações.

Após amplo debate e visitas a váriooslocais da região de abrangência do futuro plano urbanístico, a partir desta rica documentação, Corbusier consegue, finalizar no segundo semestre desse mesmo ano o histórico Plano Piloto de Bogotá. (cf. Gomes, 2017.).

Em maio de 1951 depois que Le Corbusier finalizou a parte que lhe cabia do plano de Bogotá, e o projeto seguiu para aos responsáveis pelos trabalhos de elaboração do Plano Regulatório, que como já foi mencionado ficaria sob a responsabilidade técnica de Wiener e Sert. E como ambos “tinham” (ou representavam) outras concepções de cidade (trabalhavam para o Banco Mundial[76]), muitas das predefinições do “piloto urbanístico corbusiano” não resistiriam em sua totalidade, tornando-se inevitável que as referências passassem a ser justamente as referências estadunidenses.

Assim, não é difícil imaginar que a Bogotá atual certamente seria bem diferente, todavia dentro desse processo “todos os arquitetos entenderam que Le Corbusier chegou a Bogotá e fez um plano que, felizmente, não foi feito porque derrubaria a cidade"(GOMEZ 2017, apud Maria Cecília O'Byrne), visto que a tábula rasa que Corbusier propunha para Bogotá, acabaria por “passar uma borracha” nos vestígios das outras histórias das ruas do centro da Capital colombia-

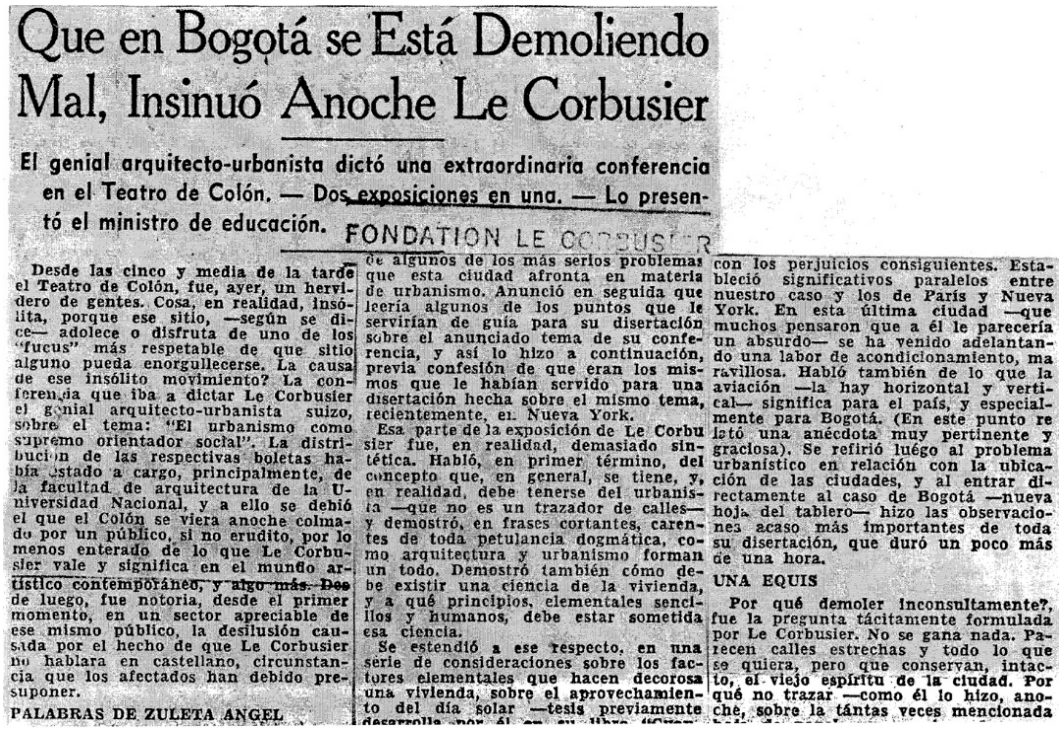
[76]Conforme mencionado em outra nota de rodapé, Erika Furtado (FURTADO, 2008) nos conta que Banco Mundial (BM) teve uma política voltada para os países “não centrais” (subdesenvolvidos) alegando que desejava gerar uma “estabilização” nestes países no pós-Guerra Fria (ocorrido ente 1947-1991). Sendo que um objetivo do BM nem sempre destacado pelos seus idealizadores era o fato de que havia nas entrelinhas de seus objetivos uma política ambiciosa de expansão do sistema capitalista mundial.). A partir deste contexto, durante a leitura do artigo “Uma utopia de Le Corbusier chamada Bogotá” (GOMÉZ, 2017), captamos uma sugestão ali colocada, de quesendo a TPA um representante do BM no processo de renovação urbanística, certamente houve aí alguma imposição do modelo de cidade a ser adotado, como por exemplo uma maior prioridade aos corredores de transporte sobre pneus do que os sobre trilhos.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

na.Contudo, também é valido colocar que o fracasso da plenitude do piloto urbanístico corbusiano para Bogotá não significou que esta troca fora de todo a mais acertada, já que esse também foi “momento do fracasso em Bogotá: em vez de olhar para a Europa como a fonte de inspiração para a construção da cidade, começamos a olhar para os Estados Unidos como nossa referência”. (cf. GOMEZ 2001).

**Fig. 37**. (autor). Le Corbusier, Josep Luís Sert, Paul Lester Wiener, Carlos Arbeláez e Francisco Pizano em Bogotá. 1950. Fonte: ArchDaily (original: Revista Cronos).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA



# Que en Bogotá se Está Demoliendo Mal, Insinuó Anoche Le Corbusier

**El genial arquitecto-urbanista dictó una extraordinaria conferencia en el Teatro de Colón. — Dos exposiciones en una. — Lo presentó el ministro de educación.**

FONDATION LE CORBUSIER

Desde las cinco y media de la tarde el Teatro de Colón, fue, ayer, un hervidero de gentes. Cosa, en realidad, insólita, porque ese sitio, —según se dice— adolece o disfruta de uno de los "fucus" más respetable de que sitio alguno pueda enorgullecerse. La causa de ese insólito movimiento? La conferencia que iba a dictar Le Corbusier el genial arquitecto-urbanista suizo, sobre el tema: "El urbanismo como supremo orientador social". La distribución de las respectivas boletas había estado a cargo, principalmente, de la facultad de arquitectura de la Universidad Nacional, y a ello se debió el que el Colón se viera anoche colmado por un público, si no erudito, por lo menos enterado de lo que Le Corbusier vale y significa en el mundo artístico contemporáneo, y algo más. Dos de luego, fue notoria, desde el primer momento, en un sector apreciable de ese mismo público, la desilusión causada por el hecho de que Le Corbusier no hablara en castellano, circunstancia que los afectados han debido presuponer.

PALABRAS DE ZULETA ANGEL

de algunos de los más serios problemas que esta ciudad afronta en materia de urbanismo. Anunció en seguida que leería algunos de los puntos que le servirían de guía para su disertación sobre el anunciado tema de su conferencia, y así lo hizo a continuación, previa confesión de que eran los mismos que le habían servido para una disertación hecha sobre el mismo tema, recientemente, en Nueva York.

Esa parte de la exposición de Le Corbusier fue, en realidad, demasiado sintética. Habló, en primer término, del concepto que, en general, se tiene, y, en realidad, debe tenerse del urbanista —que no es un trazador de calles— y demostró, en frases cortantes, carentes de toda petulancia dogmática, como arquitectura y urbanismo forman un todo. Demostró también cómo debe existir una ciencia de la vivienda, y a qué principios, elementales sencillos y humanos, debe estar sometida esa ciencia.

Se estendió a ese respecto, en una serie de consideraciones sobre los factores elementales que hacen decorosa una vivienda, sobre el aprovechamiento del día solar —tesis previamente

con los perjuicios consiguientes. Estableció significativos paralelos entre nuestro caso y los de París y Nueva York. En esta última ciudad —que muchos pensaron que a él le parecería un absurdo— se ha venido adelantando una labor de acondicionamiento, maravillosa. Habló también de lo que la aviación —la hay horizontal y vertical— significa para el país, y especialmente para Bogotá. (En este punto refirió una anécdota muy pertinente y graciosa). Se refirió luégo al problema urbanístico en relación con la ubicación de las ciudades, y al entrar directamente al caso de Bogotá —nueva hoja del tablero— hizo las observaciones acaso más importantes de toda su disertación, que duró un poco más de una hora.

UNA EQUIS

Por qué demoler inconsultamente?, fue la pregunta tácitamente formulada por Le Corbusier. No se gana nada. Parecen calles estrechas y todo lo que se quiera, pero que conservan, intacto, el viejo espíritu de la ciudad. Por qué no trazar —como él lo hizo, anoche, sobre la tántas veces mencionada

**Fig. 38.** (autor). Recorte de notícia de Jornal sobre Le Corbusier em Bogotá. (ano). Fonte: ArchDaily (original: Fundação Le Corbusier).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

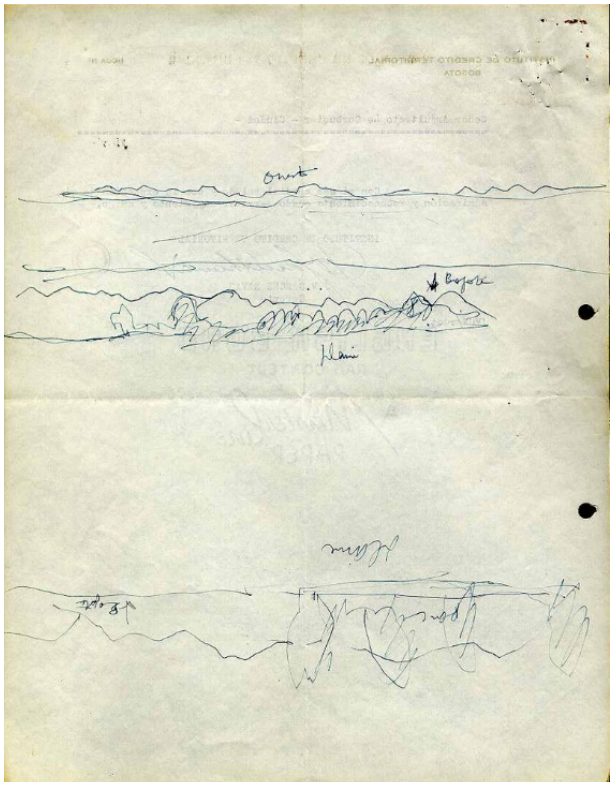


**Fig.39.** Le Corbusier. Croqui das colinas de Bogotá. (1947). Fonte: ArchDaily (original: Fundação Le Corbusier)

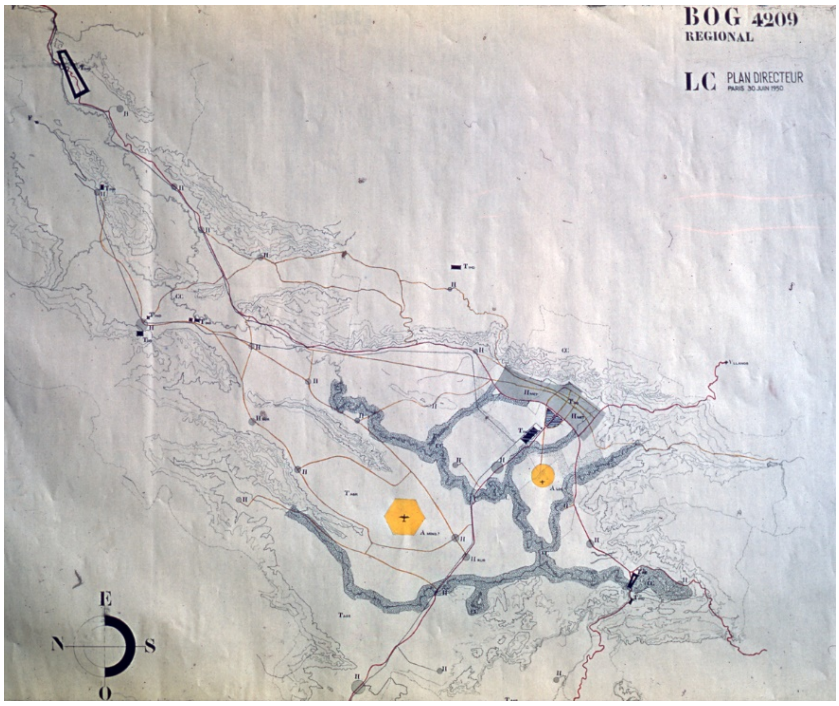



**Fig. 40**.Le Corbusier. Plano Diretor para Bogotá- BOG 4209– Regional: circular. (1950). Fonte: ArchDaily (original: FLC + F.Pizano).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

**Fig.41**. Le Corbusier. Plano Diretor de Bogotá-BOG4211. (1950). Fonte: Fundação Le Corbusier).

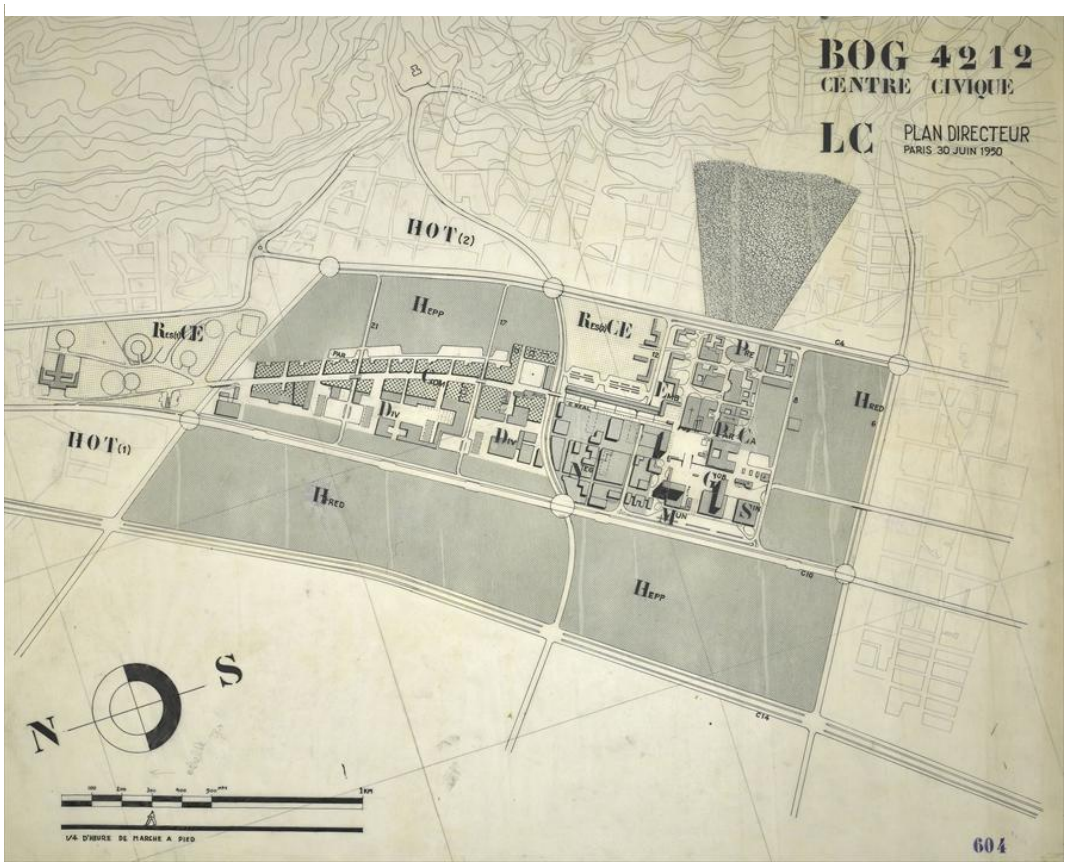



**Fig. 42.**Le Corbusier. Plano Diretor de Bogotá-BOG4212- Centro Cívico. (1950). Fonte:Fundação Le Corbusier.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

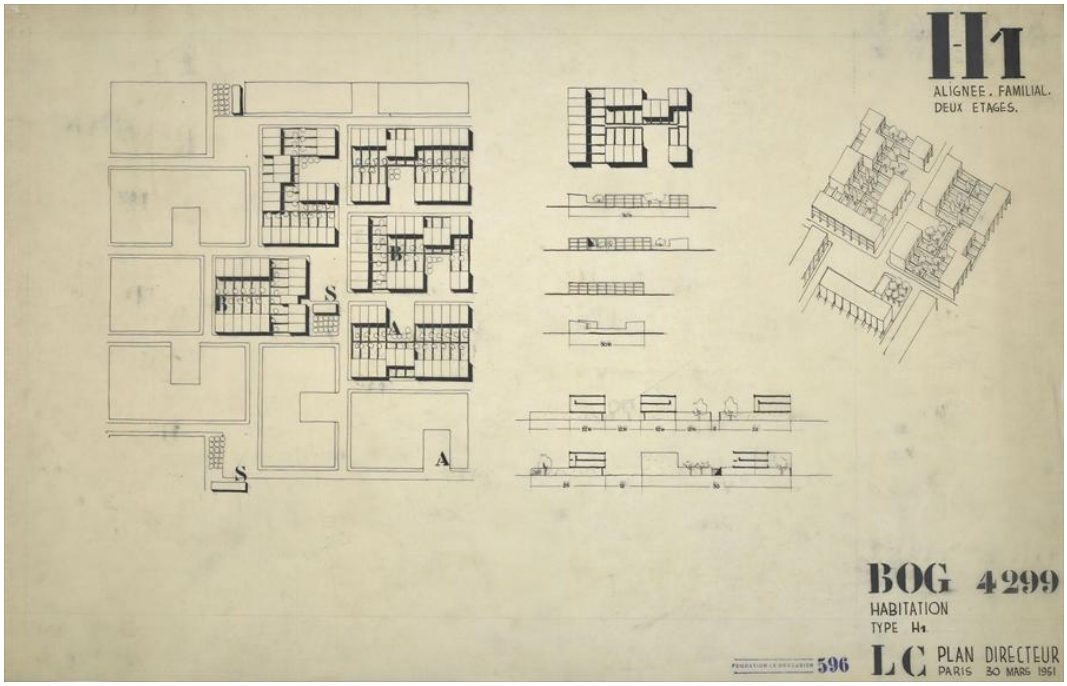



**Fig. 43**.Le Corbusier,P.D. de BogotáBOG-4299- Alojamento familiar com dois pavimentos. Fonte: Fundação Le Corbusier

**Fig. 44.** Le Corbusier, P. D. de Bogotá. (ano) Fonte: ArchDaily (original: FLC + F. Pizano

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

### *4.2.2*
### O “plano”:a política urbana e o arquiteto.

Vamos falar a respeito do “plano”. A palavra “plano” é empregada em diversos campos práticos do conhecimento, como por exemplo, na área do cinema há a expressão “plano cinematográfico”, a qual corresponde a“um conjunto ordenado de imagens limitadas espacialmente por um enquadramento das cenas”[77]e sequências de fotogramas captados pelas câmeras cinematográficas a partir de uma hierarquia, a critério do diretor do filme em produção; há também o “plano geométrico”, onde são definidas as figuras geométricas bidimensionais, e é caracterizado pelos matemáticos como “um conjunto infinito e ilimitado de retas”[78], em que as figuras construídas contam com a possibilidade de ter largura e comprimento (ordembidimensional); em outras áreas do conhecimentos há ainda os planos econômicos, planos estratégicos, o plano espiritual etc. De modo que não é difícil nos depararmos com essa palavra em nosso cotidiano.

No presente capítulo desta dissertação, o qual voltado para a área do espaço desenho urbano, me atentarei naturalmente à sua significação distintamente mais geométrica, mas não serão deixados de fora alguns aspectos dos planos urbanísticos em interação com a “gestão do território” (ordem política).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

[77] Segundo Antônio Costa (COSTA, 2003), na terminologia atual adotada nos roteiros, “o plano cinematográfico [...] é habitualmente definido em relação à proporção que a figura humana é enquadrada”; embora esta não seja uma definição rigorosa por não ser “rigorosamente definida nem respeitada”. ( cf. COSTA, 2003, p. 178-180)

[78](Benjamin Carvalho CARVALHO, 1958)nos esclarece que “o desenho é a expressão gráfica da forma”, e que para desenhar temos que ter “o conhecimento das formas a serem representadas”. Acrescenta o autor então, que foi desenvolvido a partir dos estudos das formas, variada comparação “de formas geométricas padrões” (linha sinuosa, triângulos, esferas etc.), até a chegar aos elementos mais caracterizados por larga simplicidade geométrica. São eles: o ponto, a linha, a reta, e o plano. Sendo que por sua vez, é justamente a noção geométrica de plano que nos auxilia a teorizar geometricamente as superfícies, as quais podem classificadas como “planas” ou “curvas”. Dentro disso, sendo uma superfície “plana”, ela pode ser (geometricamente) “concebida como um conjunto das posições de uma linha reta que se desloca em trajetória retilínea e paralela a si mesma”; por outro lado, caso esta superfície seja curva, a podemos definir geometricamente “como o conjunto das posições de uma linha reta que se translada na direção de outra reta”. (cf. CARVALHO, 1958, p. 11-13)

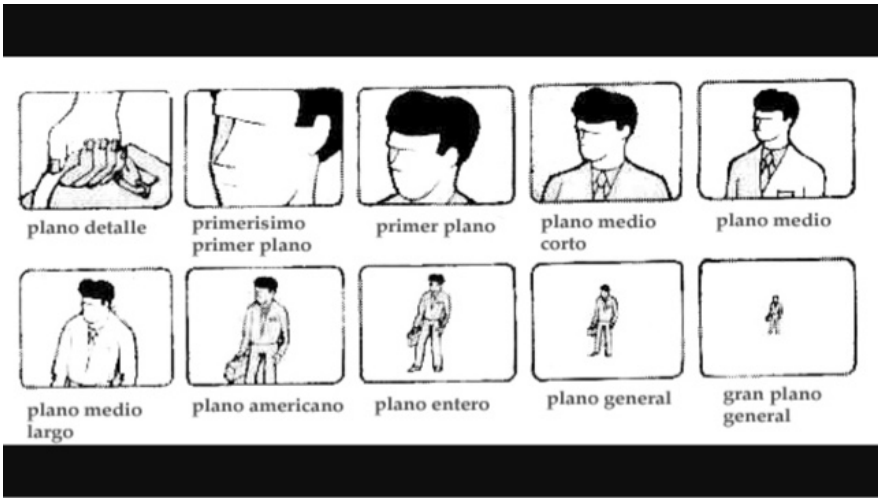



**Fig. 45.** (autor). Sequência de planos cinematográficos. (ano) fonte: Google.

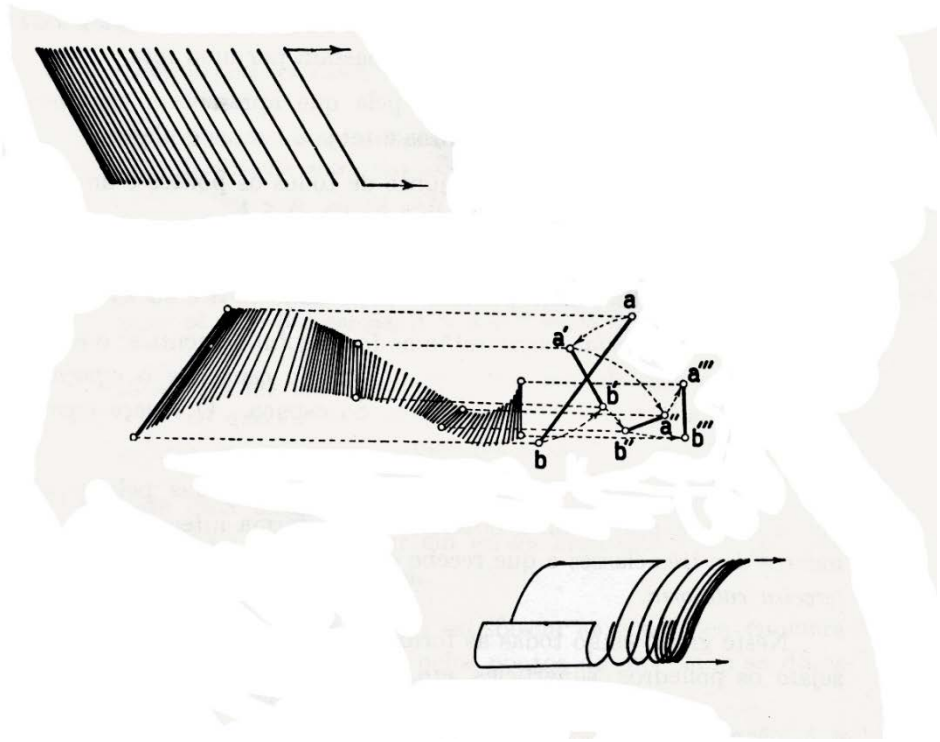



**Fig. 46**.(autor). Plano Geométrico. O plano geométrico definido a partir de uma reta. (ano). Fonte: (CARVALHO, 1958, p.13)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

Falando especificamente a partir do âmbito do desenho arquitetônico (incluindo-se aí a arquitetura da cidade, que também é chamada de urbanismo.) a palavra "plano" pode ser usada para caracterizar o que conhecemos como "projeto", "plano urbanístico/arquitetônico[79]; sendo alguns desses planos mais detalhadas, e outros voltadas para um estudo prévio de ordem global de um empreendimento.O que inicialmente resume muito bem o que seria um "Plano Piloto", expressão essa que tanto me refiro neste trabalho. Ocorre, no entanto, que dentro do universo dos estudos urbanos é possível encontrar várias expressões que se associam em algum momento a idéia de plano, tais como:

- Plano urbanístico;
- Plano diretor;
- Planejamento Urbano Regional etc.

> [...]Um Plano urbanístico – tanto em seu traçado, seu aspecto físico, quanto em seu conjunto de ordenanças – ao constituir-se a partir de uma idéia de cidade, funciona como guia, aponta para uma direção segundo a qual a produção da cidade deve seguir. É um modelo ou ordenamento ideal que aporta sempre uma ordem para a construção e transformação urbanas e que, finalmente, expressa um acordo consensual para a ação. [...] as tipologias edilícias são fundamentais também na divisão territorial ou no parcelamento do solo [...] (CASTRO Gonsales, 2002)

Segundo a professora Lélia Vasconcelos[80] o plano urbanístico requer uma ação, um processo e até mesmo um modelo, o qual tende a ser submetido às regulações (questões jurídicas, institucionais e administrativas) estabelecidas pelo Estado. Posteriormente a autora nos conduz a refletir sobre a palavra projeto, indagando se "ele não seria o próprio plano?",e responde:

---

[79]Podemos definir rapidamente os "planos" (ou projetos) arquitetônicos/ urbanísticos como uma das formas de representação das Cidades (nesse caso geralmente feitas a partir de elementos geométricos) de uma ideia a ser transformada em realidade. Aproveitando o tema das representações das Cidades, em uma conversa acadêmica com a professora Maria Fernanda Derntl, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília(FAU-UNB), ela nos chamou atenção para o fato de que a cidades podem ter várias representações além da arquitetônica; tais como a musical, a cinematográfica, a religiosa etc. Voltando ao aspecto arquitetônico dos planos, segundo Ernest Burden (BURDEN 2006), o projeto de arquitetura corresponde a "um processo que inclui a análise de um "programa" [uma espécie de especificação dos tipos espaços necessários para dado empreendimento] que resulta na criação ou reforma de uma edificação ou estrutura similar". Ainda segundo este autor, ao que se refere a um Plano urbanístico, ele o define como um "mapa em escala grande de uma cidade, representando ruas, edificações e outros elementos urbanos. (cf. BURDEN, 2006, p. 269, e p. 280)

[80]Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, UFF.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

> De certa forma sim, se considerarmos que tanto um como outro implica numa ação e também aponta controles. Mas quando tal termo é aplicado ao urbanismo, ele assume conotações que se diferenciam entre si, principalmente quando se trata de um *plano diretor* ou de um *projeto urbano* – ou ainda – do termo já esquecido, ou melhor, em desuso – *desenho urbano*. (VASCONCELOS 2006, p.3)

A partir das elaborações Vasconcelos sobre o projeto, somos direcionados em seu texto às formulações de Vittorio Gregotti a respeito desse elemento tão importante para nós arquitetos. Diz o autor:

> [...] O projeto é o modo através do qual intentamos transformar em ato a satisfação de um desejo nosso.
>
> Existe, porém, implícito na palavra projeto um sentido de distância entre o desejo e a sua satisfação, o sentido de um tempo preenchido pelo esforço em organizar uma série de fenômenos voltados para uma finalidade, num momento determinado do processo histórico. [...]. Do ponto de vista da arquitetura, o projeto é o modo através do qual vêm organizados e fixados arquitetonicamente os elementos, selecionados, elaborados, e intencionados através do processo de composição, até chegar a estabelecer entre si novas relações cujo sentido geral (estrutural) pertence, ao final, à coisa arquitetônica, à nova coisa que construímos por meio do projeto. (GREGOTTI, [1972] 2004, p.11-12)

Flávio Villaça (1999), por sua vez, em um capítulo de livro intitulado "A história do Planejamento urbano no Brasil", chama nossa atenção para as dificuldades de entendimento que "decorrem das várias formas possíveis" de planejamento que envolve as cidades, onde segundo o autor há os conceitos de planejamento urbano, zoneamento, planos setoriais, planos diretores, projetos de cidades novasetc. (cf. VILLAÇA, 1999, pp.169-213). Há neste documento inúmeras questões teóricas e de cunho histórico em torno desse seu objeto de estudo, que nos traz riquíssimas elaborações acerca dos conceitos de "plano urbano", e sua diferenciação a partir do que seria especificamente – dentro da realidade brasileira – "o planejamento urbano".

Outro ponto relevante é que Villaça também chama atenção acerca da necessidade de distinção das noções de "plano"e de "projeto", bem como alguns elementos a serem considerados para isso. Afirma:

> Uma determinada prática e/ou discurso do *Estado sobre o espaço urbano estará tão mais próxima do conceito de plano (portanto mais afastada da ideia de projeto)* quanto mais forte e simultaneamente estiverem presentes os seguintes componentes ou características:

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

> Abrangência de todo espaço urbano e apenas desse espaço e seus vários elementos constitutivos [...].
>
> - *Continuidade de execução* e necessidade de revisões e atualização.
> - *Interferência* da ação sobre a maioria ou grandes contingentes da população.
> - Papel e importância das *decisões políticas* [...] [e] dos organismos políticos formais [...]. (VILLAÇA, 1999, p.174, grifos meus)

Portanto, eis o "fato": Flávio Villaça coloca a *presença do Estado* como algo essencial para tal diferenciação.

Entendo este "fato" como muito esclarecedor, até mesmo porque nos ajuda a separar – ou mesmo associar – a relação de "nós arquitetos" (mas não somente) aos interesses dos gestores dos Estados. Algo perigoso diante do poder de "sedução" (mobilização, publicidade etc.) da arquitetura, não é mesmo?

Por exemplo: tanto no Plano Piloto de Ney Gabriel de Souza, como no de Lúcio Costa, ambos profissionais estavam a serviço do Estado no desenvolvimento um "plano" (projeto) urbanísticos acordados às demandas dos planos políticos. O que inicialmente não apresenta perigo algum, mas quando nos atentamos às especificidades, e até mesmo à perversidade dos interesses políticos de "entrelinhas" envolvidos em cada contexto, percebemos que os projetos – tanto urbanísticos quanto arquitetônicos – acabam por se transformarem em um dispositivo perpetuador do poder das forças dominantes. Então, se de um lado tem-se a "graciosidade" dos projetos arquitetônicos – em que como já sugeriu Mies van der Roche ao dizer que "Deus está nos detalhes – por outro, enquanto estes se concretizam, é que possivelmente se percebe que aquele oposto provérbio popular também faz todo sentido: "o diabo reside nos detalhes"; e sobretudo nos não geométricos dos "planos" e ou dos projetos.

Um exagero essa colocação? Não, e nem uma acusação a nós arquitetos, mas melhor não esquecermos que vivemos em um país desigual, e culturalmente desenvolvido em um meio de inclusão precária, onde tudo pode ser convertido para benefícios aos que menos precisam. Por falar nisso, conhecendo, e respeitando a "história de Ceilândia" (outra forma de contar a história de Brasília) – tanto a do plano urbanístico quanto político – também nos permite refletir sobre essa inclusão precária dos que realmente precisam, haja visto o que aprende-

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

mos com os primeiros versos do livro A Hora da Estrela[81]: um “sim” pode ser na verdade um “não”. Contudo, deixemos esta última colocação para maior aprofundamento quando formos elaborar em outra parte desta dissertação em torno de alguns aspectos “simbólicos” (ou retóricos) verificados no plano urbanístico de Ceilândia.

Feitas essas elaborações importantes de inserções mais evidentes de nosso objeto de estudo ao debate, e de retorno às elaborações de Villaça, ao que se segue, o autor atribui pesos aos critérios por ele citados mais acima para separar o que seria o *discurso sobre o plano* e o *discurso sobre o projeto*. Outra informação importante colocada pelo autor é que o Planejamento urbano regional no Brasil começou a se efetivar apenas a partir dos anos1950; em que para uma melhor organização didática, nos esclarece que cita experiências anteriores a essa data em suas elaborações, paramelhor entendimento dos diversos momentos do Planejamento Urbano brasileiro.

A partir disso, o autor lista vários planos voltados para o espaço urbano desenvolvidos no país, aos quais ele denomina como planejamento urbano *lato senso*, ou seja, planos urbanos com objetivos muito distintos entre si, como por exemplo, o Plano do metrô de São Paulo (1968 - infraestrutura), o Plano Agache (1930 – melhoramentos, infraestruturas e embelezamento) e o Planos de Belo Horizonte (1897- Monumentalidade). Dessa lista de planos, Villaça (1999) separaos planos que apresentamcaráter mais específicos, e os denomina por esta característica como Planejamento urbano *estrito senso*. Esses planos surgem em sua maiorianos anos 50com a premissa de integração dos diversos temas urbanos. Também são apresentadas outras categorias de planos, que também estão inscritas dentro planejamento *stricto senso*, são elas:

- O“zoneamento”, que segundo o autor corresponde a uma legislação urbanística que varia dentro do espaço urbano, sendo que para ele não é a mesma coisa que o plano diretor, embora todo plano diretor tenha um zoneamento;
- O “projeto e construção de cidades novas”, o qual segundo o autor surge no país a partir da elaboração do projeto urbano de Belo Horizonte, em 1897, elaborado por Aarão Reis, cuja prática ainda é vigente em até

[81] Livro de Clarice Lispector.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

atualidade, posto que se enquadram nesta vertente Goiânia (1933), Brasília (1960), Palmas (1989), entre outras; sendo característica destes projetos um maior ou menor grau de monumentalidade, (o fato de serem Cidade Capitais certamente contribui para isso).

- Por fim há o urbanismo sanitarista[82], que segundo Villaça é o mais restrito de todos já que entrou em decadência na década de 1930 (cf. VILLAÇA, 1999, p. 177-179).

Há ainda algumas interessantes consideraçõessobrea caracterização do campo do planejamento urbano e dos planos diretores:

> [...] Em seu livro A cultura das Cidades, Lewis Munford (1961, p.61) apresenta um item intitulado “Princípios de Planejamento das Cidades Medievais”.
>
> A palavra planejamento não tem aí nada em comum com a acepção que estamos adotando, pois nem se refere nem à ação nem ao discurso do Estado sobre o espaço urbano. Na verdade, o que Munford trata nesse item é da forma urbana da cidade medieval, especialmente o traçado de suas ruas, supostamente “desordenado” e debate a questão de saber se o retângulo, no espaço urbano, seria ou não uma questão do Renascimento. Essa questão, tal como o projeto de cidades novas, nada tem a ver com o planejamento que surge no século XIX e que é objeto desta análise. [...]. Tratase aqui de uma ação planejada do Estado sobre o espaço urbano. [...] (Lewis Munford 83196, p.61, apud Villaça 1999, p.179)
>
> Na sequência,Villaça é categórico:
>
> [...]O *planejamento urbano* e os *planos diretores* não devem ser identificados com os *planos de cidades novas*. Estes existem há séculos, enquanto o planejamento urbano (no stricto sensu que convencionamos atribuir a essa expressão) tem algo como um século e meio no máximo (Villaça 1999, loc. cit.).

[82]Relata a pesquisadora Ana Carolina Dantas (DANTAS, 2003), que depois que a República brasileira foi proclamada (em1889), nas duas primeiras décadas dos anos 1900 verificou-se no Brasil a intensificação de um desejo de progresso, se configurando no país a partir daí um ideal de combate a desordem urbana colonial, visto que nossas cidades contavam com uma gama de epidemias provocadas pelos adensamentos demográficos em associação a precariedade das infraestruturas nelas verificadas. Então partir disso, os médicos da época (influenciados por novas ideias surgidas a partir da Europa) começaram a investigar este fato a partir de um paradigma higienista; quando surge higienismo no Brasil, o qual resultou como a primeira política urbana de controle de nossas cidades, em que a engenharia sanitária emergia como solução tecnológica.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

Outras diferenciações importantes a este respeito são as que Villaça defende que em seu estudo, de modo distinto de outras análises, o planejamento urbano não é interpretado como "sinônimo de teorias ou pensamento sobre o 'urbano'", como também não o considera como tal uma "ação não planejada do *Estado*[84]sobre o urbano", visto ser justamente esta ação sobre o espaço urbano que pode ser considerada como planejamento urbano.

Por falar em teorias sobre o urbano, Flávio Villaça (1999) traz para o debate outra palavra controversa. Salienta nesse entendimento que "é preciso atentar para a possibilidade de confusão quando surge a palavra *urbanismo*". Isto porque para o autor, o termo pode designar ao mesmo tempo as "técnicas"[85] alinhadas (ou não) com os interesses do Estado sobre as cidades, sendo esta significação a mais antiga da palavra; correspondendo ao *cityplanning*inglês, ao francês *urbanisme,* e ao que conhecemos no Brasil como urbanismo, cujo sentido empregado é o mesmo "desde seu aparecimento na França, no início deste século" (cf. ibidem).

Outra possibilidade de significação destacável para este vocábulo é o sentido de um estudo interdisciplinar do espaço urbano a partir de um conjunto de ciências voltadas aos fenômenos urbanos (Sociologia, Geografia, Antropologia etc.); isto é, Villaça fala, neste caso, do que efetivamente entendemos como Planejamento urbano no Brasil. Nesse sentido, é justamente nessa "confusão de entendimento" sobre a palavra urbanismo que entendemos que reside o perigo da questão, visto que

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

[84]É importante salientar que as noções de Estado e Governos são distintas. Enquanto o Estado é composto pelo montante de instituições públicas (o governo, as escolas, as prisões, os hospitais públicos, o exército, dentre outras), que representam organizam e "atendem" (ao menos em teoricamente) os anseios da população que habita o seu território, e pode ser entendido como uma "unidade administrativa de um território"; por sua vez, o governo corresponde apenas uma das instituições que compõem o Estado, e tem a função de administrá-lo de forma temporária. (PENA, [ artigo online])

[85]A partir de nossa interpretação do texto do autor, empregamos o termo "técnica" (técnica urbanística) para se referir às teorias e recursos surgidos a partir de todas as ciências envolvidas no urbanismo enquanto conhecimento científico. Ao que tange ao processo de desenvolvimento da técnica arquitetônica, Benévolo (1984) diz que embora inicialmente na cultura tradicional a arquitetura fosse considerada "como uma das artes maiores, junto com a pintura e a escultura"; sua técnica, diferentemente das de suas congêneres, já era reconhecida como "uma espacialização a parte dentro da cultura tecnológica. Neste sentido, elabora que este dualismo acompanhou a arquitetura por séculos, sendo que" nos dois últimos decênios", tal característica se aprimorou cada vez mais, a ponto dos"criadores da arquitetura modera" (Mies, Gropius e Corbusier) a terem manejado com grande maestria "os muitos elementos tecnológicos análogos a pesquisa científica, tais como a "objetividade, transmissibilidade, controle experimental e colaboração coletiva no espaço e no tempo". (cf. BENEVOLO, 1984, p.83-89)

> [...]. é preciso cuidado para não identificar o urbanismo enquanto mero discurso, conjunto de ciências e *supostas ciências* (ideologia[86]) com políticas urbanas. Estas devem referir-se às [...] ações e às propostas [...] de *ação do estado* sobre o urbano. *Inserem-se no campo da política* [...] (Villaça 1999, p.180, grifos meus)

Françoise Choay (1965), no que lhe concerne, também define o vocábulo urbanismo como "carregado de ambiguidade"; diz que ele "absorvido pela linguagem corrente, designa através dela tanto os trabalhos de gênio civil quanto os planosde cidades ou as formas urbanas características de cada época", afirma também que,

> O urbanismo não questiona a necessidade das soluções que preconiza. Tem a apresentação de uma universidade científica: segundo as palavras de um de seus representantes, Le Corbusier, ele reivindica "o ponto verdadeiro". Mas as críticas dirigidas às criações do urbanismo são feitas também em nome da verdade. (ibidem, p. 2.).

E nos pergunta na sequência:

> Em que se baseiam estas discussões de verdades parciais e antagônicas? Quais são os paralogismos, juízos de valor, paixões e mitos que revelam ou dissimulam as teorias urbanas e as contrapropostas de suas críticas? [...] (ibidem, loc. cit.)

Estas colocações de Françoise são duplamente enriquecedoras. Primeiramente porque nos esclarece que uma das funções do urbanismo é resolver através técnica arquitetônica das cidades uma demanda da sociedade. A partir disso, conforme apreendemos a partir de Leonardo Benévolo (ver as notas da página anterior), é valido relembrar que técnica arquitetônica também contempla, ainda na atualidade, espaço para certo grau de prática artística; o que em nosso entendimento quer dizer a "estética" (mas não somente ela) ainda segue como importante "ingrediente" para concepção dos espaços da cidade. Em segundo, porque as perguntas de Françoise nos servem como um indicativo acadêmico de que é pertinente questionar o que está nas entrelinhas dos "planos" para as cidades (incluindo-se os urbanísticos - e seus aspectos estéticos) que conforme mencionado recentemente, são afetados pelas questões políticas.

[86]Villaça define de forma resumida o urbanismo "como retórica insere-se no campo daideologia" (1999, p180), e esta última por sua vez como uma supostaciência (1999, p180). A partir das colocações fui conduzido aos discursos de Le Corbusier e Lúcio Costa em torno do urbanismo com uma (boa) retórica acordado à "visão" de cidade (ideologia) dos respectivos mestres.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

De retorno a Villaça, e finalizando sua rica contribuição em torno das várias vertentesque a palavra “plano” dá acesso dentro dos estudos urbanos, transcreveremos a seguir, o que consideramos como o ponto de partida de suas elaborações a respeito desse vocábulo:

> Para percorrer essa marcha a ré histórica, procurou-se identificar os antecessores do “plano diretor” convencional atual [...]. O fio condutor desse percurso foi constituído de um lado, pela ideia de “plano” e, de outro, pela de “global”, “geral”, “integral” ou de “conjunto”. [...]. A partir da palavra plano foi escolhida a expressão planejamento urbano para designar essa forma especifica de ação do discurso– do Estado sobre o espaço urbano, caracterizada por uma suposta visão geral do conjunto (VILLAÇA,1999, p.181).

E como não poderia ser diferente, é valido finalizar este trecho de nosso debate com Le Corbusier:

> Não basta que a necessidade do “estatuto do solo” e de certos princípios de construção seja admitida. É preciso ainda, passar da teoria aos atos, o concurso dos seguintes fatores: um poder político tal como se deseja, clarividente, convicto, decidido a realizar as melhores condições de vida, elaboradas e inscritas no papel dos planos; uma população esclarecida para compreender, desejar, reclamar aquilo que os especialistas planejaram para ela[...]. Pode ser, todavia, que mesmo em uma época em que tudo caiu ao nível mais baixo, em que as condições políticas, morais e econômicas são as mais desaforáveis, a necessidade de construir abrigos decentes apareça de repente como uma imperiosa obrigação, e que ela veja dá ao político, ao social e ao econômico o objetivo e o programa coerentes que justamente lhes faltavam. (CORBUSIER, 1993, tópico 91, [n.p.]).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

### 4.2.2.1
### A “simbiose” entre os planos e o arquiteto.

Como ficou nítido, é importante deixar bem claro que devemos “separar” (ou ao menos saber que existe) esses diversos “elementos” (teorias, discursos, ciências, ideologias) inscritos nas entrelinhas do vocábulo urbanismo da prática da política urbana, visto que conforme apreendemos a partir de Villaça (1999), esta última corresponde especificamente à ação do estado sobre o território.

Mas será que tal separação ocorre na prática? Já que o próprio gestor do Estado e as forças predominantes sobre ele acabam se aproveitando do poder desta “ferramenta” que éa técnica arquitetônica, seja ela na escala da cidade ou do edifício. Por falar nisso, é valido direcionar para um ponto importante, assim: quais um dos agentes mais destacáveis para retórica urbanística, seja ela através seus belos memoriais descritivos, dos discursose desenhos?

De qualquer maneira, para direcionarmos às possíveis respostas, relembremos primeiramente do Plano Piloto de Bogotá e vejamos que interessante a este respeito. Como foi relatado, a fase “piloto” (executada por Le Corbusier) era apenas um momento técnico – dos mais importantes, pois seria a base – do processo, que depois de finalizado passaria à fase seguinte – o Plano Regulatório – a ser tocado por Wiener e Sert, donos da TPA que representava os interesses do Banco Mundial[87]; que por sua vez, certamente sofria influências políticasde todos países tidos como centrais, de acordo com seus interesses comuns sobre a América Latina. Também vimos que as “teorias” (ideologias?) de cidade da TPA eram divergentes das de Le Corbusier, mas serviram como ferramenta para a ação política do Governo Colombiano, que agora recebia “ajuda” dos países centrais, a partir das especulações de suas instituições (possivelmente a partir de um discurso politicamente correto) para ampliação de influências.

[87] Conforme já mencionado em nota anterior o Banco Mundial estava subordinado ao FMI (Fundo Monetário Internacional), e surgiu a partir do desejo dos “países centrais” (países com alto nível de desenvolvimento econômico e social) de estabelecer uma nova ordem no pós-guerra. Contudo, nesse tempo o interesse estava voltado para o FMI, restando ao Banco Mundial um papel coadjuvanteem que o esforço maior estava alinhado ao desejo estabilização destes países periféricos através de programas de ajuda e concessão de empréstimos, sendo que o maior objetivo, e nem sempre evidenciado, foi a expansão do sistema capitalista mundial. (FURTADO, 2008)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

Aonde estamos querendo chegar retomando temas dos estudos da reforma urbana de Bogotá? A questão é que embora exista a diferença entre o urbanismo e a prática política, não podemos fechar os olhos para o fato de que há uma simbiose entre as "técnicas urbanísticas" (cunho cientifico) e a ação do Estado, seja ela vinda das diversas ciências ou retóricas ideológicas envolvidas.

De forma a nos ajudar a explicar melhor esta relação de "simbiose" de que estamos tratando, vamos trazer para o debate o papel desempenhado por Lúcio Costa a partir de seu Plano Piloto no processo de elaboração da construção de Brasília. Por falar nisso, antes de prosseguir é valido que a significação para simbiose se faça mais evidente: o efeito literário desejado no uso dessa palavra é oda interação entre o *desenho dos espaços da cidade*(que também podemos definir como técnica urbanística arquitetônica) com as *políticas de gestão do território* (ou ação do Estado na ordenação do território). Ou seja, estamos fazendo quase que o contrário do que Flavio Villaça (1999) alertou a respeito das confusões inscritas nas noções da palavra urbanismo; mas este caminho inverso aqui colocado é importante para que possamos "isolar", (com intenção acadêmica, o peso ou não, do trabalho do arquiteto dentro de todo este processo entre o urbanismo cientifico, o ideológico, e o urbanismo político, de que estamos falando a partir do que apreendemos dos ensinamentos do autor. Outra colocação importanteé que sim: chamamos atenção para uso da *técnica urbanística arquitetônica*[88]nas políticas urbanísticas do Estado para valorização do papel do arquiteto, e de seu desenho, no auxílio à "forma" (também literalmente falando, e a partir dos princípios inerentes a esta técnica arquitetônica) como a cidade é elaborada sobre determinado território.

Colocadas essas pontuações, prossigamos com o tema do desenho definidor do Plano Piloto de Costa como exemplo de "simbiose" entre a técnica urbanísticae as políticas de ação do Estado (brasileiro) na gestão territorial das cidades.Assim sendo, a partir do momento em que Costa venceu o concurso para escolha da proposta urbanística de Brasília (em 1957), e posteriormente

[88] Usamos esta expressão em referência a vertente da técnica urbanística inerente ao pensamento científico da arquitetura da cidade. Ou simplesmente à técnica dos arquitetos urbanistas; a qual não deve ser considerada menos importante do que outras inscritas tanto dentro do universo dos estudos, quanto do realizar os espaços urbanos.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

quando "seu" *Plano Piloto* seguiu para *fase de Plano Urbanístico*[89] – fase em que a partir de nosso entendimento uma proposta piloto se transforma efetivamente em um projeto urbanístico, passando posteriormente para às *frentes de realização efetivas* (as obras), o plano urbanístico e político em "simbiose" – da então Nova Capital – passava à condição de realidade a Cidade de Brasília, materializando-se, assim, a "hora grande" do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek (JK).

Sobre esta "hora grande" das ambições políticas do governo Kubitschek, que citamos há pouco, Thomas E. Skidmore (1969) traz as seguintes elaborações, que em nosso entendimento complementa muito bem o que foi colocado no parágrafo anterior:

> A estratégia de Kubitschek merece o rótulo de "nacionalismo desenvolvimentista" [...]. O sucesso da política econômica de Kubistchek foi o resultado direto de seu sucesso no sentido de manter a estabilidade política. Ele foi capaz de manter isso apenas por um tour de force político. O segredo residia na marcante habilidade de Kubistchek em encontrar alguma coisa para cada um, enquanto evitava qualquer conflito direto com seus inimigos. [...].
>
> Era um presidente eleito por uma reduzida minoria em busca do alargamento de seu suporte político, quanto um líder ambicioso tentando assegurar a seu lugar na história [...].
>
> O símbolo que Kubistchek escolheu foi a [criação de uma] nova capital no interior do país, Brasília. Durante a campanha eleitoral prometera levar adiante a previsão de uma nova capital, consignada na Constituição de 1981. [...]
>
> Confiando num arquiteto brasileiro, mundialmente famoso- Oscar Niemayer- e num urbanista brasileiro, igualmente notável, Lúcio Costa. O trabalho se processou num clima de expectativa, mobilizando brasileiros de todas as classes, que viam na construção da nova capital, no interior abandonado, o sinal de novos tempos para o Brasil. [...]
>
> A construção de Brasília serviu também para outros fins, desviando a atenção de muitos problemas difíceis no setor social e econômico, tais como reformas no sistema agrário e nas universidades. [...]. [o] setor agrário, por

[89] Diante de temas congêneres a expressão "projeto urbano", nos remetemos as afirmações de NadiaSomekh, (SOMEKH 2008) que diz que este é um termo cheio de definições difusas. A partir desse entendimento, aproveitamos para esclarecer que a expressão fase *de plano urbanístico*é empregada no texto em referência ao momento projetual em que o arquiteto urbanista já resolveu os elementos arquitetônicos definidos na faze preliminar de um plano urbano, como por exemplo, o traçado das ruas e os diversos setores surgidos inicialmente no momento "piloto" ; e outro sim, as resoluções técnicas, tais como sua adequação às limitações topográficas, e legislações ambientais e jurídicas, a ponto deste – agora efetivo plano urbanístico – já poder seguir para os responsáveis técnicos pelas infraestruturas necessárias, e aos encarregados pelos detalhamentos dos setores específicos de cada espaço definido na fase de Plano Piloto.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

> exemplo, diziam que a construção de novas estradas demandando Brasília [...] facilitaria o escoamento no ineficiente sistema de distribuição de alimentos. [...]. Inevitavelmente a ênfase era dada na transformação da maneira de ver antigos problemas começando tudo outra vez na solitária situação da nova capital. [...](SKIDMORE, 1969 p. 207-209).

Destaca-se, portanto, deste processo, que *o arquiteto* (seu desenho, ideologia e retórica) podeser encarado como uma ferramenta inscrita dentro dos mecanismos de ação, para os objetivos dos governos no gerenciamento do Estado. Isso porque podemos compreender que foi justamente a partir da *arquitetura da cidade* elaborada por Costa (complementada pela monumentalidade dos edifícios de Niemeyer), que já se logrou na distribuição espacial da nova *urbis* capital sobre o território, (que como sabemosdissolvem elementos da cultura nacional na espacialidade urbanística da arquitetura moderna – principalmente de matrizcorbusiana) que este ideal desenvolvimentista logrou um "rosto", que dizer, uma forte imagem de modernidade.

Destaca-se que o peso do resultado conjunto desta "imagem" arquitetônica e urbanística da modernidade foi tão grande, que da construção da cidade até a atualidade, como é sabido, não é raro ver algum pesquisador ou um estudante de arquitetura e urbanismo, em palestras sobre Brasília, por exemplo, questionando o papel ideológicode Lúcio Costa e de Niemeyer dentro do processo de construção da cidade.

Inclusive, é valido lembrar, de forma complementar à recente passagem de Thomas E. Skidmore (op. cit.), que possivelmente foi o deslumbramento de Juscelino Kubistchek com interação de seus planos políticos com a expressão da arquitetura de Niemayer no conjunto da Pampulha (construído entre 1942 e 1944) – e/ou o destaque que este complexo reverberou a nível mundial – que certamente empolgou/corroborou para a decisãode JK de construir Brasília; quando entãoposteriormente somando ao impacto internacional provocado, tanto pela plástica quanto pela retórica empregada no "Plano" de Costa emjunção com a arquitetura de Niemeyer, tal êxito "encaixou-se como luvas" para o "desejo de progresso" (ou ambição política?) do Governo Kubitschek.

Luiz Aberto Abraham (ABRAHAM, 1989) em sua destacável dissertação de mestrado, intitulada "Modernidade arquitetônica e teoria do Poder de Estado em Brasília", transcreve e elabora algumas formulações que explicitam bemalguns

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

"pontos cegos" deste "encaixe como luvas" que citamos em relação à prática arquitetônica dois grandes arquitetos citados. Quanto a Oscar Niemeyer:

> A arquitetura de elite - de que Oscar Niemeyer é hoje o personagem mais conhecido- não se desenvolveu diretamente em função da febre especulativa imobiliária... Cresceu, isto sim, à sombra do paternalismo suntuário governamental. Mas seria descabido asseverar que se colocou " a serviço" [...]. (Maurício Vinhas de Queiros, apud ABRAHAM 1989, p. 41)

Contudo prossegue:

> [...] O aspecto característico da forma na arquitetura brasileira "contemporânea", que atinge seu clímax com a obra de Niemeyer em Brasília, continua uma questão-em-aberto à análise e exegese. De modo geral, ele é interpretado, à luz da razão política e perspectiva sociológica, comoreflexo do contexto ou pressão de agentes externos, a que se prendem asua ocorrência e legitimidade [...].
>
> *[...] o formalismo surge em presença de uma sociedade hierárquica e um jovem capitalismo em plena expansãoque exige, por isso, uma representação simbólica adequada[...]*.[90]A exteriorização monumental e figurativa que define essa arquiteturano seu "domínio da plástica" -através da qual ganham corporeidade as estruturas funcionais do Estado[91]- é também explicada a partirde uma ontologia da "personalidade do pais":*...o povo brasileiro é facilmente impressionável e se deixa encantar pela forma, pelo aparato externo, o que naturalmente repercute nas realizações cas*.[92](ibidem p.38, grifos meus).

Já sobre o Plano Piloto de Lúcio Costa em interação com a arquitetura de Niemeyer, o autor afirma:

> [...].As características desta arquitetura e seu desenvolvimento autônomo, esboçados a partir de obras como a Sede do Ministério da Educação e Saúde (1937-1944), o Pavilhão do Brasil na Exposição de Nova York (1939)e o Conjunto da Pampulha (1941-1944), voltados para o experimentalismo plástico e a procura da monumentalidade, adquirem um status definitivocom o *Plano-Piloto* de Lúcio Costa para Brasília [...] e os Palácios de Governo assinados a OscarNiemeyer, que exprimem a concepção da arquitetura como arte plástica. Estes traços da originalidade autóctone se inserem num contexto Político preciso, de consolidação do Estado Nacional. (ibidem, p.11, grifos meus)

---

[90]O autor coloca algumas notas de rodapé, neste caso referenciando esta passagem a BENEVOLO, Leonardo. História da Arquitetura Moderna. (Storiadell 'Architettura Moderna. Bari-Roma, Laterza, 1971). São Paulo, Editora Perspectiva, 1976. ( Cap.: Brasil), p. 714.)

[91] referenciando a SEGRE, Roberto. LasEstructurasAmbientales de América Latina. México,Sigla XXI, 1977. (Cap. 3: Dos alternativas urbanasdeIcapitalismo:Brasilia y Ciudad Guayana), PP. 85-118.

[92]BRUAND, Yves. Arquitetura Contemporânea no Brasil. (L' Architecture Contemporaine au Brés11. Lille, STUL, 1973). São Paulo, Editora Perspetiva-EDUSP, 1981, p. 24.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

Quando em outro ponto do texto:

> [...] De maneira mais geral, o projeto arquitetônico e urbanístico deBrasília "sinaliza" a ideologia nacional-desenvolvimentista da EraJK:em seu aspecto e forma de realização, nada parece tanto um 'Programa de Metas' quanto a cidade de Brasília" [...]. A própria imagem arquitetural está calçada no carisma e modernismo de Kubitschek, 'na figura do governante promotor das obras. Ainda, Brasília-ou melhor, o "plano-piloto" de Lúcio Costa e os edifícios públicos de Niemeyer- reproduz no seu discurso, em termos plásticos, 'certos elementos fundamentais do poderpolítico instituído...certas características do Estado que a engendrou"-um Estado planificador, forte e autoritário-, como -é o caso daPraça dos Três Poderes e sua iconicidade: [....] (ibidem p. 48)

No tocante às recentes transcrições, outra pontuação importante. Visto que há temas que demandariam maior aprofundamento em suas questões polêmicas, como por exemplo quando Abraham (1989) afirma que o "caráter plástico" [93]da arquitetura de Niemeyer e Costa reproduzem "certos elementos fundamentais do poder político instituído"; nesta dissertação não nos aprofundaremos nestas colocações para não desviarmos muito do nosso objeto de estudo que é o Plano "Piloto" (urbanístico) de Ceilândia.

Pois bem, voltando a falar na interação entre arquitetura, urbanismo e política a partir das elaborações Abraham (idem) a respeito de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, é interessante evidenciar ainda um "fenômeno" – certamente muito destacado em estudos, similares ao de Abraham – marcante em Niemeyer: o fato de sua arquitetura "ter servido"(ainda serve*)* a diversos governos, ao mesmo tempo em que a assimilação deles a elas acabou por dar longevidade e destaque à prática arquitetônica desse ilustre arquiteto brasileiro.

No caso do Lúcio Costa, como destacou Otávio Leonidio (2007)[94], que nesta publicação identifica os vários momentos "do pensamento constiano" ( cf. ibidem) e as organiza "como tivessem sido produzidas por um único" Lúcio Costa (idem) elabora o autor:

---

[93] Citar sobre o Barroco (rapidamente)

[94]Otavio Leonidio é Arquiteto e Urbanista (1994) com Doutorado em História (2005). Professor de Arquitetura e Urbanismo e de História e Teoria da Arte (no Programa de Doutoramento). Atualmente é Coordenador do Curso Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da PUC-Rio. Outra observação importante, é que Leonidio foi quem me orientou nesta dissertação, sendo que a decisão de colocar trechos de seus textos neste trabalho foi uma escolha de minha parte, diante da forte contribuição acadêmica verificada na obra referenciada.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

> [...]. Foi ele [Lúcio Costa] quem, a partir de meados da década de 1940, em seu trabalho de construção de uma memória da arquitetura moderna brasileira, optou muitas vezes por interpretações dessa arquitetura que, em paralelo ou mesmo em detrimento de tudo que nela houvesse de não modernista ou mesmo antimodernista, enfatizavam facilmente enquadráveis em alguns dos mais populares lemas modernistas [...] (LEONÍDIO, 2007, p.16)

É válido colocar em vista, dentre estes diversos "Lúcios" citados por Leonidio, que houve um que "já havia constatado os limites da técnica moderna em um país industrialmente atrasado como o Brasil", e que coincidindo com "um Le Corbusier menos aferrado" com a produção serial da indústria, este Lúcio inicialmente mais resistente vai se aproximando das *teorias* de Corbusier[95](cf., ibidem, p.127).

Dos desdobramentos deste processo de contato, podemos considerar como frutos arquitetônicos seminais destacáveis da interação entre arquitetura e políticas de desenvolvimento; do "ponto de vista arquitetônico"[96] o MES (Ministério da Educação e Saúde, de 1937): surgido em um contexto de ideias de renovação política e social do governo Vargas em relação à República Velha, onde houve o ideal de que esta "mudança" também deveria transparecer na arquitetura (cf. SEGRE, 2013, p. 58-76 ); epelo aspecto urbanístico o já mencionado Plano Piloto de Brasília (1957): inscrito no contexto político de um "nacionalismo desenvolvimentista" de Kubitschek (cf. SKIDMORE, 1969, op. cit., loc. cit.).

Salienta-se que não podemos duvidar de que em ambos casos haviam tanto dentro do "universo político" (do Governo, ou de parte dele) quanto dos mecanismos empresariais o mesmo entendimento de Lúcio, isto é, de que o país precisava se inserir dentro de um processo de modernização mais efetivo, pois como sabemos estes novos paradigmas surgiram, e já estavam em prática fora do país, sobretudo no velho mundo.

---

[95] Como fica sugerido no trecho, fala-se do processo de nascimento da arquitetura moderna no Brasil. Mario Pedrosa ( 1981) nos diz a este respeito que, "apesar da súbita emergência" o seu processo o processo não foi "uma eclosão espontânea" , pois é de fora do país que surgem as influencias dessa arquitetura; visto que "jovens arquitetos" a partir do direcionamento de Lúcio Costa, passaram a estudar renomados arquitetos europeus, tendo neste processo contato com as produções de Gropius, Mies Van der Rohe e "sobretudo com o pensamento de Le Corbusier." ( Cf. PEDROSA, 1981, p. 255 ). Lúcio Costa por sua vez, afimar que tomou conehcimento da existencia de Le Corbuiser somente em 1927, ficando neste ocasião " em trado fe Graça". ( COSTA, 1955, p. 121[ consultado], cf Leonído 2007, p. 120)

[96] Como também do urbanístico, haja visto que a implantação inovadora do edifício dentro do tecido urbano, além de romper com os padrões arquitetônicos verificados no local; através emprego dos pilotis, cedeu espaço grande área do terreno, qualificando espaço público. Sendo que assim, é inegável que a arquitetura do edifício "quem" possibilitou esta requalificação do espaço urbano, e não o contrário.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

Então é justamente pelo aspecto de modernização que Brasília representou (tanto peloseu plano político, quanto pela sua concepção como cidade símbolo de um Brasil moderno) que conhecer a história deCeilândia auxiliade alguma maneira para que se perguntea partir da perspectiva política: quais parcelas da população brasileira estariam efetivamente contempladas nesta modernização? E a partir viés arquitetônico: será que os arquitetos envolvidos se preocuparam com os efeitos práticos de suas interações com os planos do Estado?

Então eis que já é possível captar por meio dos exemplos aqui apresentados (Plano Piloto de Bogotá, Pampulha, MIES e Brasília), o possível "jogo perigoso" surgido a partir do que a retórica e o desenho dos arquitetosprovocam nas ambições dos meios políticos; como também a partir do desejo dos arquitetosde difundir sua obra e ideologia arquitetônica. E isso em um país desigual como o Brasil, é ou não um "jogo perigoso"? Dessa forma é interessante falar dos questionamentos acadêmicos a partir do Plano Piloto de Costa a respeito da simbiose entre arquitetura e política, e do papel que o arquiteto pode exercer dentro deste processo, visto que já no processo de buscas de pautas desta dissertação, na ocasião de uma conversa com a professora e pesquisadora Maria Fernanda Derntl**,** da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília – FAU/UNB, para a qual desenvolvi previamente algumas perguntas baseadas no seu artigo "Além do Plano", lanceio seguinte questionamento[97]:

> David Sombra (DS): Além do Plano' indaga sobre ocupação de Brasília e *seu entorno* [além Plano Piloto]." Nesse sentido "[...] O Plano Piloto de Costa foi um projeto excludente para o que ele viria a chamar em 1985 de "o Brasil de Verdade[98]" quando em visita a Plataforma Rodoviária?
>
> A resposta de Maria Fernanda (MF)com os ajustes de forma pertinentes:

[97]A professora Maria Fernanda teve toda paciência com as "perguntas", digamos ainda cruas de um pesquisador iniciante, embora eu houvesse estudado de todo o seu artigo. De qualquer maneira foi válido o questionamento, pois havia nesta etapa da pesquisa enorme busca de referências bibliográficas sobre as cidades satélites, de forma que foi um encontro muito importante para meu processo investigativo.

[98] Na ocasião desta visita do mestre à "sua" emblemática Plataforma Rodoviária realizada, a expressão "brasil de verdade" foi usada para se referir aos habitantes das Cidades Satélites ( considerados de forma genérica como pessoas simples), diante sua constatação, de que ao contrário do imaginado, depois de construída e consolidado a Cidade, o complexo não se transformou exatamente em um espaço "cosmopolita", e sim, em local de caráter popular; quando ganhou efetiva animação urbana graças a presença intensa dos habitantes destes importantes núcleos "periféricos" de Brasília, dado o caráter de chegada e saída do terminal rodoviários previsto sob os viadutos, graciosamente diluídos à topografia do terreno .

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

> MF: Essa é a pergunta fundamental que todo mundo se faz. E aí todo mundo revisita o próprio relatório do Plano Piloto para ver como é que ele fala da questão propriamente aí da questão convivência entre pessoas de classes ou grupos sociais diversos. Aí você deve ter visto lá [no relatório do Plano Piloto]: "não deve ter enquistação de favelas na periferia", "todo mundo deve ter direito a uma vida boa". Então, certamente ele estava pensado... [Maria Fernanda reflete rapidamente].É...eu acho que essa pergunta é interessante, mas tem o perigo também, eu acho, da gente usar um termo, talvez, seja um pouco assim... nosso ou grosseiro de mais. O Plano [Piloto de Lúcio Costa] acabou claramente sendo excludente, mas a gente atribuir ao Lúcio Costa isso de "olha vou separar aqui pobres e ricos", eu acho que seria grosseiro demais. Agora, eu acho no mínimo a gente tem que dizer... [nova reflexão]. Olha só, ele veio do Rio de Janeiro, ele conhecia a favela, ele sabe o que é uma cidade, como é que funcionam numa cidade, o que que é pobreza. Quer dizer, o plano dele não é, me parece assim, não lidou a fundo com esta questão [da exclusão socioespacial], você não acha? [...]

Neste ponto comento sobre a questão do pouco tempo para a construção de Brasília e a conversa segue para um novo assunto, até que mais adiante eu um pouco envergonhado pelo caráter "grosseiro" de minha pergunta, peço a Maria Fernanda para complementar sua elaboração sobre o plano de Costa ser ou não excludente, então ela prossegue:

> MF: [...] assim, eu acho que a gente não pode julgar o Lúcio Costa pelo que aconteceu depois. É difícil saber também o que está na cabeça das pessoas, quais são as motivações.A gente conhece o que elas dizem, o que elas fazem. A gente conhece as referências do Lúcio Costa. Pensa [que] no Le Corbusier, [e] na carta de Atenas tem esta idéia da cidade como ambiente de transformação, de um certo tipo de convivência social. Agora, é claro, também tem o discurso e tem a própria "materialidade" (realização) do Plano. [...]

Neste momento novamente adentramos em outro assunto. Mais adiante Maria Fernanda retoma:

> MF: [...] não tenho uma resposta pronta, também estou pesando sobre isso [...]. Então assim, para perguntar se o Plano Piloto de Lúcio Costa, é, foi excludente, acho que talvez a gente tem que reelaborar um pouco esta questão. Parar pensar quais eram suas fontes, como ele pensou o urbano. Não é mesmo?
>
> Quando vim para Brasília, as pessoas aqui me diziam claramente: "o Lúcio Costa era um aristocrata". Talvez seria melhor a gente tentar entender o homem no seu tempo, com suas referências. Você não acha? Acho que sua pergunta pode ser mais bem trabalhada. No final, certamente o Plano Piloto de Brasília acabou sendo excludente, e de forma ingênuo ou grosseria, "a gente" acabou atribuindo esse fato como intencional ao Lúcio Costa. Há um meio termo aí para ser explorado, você não acha? [...].

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

Refletindo sobre as elaborações de Maria Fernanda, falo que talvez estivesse jogando para um plano urbanístico algumas funções que não lhe cabem, como por exemplo o de resolver uma questão social do Brasil. Então MF complementa:

> MF: Agora, por um lado você tem toda razão, não é um plano [urbanístico] que vai resolver tudo isso. Não é pela forma, não é só pela construção. Mas o que é curioso é que nesse ambiente de modernismo, plano e política talvez estejam mais articulados do que nunca, e daí faz todo sentido mesmo sua pergunta. Niemeyer, eu me lembro, até pouco antes de morrer ele publicava no jornal artigos falando "olha eu sou o ultimo comunista vivo, eu e o Fidel Castro" Quer dizer: são as pessoas que também vêm na arquitetura uma forma de transformação social.

Como foi possível verificar a partir do trecho transcrito acima da conversa com a professora Maria Fernanda, havia de minha parte uma ingênua busca em Lúcio Costa, a partir de seu Plano Piloto, das origens da política de segregação sócio-espacial que culminaram com o surgimento das Cidades Satélites. Outro ponto destacável, dentre tantos, é que já ao final as elaborações de Maria Fernanda, ela cita justamente o que foi visto neste trecho da pesquisa, que é a união entre pratica arquitetônica e urbanística com os planos políticos, e o papel o trabalho do arquiteto dentro desse contexto. Todavia é valido ressaltar nesse sentido, que certamente na atualidade esta articulação entre plano arquitetônico e plano político não é tão explica como foi na arquitetura moderna. Ao mesmo tempo, não podemos negar que o fator imagético de sedução da arquitetura e do urbanismo como ferramenta continua mais vigente do que nunca; visto que basta nos atentarmos que as grandes obras ainda nos dias de hoje garantem muitos votos aos políticos.

Voltando aos questionamentos a respeito do Plano Piloto costiano, (tantos os meus quanto dos pesquisadores e estudantes) como já cheguei a mencionar, eles surgem, como verificado em Braham (1989), do fato de que Brasília recebeu (e ainda recebe) inúmeras críticas, e dentre elas, uma linhagem voltada para o aspecto social (renegado talvez) do Plano de Brasília, que traz para dentro do debate justamente o papel de Costa (como também o de Niemeyer) no processo de construção de Brasília. Então de tudo que nos disse Maria Fernanda, será que cabem estes questionamentos? E nos dias atuais?

Eis aí um pouco "daquilo" (do alerta) colocado por Villaça (1999): de que "é preciso atentar para a possibilidade de confusão quando surge a palavra urba-

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

nismo", a diferenciando da significação de políticas urbanas. Só que agora com interação direta com os diversos cidadãos, e nesse sentido considero que este "confronto" possibilita evidenciar o efeito prático dos planos.

Dentro deste tema, há outro lado importante de ser colocado.Conforme também foi salientando anteriormente, é interessante olhar para esta possibilidade confusãoentre *plano político* e *plano urbanístico*– e congêneres – para que seja isolado os diversos fatores envolvidos para que se possa refletir sobre o papel do arquiteto dentro da prática projetual do urbanismo – brasileiro – contemporâneo. Por mais que saibamos que na atualidade o desenho da cidade não é mais encarado como na época do urbanismo moderno,isto é, como protagonista na promoção de uma mudança na sociedade, e sim, a ação do estado e a consciência política dos cidadãos. Neste sentido, é bom saber que antes de sermos um profissional – um arquiteto por exemplo – somos cidadãos.

Aprofundando nesses entendimentos, é valido falar mais a respeito das críticas sociais aos "planos" de Brasília; um elemento importante para esta dissertação. A partir deste objetivo, destaco, que há inúmeros autores dedicados ao tema. Milton Santos, por exemplo, diz que "o subdesenvolvimento comparece como um elemento de oposição, diante daquela 'vontade criadora', modificando os resultados esperados [...] [e] é o responsável pela '*dualidade*[99]' de Brasília" (cf. Santos, 2012, [1965], p.126, [grifos meus]).

Maurício Vinha de Queiroz, por sua vez, afirmou que,

> [...] O plano [urbanístico de Brasília] poderá [poderia] ser harmonioso e equilibrado, mas necessariamente sofrerá [sofreria] "desvirtuação" na exata medida em que a sociedade para o qual foi concebido apresentar tensões, conflitos e descontinuidades, como se dá a sociedade em vias de desenvolvimento. [...] [E] cinco anos depois de iniciadas as obras, Oscar Niemeyer mostrou-se perplexo [...] diante da realidade urbana que ele em parte criara, mas que evoluíra muito à sua revelia. [...]
>
> É aí melhor do que em qualquer outra parte, o que apresentava de utopia o projeto de Lúcio Costa. As quadras de habitação deveriam – segundo este ideal – ser entregues a "todos os habitantes de Brasília", inclusive "aos mais necessitados", para que juntos nelas pudessem crescer e se formar, equilibrando assim, no contato diário entre ricos e pobres, a dura realidade

[99] Dualidade esta, entre a Brasília capital administrativa e a Brasília cidade brasileira, cidade cotidiana.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

> que seus lares humildes oferecem nesse período transitórios de contradições e desacertos" [100](QUEIROZ, 2012 [1970], p.190-191)

Inclusive o próprio Lúcio Costa – em sua rica intelectualidade – comenta sobre muitas destas "acusações", como no caso de que o traçado de seu Plano Piloto em auxílio ao autoritarismo dos governos militares, e da negação do direito dos operários da construção de habitar Brasília, e sim, as Cidades Satélites:

> [...] essa cidade foi criada em um período democrático e foi pensada em termos democráticos. Depois surgiu esse movimento de 1964. Como era um governo militar, autoritário, essa conotação de autoritarismo, dogmático, confundiu-se um pouco com a cidade concebida de forma regular, geométrica, bem definida, com intensão bem forte. O público em geral e muitos críticos ficaram achando que era uma cidade autoritária, anti-humano, umas bobagens, porque ela foi feita em função do homem, para criar um ambiente agradável para a vida e a cultura. E isso já está ocorrendo e está sendo retomando. (Lúcio Costa, apud NOBRE, 2010, p.85-86)

> [...]. Eu estava com aquela impressão, que recebia pelos jornais e pelos arquitetos, o Oscar inclusive, sempre lamentando que os operários que construíram Brasília foram jogados fora e vivem miseravelmente. Isso é uma espécie de demagogia generalizada, de oposição sistemática, que em parte é verdadeira, *mas as Satélites não são esse quadro de miseráveis favelados que vivem mal*. Não são, absolutamente. Eu vi e fiquei muito satisfeito. São cidades normais do interior do Brasil, que têm de tudo, e onde se vive de forma bem brasileira. [....] (Ibidem, p. 86)

Ao nos deparamos com estas acusações e defesas, vamos seguir as sugestões verificadas nas respostas da professora Maria Fernanda sobre os contextos do pensamento de Lúcio Costa. Neste sentido, é válido retomarmos a Otavio Leonidio (2007), (e seguir seu modelo de confronto dos diversos momentos do Lúcio Costa entre si) em suas observações a respeito dos muitos momentos "do pensamento costiano" durante sua larga atuação como intelectual:

> A importância de Lúcio Costa (1902-1998 para a constituição da arquitetura moderna no Brasil [...] não se restringiu como se sabe, à sua atuação como projetista. [Costa] [...] foi mais do que tudo, responsável pela [...] difusão [...] de enunciados que deram sustentação [...] [ao] [...] extraordinário sucesso de uma "certa arquitetura moderna brasileira". [...][101](LEONÍDIO, 2007, p.?)

[100] Como pode ser visto na referência bibliográfica, o texto é datado de 1970, por isso na transcrição colocamos alguns verbos em colchetes para tempo verbal que remete ao passado.

[101] É válido destacar sobre a Pesquisa de Leonidio (2007) que segundo a próprio, em seu processo de pesquisa,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

É valido destacar que para o "autor" (op. cit.), durante o processo de elaboração da referida obra, "a questão que inicialmente se colocava" do conjunto do pensamento de Lúcio Costa era a de: "[...] constituir [...] a decifração desse ideário, [...] [e] abordar a multiplicidade costinhas", ou conforme nos pergunta: "em outras palavras, como abordar um material tão heterogêneo?" Que em suma, para Leonidio (2007) diante da "longevidade da atuação de Lúcio Costa" destaca-se a complexidade de suas elaborações, de forma que para o autor este é a característica mais marcante do "conjunto de enunciados" do arquiteto. (cf. LEONÍDIO 2007)

### 4.2.3
### O pensamento do arquiteto em sua sociedade de inserção

Esta tal complexidade de abordagem de Costa é tão grande, que há ainda no livro de Leonidio uma transcrição referida a um Lúcio Costa do final dos anos 20 do século passado, que, em meu entendimento, destoa muito de um outro Lúcio Costa; o de novembro 1984, quando em visita à Plataforma Rodoviária de Brasília. Nesta ocasião (de 1984), o arquiteto se encantou com o que vira em "sua" Plataforma Rodoviária realizada – 24 anos depois de inaugurada – e achou legítimo, que, ao contrário do que ele imaginara, esta "híbrida construção"[102] tão emblemática (–se não a mais importante – e localizada no coração do seu Plano Piloto) acabara por ganhar real animação urbana justamente pelo "Brasil de verdade" que o plano político de Brasília (e quem sabe o urbanístico também) queria negar[103].

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

[102] Consideramos hibrida porque concordamos com as afirmações de Martin Corullon (CORRULLON, 20130 e Caio Calafate (CALAFATE, 2015) de que na Plataforma Rodoviária há uma dificuldade fazer uma leitura isolada entre sua arquitetura e estrutura, de forma a fazer surgir uma dúvida de qual o limite entre estas duas categorias.

[103] Conforme é possível apreender a partir da seguinte transcrição:

Eu caí em cheio na realidade, e uma das realidades que mesurpreenderam foi a Rodoviária uma das realidades que me surpreenderam foi a Rodoviária, à noitinha. Eu sempre repeti que essa Plataforma Rodoviária era o traço de união da metrópole, da capital, com as cidades-satélites improvisadas da periferia. [...]. Então eu senti esse movimento, essa vida intensa dos verdadeiros brasilienses, essa massa que vive nos arredores e converge para a Rodoviária. Ali é a casa deles, é o lugar onde se sentem à vontade. [...]. Eu fiquei surpreendido com a boa disposição daquelas caras saudáveis. E o "centro de compras", então, fica funcionando até meia noite... Isto tudo é muito diferente do que eu tinha imaginado para esse centro urbano, como uma coisa requintada, meio cosmopolita. Mas não é. Quem tomou conta dele foram esses brasileiros verdadeiros que construíram a cidade e estão ali legitimamente. É o Brasil... E eu fiquei orgulhoso disso, fiquei satisfeito. É isto. Eles estão com a razão, eu é que estava errado. [...]

De volta à passagem do final dos anos vinte (1920)verificada em Leonidio (*op.cit*.), nela o autor aborda um documento datado de 1928, onde Lúcio Costa publicou um texto resposta a um questionário sobre a questão do arranha-céu". Ao que tange ao conteúdo deste texto resposta, nos explica Leonidio que para "este" Lúcio Costa (de 1928), a temática do arranha-céu era "exemplar", pois surgia "como materialização de um novo estado de espírito", aonde a forma e o estilo (desta- então- nova tipologia arquitetônica) "não poderiam ser concebidos" sem uma reflexão sobre "o próprio processo que lhe dera origem": as novas demandas lógicas trazidas pela modernização em "sua força latente". Em que, "por meio da temática do arranha-céu, Lúcio Costa entendia que a técnica recebia "um novo estatuto", sendo que era inevitável que não surgissem a partir desse "novo modo de conceber o papel da técnica" novas questões a serem enfrentadas; sendo a primeira delas a definição de um estilo arquitetônico em consonância com sua época (*cf. ibidem*, p.40-45). Até que

> A última pergunta do questionário ('Acha que o arranha-céu é compatível *com nosso ambiente?*"[brasileiro]) dá a Lúcio Costa a oportunidade de concluir sua argumentação, e de acrescentar um último elemento à sua reflexão sobre o estilo. Ele aborda a questão segundo dois aspectos diferentes. [...] (ibidem, p. 47, grifos meus)

Quando da resposta vem o trecho mais "tenso", digamos assim, desse Lúcio Costa de 1928, então Leonidio logo adianta nesse sentido que os "dois aspectos diferentes" inscritos na réplica da derradeira questão envolvem a "expressão ambiente", sendo que o primeiro sentido se volta para um sentido "físico, de paisagem", e o segundo para uma conotação "por assim dizer antropológica" (*ibidem, loc. cit*.). E eis a "tensa" resposta de Lúcio:

> [...]." Com relação ao Rio, acho o arranha-céu perfeitamente aceitável, uma vez que o desenvolvimento da cidade justifique como parece estar justificando". [...] sou apenas pessimista quanto à sua realização [em nosso ambiente] como monumento de arquitetura. E esse pessimismo não se limita ao caso particular, mas se estende a arquitetura em geral e urbanismo. Toda arquitetura é uma questão de raça. Enquanto o nosso povo for essa *coisa exótica* que vemos pelas ruas a nossa arquitetura será forçosamente uma coisa exótica. Não é essa meia dúzia que viaja e se veste na *rue de laPaix*, mas essa multidão anônima que toma trens da central e Leopoldina, gente de caras lívidas, que nos envergonha por toda parte. O que pode gente de caras lívidas, que nos envergonha por toda parte. O que podemos esperar de um povo assim? / Tudo é função de raça. A raça sendo boa o governo é bom, será boa arquitetura. / Falem, discutam, gesticulem, o nosso problema básico é a imigração selecionada, o resto é secundário, virá por si. (*Ibidem, et seq.)*

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

Contudo, Leonidio, ao que se segue, nos ajuda a entender e compreender (inclusive nos atentando ao contexto cultural da elite brasileira dos anos 1920) as conotações da palavra "raça'":

> É de se perguntar, desde logo, que sentido, exatamente, teria aqui a palavra "raça". À primeira vista, sobretudo quando se considera a defesa de uma "migração selecionada", parece clara a presença de um "racismo" de acepção biológica – concepção ainda hegemônica no Brasil de fins da década de 1920. Não se deve descartar, no entanto, *a possibilidade*[104] de uma compreensão mais "cultural" da ideia de raça (conforme se consagraria a partir da década de 1930, com a publicação de obras como *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freire), sobretudo se considerarmos que, nos termos que se inicia *O arranha-céu e o Rio de Janeiro*, a argumentação antropológica de Costa não se baseia em princípios biológicos, mas no "grau médio de *civilização* do povo". (LEONÍDIO, 2007, p.48, grifos meus)

Essas elaborações de Lúcio "foram" (são) tão constrangedoras para um país com as "características raciais"[105] como as do Brasil, sobretudo pela presença da palavra "lívido[106]", a qual em "nosso" entendimento mais que reforça qual a cor da raça que para o Costa desta ocasião tanto "envergonha" o país, que Leonidio lançou próximo ao referido trecho uma nota de rodapé que transparece claramente que este momento do Lúcio de 1928 foi percebido – inclusive posteriormente pelo própriocomo descabido:

> Seja como for, viés racista de O arranha-céu e o Rio de Janeiro parece ter sido pelo pouco destaque que o texto acabou merecendo por parte dos divulgadores e comentadores da Obra de Lúcio Costa. Excluído das inúmeras coletâneas da obra escrita do arquiteto (dentre elas, a organizada pelo próprio arquiteto) e praticamente desconsiderado pelos comentadores, esse texto crucial é, não por acaso, quase que inteiramente desconhecido do Público." (LEONÍDIO, 2007, p.48, grifos meus)

Depois de uma passagem tão controversa como esta, e até mesmo decepcionante (porque não?), sobretudo para um trabalho que busca divulgar, e desmitificar aquela que pode ser considerada, a partir de seu histórico de surgimento, como a Cidade Satélite mais emblemática[107] do Distrito Federal, em que Ceilândia muitas vezes é, ainda é nos dias de hoje, dependendo do olhar de

[104]Do trecho a cima, destaca-se a palavra "possibilidade" empregada pelo referido autor, pois ela denota que o autor não descartou por completo a conotação racista da formulação de Costa.

[105] Segundo o IBGE a população parda e negra corresponde a x % da população.

[106] Conforme o dicionário Aurélio Lívido significa algo "de cor esverdeada ou azulada, tirante a preto, causada por contusão, por certas afecções, pelo frio etc."

[107](no sentido de ter aflorado de forma evidente as contradições sociais brasileiras inscritas nas entrelinhas das histórias de Brasília),

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

quem a estuda, “coisa exótica” em sentido aproximado ao de Costa de 1928[108]. Contudo, resta olharmos com maturidade para este momento de “verdade espantada” sobre alguns aspectos a visão social de um dos momentos do pensador Lúcio Costa, e nos lembrar que indubitavelmente houve (e ainda há) no ilustre urbanista inúmeras contribuições positivas para a busca de um país melhor, e que ele“evoluiria” neste sentido mais adiante.

Ao mesmo tempo, também não podemos negar que “havia sim” (ainda há nos dias de hoje) um atraso tecnológico que por motivos das contradições históricas da formação da sociedade brasileira, que faz com que muitos de nós que nosenquadramos neste Brasil “exótico”, dependendo de nosso contexto familiar e pulsão de vida, realmente podemos estar em uma situação mais precária do que determinados grupos de nossa sociedade, visto que muitas políticas de inclusão – “em que por alguns aspectos Ceilândia pode ser assim encarada”[109] – se “deram” (dão) de forma precária.

Porque colocamos todas estas elaborações aqui? Para chamar atenção para o fato de que as “perguntas do tipo que lançamos” (se “Plano Piloto de Costa foi um projeto excludente – já em sua concepção – para o que ele viria a chamar em 1985 de “o Brasil de Verdade?”), realmente não é de tão fácil resposta assim, como salientou Maria Fernanda e evidenciou Otavio Leonildo. Além do mais, também foi importante colocá-las aqui, por nos ajudarem a refletir sobre as diversas entrelinhas da “prática arquitetônica” (e urbanística) como ferramenta a partir de um exemplo prático; bem como para torcermos que os intelectuais do país procurem cada vez mais olhar para nossa sociedade, e refletindo sobre ela com “sensibilidade” e de forma natural aos aspectos antropológicos deste “rasil de verdade”, dos nossos bairros populares.

Tambémcomo o objeto desta dissertação, o Plano urbanístico original de Ceilândia, elaborado por Ney Gabriel de Souza, em nosso entendimento também serviu como como ferramenta para a ação do estado (embora e projetado em um contexto urbanístico e político menos “glamoroso” do que o de Lúcio Costa, to-

[108] Esta última observação é importante, por que um dos objetivos desta dissertação também é fazer refletir como os arquitetos pensam os bairros tidos como populares.

[109] Precária no sentido de gastou-se o mínimo construíram uma cidade que rapidamente após ao seu surgimento se transformou – até os dias de hoje- como a mais populosa do Distrito Federal, e literalmente jogando para longe de Brasília (cerca de 33 Km) 80 mil pessoas que há época (e ainda hoje) tinham como principal polo de emprego a Brasília do Plano Piloto.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

das estas colocações por mais que pareçam “preâmbulos” ao objeto em elaboração, fazem a diferença paras possíveis reflexões de entrelinha, pois entendemos que foi a partir das inconsistências do plano urbanístico de Brasília em interação com o político, que Ceilândia emergiu no território do Distrito Federal como um afloramento evidente – e amadurecido – desta relação entre a política urbana e a arquitetura da cidade que trouxe a brasilidade “exótica” para o cotidiano de Brasília.

Ao mesmo tempo, como será possível constatar mais adiante quando for analisado o desenho do Plano Piloto de Ceilândia; haverá sim, a possibilidade nos deparamos o tempo todo com o perigo da “sedução” diante da graciosidade do seu desenho urbano; visto que, com certeza, se comparado com o outros bairros populares do país, o projeto da cidade tem, sim, um cuidado com o desenho dos espaços cidade, a ponto de que se não tivemos este cuidado, passamos a apenas reproduzir os discursos oficiais do Governo do Distrito Federal, (quem tocou a campanha de erradicaçãode invasões- CEI) a quem interessava defender que “aquela” solução política de gestão do território de Brasília (a partir da segregação socioespacial) foi a mais acertada. Então, eis que para o contexto histórico do surgimento da Cidade Satélite de Ceilândia também é válido nos atentarmos (pela terceira vez neste capítulo) para o alerta de confusão colocado por Flávio Villaça (1999), ao que tange a palavra urbanismo, bem como seus termos congêneres.

Talvez o leitoresteja se perguntando a esta altura:“mas o que todas elaborações têm a acrescentar sobre um Plano Piloto?”. Não seria interessante pensar que elas chamam atenção para detalhes que dentro da prática projetual de um “Plano Piloto” certamente fazem a diferenças nas escolhas/limitações projetuais?

Primeiro, como ficou nítido em Flávio Villaça (1999), tivemos um panorama das significações de termos sobre os temas urbanos, que em muitos textos certamente são mencionados praticamente em um mesmo parágrafo; em segundo, a diferenciação de *plano*e de *projeto*colocada por esse autor dentro da esfera do planejamento urbano, deixa bem claro o protagonismo do estado sobre o discurso e a ação das políticas públicas na ordenação do território; em que trazendo a interferência do estado nos planos estratégicos em torno das cidades, as elaborações do autor nos faz entender que a elaboração do Plano Piloto de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

Ceilândia (o plano urbanístico), por exemplo, também pode ser entendida como uma etapa importante do planejamento urbano do espaço metropolitano do Distrito Federal: o exato momento em que o "plano urbanístico" (o desenho dos arquitetos urbanistas) serve como ferramenta para a materialização das ações de um determinado governo na gestão do estado, já que foi justamente o "Plano Piloto" da Cidade que resolveu como premissas projetuais como seria Ceilândia, inclusive qualitativamente falando, visto que como veremos, há sim no pensamento do desenho da cidade um certo cuidado com a qualidade dos espaço, inclusive com propósito de dialogar esteticamente com o Plano Piloto, quando destacamos as largas avenidas e os espaços verdes e as unidades de vizinhança, por exemplo.

Ao mesmo tempo, ao verificarmos alguns detalhes do contexto histórico-político do Plano Piloto de Bogotá, prosseguindo mais adiante para o caso do Plano Piloto de Brasília, podemos ver na prática (principalmente neste último) a presença nítida da relação entre a arquitetura (incluir aí a arquitetura na configuração dos espaços da cidade) e poder, em que os arquitetos, como "ferramentas pensantes"auxiliaram aos gestores do estado na sua ambição e gestão do território. Sim, reafirma-se neste instante que a participação do arquiteto dentro das estratégias de planejamento urbano não deve ser deixada em segundo plano, visto que é em uma situação precária, onde orgulhosamente gastou-se o mínimo para remover um grande contingente de pessoas, como foi o caso de Ceilândia, que um bom Plano Piloto (um bom Plano Urbanístico?) certamente auxiliaria dentro do que lhe cabe(enquanto definidor do espaço) para o êxito das metas de um governo. Por este aspecto, portanto, embora o Plano Piloto de Ceilândia não seja um projeto de destaque mundial (ainda), a partir do que afirmamos, certamente foi uma etapa fundamental da Campanha de Erradicação de Invasões, visto que no mínimo corroborava para passar uma imagem de que a remoção das invasões se justificava diante do um argumento de criação de uma cidade "projetada com cuidado" – como a própria Brasília o fora – e, é claro, de resolver tecnicamente – seja numérica e espacialmente falando.

Também entendemos a partir do que escreveu Villaça, que a CEI pode ser enquadrada como um plano, já que ela corresponde à prática e ao discurso do Estado sobre o espaço urbano, apresentando inclusive certo grau de abrangência do espaço urbano em seus vários elementos; continuidade de execução e necessidade de revisões, e interferência da ação sobre grandes contingentes da

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

população, cujo papel e importância das decisões políticas certamente fizeram a diferença para as definições projetuais do Plano Piloto.

### 4.2.4
### O coroamento da questão sobre o termo Plano Piloto.

Colocadas essas elaborações em torno de um “Plano Piloto”e das questões políticas e ideológicas possíveis de estarem inscritas em seu processo de concepção, retomamos o questionamento mais destacável ao termo, disposto logo no início deste capítulo: “ao que se refere especificamente?”. Para darmos uma definição do que entendemos que o termo corresponde, vejamos um trechodo que foi escrito na carta (transcrita nas primeiras páginas deste capítulo) enviada em 24 de junho de 1955 por Le Corbusier ao Marechal João Pessoa, a qual é entendida aqui como o momento de “definição seminal do termo":

> [...] O “Plano Piloto” significa a expressão, através de desenhos e textos, da ideia de ordem geral e particular que minha experiência permite apresentar por ocasião deste problema. O plano de urbanismo será obra dos Arquitetos Brasileiros. [...] (Le Corbusier no Brasil, CECÍLIA, et al., 1987, p. 285)

Outro dado a ser colocado – já mencionado – é que no caso do Plano Piloto de Brasília,o próprio edital do concurso para a escolha da proposta urbana do que viria a ser Brasília, deixava claro o que deveria conter no “Plano Piloto” a ser apresentado pelos inscritos no concurso, itens senão iguais, semelhantes aos citados por Corbusier em sua explicação ao Marechal João Pessoa do que o arquiteto definia como tal:

> A Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal, com sede na AvenidaPresidente Wilson, 210, salas 306 e 307, nesta Capital, torna pública a abertura do concurso nacional do PlanoPiloto da Nova Capital do Brasil, sob as normas e condições estabelecidas no presente Edital. [...]
>
> 3. O Plano Piloto deverá abranger:
>
> a) *traçado básico* da cidade, indicando a disposição dos principais elementos da estrutura urbana, a localização e interligação dos diversos setores, centros, instalações e serviços, distribuição dos espaços livres e vias de comunicação (escala 1:25.000);
>
> b. relatório justificativo” [...]. (COSTA, (1957) 1991, s.p)

No que tange às elaborações de Le Corbusier, é possível destacar que nela fica implícito uma diferenciação importante a ser destacada entre a noção de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

"Plano Piloto" e "Plano Urbanístico". Diferenciação esta que foi se evidenciando cada vez mais durante o processo de elaboração dessa dissertação, quando por meio de elaborações tanto no texto, quanto em nota de rodapé fomos aprofundando os entendimentos para então definirmos que entendemos para ambos os termos. Nesse sentido, destacamos da recente transcrição que quando Le Corbusier escreveu que "o plano de urbanismo será obra dos Arquitetos Brasileiros", subentende-se que para o franco suíço um "Plano Piloto" e um "Plano de Urbanístico"são coisas distintas, em que este último corresponde a um momento de projeto posterior com as resoluções de desenhos mais detalhados. Por outro lado, quando o arquiteto diz que um "Plano Piloto significa a expressão através de desenhos e textos, da ideia de ordem geral e particular*"*, estas colocações podem fazer "alguém" (como esse trabalho por exemplo) se perguntar: mas o que seria esta ideia de ordem particular?

De nossa parte entendemos que estes "elementos de ordem particular" correspondem aos conceitos específicos a serem aplicados em cada parte da proposta urbanística, como, por exemplo, quando Lúcio Costa definiu através de seu memorial descritivo e croquis algumas especificidades essenciais do que concebera para a Plataforma Rodoviária de seu Plano Piloto, bem como para as superquadras residenciais, quando o urbanista apresentou um croqui que explicitava que essas deveriam ser "emolduradas por uma cinta densamente arborizada". Conceitos e definições funcionais e de peso estéticos estes, como muitos outros possíveis de serem destacados, que surgiram na fase projetual de Plano Piloto, e ao serem absorvidos no tratamento final dos respectivos exemplos pelos responsáveis por detalhar[110]os projetos foram essências para grande proximidade possível entre o plano idealizado, e o realizado de Brasília.

Colocadas estas formulações, podemos definir um "Plano Piloto"(urbanístico) como um momento preliminar do ato projetual do arquiteto urbanista, através do qual ele designa de forma clara (seja por meio de diagramas, desenhos e memoriais descritivos etc.) as principais questões – sejam elas técnicas, conceituais, ideológicas – a serem enfrentadas durante todo o processo

[110] Como já amplamente divulgado, Costa desejou apenas ficar como consultor do projeto depois que venceu o concurso.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

de projeto, para que nas diversas etapas subsequentes se mantenha da melhor forma possível a coerência do plano elaborado.

Assim, entendemos que importante função do Plano Piloto é justamente o seu auxílio às diversas etapas seguintes da materialização de um empreendimento, para que possam ser detalhadas as diversas partes deste plano, visto ter-se por meio do “P. Piloto” a noção conjunta dos diversos elementos que garantirão a resolução mais acertada diante das especificidades de seu contexto de realização. Consequentemente, compreendemos que um “Plano Urbanístico” seria um “Plano Piloto” já resolvido, com os traçados das ruas, avenidas e definições das quadras e respectivos loteamentos precisados, incluindo-se um maior aprofundamento das demandas de ordens técnicas, legislativas (muitas vezes atreladas às visões políticas dos gestores públicos).

Contudo, não podemos deixar de mencionar que sendo uma fase de projeto mais detalhada do que um Plano Piloto, um plano urbanístico está suscetível a posteriores “revisões” (de ordem projetual, de legalização, etc.) ao longo de todo seu processo de projeto e até mesmo durante realização, mas mesmo assim o entendemos ainda como uma etapa resolvida da fase preliminar, isto é: como uma fase seguinte à fase “Piloto” de dado empreendimento.

Por fim, aproveitando todas noções que apreendemos em torno do termo Plano Piloto e das possíveis diferenciações para as congêneres expressões, eis que lançamos uma pergunta “quase auto conflituosa” para este trabalho: será que efetivamente podemos denominar o Plano elaborado por Ney Gabriel para Ceilândia como Plano Piloto?

Pois bem, diante das recentes colocações sobre a distinção entre um e outro, as quais foram surgindo ao longo dos estudos deste trabalho, entendemos que o projeto elaborado e apresentando por Ney Gabriel de Souza em 1971 para Ceilândia corresponde mais a um Plano Urbanístico, pois conforme poderá ser constatado ao final do próximo capítulo, o projeto divulgado já estava resolvido ao nível do que se entendeu aqui corresponder como tal. Nesse momento, o leitor pode se perguntar: então por que foi colocada a expressão “Plano Piloto” como parte do título da dissertação?

Vamos refletir nesse sentido. Um dos objetivos do trabalho colocado incialmente é o de abordar as histórias urbanas das “outras Brasílias”, em que este

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

trabalho reflete sobre o projeto urbano de Ceilândia em colaboração à construção de estudos acadêmicos para este fim, já que como bem observou a professora da Faculdade de arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, Maria Fernanda Derntl:

> Muito se sabe sobre o *core* planejado de Brasília, o Plano Piloto, mas as suas cidades-satélites permanecem bem menos estudadas. Numa visão corrente, contrapõe-se a ordem do Plano Piloto à desordem das cidades-satélites, vendo-se tais núcleos periféricos como o principal fator de descaracterização da concepção original de Brasília. (DERNTL , 2016, [n.p])

Fora o fato de que muitos arquitetos que trabalharam na elaboração destes projetos, recebem pouco destaque diante do protagonismo do pensamento Costiano e do peso de seu Plano Piloto dentro na história do urbanismo mundial. Dessa maneira, optamos que a dissertação fosse intitulada de forma provocativa como “O Plano Piloto de Ney Gabriel de Souza”, por mais que o nível de detalhamento dos desenhos do plano elaborado por Ney Gabriel apresentado para a CEI, corresponda – a partir de nosso entendimento – a uma fase projetual de Plano Urbanístico. Ainda neste entendimento, ressaltamos que as definições aqui apresentadas tanto para “Plano Piloto”, quanto para “Plano Urbanístico” não devem ser encaradas como formulações engessadas, e sim, como uma reflexão sobre uma pertinente de diferenciação. Por outro lado, ao longo de nossas pesquisas houve a “sorte” de nos depararmos com alguns croquis originais da fase Plano Piloto do Plano Urbanístico de Ceilândia (a serem apresentados mais adiante), o que por sua vez corroborou para que o título do trabalho fosse mantido, visto que os esses registram o pensamento projetual pilotodo ato projetual projeto da cidade.

Feito esses esclarecimentos, acerca do que significa a expressão Plano Piloto, bem como de alguns termos congêneres, no próximo capítulo apresentaremos o que denominamos pensamento “piloto” no título deste trabalho como o Plano Piloto de Ney Gabriel de Souza.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

.

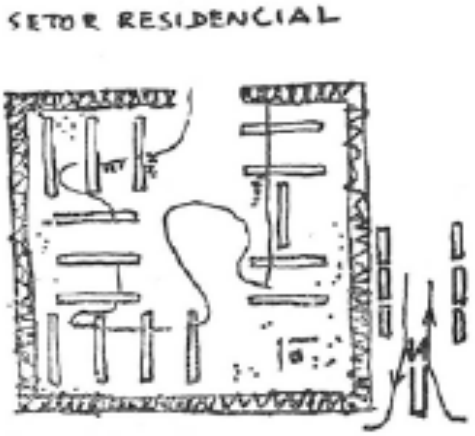



**Fig. 47.**Lúcio Costa. Croqui inserido na Fig. 8 do Relatório do Plano Piloto em representação de uma quadra residencial emoldurada por uma cinta arborizada. (1957). Fonte: Relatório do Plano Piloto. (COSTA, (1957) 1991)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

**Fig. 48**Lúcio Costa. Fig. 14- apresentada no Relatório do Plano Piloto. (1957). Notar na perspectiva os blocos residenciais “emoldurados” pelas árvores.Fonte: Relatório do Plano Piloto. (COSTA, [1957] 1991).

# 5
# O“Plano Piloto” de Ney Gabriel de Souza

## 5.1
## O “Plano Piloto” de Ceilândiae o Plano Piloto de Brasília

Como não poderia ser diferente, o Plano Piloto de Ceilândia sofreu influências do Plano Piloto de Lúcio Costa, visto que há uma proximidade física e histórica entre as duas “existências urbanas” em questão. Contudo, a partir do contato com os planos urbanísticos das Cidades Satélites do Distrito Federal para elaboração desta dissertação, acreditamos que elas podem ser consideradas como uma tipologia urbana referenciada em si mesmas, visto que basta se atentar para os seus já 58 anos de história[111], e para o fato de que há no mínimo 13 delas que resumem bem toda a histórico da história urbana do Distrito Federal[112].

Assim, acreditamos que esses projetos são dignos de mais atenção nos estudos de desenho do espaço intra-urbano, visto que fora os “desacertos” (coisa natural nos projetos), possuem interessantes soluções para os diversos bairros e cidades populares brasileiras em suas emergências de serem mais dignos.

Diante de tal constatação, ao analisarmos o plano urbanístico original de Ceilândia (nosso objeto de estudo) encontramos especificidades que naturalmente não constam no Plano Piloto de Costa, como, por exemplo, o fato do pro-

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

[111]Taguatinga, a primeira delas, fora implementada antecipadamente já em 1958.

[112] O Decreto Nº 19.040 DE 18 de fevereiro de 1998, proibiu o uso da expressão “satélite” nos documentos oficiais do Distrito Federal, em que atualmente usa-se o termo Região Administrativa (RA) e o nome da cidade para referenciá-las, como por exemplo usar o termo RA de Ceilândia para designar esta cidade. Reafirmamos mais uma vez que descordamos das ações deste decreto, pois ele descaracteriza termo Cidade Satélite de Brasília, que em nosso entendimento tem um peso histórico, e não nega a história de luta destes núcleos urbanos. Constam no DF atualmente 31 RAs, dentre elas a de Brasília (Plano Piloto), como também a de Ceilândia, em que cada uma delas contam com planos urbanísticos, sendo uns mais bem elaborados do que outros. Ao que tange o desenho urbano, damos destaque para os planos urbanísticos que apresentam interessantes características o das Cidades Satélites do Gama, Sobradinho, Cruzeiro e Setor Octogonal, Ceilândia, e do setor QNL de Taguatinga. Do ponto de vista da distorção de uma influência mais evidente do Plano Piloto de Brasília, destaca-se o plano de Águas Claras, em que verificam se ali edifícios com cerca de 30 pavimentos agrupados em condomínios fechados, resultando verdadeiros corredores murados ao longo das ruas do tecido urbano desta cidade.

jeto da cidade já ter surgido na prancheta destinado a uma classe social menos privilegiada, em que a partir desta realidadesabia-se que sua execução e consolidação se daria da forma mais precária.

Desta maneira, um arquiteto urbanista ao ser efetivamente sensível aos anseios de uma população que vive em difícil realidade socioeconômica, e ser ele realmente engajado em auxiliar por meio de seu ofício, para que estas pessoas vivam da melhor maneira possível; em uma situação projetual destas, perceberia prontamente esse eventual projetista a necessidade de ser o mais objetivo possível, sem deixar de lado os aspectos qualitativos, como o convívio coletivo, a relação com a paisagem, e até mesmo a estética da "periferia" em sua premissa à economia de recursos financeiros ( tanto por parte do poder público como por parte dos habitantes).

Nesse sentido, se destacou em nossas pesquisas a questão do "alojamento" do cidadão, visto que as cidades satélites foram antecipadas inicialmente com uma resposta a questão da favelização de Brasília, em que sobressaiu a questão da habitação, em sua simbologia de "posse" do direito de habitar à cidade, visto que "o núcleo inicial do urbanismo é uma célula habitacional (uma moradia) e sua inserção num grupo formado por uma unidade habitacional de proporções adequadas" ( cf. CORBUSIER, 1993).

Falando especificamente do projeto urbano da Cidade Satélite de Ceilândia, nesse capítulo apresentaremos uma transcrição direta de um texto oficial de como se deu o "plano físico" original (Plano Urbanístico) da cidade. Trata-se de uma fonte primária de informações, visto que toda sequência referenciada como original foi extraída de uma publicação do Governo do Distrito Federal, datada de 1973. Optou-se por apresentá-la assim, para que se mantivessea integralidade das informações. Ainda neste sentido, e não menos importante, um dos objetivos principais deste trabalho é registrar documentalmentee refletir sobre o processo projetual do "Piloto" de Ceilândia, pois como se perceberá, em vários momentos do texto há considerações de forma a direcionar o leitor para aspectos que passariam desapercebidos nas transcrições dos originais.

Destaca-se também que diante dos poucos estudos que se aprofundam sobre as Cidades Satélites de Brasília, e da atenção secundária que elas recebem dentro dos registros da história de Brasília, é importante colocar aqui que

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

encontro com esta fonte histórica quase não foi possível diante da dificuldade de localizar documentações governamentais autênticas, e sistematicamente agrupadas a respeito de suas histórias[113], sobretudo ao que tange a seus aspectos urbanísticos.

Por consequência, um acesso quase acidental a este material de 1973 foi entendida nesta dissertação como um verdadeiro "(re)achado histórico" (e o será ao menos para os que reconheça importância das Cidades Satélites, e as entendam como parte fundamental para que Brasília – a idealizada e a realizada – seja efetivamente entendida), e consistiu num momento muito especial do processo de pesquisa desta dissertação. Isso porque, além de embasar todas as "co-dissertações" inscritas nos trechos da pesquisa em que arrazoa-se tanto quanto ao plano político-socialquanto a respeito do plano urbanístico de Ceilândia; em nosso entendimento, o encontro desta documentação representou  correspondeu  a possibilidade divulgação dentro dos meios acadêmicos, de que sim, ainda existe fisicamente um documento oficial do Governo do Distrito Federal que registra os vários aspectos do processo de surgimento de Ceilândia, dentre eles dados urbanísticos. Assim, surgiu a ideia de criar um subcapítulo, no qual acredito ser válido contar,ainda de que forma rápida, como o documento foi encontrado. Dito isto, a seguir história desse encontro.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

[113] Neste entendimento, foi decepcionante ir a Administração Regional de Ceilândia, e não conseguir encontrar nada

## 5.2
## A fonte histórica: o encontro

Depois de muito pesquisar por fontes originais de informações sobre projeto social da Campanha de Erradicação de Favelas, bem como de algum croqui histórico de como o desenho da cidade original de Ceilândia foi concebido, durante esse processo pesquisa de dados, das inúmeras publicações acessadas, me deparei praticamente sempre com as mesmas descrições/informações, e apenas desenho que fazia referência ao partido urbanístico adotado para Ceilândia. Ao tentar verificar as fontes desses autores, dos que tive a oportunidade de consultar, dois me disseram que já não sabiam mais onde estava o original, e os demais se referenciavam entre si.

Tal situação deixava evidente que as Cidade Satélites não receberam a devida atenção no arquivamento textual e iconográfico de alguns detalhes de suas histórias. O que por sua vez dificultava a minha vontade de fazer um trabalho, que além de tudo que aqui já foi evidenciado ser um propósito, trouxesse dados mais sólidos de forma desenvolvermos melhor registro possível da história de Ceilândia, sendo um dos mais importantes – como já mencionado – registrar como “Plano Urbanístico Original” ou “Plano Piloto” (como denominamos de forma provocativa) foi concebido.

Até que um dia, talvez diante da persistência, o acaso auxiliou (no sentido de quem muito trabalhou para isso) a favor da pesquisa. Nesse sentido, ocorreu que na ocasião de uma última ida ao arquivo Público do Distrito Federal para buscar uma cópia previamente solicitada de um material iconográfico – conforme as regras da instituição –, por acaso resolvi consultar mais alguns arquivos, dentre eles o primeiro mapa impresso do Distrito Federal.

E diante das muitas idas a sede da instituição, já estava familiarizado tanto com as ferramentas digitais de pesquisa do vasto acervo como as bibliotecárias, as quais já tinham sensibilidade às minhas buscas acadêmicas. Então foi quando falei para uma delas que gostaria de tentar ver se encontrava algo mais sobre Ceilândia; então por sorte, uma outra funcionária ouviu a conversa e se predispôs a fazer nova varredura nas estantes, visto que conhecia mais do acervo físico, como também nos catálogos digitais.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

Enquanto eu fazia minha pesquisa em algumas publicações já sugeridas, algum tempo depois a gentil bibliotecária veio com mais uma pilha de livros. Nessa hora admito que pensei em não olhar, visto que como foi relatado, nas diversas publicações consultadas sobre a cidade todas as informações encontradas sobre Ceilândia se repetiam. No entanto, mesmo assim optei por folhear essas publicações olhando uma por uma, até que cheguei a uma publicação que mais parecia uma apostila fotocopiada e encadernada cuja capa se destacava o vocábulo “Ceilândia” e um desenho; fui folheando o material, até que não acreditei no que acabava de me deparar: um resumo datado de 1973 do projeto social de Ceilândia.

Nesse caderno histórico sobre Ceilândia continha inclusive alguns croquis explicativos do partido urbanístico de cidade. Consoante ao que já relatei, praticamente havia consultado todas as publicações que de alguma maneira citassem o projeto urbano da Cidade, então quando diante desse material tive a certeza que se tratava de uma fonte primária de informações históricas, e de croquis que jamais havia imaginado poder encontrar, sendo praticamente todos inéditos. Inclusive tenho a impressão que nem o pessoal do Arquivo Público, mesmo diante do material estar ali guardado e em perfeito estado, tenha noção do que este documento representa para as histórias das outras Brasílias.

Gostaria que os eventuais leitores não entendessem todo relato como um exibicionismo pessoal e acadêmico, e sim como um relato que chama atenção para o fato de que é importante guardar e dar manutenção aos documentos históricos, ter persistência, como também, incentivar que mais estudiosos resgatem as outras histórias de nossas cidades, sobretudo para quem estuda nossas “periferias”. Por esta perspectiva, só de lembrar o que Ceilândiarepresenta para a história de Brasília, e ter em mente que a cidade é o mais populoso núcleo urbano do Distrito Federal, temos a certeza de que este pequeno-grande “(re)-encontro”, tal qual seu compartilhamento nos meios acadêmicos, nos ajudará a divulgar que Ceilândia merece ter sua história contada com o olhar que a cidade merece: o da admiração.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

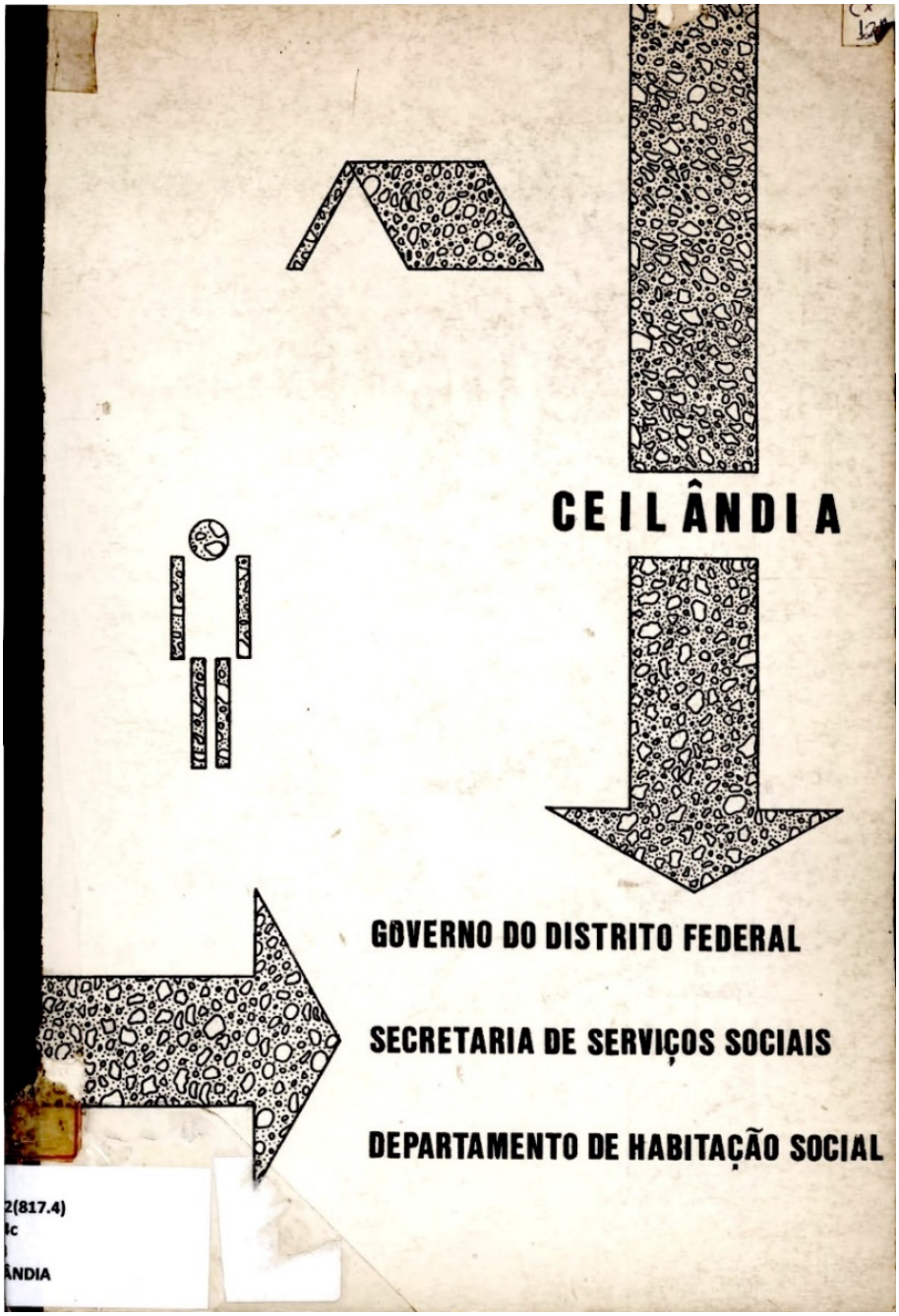



**Fig. 49.** GDF-Secretária de Serviço Social. (1973) Capa do documento histórico de Ceilândia. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal. (cf. GDF, et al., 1973,)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

## 5.3
## O Plano Físico da Cidade

Feito estes relatos vejamos na próxima página a transcrição na íntegra, incluindo-se a sequência original dos croquis encontrados em nossa "fonte histórica" de 1973, de "como nasceu, se definiu e resolveu"[114] o "Plano Piloto" de Ceilândia.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

[114] Frase retirada relatório do Plano Piloto, Plano Piloto de Lúcio Costa. (cf. COSTA, (1957) 1991, p. 22)

[...]

A Cidade teve como seu marco inicial, dois eixos diretores cruzados, formando entre si um ângulo de 90º. (cf. GDF, et al., 1973, p.26)

Obedecendo o direcionamento desses eixos, foi que o projeto da cidade se desenvolveu:

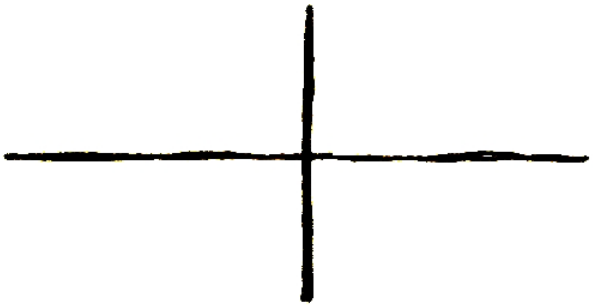


**Fig. 50**. GDF-Secretária de Serviço Social. (1973) Os eixos cruzados de Ceilândia. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal. (cf. GDF, et al., 1973, p.26).

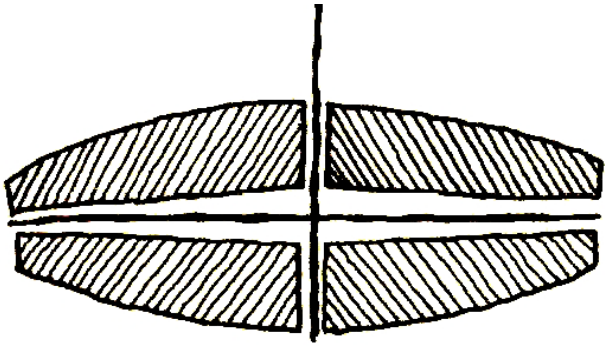


**Fig. 51 .**GDF-Secretária de Serviço Social. (1973) As quadro partes simétricas do Plano Piloto de Ceilândia. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal. (cf. GDF, et al., 1973, p.26)

O novo núcleo habitacional é dividido em quadras residenciais em número de quarenta (40), num total de vinte e um mil, setecentos e noventa e dois (21792) lotes, contando ainda com um mil, cento e vinte e seis (1126) lotes comerciais, oitenta e cinco (85) áreas especiais diversas, trinta e seis (36) para escolas e ginásios,

trinta e seis (36) para templos, e oito (8) destinados a cinema, oito (8) para exporte, quatro (4) reservada para biblioteca, quatro para agências postais, quatro (4) para postos de gasolina, quatro (4) para postos de saúde, uma (1) reservada para centro médico hospitalar e duas destinadas para feiras livres, além de áreas verdes para jardins públicos, praça e todo o complexo de serviços públicos, diversões recreações.(*ibidem, loc. cit*)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

Nota-se, portanto, que a cidade é dividida em quatro partes, sendo que os equipamentos existentes numa delas dão rebatidos e se comportam do mesmo modo nas outras três (3).

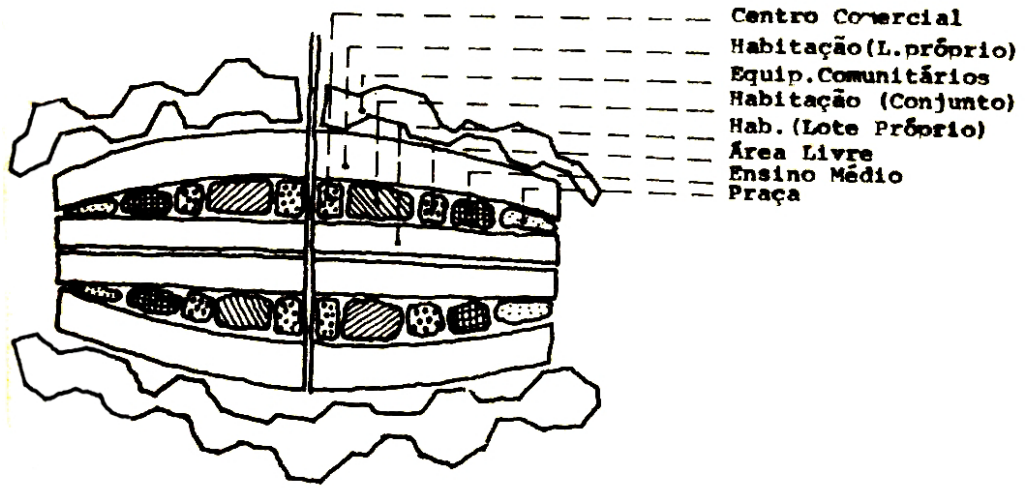
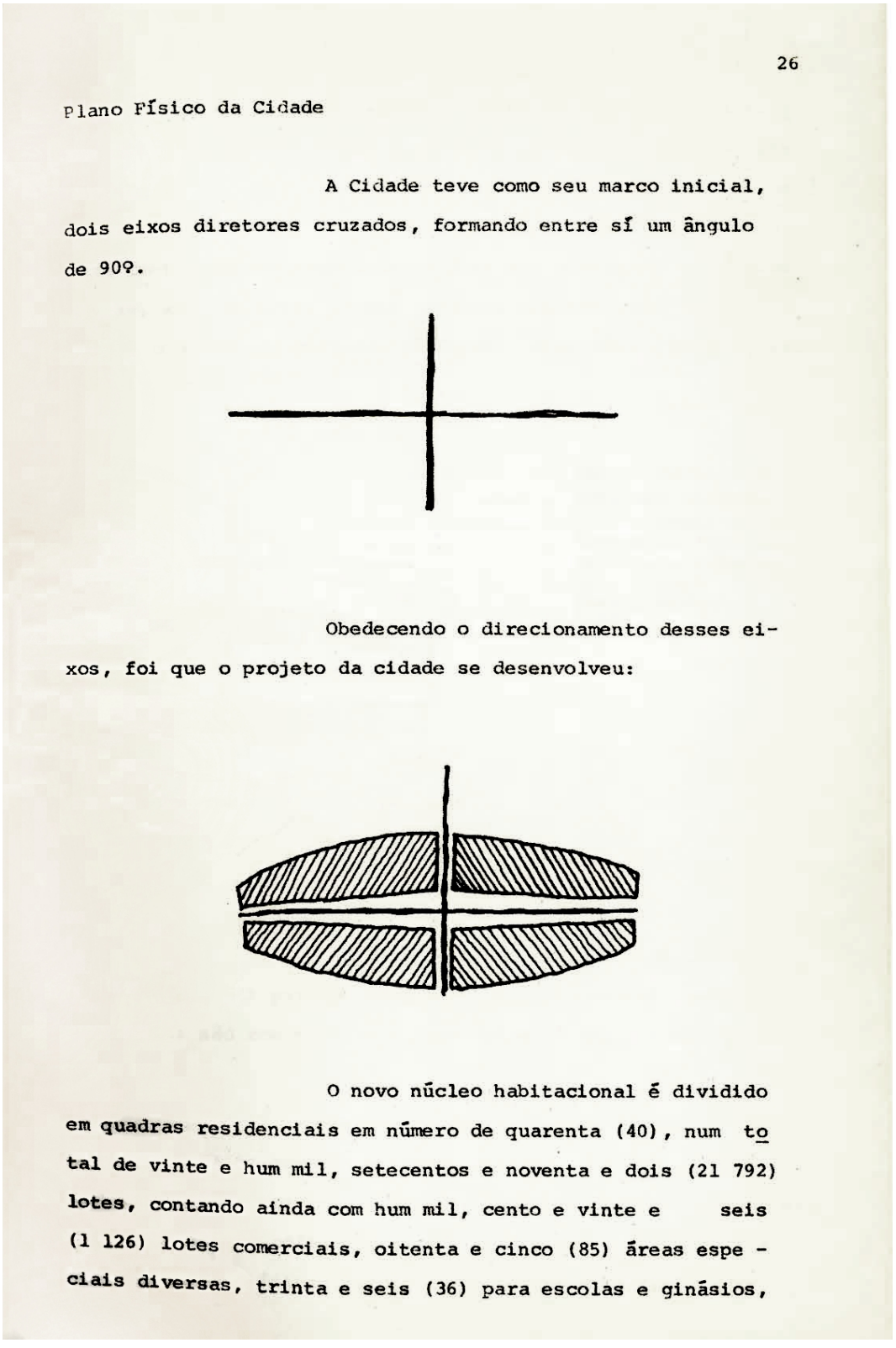



**Fig. 52**.GDF-Secretária de Serviço Social. (1973) Croqui histórico de concepção do plano urbanístico do de Ceilândia. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal. (cf. GDF, et al., 1973, p.26).

As habitações individuais (lote próprio) são inseridas em quadras e, entre uma quadra e outra, acontecem os equipamentos comunitários mais imediatos (pequeno comércio-igreja-escola-jardim de infância – área de recreação- parada de ônibus etc.). Além de vias asfaltadas, dos lotesdemarcados, das torneiras públicas dispostas a cada 50 metros para abastecimento provisório de água, foram construídos, de imediato 6 escolas primárias para receber a transferência das crianças que estudavam nas “invasões” impedido assim a interrupção dos seus estudos. A rede de transportes também foi montada e cresceu gradativamente, de acordo com as necessidades privadas. [...]. (*ibidem*, pp. 27-28)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA



26

Plano Físico da Cidade

A Cidade teve como seu marco inicial, dois eixos diretores cruzados, formando entre sí um ângulo de 90º.

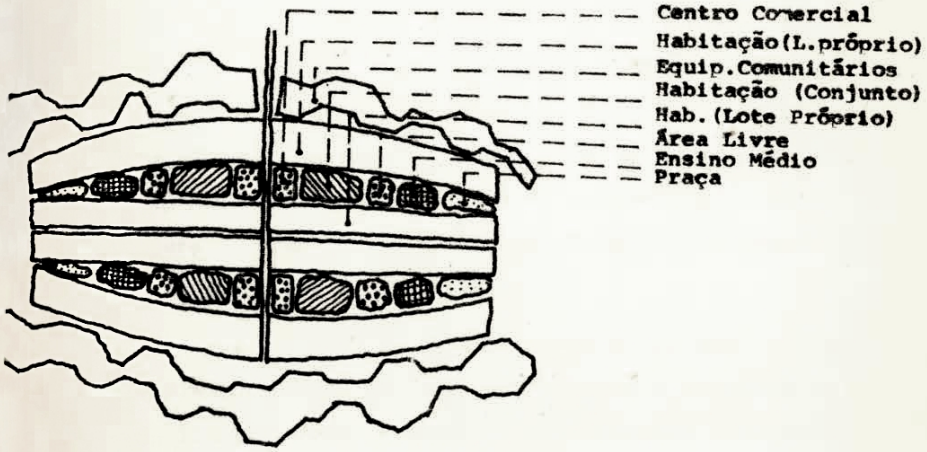
Obedecendo o direcionamento desses eixos, foi que o projeto da cidade se desenvolveu:

O novo núcleo habitacional é dividido em quadras residenciais em número de quarenta (40), num total de vinte e hum mil, setecentos e noventa e dois (21 792) lotes, contando ainda com hum mil, cento e vinte e seis (1 126) lotes comerciais, oitenta e cinco (85) áreas especiais diversas, trinta e seis (36) para escolas e ginásios,

**Fig. 53**. GDF-Secretária de Serviço Social. (1973) Pagina de onde foram extraídos os croquis históricos de Ceilândia. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal. (cf. GDF, et al., 1973, p.26).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

trinta e seis (36) para templos, e oito (8) destinados a cine ma, oito (8) para esporte, quatro (4) reservada para bibliote ca, quatro (4) para agências postais, quatro para postos de gasolina, quatro (4) para postos de saúde, uma (1) reservada para Centro Médico Hospitalar e duas (2) destinadas a feiras livres, além de áreas verdes para jardins públicos, praça e todo o complexo de serviços públicos, diversões e recreações.




Nota-se portanto que a cidade é dividida em quatro (4) partes, sendo que os equipamentos existentes numa delas são rebatidos e se comportam do mesmo modo nas outras três (3).

As habitações individuais (lote próprio) são inseridas em quadras e, entre uma quadra e outra, acontecem os equipamentos comunitários mais imediatos (pequeno comércio - igreja - escola - jardim de infância - área de recrea - ção - parada de ônibus, etc). Além de vias asfaltadas, dos lo

**Fig. 54**. GDF-Secretária de Serviço Social. (1973) Pagina de onde foram extraídos os croquis históricos de Ceilândia. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal. (cf. GDF, et al., 1973, p.26).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

A partir dessa primeira porção de informações encontradas na fonte histórica sobre o partido urbanístico adotado para o urbano de Ceilândia, já é possível destacar elementos importantes para empreender nossa análise sobre o Plano Piloto da – então – mais nova Cidade Satélite que surgia em Brasília. Com esse objetivo, primeiramente falemos do "gesto criador" do partido urbano arrazoado no "Relatório de Ceilândia" (GDFet al,1973), mais especificamente da afirmação que o marco inicial do Plano Piloto de Ceilândia se deu por "*dois eixos diretores cruzados, formando entre si um ângulo de 90º"* (ibidem.). Colocação esta que naturalmente nos remete ao gesto criador do Plano Piloto de Lúcio Costa para Brasília.

Antes de prosseguir por este aspecto, é importante salientar que embora não fosse um objetivo maior do trabalho referenciar o Plano Piloto de Ceilândia ao de Lúcio Costa, uma vez que tanto do ponto de vista da escala urbana quanto da escala arquitetônica, conforme já mencionado podemos buscar referenciais entre as próprias Cidades Satélites[115], e possivelmente entre outros congêneres espalhados pelo Brasil ( como ,por exemplo, nos conjuntos habitacionais populares construídos no país a partir entre os anos 1940 e 1970). Por outro lado, concluímos que ser pertinente trazer o "Piloto" de Costa para dentro debate para verificação – paralela – de uma forte hipótese de que o Plano Urbanístico de Ceilândia, (como os demais planos das Cidades-Satélites), foram realizados a partir de uma tentativa de consonância com a técnica e a estética do urbanismo moderno aplicado por Costa no plano urbano inicial de Brasília, só que em uma menor escala e contexto projetual menos monumental. A última frase naturalmente não é nova dentro da dissertação, visto que essa probabilidade já foi mencionada em outras passagens do texto, nas quais foi afirmado de que há grande proximidade física e histórica entre os diversos polos urbanos "satélites" e o Plano Piloto de Brasília.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

[115] Taguatinga (1958) - oficialmente criada como a primeira das Cidades-Satélites - surgiu já antes da inauguração de Brasília (1960), ou seja, são 59 anos de história de Cidades-Satélites (hoje cada uma corresponde a uma Região Administrativa "RA" do DF); e o DF conta hoje com 31 RAs (dentre elas a de Brasília). Destas RAs (deixando de fora Brasília já que é muito estudada) destacamos aqui que no mínio 17 apresentam planos urbanísticos que resumiriam muito bem todos os momentos da história urbana do Distrito Federal. Dessas Cidades se destacam por interessantes características urbanísticas: Ceilândia, Cruzeiro, Gama, Guará, Sobradinho, e Setor Octogonal. Ou seja, nestes 59 anos de experiência, as Cidades Satélites de Brasília, certamente podem ser consideradas urbanisticamente auto referenciáveis na hora de estudar um desenho urbanístico. Todavia, é inegável que a desenho urbano do Plano Piloto de Lúcio Costa sempre serviu como um norteador técnico e estético.

De retorno à questão da geração do partido do Plano Piloto de Ceilândia a partir dois eixos cruzados, faremos nos próximos subcapítulos duas observações: uma do ponto de vista simbólico, do que Ceilândia "delata/conta" sobre o plano político (e até mesmo do urbanístico) de Brasília; e a outra pontuação pelo aspecto do desenho da arquitetura da cidade propriamente dito, sendo a segunda mais importante no que tange aos registros em torno do Plano Urbanístico original da Cidade.

### 5.3.1
### O aspecto simbólico: o ato falho

No concerne o aspecto simbólico, a primeira questão que pretendemos dar destaque ao Plano Piloto de Ney Gabriel de Souza para Ceilândia curiosamente surge a partir do que Lúcio Costa significou em seu relatório do concurso do Plano Piloto de Brasília, apresentado em março de 1957, como seu ato projetual inicial

A este respeito escreveu o urbanista:

> [...] vejamos como nasceu, se definiu e resolveu a presente solução:
>
> 1 – Nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: *dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz"*.
>
> 2 – Procurou-se depois a adaptação à topografia local, ao escoamento natural das águas, à melhor orientação, arqueando-se um dos eixos a fim de contê-lo no triangulo equilátero que define a área urbanizada [...] (COSTA, (1957) 1991, p.20, grifo nosso).

A partir dessa alusiva concepção inicial da proposta urbanística preliminar de Lúcio para Brasília, como bem observou Cristiano Arraes (2008) quando Costa – em outro momento do referido relatório – elabora mais a este respeito dizendo que a construção da nova Capital brasileira no interior do Brasil tratou "de um ato deliberado de posse, de um gesto de sentido ainda desbravador, nos moldes da tradição colonial"(cf. COSTA, 1991, p.20), o urbanista mobilizou em sua retórica o "contexto histórico-político que envolve o processo de transferência da capital federal, com vistas a sintetizá-lo com a força, dignidade e beleza" (ARRAES, 2008), em que, ao se referir à tradição colonial portuguesa no desbravamento do país à caça das riquezas aqui escondidas, Lúcio Costa relacionou o presente com o passado, valorizando o seu gesto criador em forma de cruz através da "ação e sentido" (cf. ibidem [n.p]).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

Será justamente a partir desta questão de "ação e sentido na retórica e persuasão" que Arraes (idem) nos faz refletir em Costa, que nos vemos instigados a fazer algumas considerações a respeito do gesto de "tomada de posse da terra em Ceilândia"; isto é, da simbologia dos dois "eixos diretores cruzados, formando entre si um ângulo de 90º" como um ato projetual seminal do plano urbanístico original da Satélite. Por coincidência/inspiração, ou não, vejamos o que disse Maria de Lourdes Abadia[116](LA*)*, a respeito destes dois eixos definidores do Plano Urbanístico de Ney Gabriel, e um depoimento captado por Silvia Regina (SR), no ano de 2002 em Brasília, para o "Programa de História Oral", do Arquivo Público do Distrito Federal - APUDF:

> [...]
>
> (LA) – [...], o plano urbanístico da cidade foi traçado, só as ruas abrindo, e os barracos sendo colocados com a turma de topografia marcando e eles [as famílias removidas] pegavam uma ficha, eles eram avisados nas invasões do dia da mudança, [...]
>
> (SR) – A senhora lembra quando começou a remoção, o ano Deputada?
>
> (LA) – Dia 27 de março de 71, porque ela demorou 1 ano e terminou dia 9 de março não, ela começou dia 27 de março de 1971 e terminou dia 9 de março de 1972, se não me falha a memória, mas eu acho que foi dia 27 de março.
>
> (SR) – É isso mesmo.
>
> (LA) – É foi 27 que foi o dia que a gente comemora a colocação do primeiro barraco.
>
> (SR) – E por que o nome de Ceilândia?
>
> (LA) – Em homenagem a essa Campanha de Erradicação de Ceilândia, CEI Ceilândia, cidade da CEI.
>
> (SR) – E o projeto urbanístico, a Senhora falou que foi feito por um arquiteto...de?
>
> (LA) – Como é que ele chama...nossa como eu estou... se vê que...
>
> (SR) – Vou lembrar a Senhora.
>
> (LA) – Me lembre.
>
> (SR) – *Ney Gabriel de Souza.*
>
> (LA) – Ney Gabriel.
>
> (SR) – Não é?
>
> (LA) – Exatamente, que eu até indiquei há 2 anos atrás para ele receber o Mérito de Brasília.
>
> (SR) – E dizem que foi um projeto muito bonito, inclusive.

[116] Maria de Lourdes Abadia, é a assistente social mais conhecida da época da a Campanha de Erradicação de Invasões (CEI). Formada em serviço social pela Universidade de Brasília (UnB), em 1971 trabalhou a remoção dos barracos para Ceilândia. Por haver se destacado durante a CEI, se transformou em uma liderança na Cidade e acabou convidada para política. Em 1975 Foi a primeira mulher Administradora Regional da cidade, cargo que exerceu por 10 anos. Altamente é filiada ao PFL e ao PSDB.....

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

> (LA) – Belíssimo, *ele mantém, ele tem a forma de um barril, ele começou como Brasília, duas linhas retas que se cruzam com o sinal da cruz, o mesmo traço e com a mesma orienta... o mesmo sentido da de Brasília,* cada quadra de Ceilândia, ele era dividido em quadras, cada quadra em conjuntos e cada quadra em conjuntos e se não me falha ainda a memória parece que ela vai de A à P, a b c d e f g h i j k l m n o p.
>
> (SR) – Minha Nossa Senhora!
>
> (LA) – E cada quadra tem, acho que são 16 conjuntos nas entrequadras tem, o ponto, o abrigo de ônibus, tem o estacionamento, comércio, a Igreja, a escola, a praça, o estacionamento, o comércio e o ponto de ônibus, que ela pega de uma pista a outra.
>
> (SR) – De uma pista a outra.
>
> (LA) – O que eles chamam de apoio da unidade de vizinhança, não é? a igreja, a escola, o comércio e a praça.
>
> (SR) – Então o apoio está geral?
>
> (LA) – Esta geral, ela é democraticamente, urbanisticamente muito bem dividida, o barril, é um projeto belíssimo. [...] (ABADIA, 2002, p.11, grifo nosso)

Como é possível verificar no trecho acima (datado de 2002), Lourdes Abadia acabou por evidenciar – 31 anos depois – a partir de semelhante informação contida em nossa "fonte histórica de 1973" (GDF, et al., 1973); que o gesto primário do partido urbanístico do desenho original de Ceilândia, mantém – ao menos retoricamente – um diálogo com o de Brasília.[117]

Nesse sentido, ao considerarmos que o contexto do surgimento de Ceilândia se deu a partir de uma política sóciourbanística sob a demanda de construção de uma cidade por uma ação removedora de pessoas classificadas como "favelados-invasores" de dentro e das proximidades de Brasília, através do projeto social[118]e político da "Campanha de erradicação de Favelas (que ao menos teoricamente se tratou de um plano político-social bem elaborado); ao considerarmos as reflexões sobre a "retórica e persuasão" realizado por Cristiano Arraes (ARRAES, 2008), podemos apreender este (possível) ato projetual "primitivo" do "Piloto" de Ceilândia inspirado no de Brasília, como um gesto inicial com dupla possibilidade de entendimento em "sua ação e sentido" (ARRAES 2008).

---

[117] Por ter trabalhado diretamente na Campanha de Erradicação de Invasões para o GDF, e diante de seu destaque nesta ação do Estado, a pontuação de similaridade do surgimento do partido urbano de Ceilândia com o de Brasília feito por Abadia neste depoimento dado APUDF, em nosso entendimento resulta como uma documentação oficial desta ligação.

[118]É interessante como neste trabalho foi praticamente impossível separar o caráter social e político de Ceilândia dos aspectos seus urbanísticos. Na verdade,essa força que naturalmente surgiu durante as elaborações da dissertação, visto que um dos pilares desta desse trabalho é apresentar o desenho urbano de Ceilândia enliçado com sua história, sendo que não consta de forma alguma a intensão de "vitimizar" seu processo, e sim, fazer com que compreenda que o seu desenho urbanístico também por outros aspectos que não somente o geométrico da distribuição dos espaços.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

Talvez os leitores a esta altura já estejam se perguntando: “tudo bem, mas o que um indício de referência ao gesto projetual inicial do Plano Piloto de Brasília tanto interferiu no plano urbanístico de Ceilândia, e na vida dos que ali foram morar?”. Bem, replica para a questão surge a partir do fato de que concordamos com que Carlos Drummond de Andrade graciosamente compreendeu, captou, e escreveu sobre esta distinta “Satélite” de Brasília; os versos de poeta:

*A suntuosa Brasília e a esquálida Ceilândia contemplam-se.*
*Qual delas falará primeiro?*
*Que têm a dizer ou a escolher uma da outra?*
*Que mágoas, que ressentimentos prestes a soltar da goela*
*Coletiva e não se exprimem?*
*Por quê Ceilândia fere o majestoso orgulho da flórea capital?*
*Por quê Brasília resplandece ante à pobreza exposta dos*
*Barracos de Ceilândia filhos da majestade de Brasília?*
*E pensam-se, remiram-se em silencio as gêmeas criações do*
*Bom brasileiro.*

*Carlos Drummond*, Confronto

É justamente tomando emprestados os instigantes escritos de Carlos Drummond de Andrade, o reinterpretando a partir dos temas inscritos nas entrelinhas de nosso objeto de estudo, que afirmamos que Ceilândia emergiu no mapa do Distrito Federal como um florescimento amadurecido das inconsistências do plano político-social, bem como do plano urbanístico da Capital Federal acordado às premissas de ostentação do primeiro. Em que, a partir deste viés, defendemos também ser possível entender Ceilândia como “delação” natural de seu tempo; tratada urbanisticamente para transparecer como ação nobre dos recorrentes planos políticos brasileiros de inclusão precária.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

Vejamos que instigante: o aspecto simbólico por meio da ação e sentido que apreendemos em Arraes (ibidem) dá força a esta complementação confrontante de Ceilândia à Brasília, que Drummond tão bem sintetizou em sua poesia e compartilhou conosco, trazendo à tona uma dualidade simbólica (talvez autoconfiante) que a história de Ceilândia nos desperta.

Assim, da dupla possibilidade de compreensão daação e sentidoque podemos apreender neste "fato seminal" do partido urbanístico original de Ceilândia, tem-se primeiramente – como já temos dado indícios de assim pensarmos – a possibilidade de seu entendimento como parte importantedeuma possível ação retórica de convencimento dos gestores de Brasília pelo *marketing*do plano político-social da CEI[119]. E de onde tiramos esta possibilidade de reflexão?

Pois bem, conforme foi visto no subcapítulo sobre o projeto social da CEI, do início das obras de Brasília (1957) até o golpe militar de março de 1964, se instalou na Capital um processo ascendente de organização e mobilização social, o qual se deu pelas mobilizações dos operário em reivindicação de suas participações nos debates sócio-espaciais que já emergiam na recém fixada sociedade brasiliense do período; em que se destacou – entre outras causas – justamente a questão habitacional. (cf. Paviani, xx, p. 146) em sua representação do direito à cidade.

Esta questão da habitação – por sua vez dando destaque aos "retirantes marginais" da construção de Brasília – sendo marcada por estas verdadeiras "rebeliões" em desafio às autoridades, tinha por objetivo obrigar o Governo do Distrito Federal a mudar suas políticas de gestão sobre a "posse da terra"[120] – tanto na Cidade Livre como nas ocupações invasivas ao seu redor – incluindo-se a instalação de infraestrutura básica, como, por exemplo, água e luz (cf. Holston, p.259).

Então eis o grande fato: tais mobilizações surgiram inicialmente a partir da classe trabalhadora, por meio de um fenômeno de aglomeração popular, mediante os grandes contingentes de trabalhadores verificados nos acampamentos

[119] Sigla da Campanha de Erradicação de Invasões

[120] Notemos aqui, a questão simbólica seminal do gesto de Lúcio Costa para seu Plano Piloto para a Nova Capital entrando no debate depois do plano realizado.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

da construção de Brasília (cf. Paviani 1996, p.70). Fala-se a força das grandes massas.

Observa-se, no entanto, que no caso de Ceilândia – em seu *status* de segundo momento das políticas sócio-espaciais de Brasília – que por mais que a cidade tenha sido criada em 1971, e portanto, dentro do período do governo militar (1964-1985), que como sabemos era tecnocrata e autoritário, entendemos que mesmo assim não puderam fazer vistas grossas para o poder que emanava de um grande contingente de "populares" – em seu fenômeno aglomeração reivindicativa – e é justamente este fato que dá o "tom" a nossa possibilidade de haver no "ato projetual" de Ceilândia uma intenção retórica. Para este entendimento, basta nos atentarmos para as instabilidades políticas do período, "em que estava em vigência um governo militar arbitrário e repressor em oposição ao recente populismo conciliador do Governo JK" (cf. BICALHO,1998, p. 170).

Portanto constatemos: diante do contingente de mais de oitenta e dois mil 'invasores" a serem "desterritorizados", e de seu já comprovado poder de mobilização, não é de difícil entendimento porque o Governo do Distrito Federal desenvolveu várias ações junto a este contingente para convencê-los a se mudarem para Ceilândia. Que, por seu turno, é justamente a partir de tal fato que defendemos que talvez esta ação de *marketing* tenha se estendido até mesmo a própria promoção de que a cidade contava "inclusive" com um projeto urbano bem elaborado, e surgido de gesto similar ao de Brasília.

É importante pontuarmos a respeito desta nossa alegação da existência de um possível retorica de marketing no "gesto de tomada de posse do Plano Piloto de Ceilândia", de que não temos como comprová-la documentalmente como verdadeira. Ou seja, trata-se apenas de uma hipótese de nossa parte, surgida a partir associação de fatos em suas contradições. Todavia – e justamente por isso – não podemos deixar de considerar que uma possível ação de publicidade por parte do GDF ligando a história de desbravamento dos "pioneiros de Ceilândia" ao espírito desbravador de tudo que cercava o mito da construção de Brasília, incluindo-se algum aspecto urbanístico da nova capital, certamente foi convencionado em algum momento, pelos agentes públicos, como uma ação eficaz. Ora, conforme mencionou Gustavo Lins Ribeiro (2008), um sentimento de pioneirismo e pertencimento a Brasília era verificado entre os operários pioneiros da construção de Brasília:

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

> [...] as narrativas vinculadas à transferência e edificação da capital devem ser entendidas como [...] elementos advindos [...] da conjuntura nacional [...] [e rearticulados] [...] de momentos, processos e personagens da história brasileira [...].
>
> Entre os "pioneiros" é comum encontrar-se a demonstração da persistência desses discursos. Disse um pedreiro:
>
> _Brasília provou a capacidade do nosso povo, a capacidade do nosso povo de realizar uma boa obra, uma obra... inclusive no prazo que foi realizada, né, com uma técnica nossa, com nossa tecnologia sem importar tecnologia de fora, né, uma obra monumental daquela, construída com gente passando fome. (RIBEIRO, 2008, p.?)

Neste sentido, mesmo que a "construção de Ceilândia" (1970-1971) tenha ocorrido cerca de uma década depois da "inauguração de Brasília" (1960), visto que muitos dos operários que trabalharam na construção da capital estavam entre pessoas a serem removidas das invasões adjacentes a Cidade Livre para Ceilândia, a memória afetiva do mito da construção de Brasília certamente ainda estava latente, e acabaria por auxiliar no convencimento das famílias para que, enfim, fossem para Ceilândia.

Assim, diante do "problema imprevisto" nos planos (político e urbanístico) originais da Nova Capital: o aumento exponencial das favelas invasivas às margens das vias de acessos à cidade símbolo da modernidade nacional; a promoção do surgimento do "Plano Piloto de Ceilândia" cercado de alguma similaridade mitológica ao surgimento de Brasília, no mínimo poderia corroborar para transparecer de que a ação da remoção das "invasões" se tratava de um gesto cuidadoso dos governantes. Não é mesmo? Por conseguinte: melhor não desconsiderar esta possibilidade de interpretação.

Um segundo aspecto simbólico desta conflituosa dupla possibilidade de entendimento para ação e sentido, em uma eventual concepção simbólica inicial do Plano Piloto de Ney Gabriel em similaridade ao de Lúcio Costa para Brasília, surge atrelado ao fato de que ao criarem esta cidade, que em 1971 iria literalmente ser a verdadeira Capital da esperança para quase oitenta e três mil pessoas "invasoras" do sonho da modernidade brasiliense (relembremos que muitos dos removidos foram os que chegaram aos descampados do centro oeste e desbravaram estas terras quase virgens para a construírem Brasília) esta – possibilidade – de associação pode ser aqui apreendida como que um "ato falho projetual tardio"[121](tanto do plano urbanístico quanto do político de Ceilândia), de

[121]*Ato falho,* no sentido de um erro na fala, na ação física que seria supostamente causada pelo inconsciente,( referência ao lapso freudiano).Tardio no sentido de que a Ceilândia surge mais de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

que, efetivamente, Brasília (Plano Piloto) ficaria resguardada apenas ao funcionalismo público e às famílias que se enquadrariam ao perfil – de denominação econômica – da classe média para adiante.

Posto isso, aqui encaixamos uma pergunta perigosa: ao ser negada a nova Cidade Capital para este Brasil "de verdade" (quem a ergueu), a marca de progresso pretendida pelo governo JK lograda – ao menos precariamente – pelo rosto moderno que a arquitetura e o urbanismo enquanto ferramenta auxiliaram para que existisse e transparecesse foi especificamente destinada para qual parcela da população brasileira?

E eis que mais uma vez, nos deparamos com aquilo que Drummond disse: "Brasília e Ceilândia complementam-se!", pois ao fato de também representando esta emblemática Cidade Satélite um momento de maturação das políticas de segregação socioespacial do Distrito Federal, "ela" ao receber este Brasil negado ao Plano Piloto de Lúcio Costa, concomitantemente com um urbano surgido de semelhante gesto criador, a emersão do urbano de Ceilândia nas terras do Distrito Federal também pode ser – realmente – no mínimo interpretada como um ato falho do inconsciente coletivo de segregação socioespacial das cidades brasileiras.

Deste modo, e ainda nos valendo dos versos de Drummond, também é possível afirmarmos simbolicamente que com o surgimento de Ceilândia, emergia uma outra capital dentro da monumental Capital Federal; em que agora ambas, surgidas a partir de planos políticos e urbanísticos exclusivos, efetivamente se complementariam: Brasília, a capital "suntuosa" destinada à elite e ao poder público; e a capital "esquálida" destinada aos marginalizados e às forças de trabalho: Ceilândia, que mal ou bem – ainda que precariamente – possibilitou que os candangos se mantivessem a cerca de 33 quilômetros do "sonho", isto é, de uma tal Capital Nacional da Esperança. Portanto, será deste último aspecto que desenvolveremos outra grande pergunta relacionada a Ceilândia.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

uma década depois do que 1ª Cidade Satélite de Brasília (Taguatinga -1958), a qual também surgiu para fins de remoção, só que por meio de uma ação bem menos elaborada.

### 5.3.2
### Ceilândia: uma conquista ou uma solução?

Diante de tudo que foi elaborado até aqui acerca de Ceilândia, sobretudo neste último subcapítulo no qual direcionamos nossas reflexões para os aspectos simbólicos, tanto do plano político quanto do plano urbanístico da Satélite Capital dos Candangos, buscou-se evidenciaro entendimento de que o surgimento da cidade no espaço urbano circundante de Brasília delata, além de um "momento histórico" (por que não?) das inconsistências da sociedade brasileira como um todo, também desnuda algumas inconsistências do piloto urbanístico da capital em interação com as aspectos político-sociais do plano político de Brasília.

A partir desses temas, ao que tange ao aspecto urbanístico sócio espacial da Capital em relação e a antecipação de suas "Cidades Satélites", para que não sejamos injustos com o criador do Plano Piloto de Brasília; plano este que como sabemos acabou por tornar-se a base motivadora para o desenvolvimento da "metrópole da Brasília do Distrito Federal", em que as questões de ordem política indubitavelmente pesaram à ação projetual do plano urbanístico de Lúcio Costa, consideramos justo (mais uma vez) chamarmos Lúcio Costa para o debate; especificamente um Lúcio de 1972, quem por meio de algumas retificações feitas a um artigo sobre Brasília publicado na Revista Realidade, sai em defesa do seu Plano Piloto:

> A esplendida edição especial de Realidade – "Nossas Cidades" – pôs devidamente em foco o problema, mas no seu deliberando empenho de minimizar a contribuição urbanística de Brasília, incorreu, de início, numa falsa informação, depois numa crítica infundada, para afinal, concluir as suas elucubrações de forma contraditória. [...]
>
> O 'plano de Brasília não levou em conta a metade da população, que no brasil vise miseravelmente' (pg. 84)122. De acordo, mas a crítica, conforme afirmei, destina ao próprio país e não ao urbanista, [...]. Se os "expertos" de Realidade pensam que esse problema pode ser resolvido num passe de mágica pelo estudo "paciente" de um planejamento urbano integrado" etcetc, estão muito enganados. O problema é de fundo histórico, econômico e social, [...] de ideologia política.
>
> De qualquer forma o Plano [de Brasília] inovara criando superquadras e estabelecendo que em dada área de vizinhança [...] fossem atendidas três faixas econômicas [...] [para] [...] a população que trabalha da administração pública e na empre-

[122] Página da Revista onde consta a crítica em questão referenciada por Lúcio.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

> sa privada, –oferecendo assim solução capaz de diluir[...] as diferenças de classes em vez de estratificá-las. Quanto à população de renda ínfima, não integrada nas tarefas urbanas, [...] a NOVACAP firmara convenio com o Ministério da Agricultura para a criação de granjas modelos na periferia urbana.[123]
>
> "Brasília [...] não coincide com a realidade brasileira, deste descompasso etc."[124].(pag. 249). Ora esta conclusão é contraditória, [...] o fato da capital expressar ao vivo esta verdade demonstra que ela é fiel à realidade brasileira [...]. Se em Brasília o contraste avulta isto decorre simplesmente da circunstância da cidade ter nascido para ser capital do país, ou seja, para ter presença simbólica não apenas agora, [...]. Teria sido pior que tolice – um crime – planejar a cidade na medida da realidade subdesenvolvida atual, como o redator sugere.
>
> E como, capitalismo ou socialismo, a tendência universal – apensar da contestação desbragada e romântica – é todo mundo virar, pelo menos, casse média, o chamado Plano Piloto pode ser considerado uma antecipação. (COSTA, 1995, pp. 319-320)

Por mais que Brasília seja articuladamente defendida pelo urbanista em sua hábil retórica, como já mencionamos, ao anteciparem as Cidades Satélites por meio de Taguatinga, em 1958; antes mesmo da inauguração da Nova capital (1960), esta ação denota que tanto os idealizadores políticos quanto os urbanísticos já adaptavam a Capital aos elementos imprevistos surgidos durante sua concretização. Então será que realmente não consideraram possibilidade de que os operários da construção desejariam permanecer, incluindo-se, aí, literalmente habitar no Plano Piloto?

Diante de tal evidência, o fato é que o projeto social da Campanha de Erradicação de invasões não poderia ter uma titulação mais adequada em sua intenção erradicadora, é verdade. Contudo, a pergunta de Carlos Drummond de Andrade reverbera: "por quê Ceilândia fere o majestoso orgulho da flórea capital?". E eis que então, por esta mesma perspectiva, perguntamos: seria "Ceilândia uma conquista ou uma solução?".

Essa pergunta é, por assim dizer, muito perigosa, pois resume uma dualidade de Ceilândia de difícil dissociação, já que por um lado é possível fazer uma leitura da cidade a partir do que tudo aquilo que aprendemos sobre exclusão e

[123]Costa sabe muito bem como colocar seus argumentos, mas é válido lembrar de que esta ratificação foi feita em 1972, ou seja, um ano depois do surgimento de Ceilândia, onde mais de 82 mil pessoas foram removidas para cerca de 35 km do centro de Brasília, sendo que não eram trabalhadores rurais, e sim, da construção civil, comércio e serviços.

[124] Outra Transcrição de Lúcio retirada da referida revista.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

inclusão marginal a partir de José de Souza Martins (1997) nos primeiros capítulos deste trabalho, quando constatou-se desejável para os mecanismos de poder certo grau de “vitivismo” entre os “treinados” para serem os excluídos. No entanto, por outro lado, se mirarmos Ceilândia como um ato de poder e mobilização que emanou da grande massa de trabalhadores, que ao desejarem ficar em Brasília, e não estarem contemplados nos planos oficiais, acabaram literalmente tomaram posse do sonho –vendido – da nova Capital?

O fato é que se os invasores não ficaram dentro do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil – a Cidade pretendida como moderna –, ao menos ficaram às proximidades deste “sonho”. Assim, por mais que o gesto de cruz do projeto urbano de Ceilândia seja apenas uma ação de retórica, o aspecto social que levou ao surgimento de Ceilândia possibilita que os referidos eixos defendidos pelo próprio GDF como definidores do desenho da cidade dos erradicados, pode sim, tomar um caráter simbólico significativo em sua ação e sentido. Portanto, ao invés de tentarmos dar uma resposta fechada para uma pergunta tão complexa como esta que intitula o subcapítulo, não seria melhor considerar que Ceilândia se subverteu/ transcendeu para outro *status*; o de não apenas como uma denúncia, e sim, justamente, como uma vitória sobre este aspecto de segregação socioespacial– sobretudo– do plano político de Brasília?

É, há fortes indícios que Drummond sabiamente captou muito bem a importância de Ceilândia nos conduzindo à possiblidade de interpretação da cidade como uma complementação importante da Brasília Capital da República. Eis aí um possível salto para olharmos Ceilândia não apenas como uma denúncia, mas como uma conquista.

É lindo, “é vasto, vai durar!”[125]

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

[125] Frase retirada da última página do livro “ água viva” de Clarice Lispector.

## 5.4
## Os dois eixos cruzados do Plano Piloto de Ceilândia pelo aspecto do desenho urbano.

Ao observarmos as plantas oficiais do "Plano Piloto" de Ney Gabriel Souza, geradas a partir dos croquis históricos apresentados anteriormente, será que como no caso do Plano Piloto de Costa estes eixos são efetivamente estruturadores da distribuição espacial do desenho urbano original[126] de Ceilândia?

Para melhor refletir sobre essas questões, seguiremos comparando os eixos estruturadores do Plano Piloto de Ney Gabriel de Souza com o de Lúcio Costa, só que agora de forma mais aproximada ao desenho do espaço urbano. Para tal objetivo, portanto, se faz interessante voltar mais uma vez às elaborações do grande inspirador dos projetos urbanísticos das "Cidades-Satélites de Brasília"[127]. Nesse sentido, a seguir apresentamos uma transcrição do relatório do Plano Piloto apresentado por Lúcio Costa à época do concurso de Brasília, para que assim possamos contextualizar melhor nossas elaborações comparativas.

### 5.4.1
### O caso do Plano Piloto de Lúcio Costa.

Seguindo esse ideal, no relatório apresentado o renomado urbanista fez as seguintes elaborações em torno dos elementos definidores de sua proposta urbanística para Brasília:

> [...] vejamos como nasceu, se definiu e resolveu a presente solução:
>
> 1_ Nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz (Fig. 1).

[126] Usamos a expressão "desenho urbano original de Ceilândia" em referência ao que designamos neste trabalho como "Plano Piloto de...". O interessante de fazer estas substituições consiste em constatar a multiplicidade de termos para se referir ao Plano Urbanístico (original) da cidade.

[127] Atualmente, por mais que os planos urbanísticos das Cidades Satélites do DF continuem a sofrer "influências espaciais" (adaptadas) do "Piloto de Costa"; nos últimos anos os novos núcleos urbanos (naturalmente) receberam influências estilísticas a partir das novas demandas da sociedade do DF, e da especulação imobiliária (A cidade de Águas Claras e Samambaia são dois exemplos – distintos–disso), bem como adaptações ao que não deu certo nos primeiros planos urbanísticos das cidades satélites impactados diretamente pelo urbanismo modernista .

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

> 2 _ Procurou-se depois a adaptação à topografia local ao escoamento das águas, à melhor orientação, arqueando-se um dos eixos a fim de contê-lo no triangulo equilátero que define a área urbanizada. (Fig. 2).
>
> 3 _ E houve o propósito de aplicar os princípios da técnica rodoviária [...] à técnica urbanística, conferindo-se ao eixo arqueado, correspondente às vias naturais de acesso, a função circulatória tronco, com pistas centrais de velocidade e pistas laterais para trafego local, e disposto ao longo deste eixo o grosso dos setores residenciais.
>
> 4_ Como decorrência dessa concentração residencial, os centros cívico e administrativo, o setor cultural, o centro de diversões, o centro esportivo, o setor administrativo municipal, os quarteis, as zonas destinadas à armazenagem, ao abastecimento e às pequenas indústrias locais, e por fim, a estação ferroviária, foram-se naturalmente ordenando e dispondo ao longo do eixo transversal que passou a ser o eixo monumental do sistema (Fig.04) [...]
>
> 5_ O cruzamento desse eixo monumental, de cota inferior com o eixo rodoviário-residencial impôs a criação de uma grande plataforma liberta do trafego [...] (Fig. 6) (Costa 1991, p. 22, tópicos 1-5).

Dispostas essas definições, nas páginas seguintes é apresentada uma sequência de figuras, pelas quais procuramos evidenciar que os dois eixos diretores definidos por Lúcio Costa como ordenadores de seu Plano Piloto de Brasília- não perderam seu caráter estruturador dos espaços da cidade depois que Plano Piloto foi efetivado como um Plano Urbanístico.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

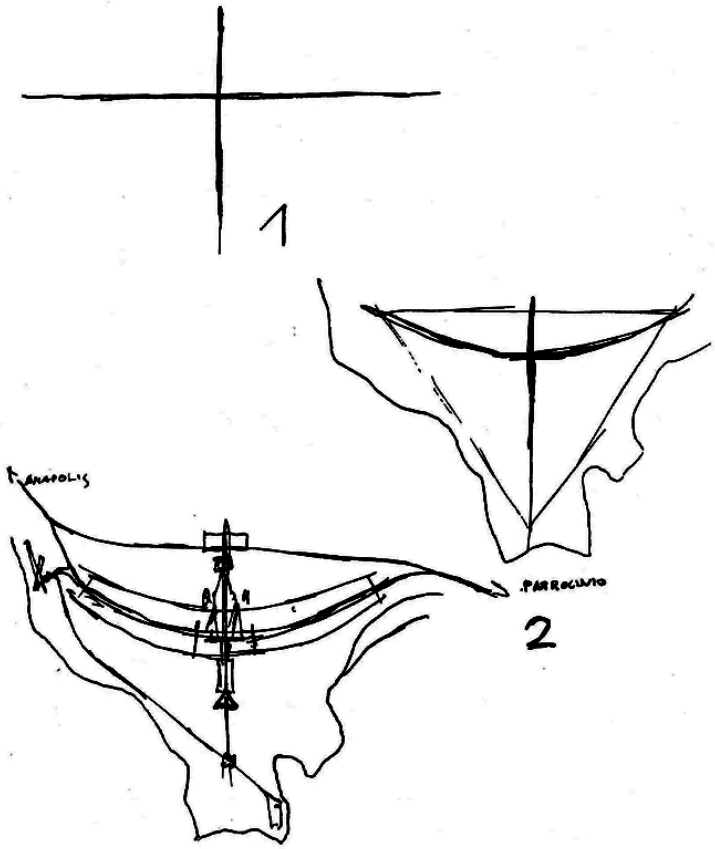



Fig. 55. croquis ilustrativos da Memória Descritiva do Plano Piloto. Anos 50. Fonte: Acervo Casa de Lúcio Costa. Etapas 1-2-3 de como se definiu o partido urbanístico apresentado de Lúcio Costa. Tratamento digital da imagem: David Costa [Fernando Rosa].

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

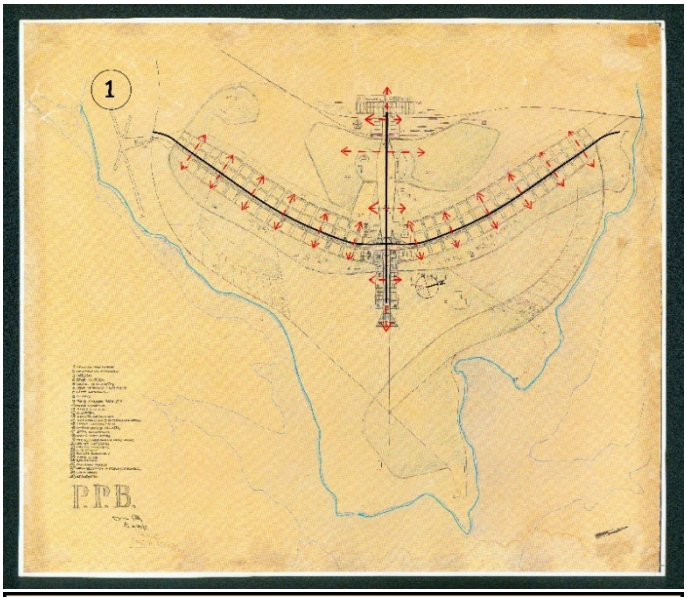



**Fig. 57.** Lúcio Costa. (1957). Plano Piloto Original. Fonte: Acervo casa de Lúcio Costa. Desenho 1/5. Foram acrescidas algumas setas vermelhas para evidenciar a disposição das quadras em relação aos eixos definidores do projeto. Desenho: David Sombra

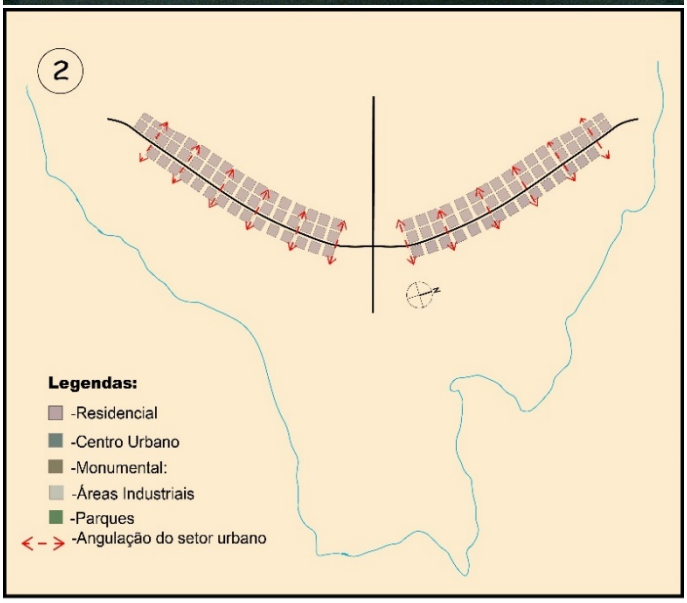



**Fig. 58**. Desenho 2/5.manipulação digital sobre o croqui originaldo Plano Piloto de 1957. Influência angular do Eixo Norte-Sul (residencial) na disposição final das quadras residenciais. Desenho: David Sombra.

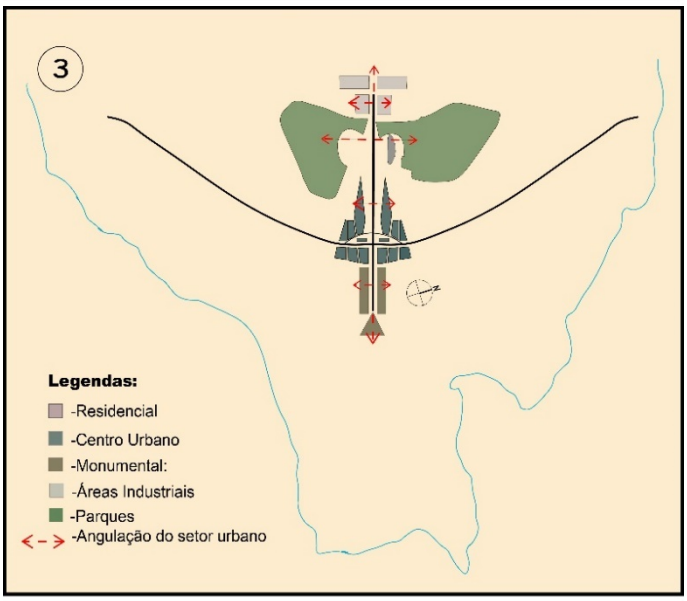



**Fig. 56**.Desenho 3/5.manipulação digital sobre o croqui originaldo Plano Piloto de 1957- Influência angular do - Leste-Oeste (monumental) na disposição dos diversos setores alocados na porção central de Brasília. Imagem: David Sombra

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

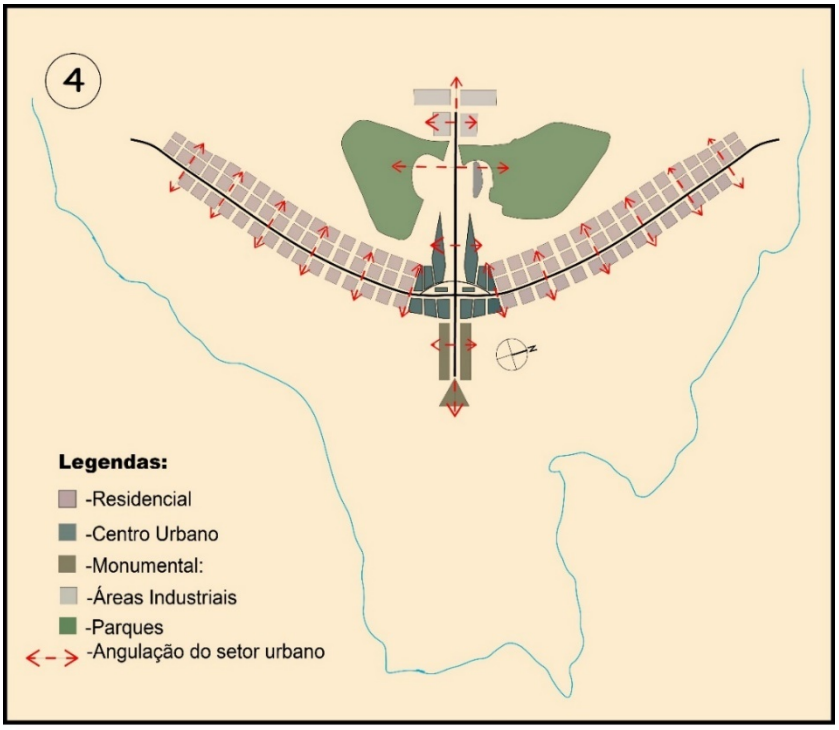



***Fig. 59***.Imagem 4/5. Manipulação digital sobre o croqui originaldo Plano Piloto de 1957. União dos dois eixos (monumental e residencial) destacados com setas vermelhas. Conclui-se que eles efetivamente estruturam partido urbanístico. Desenho: David Sombra.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

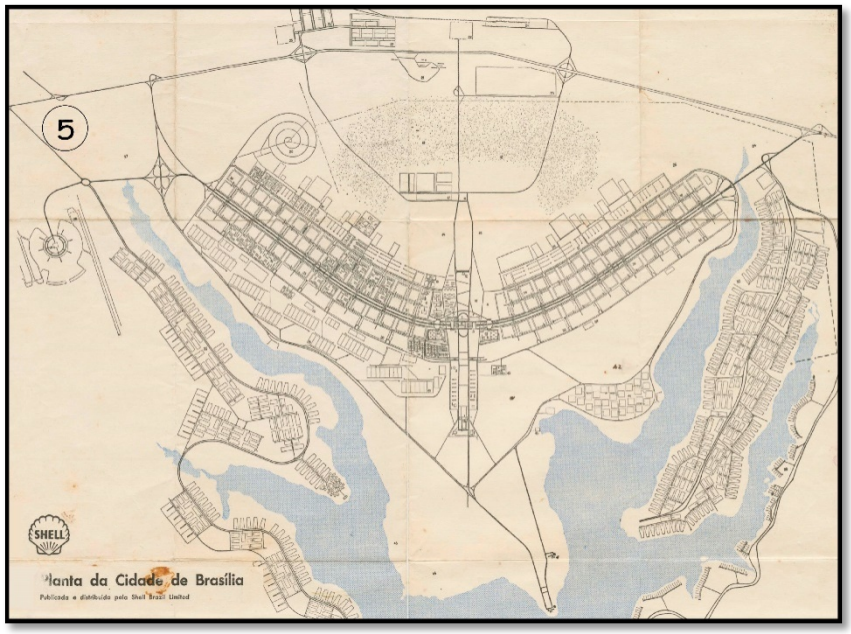



**Fig. 60**. Imagem 5/ 5- Planta Oficial de Brasília na data da inauguração1950-1960. Fonte: Acervo casa de Lúcio Costa. Observar que mesmo diante do maior nível de detalhamento feito sobre o projeto apresentado em 1957, percebe-se com clareza que os espaços do plano urbanístico permaneceram estruturados pelos dois eixos em cruz definidores do partido urbanístico inicial. Desenho: David Sombra.

## 5.4.2
## A “Revelação do Plano Piloto de Ney Gabriel de Souza: do croque piloto ao plano urbanístico

De retorno ao Plano Piloto de Ney Gabriel de Souza para Ceilândia, por esse aspecto da clareza dos dois “eixos em cruz” no partido urbanístico final da cidade, adiantamos que em nossas análises[128]não constatamos como efetiva a potencialidade deles como forças estruturadoras para distribuição espacial final do Plano Urbanístico original de Ceilândia.Nesse sentido compreendemos que, ao contrário ao que ocorre no Plano Piloto de Costa, no qual os eixos articulam de forma evidente a distribuição os setores do plano urbanístico de Brasília – conforme foi visualizado na última sequência de desenhos –, quando em um primeiro contato visual com o “Plano de Costa”, capta-se prontamente que a potencialidade articuladora do gesto seminal do urbanista se manteve no projeto urbanístico “finalizado”; por sua vez, ao observar as plantas oficiais do Piloto de Ney Gabriel, nota-se que seus respectivos eixos, se não são secundários, concorrem com outros “elementos” geométricos do plano urbanístico que foram potencializados ao longo do processo projetual do plano urbanístico original de Ceilândia.

Esses tais “elementos”, como poderemos melhor constatar mais adiante, no subcapítulo que nominado como “exercícios do Plano Piloto de Ceilândia”, correspondem a um maior número de retas diretoras do projeto concorrentes entre si; resultando em uma menor legibilidade aos eixos defendidos de “forma oficial”[129] como geradores do plano físico de Ceilândia, em que considerou-se até mesmo a possibilidade desses eixos terem recebido pouco tratamento projetual no aspecto final do desenho urbano da cidade, visto que um deles resultou quase desapercebido. Ainda dentro desse mesmo tema, diante dessas constatações, tudo indica que o desenho da cidade se deu mais por uma sugestão geométrica preexistente do tecido urbano de Taguatinga, bem como pela topografia do terreno, e/ou de trilhas abertas “previamente” a 1964 no sítio da antiga fazenda Guariroba, de forma que no que tange à expressão final do projeto urbano original de Ceilândia podemos questionar a “pura” predominância dos referidos eixos cruzados.

128

129 Apresentado no “documento histórico”(GDF, *et al*., 1973) encontrado no Arquivo Público do Distrito Federal.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

Para melhor visualização desta “força débil” que é alegada existir na expressão final do Projeto inicial de Ceilândia com relação aos dois eixos cruzados , durante o processo de elaboração desse estudo percebeu-se que uma “análise geométrica do plano urbanístico da cidade” (ver os Exercícios do Plano Piloto de Ceilândia mais adiante) permitiria, além “dar firma” para estas pontuações recém levantadas, auxiliaria também evidenciar outras condicionantes projetuais que influenciaram Ney Gabriel de Souza a conceber– a partir da “técnica urbanística moderna”– e resolver o projeto da cidade.

Aproveitamos também para acrescentar que esta necessidade de procurar uma maneira de desvendar de forma quase prospectiva as intenções projetuais elaboradas por Ney Gabriel ao Piloto Urbano de Ceilândia surgiu diante de uma dificuldade inicial de localizar, e posteriormente de convencê-lo a ser entrevistado. Fato este depois compreendido e como positivo para nossa dissertação, visto que depois de uma negociação inicial junto a uma de suas netas, e sobretudo pelo posterior esforço de nos ajudar, e incentivo por parte sua filha Gabriella Terra junto ao arquiteto para que aceitasse colaborar com este trabalho, o senhor Ney Gabriel, enfim, aceitou responder a algumas perguntas enviadas por e-mail. Por falar nisso, é importante manifestar aqui a gratidão, tanto a sua neta Priscilla Copolla, e principalmente à já mencionada Gabriella Terra por todo o empenho em ajudar que neste trabalho houvesse um pronunciamento do senhor Ney Gabriel de Souza. Assim, ao termos feito nossas análises inicialmente sem as informações diretas do autor do plano urbano de Ceilândia, tal fato acabou por enriquecer o debate, pois diante do fato de sermos surpreendidos por conseguiremos posteriormente a entrevista, nossa análise poderá ser confrontada com a respostas escritas pelo urbanista.

Feitas essas colocações, a seguir a “revelação” – uma sequência de quatro imagens desenhadas como base em croqui histórico – do Plano Piloto de Ceilândia, até configuração como plano urbanístico. Concomitante evidenciamos qual foi o programa básico que Ney Gabriel de Souza teve que resolver.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

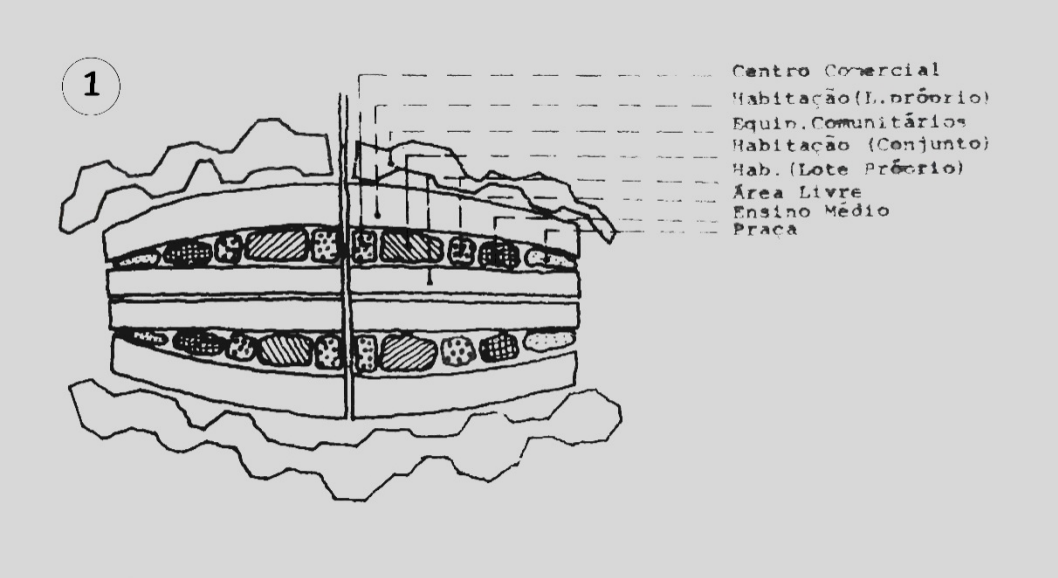



**Fig. 61**Croqui original do partido urbanístico do Plano Piloto de Ceilândia. (provável 1970-1973) Fonte :Arquivo Público, (GDF, et al., 1973, p. 27).Figura manipulada digitalmente para maior clareza. Observar que o esquema propõe uma cidade dividida em quatro partes iguais a partir dos eixos cruzados.Notar também osusos previstos. Imagem: David Sombra.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

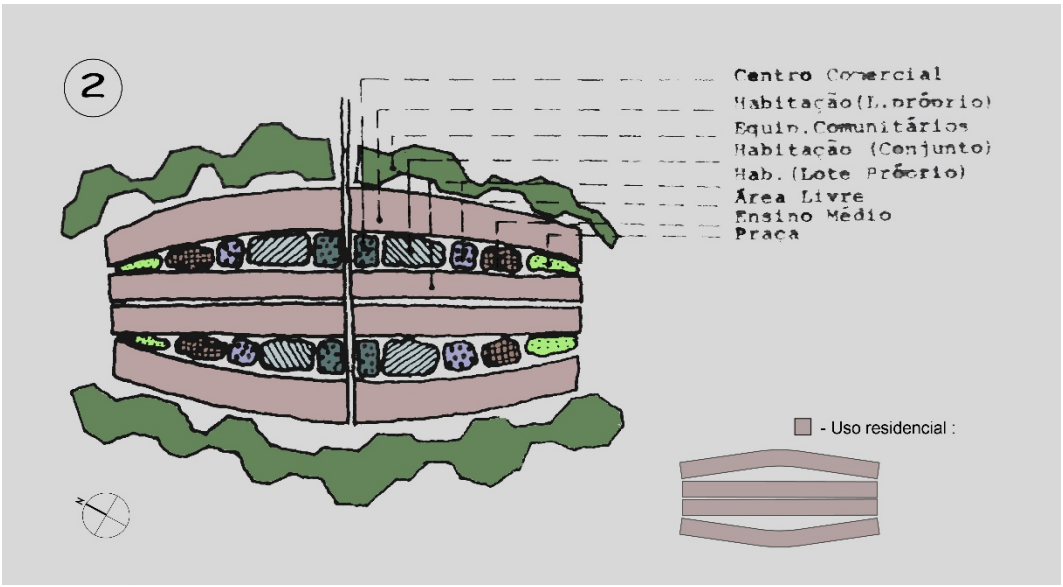



Fig. 63.Manipulação sobre o croqui original do Plano Piloto de Ceilândia. Foram adicionadas cores para caracterização da setorização da cidade. Observar as quatro faixas destinadas à habitação “protagonizando” a solução adotada.  Desenho: David Sombra.

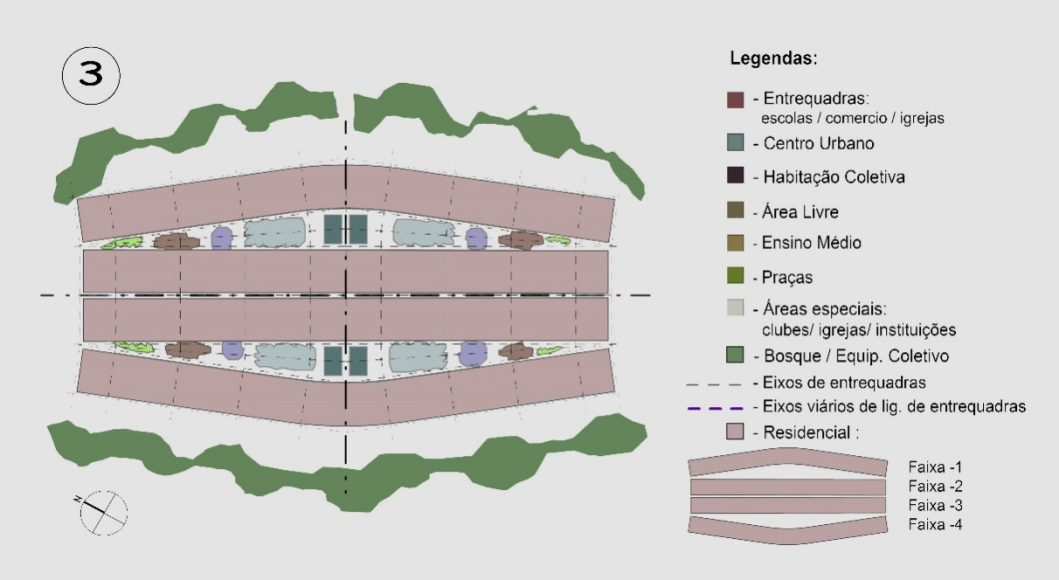



Fig. 64.Desenho feito com base no croqui original de Ceilândia. Acrescentou-se além dos cruzados, os eixos de divisa das quadras residenciais. Ilustração: David Sombra.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

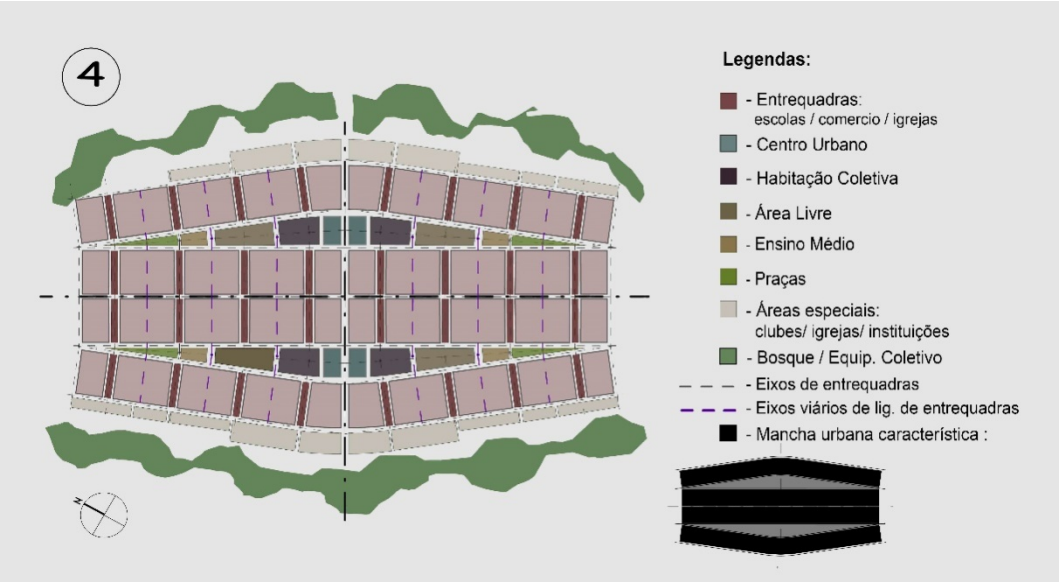
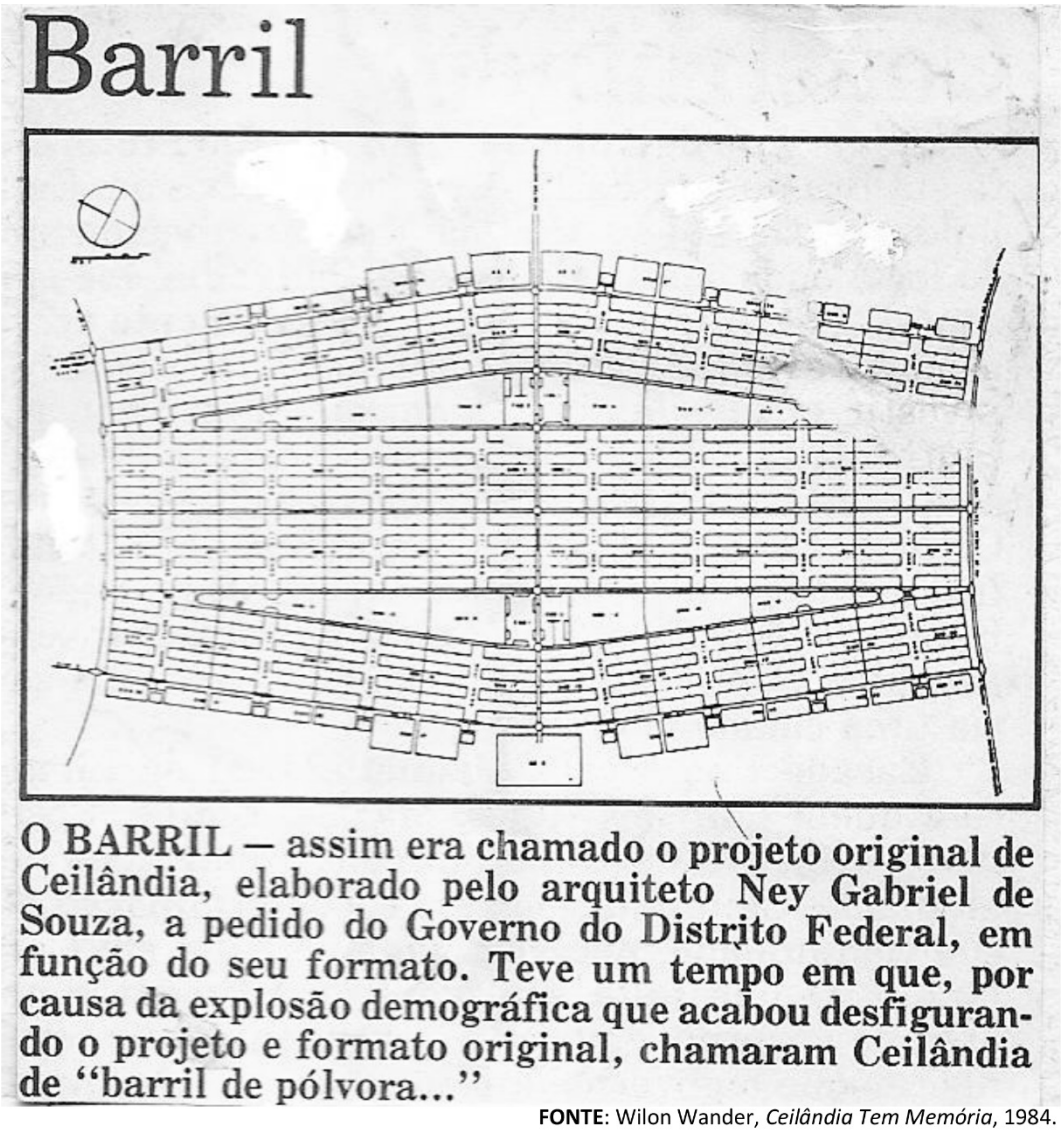



Fig. 65. Desenho feito com base no croqui original de Ceilândia. Destacou-se a setorização original já definida. Notar a mancha urbana característica – composta por quatro faixas residenciais: Ilustração: David Sombra.




**FONTE**: Wilon Wander, *Ceilândia Tem Memória*, 1984.

Fig. 66.Ney Gabriel de Souza e equipe. O Barril. (provável 1971). Fonte: Professor Manoel Jevan. Embora não há data na figura segundo nossas fontes essa é uma das plantas mais antigas. O que é bem provável, pois basta notar na imagem localizada na próxima página que um o desenho do plano urbanístico é praticamente o mesmo, e sua data é de 1972.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

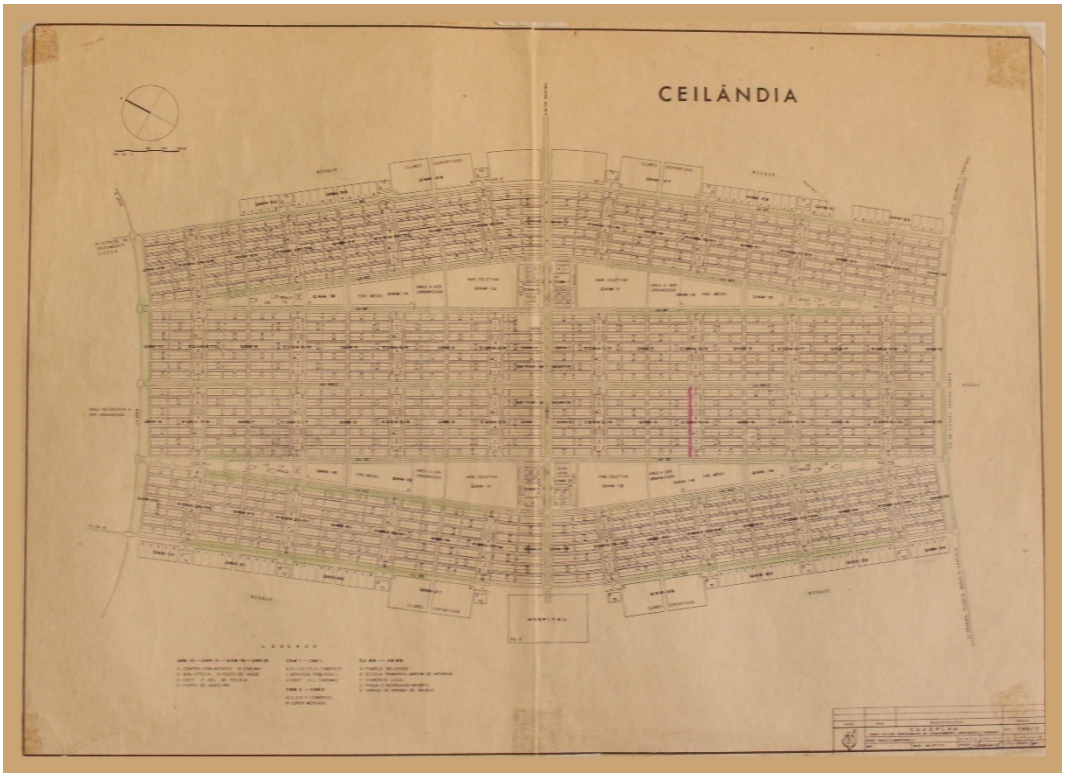



Fig. 67Ney Gabriel de Souza e equipe. (1972). Ceilândia. Fonte: Fonte: Professor Manoel Jevan.

Fig. 68.Provável Ney Gabriel de Souza e equipe. (28/07/1972). Carimbo do projeto de 1972, apresentado na imagem anterior. Notar que a mancha no desenho é a mesma verificar na mesma região daquele desenho. Fonte: Professor Manoel Jevan. Fotografia: David Sombra.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

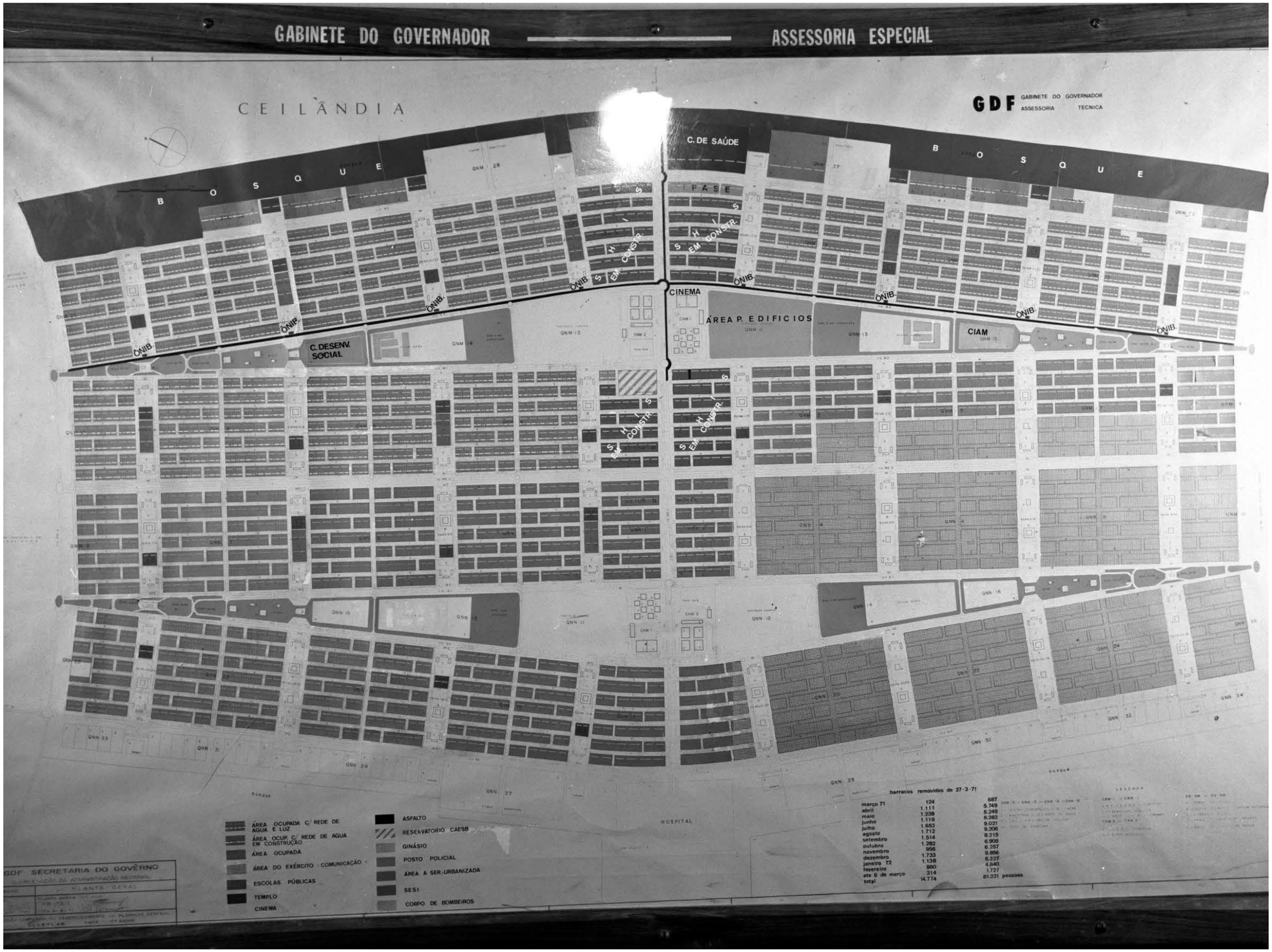



Figura Ney Gabriel e Equipe (1971 provável) Fonte: Arquivo Publico do Distrito Federla

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

# CEILÂNDIA

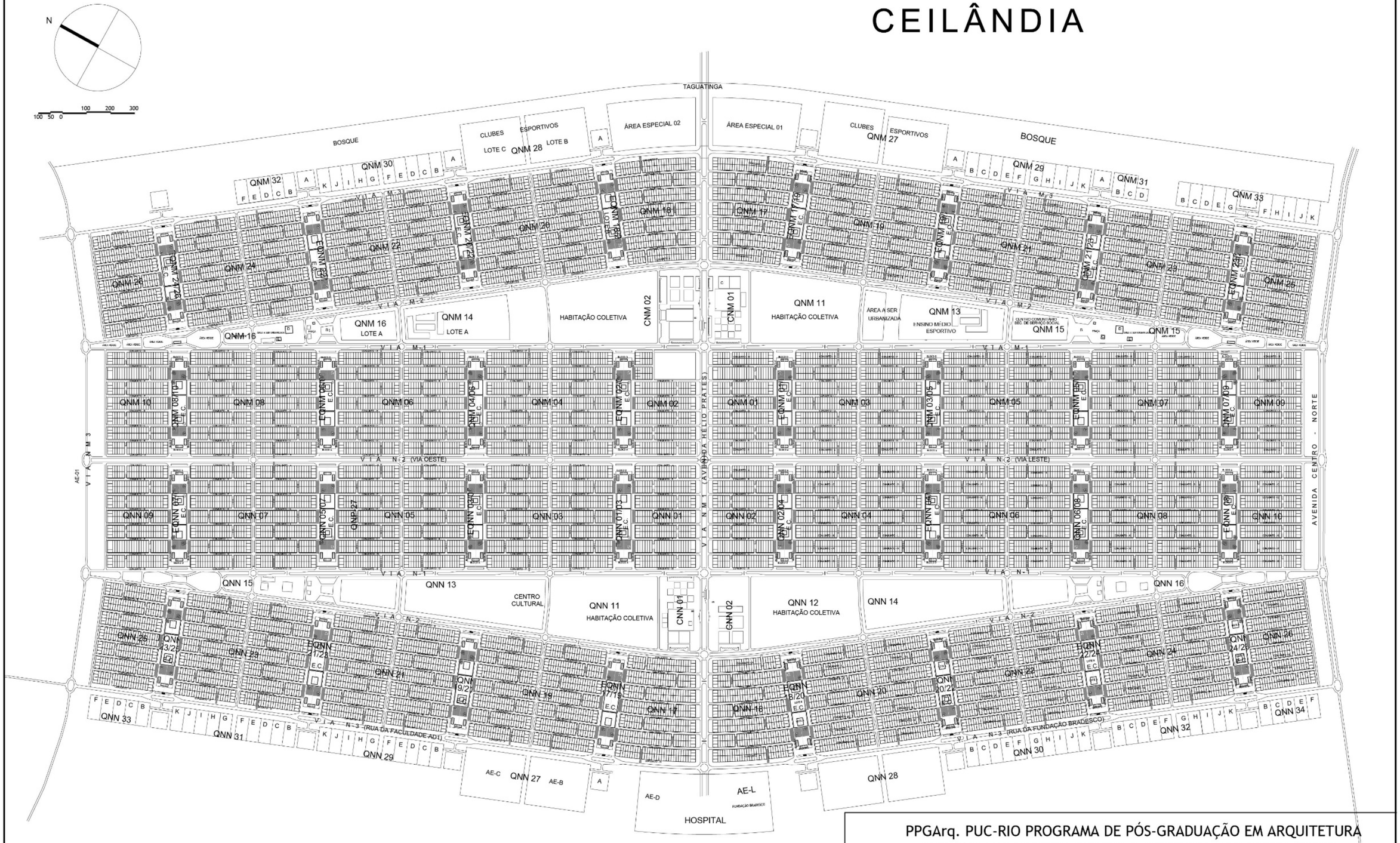



Fig. 69: Reconstituição do Plano Piloto Original de Ceilândia. Desenho: David Sombra.

PPGArq. PUC-RIO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA
DAU PUC-RIO DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

PUC RIO

| RECONSTITUIÇÃO DA PLANO URBANÍSTICO ORIGINAL DE CEILÂNDIA | |
|---|---|
| FONTE: DIVERSOS MAPAS | REVISÃO: |
| DATA DO ORIGINAL: 1971-1972 | ESCALA: 1/15.000 |
| DESENHO: David Sombra | PRANCHA: |

Como foi possível averiguar a partir da sequência de imagens, o Plano Piloto de Ney Gabriel de Souza para Ceilândia se define primordialmente a partir da distribuição das “quadras residenciais” (ou células habitacionais) e respectivas entrequadras em quatro “faixas horizontais”. Geometricamente falando, do ponto de vista da figura que o desenho da cidade resulta, em nosso entendimento o destaque surge a partir de uma equilibrante – e interessante – ação projetual, por meio da qual Ney Gabriel de Souza dispôs os usos urbanos de cunho mais coletivos, tais como praças, lotes para instituições de ensino, edifícios públicos, postos de saúde; como também áreas destinadas a futuras habitações coletivas, em uma área urbana de intervalo existente entre duas das quatros faixas residenciais; as quais podemos descrever as geometricamente como “dois triângulos isósceles” (ou quatro triângulos retângulos).

Assim, em nosso entendimento, são justamente essas áreas triangulares que intercalam – duas a duas – as quatro faixas residências do Plano Piloto de Ceilândia que acabaram por caracterizarem o desenho da cidade. Tanto é verdade, que são justamente estes “triângulos urbanos” que conferem a formosa “forma barril” à cidade, de modo que os dois eixos cruzados a 90º, alegados como geradores do partido urbanístico, diante de uma análise mais aprofundada, podem ser questionamos em seu protagonismo final na geometria do desenho do Plano Piloto e Ceilândia. Portanto, nos capítulos que se seguem, procuraremos evidenciar por meio de três ensaios projetuais as possíveis ações – ou escolhas – projetuais realizadas por Ney Gabriel de Souza durante a criação do seu “histórico” (porque não?) Plano Piloto evidenciar a efetiva potencialidade, parcial ou secundária, que alegamos haver nos “dois eixos diretores cruzados entre si” da cidade

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

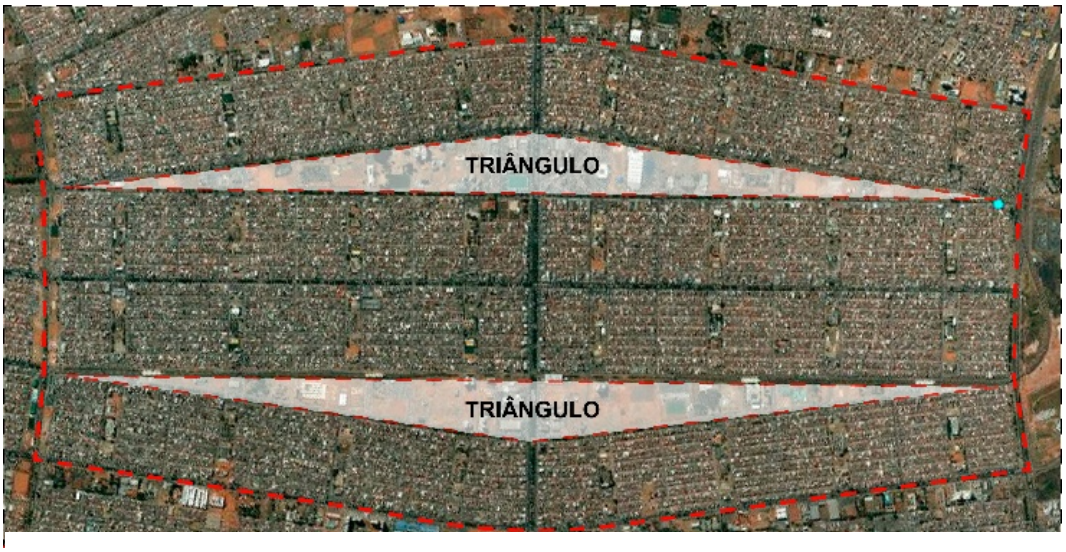



Fig. 70.Triângulos que conferem a “forma barril” amplamente associada como característica do plano urbanístico de Ceilândia. Fonte da imagem:Geoportal-IDE-DF-EGETH.http://www.geoportal.segeth.df.gov.br/mapa/# >>, acesso 4 de janeiro de 2018. Manipulação da imagem original: David Sombra

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

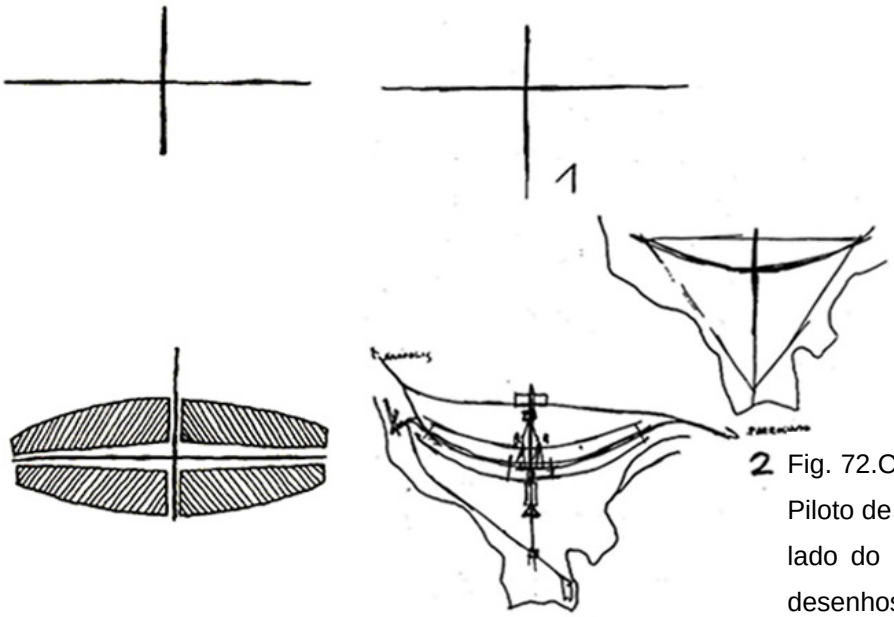



Fig. 72.Croquis seminais do Plano Piloto de Ney Gabriel de Souza ao lado do P.P. de Lúcio Costa. Os desenhos não estão com as proporções correspondentes entre si

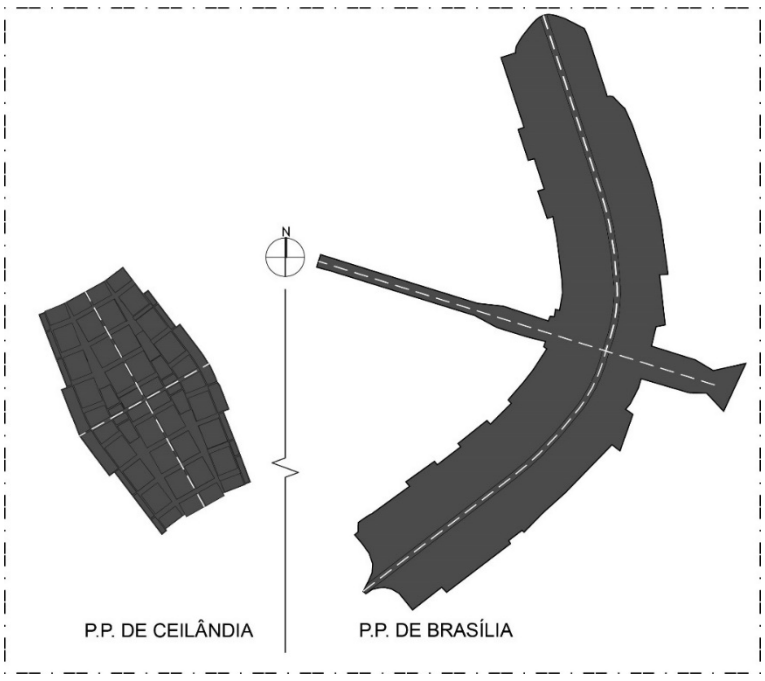



Fig. 71Plano urbanístico de Ceilândia e Plano Urbanístico de Brasília em proporção real. Desenho: David Sombra. A nível de demonstração fizemos um cálculo básico das respectivas áreas. O Plano original de Ceilândia tem cerca de 13265884.90 enquanto Plano Piloto de Brasília (original)tem algo em torno 31954330.01 m2. Segundo nossos cálculos Brasília é cerca de 41% maior que Ceilândia. Ou melhor, sua área é 2,41 vezes maior do que Ceilândia.

.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

## 5.5
## Exercícios" do Plano Piloto de Ceilândia

Ao que se segue, apresentamos os Exercícios do Plano Piloto de Ceilândia. Este "exercício" se dará a partir de três análises geométricas visando os possíveis condicionantes projetuais que influenciaram Ney Gabriel de Souza a conceber e resolver as demandas urbanísticas previstas para Ceilândia.

Em ambos os exercícios a base para nossas operações geométricas investigativas ao Plano Piloto de Ceilândia obedecem à essência das orientações oficiais de concepção do plano a partir de dois eixos diretores cruzados em ângulo reto, os usos previstos e suas respectivas áreas, descritos no Documento Ceilândia (GDF, et al., 1973) – nossa fonte histórica de referência.

O primeiro desses exercícios, o denominamos como "Exercício do Plano Piloto "Neutro", o qual busca intencionalmente abstrair do "formato de barril" (amplamente alegado ao plano urbanístico de Ceilândia), em que de forma intencional e "quase arbitrária" (mantemos a base dos eixos cruzados e as disposições urbanas adotadas) e reagrupamos os setores fundamentais do plano ignorando as questões preexistente no sítio. Ou seja, trata-se de uma ação projetual como que feita em uma folha branca.

No que concerne ao segundo ensaio projetual, o qual denominamos como "Exercício do Mapa do Barril", destaca-se o seu caráter mais prospectivo às escolhas projetuais de Ney Gabriel de Souza a partir da técnica urbanística moderna, em que nossas "buscas" de evidências se deram a partir da identificação de referenciais preexistentes no terreno. Neste sentido, como se constatará, procurou-se reconstituir as prováveis operações realizadas pelo arquiteto urbanista para a concepção final do Plano urbano original de Ceilândia.

Por fim, o terceiro e último exercício, foi intitulado como "Exercício dos Eixos estruturantes". Nele o foco se dá a busca do que poderia ser o efetivo "gesto geométrico" mais característico do Plano Piloto de Ceilândia; busca-se evidenciar a efetiva potencialidade, parcial ou secundária, que alegamos haver nos "dois eixos diretores cruzados entre si" da cidade.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

### 5.5.1 Exercício do Plano Piloto “Neutro”

A seguir um exercício do Plano Piloto “Neutro” de Ceilândia. O chamamos de “neutro” dispor neste experimento a mancha urbana da cidade de forma com o mínimo de relação com o terreno e às ocupações preexistentes. Ressalta-se também, conforme já preanunciado, que as quadras residenciais e respectivas entrequadras[130] foram dispostas na sequência concebida pelo autor do projeto, mas sem a forma trapezoidal característica do plano urbano oficial. A intenção consiste em se aproximar de um eventual estágio anterior que o plano urbanístico da cidade poderia ter adquirido ao formato de “Barril”, para que então tenhamos uma opção comparativa de outros aspectos que o desenho urbano de Ceilândia poderia eventualmente adquirir. Busca-se, ainda, por meio desse primeiro ensaio projetual, criar as primeiras bases para verificação da procedência de que a concepção do plano físico da cidade se deu efetivamente a partir dois eixos cruzados em 90º, como também para evidenciar as escolhas projetuais realizada por Ney Gabriel de Souza durante a elaboração do projeto de Ceilândia. Colocadas estas pontuações, tem-se no exercício do “Plano Piloto Neutro” as seguintes operações projetuais de desenho:

1 – Tem-se os eixos cruzados em forma de cruz, (segundo orienta os croquis do documento histórico) e a primeira porção de quadras e entrequadras locais aplicada no lado esquerdo desta cruz;[131]

2 – Depois, esta primeira porção é rebatida a partir dos eixos cruzados em sentido horário;

3 – E, por fim, há um novo rebatimento do conjunto então formado, de forma a preencher os quatro quadrantes em torno dos referidos eixos.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

[130] Por tratar de um exercício livre, nesta simulação optou-se por excluir as áreas triangulares (destinadas ao uso coletivo) que conferem ao Plano Piloto Oficial a forma de “barril”. Esta decisão foi tomada para que se tornasse mais evidente – ou não – “a graciosidade e equilíbrio projetual” que estas áreas triangulares conferem ao plano da cidade.

[131] Neste primeiro exercício as operações de rotação seguiram a convenção usual dos quadrantes do circo trigonométrico para enfatizar caráter de neutralidade do ensaio aos dados do sítio. Por sua vez, ressalta-se que ensaio referente ao Plano Piloto Mapa do barril, esta orientação de rotação terá como base um diagrama desenvolvido com base de elementos preexistentes no sítio, como a geometria das curvas de nível e a localização de Taguatinga.

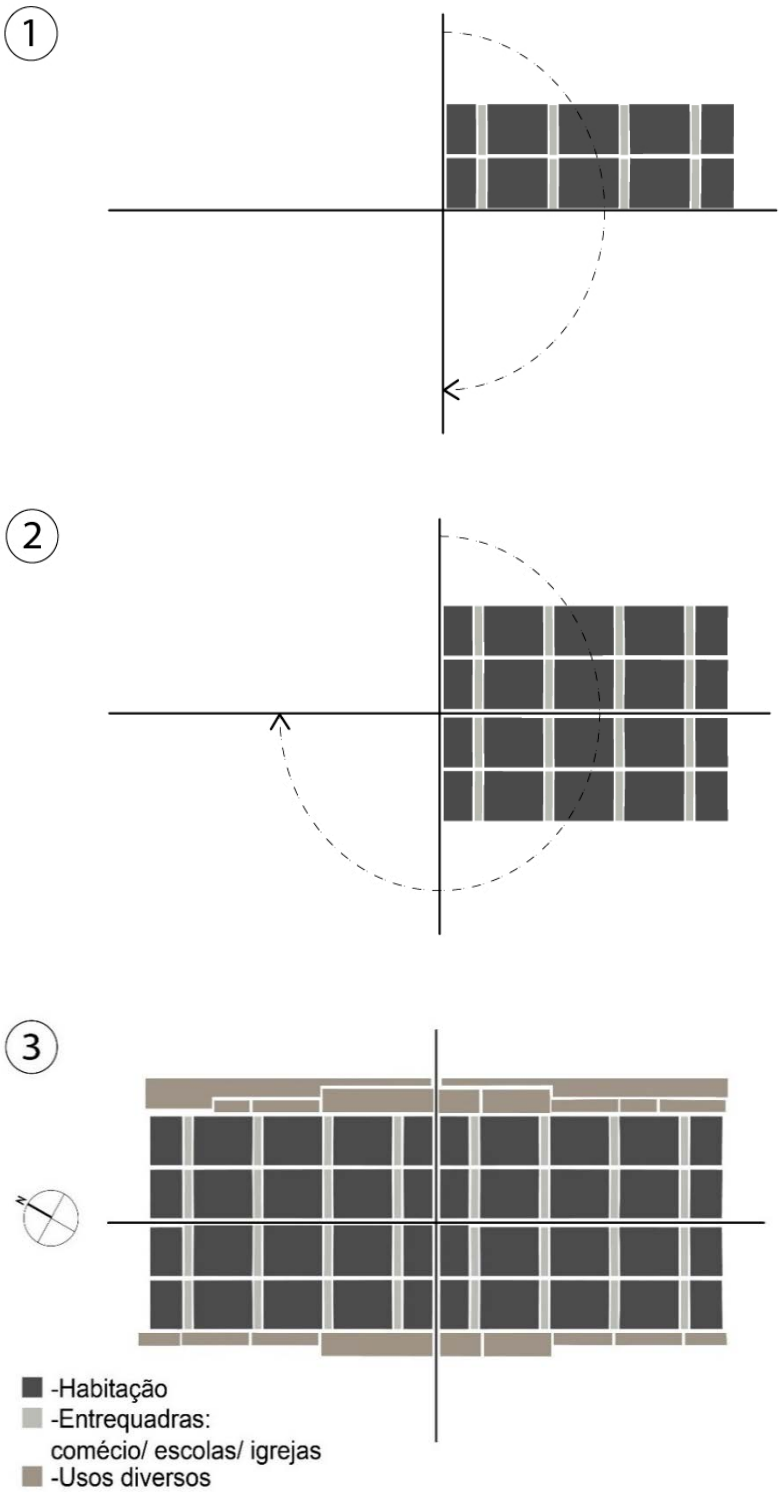
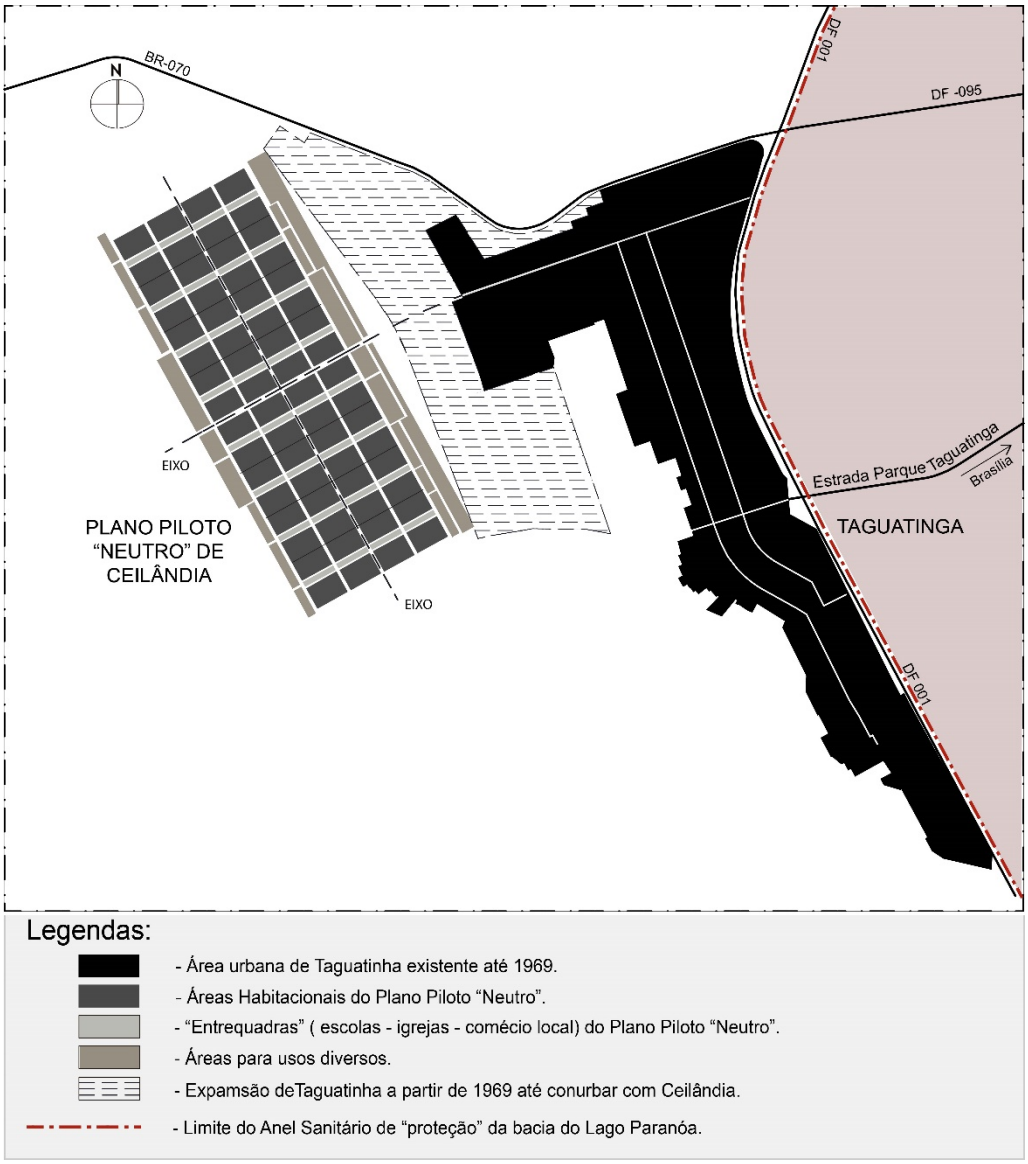



Fig. 73 Sequência 1-2-3 das operações projetuais do Plano Piloto “Neutro”. Desenho: David Sombra

Assim, verifica-se graficamente as operações 1-2-3 descritas anteriormente:

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA




Feitas estas operações a partir da sequência lógica de rotação do círculo trigonométrico132 dos setores urbanos, tem-se o Plano Piloto "Neutro" resolvido

Fig. 74.Plano Piloto Neutro" resolvido e alocado junto cidade Satélite de Taguatinga (criada em1958). Nota-se que um dos dois "eixos em cruz" corresponde a extensão de uma das "vias"(representadas em branco) de Taguatinga. Ressalta-se novamente que nesta nossa simulação a disposição das quadras se deu respeitando apenas as orientações dos eixos cruzados e de forma ortogonal, para simulação de uma outra possibilidade plano urbanístico – talvez um estágio anterior– ao Plano Piloto oficial de Ney Gabriel. Nota-se também que tanto Taguatinga quanto Ceilândia estão fora do "anel sanitário".

[132] Ver a justificativa dada na nota de rodapé anterior para esta escolha operacional.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

### 5.5.2 Exercício do Plano Piloto - Mapa do Barril

É nesta nova sequência prospectiva que se dará a reconstituição geométrica das possíveis ações de resolução do Plano Piloto de Ceilândia até a geração do primeiro Plano Urbano oficial da cidade da “CEI”

O exercício inicialmente consiste em evidenciar a partir de fotos antigas os referenciais técnicos que possivelmente nortearam a Ney Gabriel de Souza em suas escolhas projetuais finais, e que levaram a cidade a adquirir um perímetro urbano trapezoidal que lembra um barril. Neste sentido, é importante esclarecermos que não buscamos apenas entender porque a cidade adquiriu tal forma, visto que esta análise geométrica do Exercício Mapa do Barril é importante para que se entenda de forma mais profunda as relações espaciais e funcionais entre os diversos setores do projeto original de Ceilândia. As “operações projetuais” (ou ações...), como no exercício anterior, também obedecerão às definições de distribuição setorial da cidade em torno dos “dois eixos diretores formando entre si em ângulo de 90º”, e do rebatimento de quatro partes urbanas iguais ao redor deste cruzeiro; tal como descrito no “documento histórico Ceilândia” (cf. GDF, et al., 1973).

No entanto, a reconstituição projetual em torno dos referidos eixos não obedecerá a mesma lógica do exercício do Plano Piloto Neutro (anteriormente apresentado), visto que naquela simulação o “giro” espacial das zonas do Plano Piloto de Ceilândia se deu a partir da sequência lógica dos quadrantes do círculo trigonométrico, e com o máximo grau possível de abstração ao sítio de erguimento da cidade. Assim, para se consiga captar as intenções e potencialidade do presente no exercício, se faz necessário deixar evidente que o referencial adotado se deu a partir do desenvolvimento do que aqui chamaremos de “diagrama de base”. Este diagrama foi elaborado a partir do estudo de uma foto aérea do terreno, oficialmente datada de “1964” (seis anos antes da construção da emblemática Satélite da CEI), na qual verificam-se vestígios geométricos da implantação do tecido de Taguatinga e da geometria sugerida por algumas trilhas abertas no terreno até a referida data. Conforme poderá ser visto na sequência de imagens da próxima página, estes elementos preexistentes no terreno em 1964 são efetivamente sugestivos, de forma que ao acrescentarmos algumas manchas a partir da geometria que estes elementos sugerem, surgiu o corpo de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

um corpo trapezoidal, que rebatido, resultará justamente na sugestiva figura de um barril.

### 5.5.3
### A configuração do diagrama de Base do Exercício.

Para melhores esclarecimentos sobre o referido Diagrama de Base do E-xercício do Mapa do Barril, vejamos a seguir a partir de uma sequência de imagens como ele foi "revelado". Os detalhes desta configuração do diagrama foram colocados nas legendas das fotos. Observem as imagens:

**Fig. 75**.lSEGETH-DF, 1964. Imagem-1 da configuração do Diagrama de Base. Tem-se uma foto área da região datada de 1964 aonde percebe-se a ocupação urbana referente a Taguatinga. Destacou-se em tracejado o terreno aonde Ceilândia edificada seis anos depois. Desta marcação, na próxima figura se ampliará a imagem para melhor visualização do que preexistia no sítio. Manipulação sob original: David Sombra

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

Fig. 76. SEGETH-DF, 1964. Imagem-2 da configuração do Diagrama de Base. Ampliação do trecho destacado na figura anterior. Manipulção sob o original: David Sombra. Pecebe-se na imagem a prexistência de trilhas abertas no terreno que em 1971 recebeiria a realização do Plano urbano de Ceilândia. Restalta-se que a que segundo a SEGETH a imagem ,conforme descrido na legenda, é de 1974, sendo que o Plano Piloto de Ceilândia provavelmente foi copncebido entre 1969 e 1971. houver um erro entre a realização da imagem e sua catalogação, este erro terá uma margem de seis anos.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

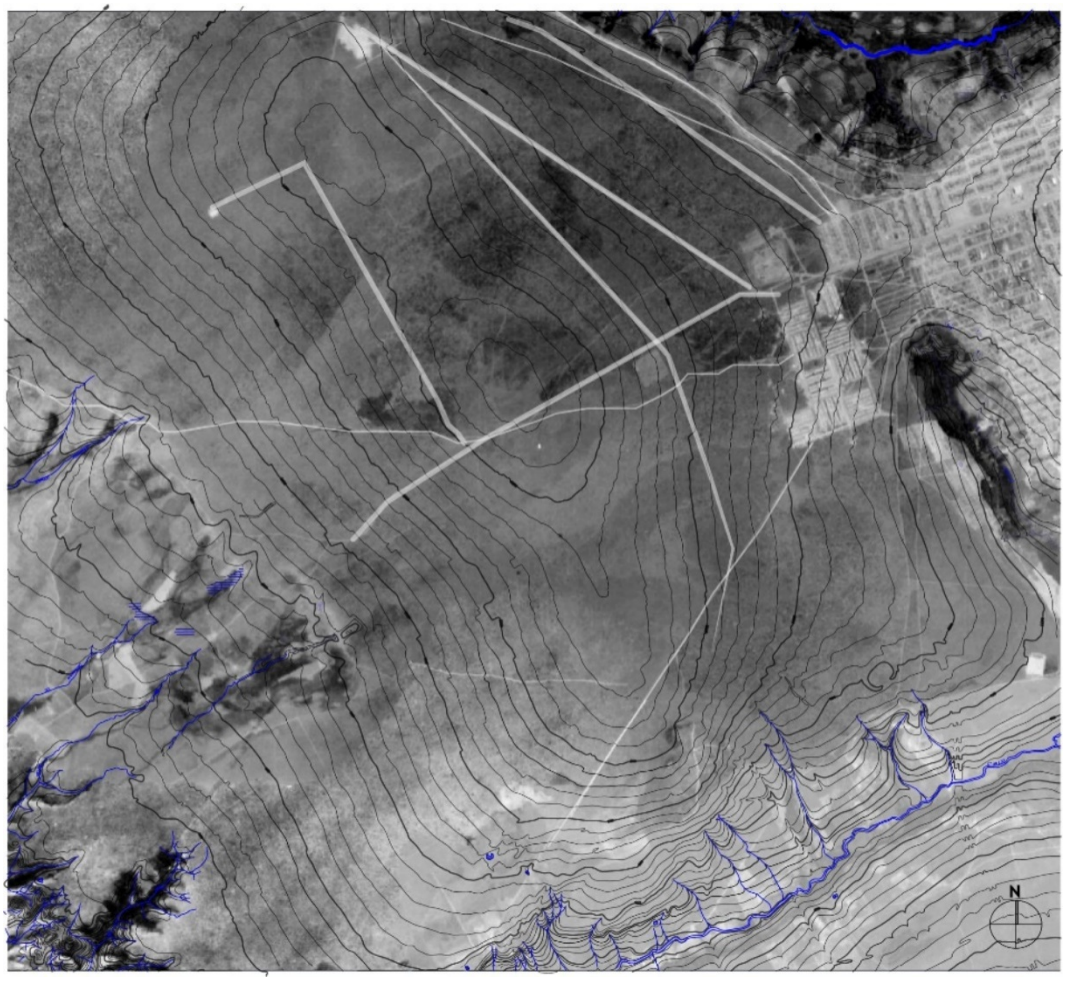



Fig. 77.SEGETH-DF, 1964. Imagem-3 da sequência de configuração do Diagrama de Base. Manipulação sob o original: David Sombra. Acrescentou-se as curvas de nível, a hidrografia (em azul), e destacou-se digitalmente as trilhas verificadas na foto anterior para percepção de seu traçado. Percebe-se claramente a força do “diálogo” da geometria as trilhas existentes a época da foto às curvas de nível do terreno; o que por sua vez evidencia a adequação desses caminhos ao escoamento das águas. Um dado pertinente para um projeto urbanístico, não é mesmo? Uma última observação – não menos importante- é a inexistência de córregos dentro do terreno, característica esta que certamente foi observada a época da escolha do terreno para o erguimento de Ceilândia.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

Fig. 78.SEGETH-DF, 1964. Imagem- 4 da sequência de configuração do Diagrama de Base. A partir da imagem anterior destacou-se (por meio setas brancas) a geometria das trilhas mais expressivas. Também foram deixados alguns vestígios das curvas de nível inseridas na imagem anterior. A partir do que ambos elementos sugerem, ressaltou-se em branco a área que – em nosso entendimento – mais apresentou nexo entre ambas geometrias. A seta circular foi acrescida para sintetizar a indução do caimento circular do terno (notar o percurso das curvas de nível). Pronto: a partir de dados encontrados no terreno tem-se uma área demarcada, e um sentido a ser seguido em nossas operações projetuais. SEGETH-DF, 1964. Imagem- 4 da sequência de configuração do Diagrama de Base. A partir da imagem anterior destacou-se (por meio setas brancas) a geometria das trilhas

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

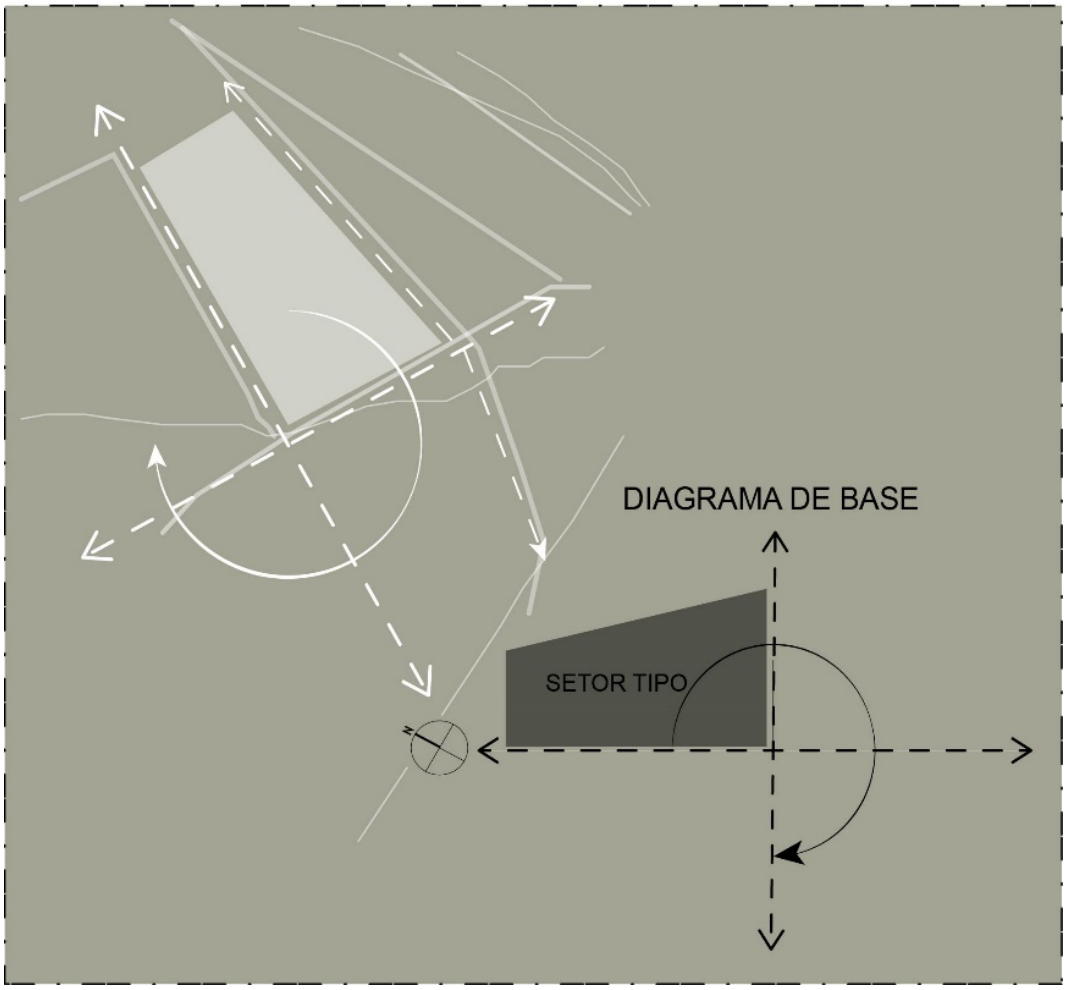



Fig. 79. Imagem-5 da sequência de configuração do Diagrama de Base. Desenho: David Sombra. Finalmente tem-se o diagrama de base configurado a partir da geometria das trilhas abertas no sítio em diálogo com a topografia que a imagem aérea de 1964 sugeriu.

É importante salientar que a ideia de “revelação” de um diagrama de base

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

corresponde a uma busca de vestígios processuais, e não a uma afirmação de que essas ações efetivamente ocorreram. Durante as pesquisas desta dissertação, quando houve contato com as curvas de nível do sítio, e posteriormente com a imagem de 1964, o cruzamento destas informações com a geometria do plano finalizado fez surgir fortes vestígios dos elementos que influenciaram as ações projetuais de Ceilândia. Qual a importância de tais evidências? A de nos fazer refletir sobre o processo de projeto, sobre a técnica urbanística e sua adequação, ou não, aos dados preexistentes no terreno. Feita esta pontuação, e visto como nosso diagrama de base do exercício do Mapa do Barril se deu a seguir a sua sequência.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

1º– Tem-se um “agrupamento de quadras e entrequadras” (o setor tipo) disposto no quadrante esquerdo superior aos dois eixos, conforme orienta o diagrama de base.

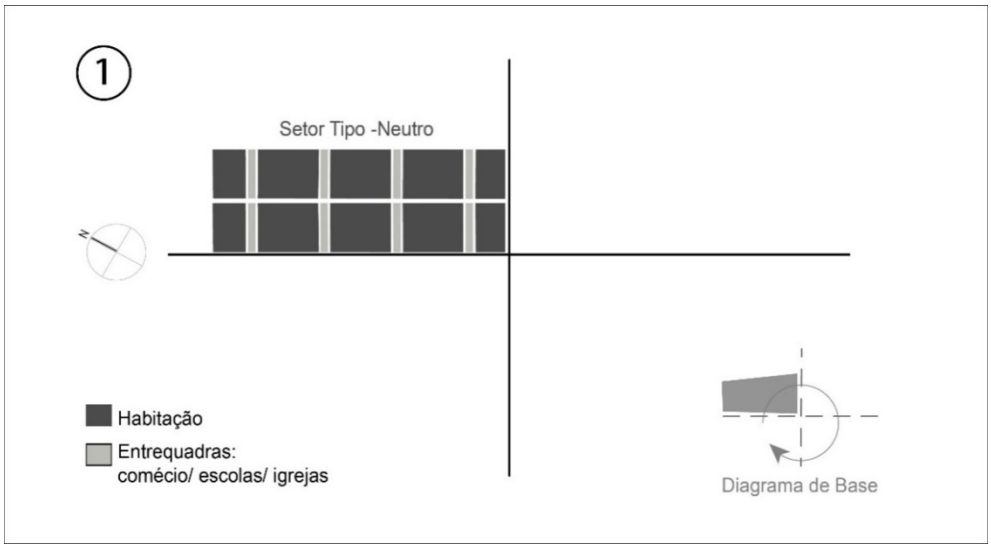



**Fig. 80**. Plano Piloto “Mapa do Barril” - sequência 1/14- fase “neutra.” Desenho: David Sombra.

2º– Iclina-se a porção superior do conjunto de quadras do setor tipo

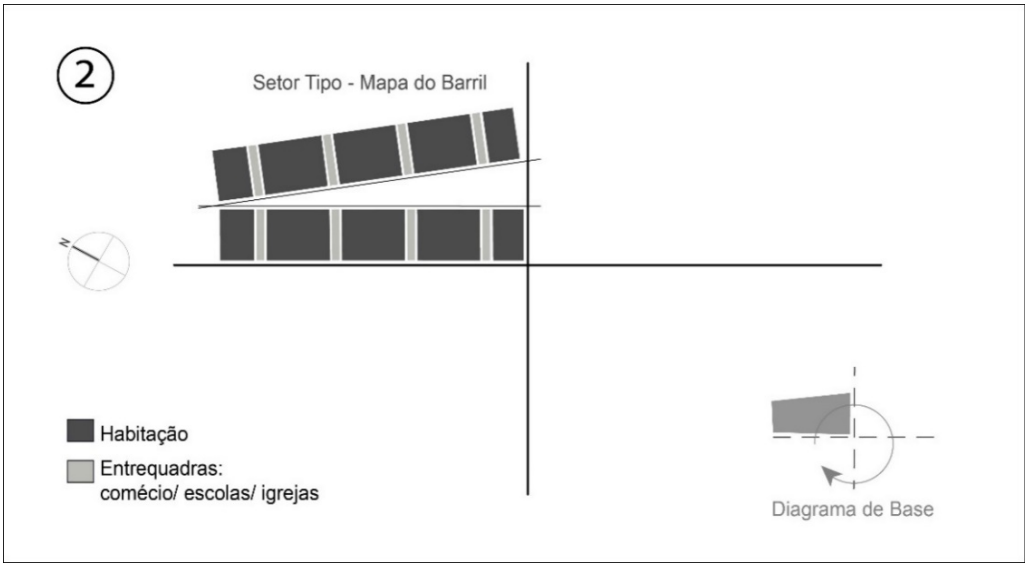



**Fig. 81**. Plano Piloto Mapa do Barril- sequência 2/14. Desenho: David Sombra

conforme orienta o diagrama de base. Feitas essas manipulações, configurou-se “setor tipo do Exercício do Mapa do Barril”, que está pronto para ser rebatido em torno dos dois eixos cruzados.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

3º – Rebate-se o setor tipo a partir dos eixos no sentido horário. Marca-se no eixo vertical o raio da curvatura que transitará as duas zonas já rebatidas. A circunferência tangenciará as retas na linha de divisa entre última entrequadra de comercial e a quadra habitacional.[133] Os pontos de tangente (PT) estão representados por dois círculos na linha vermelha.

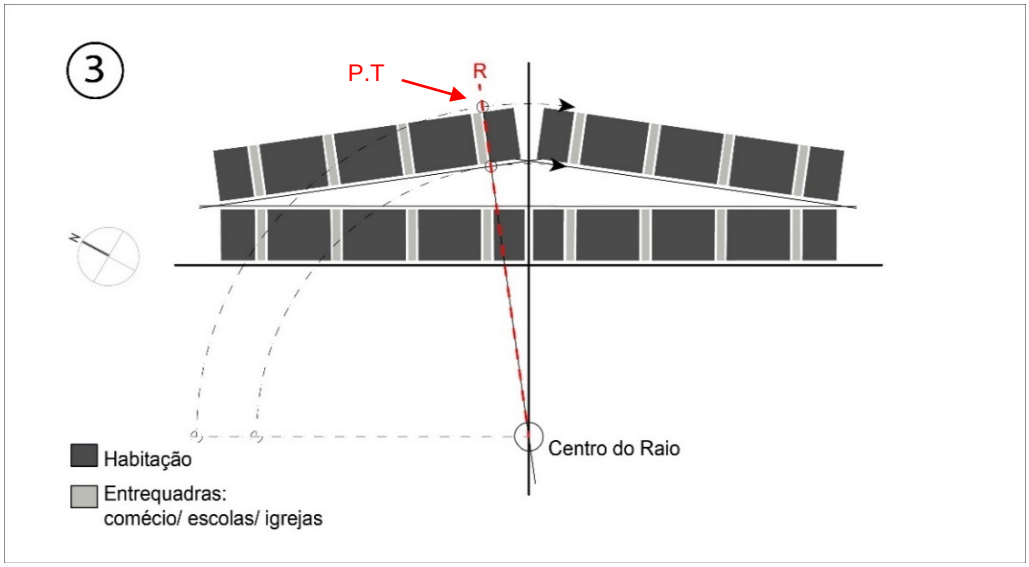



**Fig. 82**. Plano Piloto Mapa do Barril - sequência 3/14. Desenho: David Sombra

4º– Com esta operação projetual, as últimas quadras da porção superiorde cada “setor tipo” sofrem um aumento de área (área em vermelho).

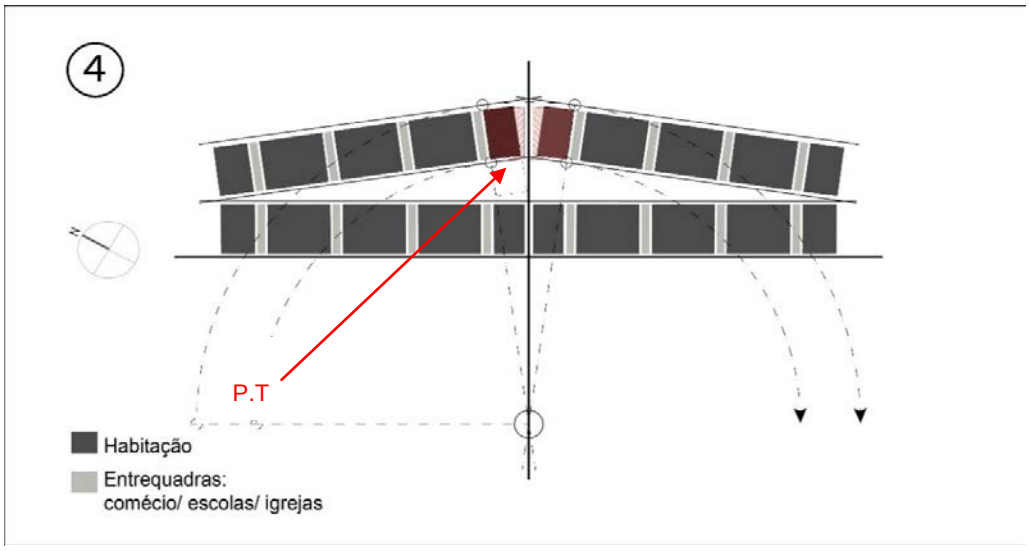



**Fig. 83**. Plano Piloto Mapa do Barril – sequência 3/14. Desenho: David Sombra.

[133]Esta linha de referência para o raio de um desenho que detalha esta quadra central.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

5º– Depois que as últimas “quadras superiores” (em vermelho) de cada setor tipo foram rebatidas e adequadas à curvatura aplicada, os dois setores tipos se integram, e tem-se a porção superior do Plano Piloto de Ceilândia finalizada.

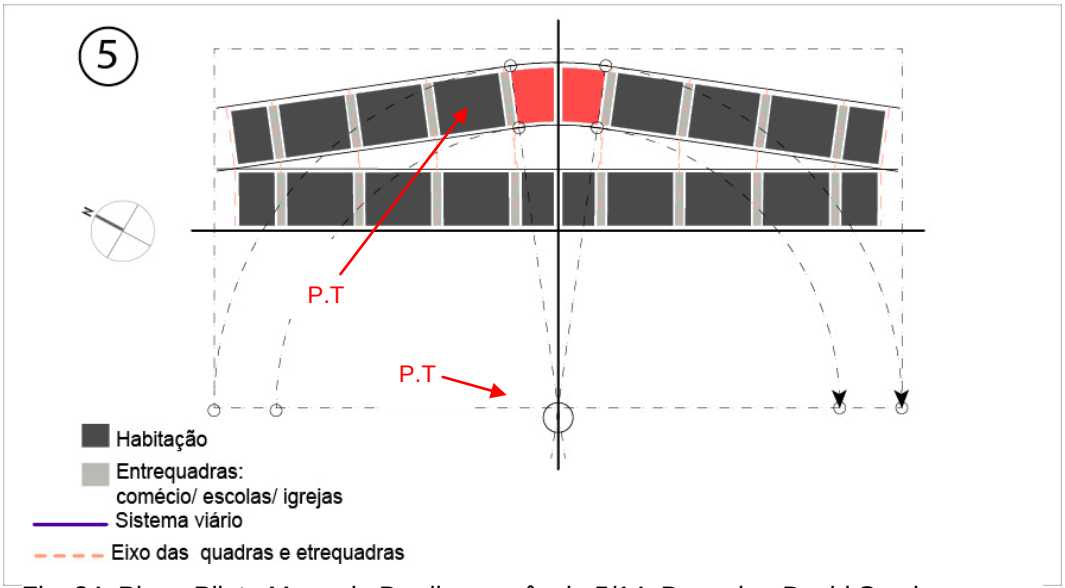



Fig. 84. Plano Piloto Mapa do Barril - sequência 5/14. Desenho: David Sombra.

6º– Agora, rebate-se esta porção superior verificada no desenho anterior para a parte inferior do cruzeiro de referência; e eis o Plano Piloto já toma a feição que lembra um barril.

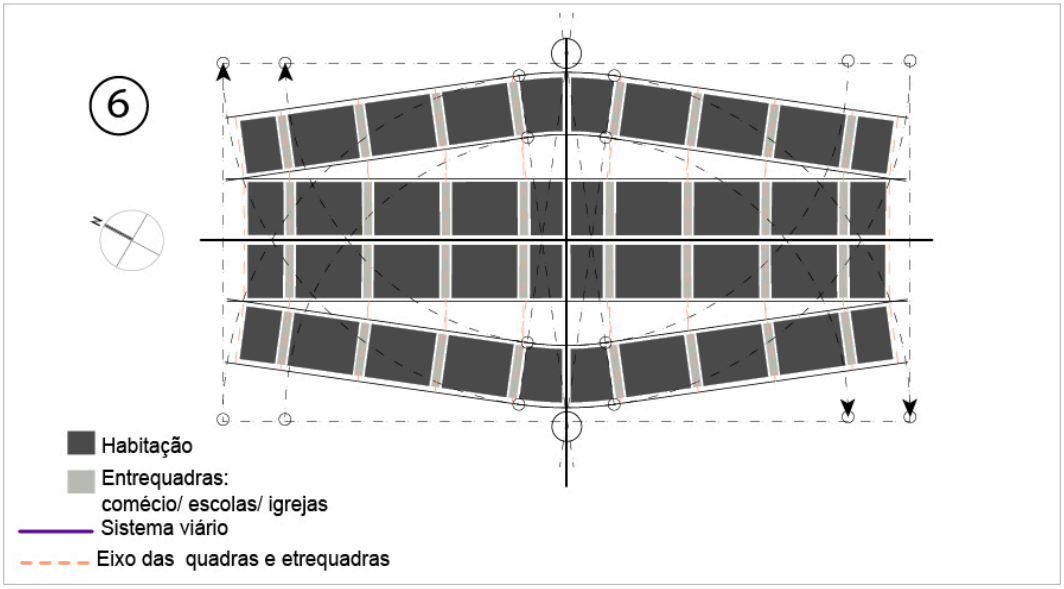



Fig. 85 Plano Piloto Mapa do Barril – sequencia 6/16. Desenho David Sombra.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

7º– No desenho seguinte detalha-se o Mapa do Barril em relação ao sistema viário principal da cidade. Nota-se a disposição entre os eixos das entrequadras, e o sistema viário que interligam verticalmente as quadras residenciais.

8º– Acrescentou-se uma rotatória nos pontos dos principais cruzamentos das vias, e destacou-se as entrequadras. Percebe-se que estas configuram-se deslocadas do sistema viário que interliga verticalmente as quadras residenciais, as atravessando pelo meio, o que denota reforço do caráter local dessas entrequadras.

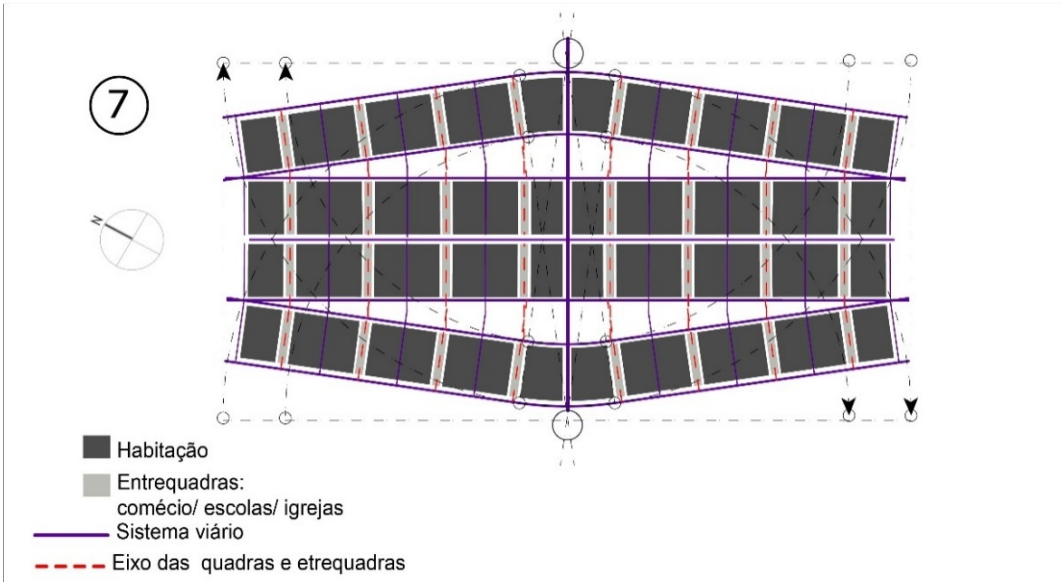



**Fig. 86.** Plano Piloto Mapa do Barril - sequência 7/14. Desenho: David Sombra

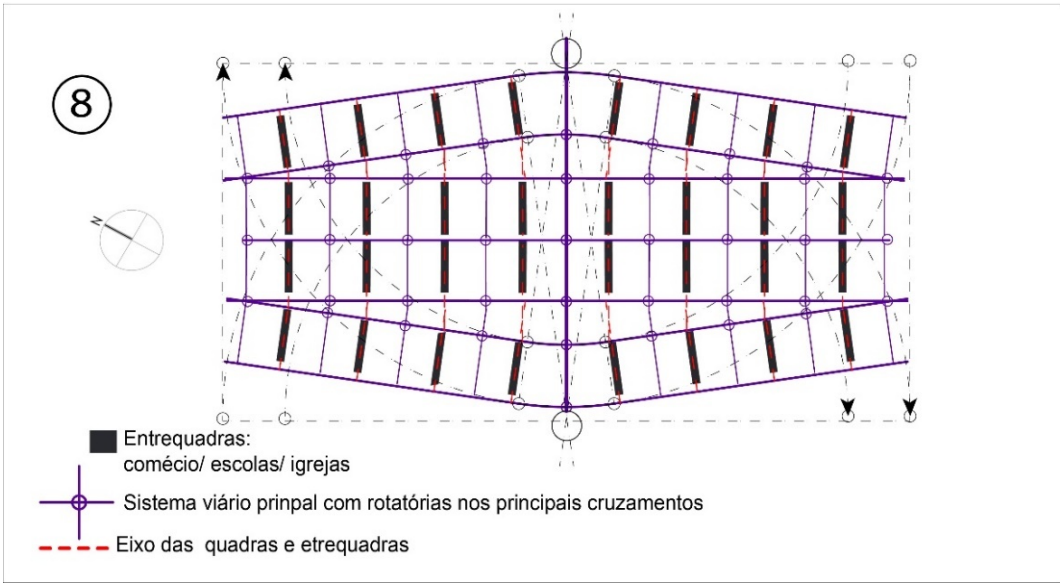



**Fig. 87**.Plano Piloto Mapa do Barril - sequência 7/14. Desenho: David Sombra

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

9º– Nas áreas triangulares de intervalo entre as quadras dos setores habitacionais foram aproveitadas para a locação de equipamentos de usos coletivo e "lotes para usos especiais" (grandes escolas, postos de saúde, edifícios institu-

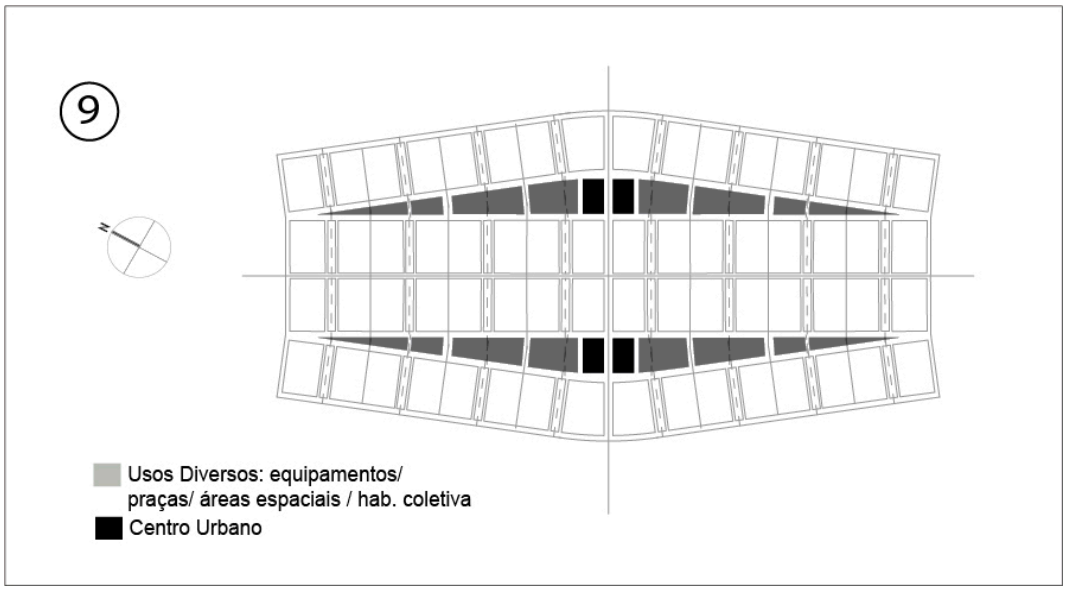



**Fig. 88**.Plano Piloto Mapa do Barril - sequência 9/14. Desenho: David

cionais etc.

10º– Agregou-se nas zonas externas áreas para instituições que demandam maiores áreas, e um grande bosque verde que acabou não sendo realizado.

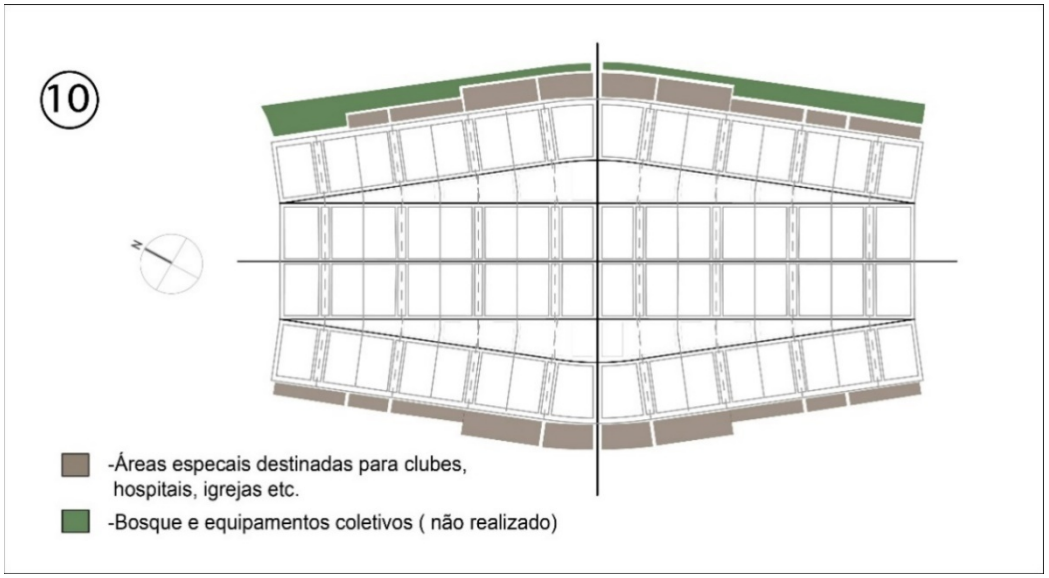



**Fig. 89.** Plano Piloto Mapa do Barril - sequência 10/14. Desenho: David Sombra.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

11º-Tem-se o Plano Urbanístico configurado.

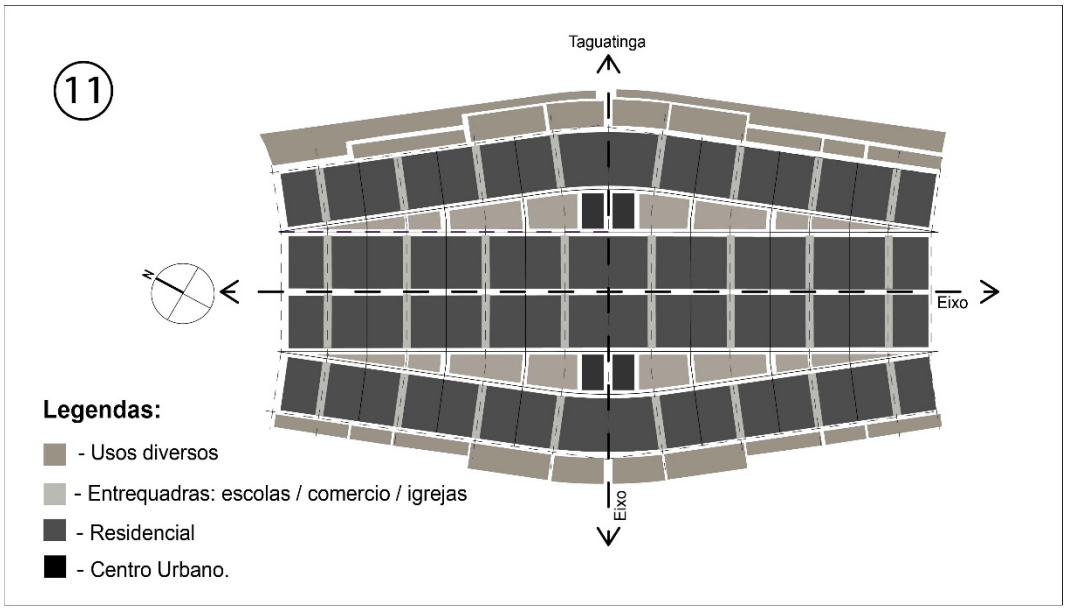



**Fig. 90.**Plano Piloto Mapa do Barril - sequência 11/14. Desenho: David Sombra.

12º Configurado o projeto, percebe-se que mancha urbana característica do Plano é composta pelas quatro “faixas” destinadas ao uso residencial, e ao seu

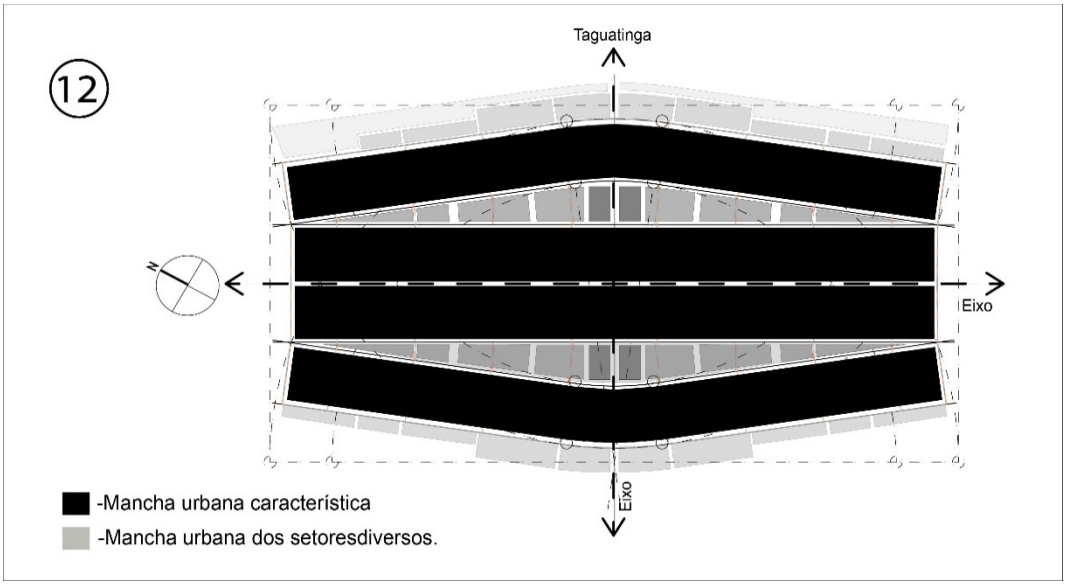



**Fig. 91**.Plano Piloto Mapa do Barril - sequência 12/14. Desenho: David Sombra.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

13º –Colocou-se o Plano Urbanístico resolvido junto as curvas de níveis. Percebe-se, portanto, a forte ligação geométrica do desenho de Ceilândia com as linhas topográficas (ver o desenho 13 na próxima página) .

14º– Isolado o perímetro urbano da cidade, traçou-se setas para contrastar as relações das curvaturas da silhueta do Barril com o caimento do terreno. Na interseção entre as linhas das curvas de nível a as diversas setas, foi colocado um círculo parar quantificar quantas vezes que ambas são atravessadas por uma nova curva de nível. Assim, constatou-se que as regiões “A” e “C” apresentam menos conflitos nesse sentido. Por sua vez, ao se comparar entre si as regiões “A” e “C”, concluiu-se que por mais que a região “C” apresente menos pontos de interseção, diante do menor número de curvas de nível e da menor proximidade entre elas verificadas na Zona “A”, concluiu-se que esta última pode ser considerada a menos conflituosa com o caimento do terreno. Fato este que somado à clareza geométrica das linhas topográficas destacada no diagrama de base (correspondente a porção “A”) foi pertinente para definição de parâmetros físicos para as operações projetuais do exercício Mapa do Barril.(ver o desenho 13 na próxima página)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

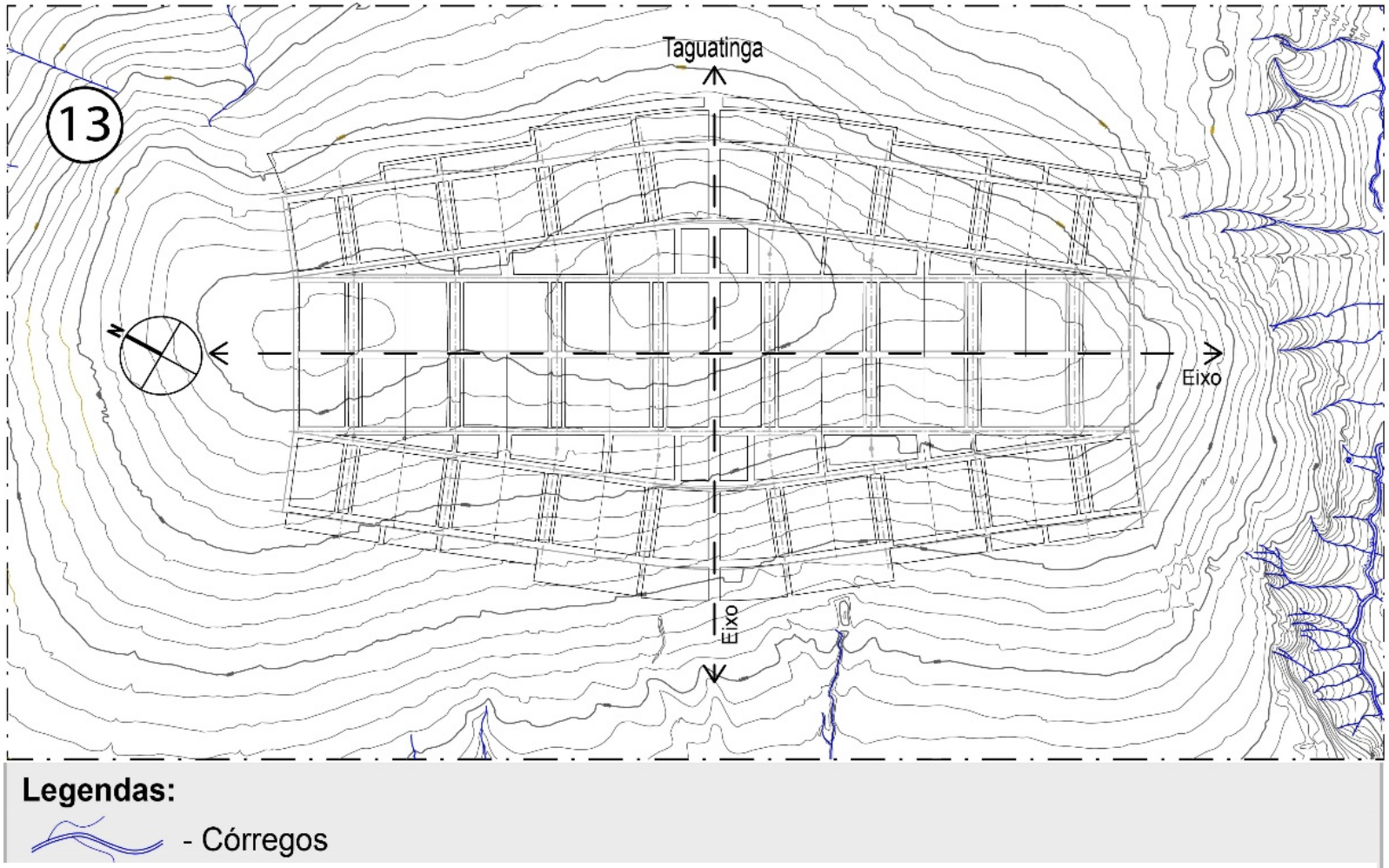



Fig. 92Plano Piloto Mapa do Barril - sequência 13/14. Desenho. O plano urbanístico disposto com as curvas de nível do sítio. Notar como o plano urbanístico mantém identidade com as linhas das curvas de nível: David Sombra.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

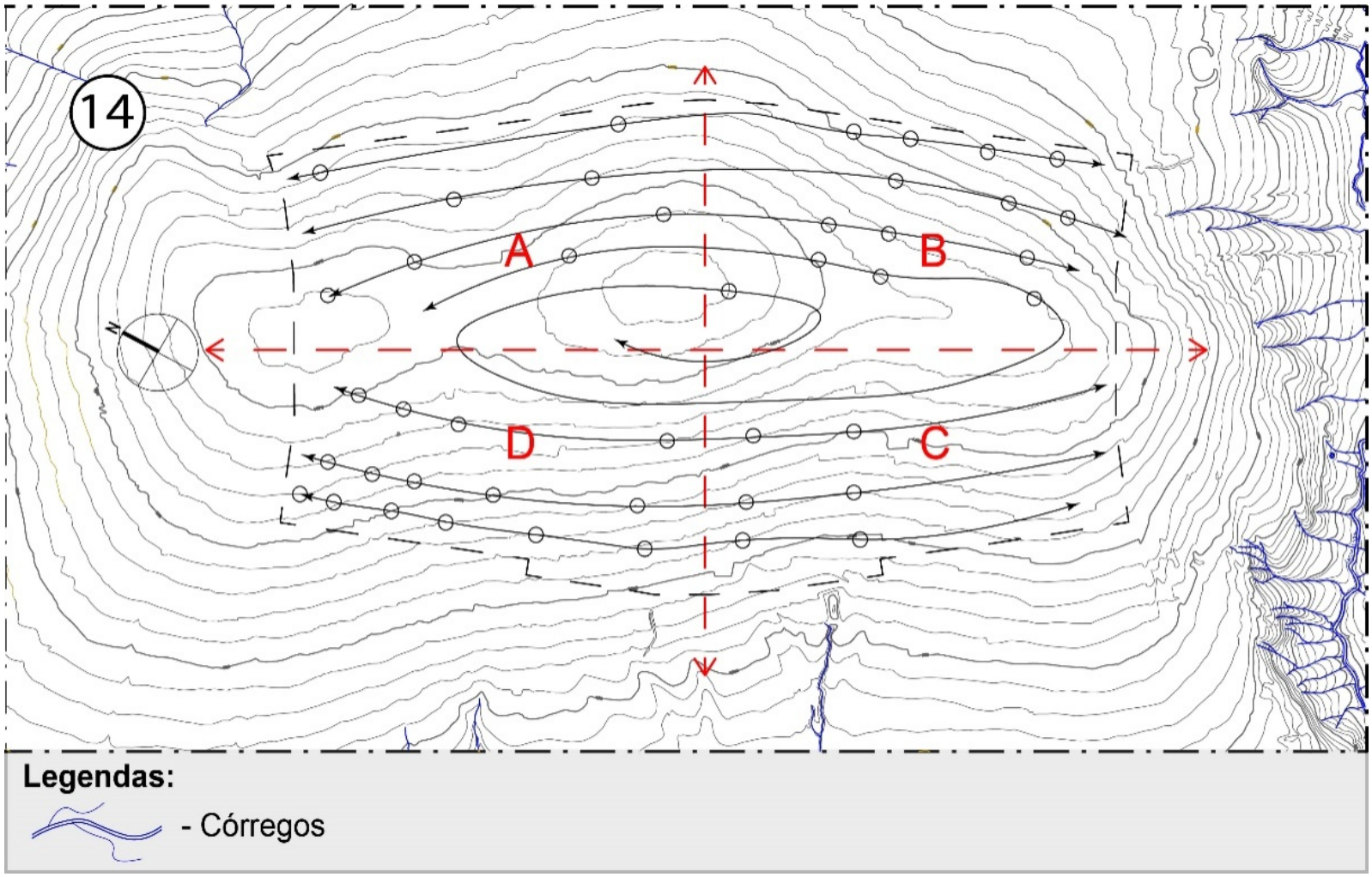



Fig. 93. Plano Piloto Mapa do Barril - sequência 14/14. Desenho. O plano urbanístico disposto com as curvas de nível do sítio. Foi deixado apenas o perímetro da cidade para confronto da geometria do plano piloto do Barril com a das curvas de nível. O resultante é impressionante.

## 5.6 Conclusão dos exercícios do P.P Neutro e P.P.Mapa do Barril

Por fim,tem-se as imagens do “Plano Piloto Neutro” (P.P. Neutro) ao lado da Imagem do “Plano Piloto Mapa do Barril” (P.P.M. do Barril) - ver nas páginas seguintes as fig. x e x) - sendo que agora foram inseridas as linhas topográficas no P.P. Neutro com o objetivo de criar mais parâmetros comparativos para as especificidades do Plano Piloto Mapa do Barril .Neste sentido, é importante relembrar que o “P. P. Neutro” foi aqui concebido como ensaio projetual a partir de semelhante programa, operação projetual e disposição dos setores urbanos mais característicos do Plano Urbano Original de Ceilândia; e o Exercício P. P. M. do Barril, como Exercício reconstituição do processo de projeto do referido plano Urbanístico original, concebido por Ney Gabriel de Souza. De forma que, além de apresentar outra possibilidade urbanística com características do original, pudéssemos fazer um confronto e constatação das escolhas projetuais.

A partir desta premissa, ao se observar os dois exercícios finalizados, percebeu-se que por mais que um projeto com as feições do Plano Piloto Neutro não se apresentaria tão problemático ao perfil do terreno; por sua vez, no Plano Piloto Mapa do Barril, a distribuição dos diversos equipamentos coletivos e das áreas destinadas a edifícios institucionais nas quatro zonas triangulares localizadas nos “intervalos” (entre duas) das quatro “faixas residenciais” resultou em um plano urbanístico com setores auxiliares à escala residencial distribuídos de forma equilibrada. De retorno à questão topográfica, percebe-se no P. P. M. do Barril intenso diálogo com as induções geométricas das curvas de nível, o que nos faz concluir que o Plano Piloto de Ney Gabriel de Souza é portador de forte identidade com o sítio, se beneficiando do caimento das águas; característica esta que certamente evitou grande movimentação de terra durante a realização do projeto. Por falar nisso, nos mapas apresentados também se percebe uma adequação do Plano Urbano de Taguatinga neste sentido. Não seria também a boa disponibilidade do projeto junto ao terreno importante característica para um bom Plano Urbanístico?

No que tange à reconstituição projetual do Plano Original de Ceilândia, considerou-se enriquecedora a realização do Exercício do P.P.M do Barril, visto que durante seu processo detalhes do projeto original foram evidenciados, tal como o deslocamento das entrequadras destinadas ao comércio e instituições locais (escolas igrejas etc.) em relação às vias que interligam verticalmente as

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

quadras habitacionais; evidenciando-se assim o caráter local das referidas entrequadras.

Referente ao processo de confecção do Diagrama de Base, não podemos afirmar que os parâmetros referenciais de sua configuração para o exercício do P.P.M do Barril efetivamente foram percebidas por Ney Gabriel na hora de projetar Ceilândia, ao mesmo tempo, os indícios verificados nas imagens de 1964 certamente seriam “sedutores” em um processo de busca de referenciais de projetuais durante a confecção de um plano urbanístico.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

**P.P Neutro e P.P.Mapa do Barril**

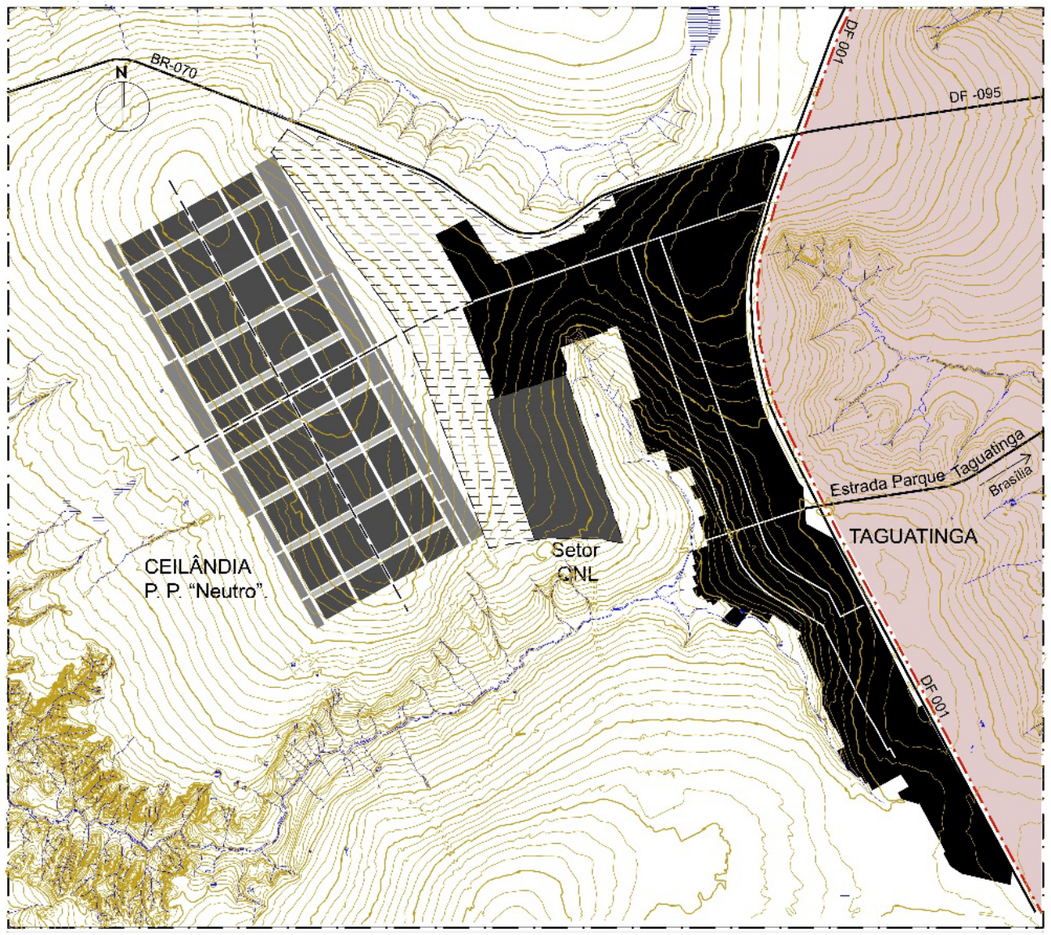



Fig. 94Plano Piloto Neutro e Plano Piloto Mapa do Barril. Desenho: David Sombra

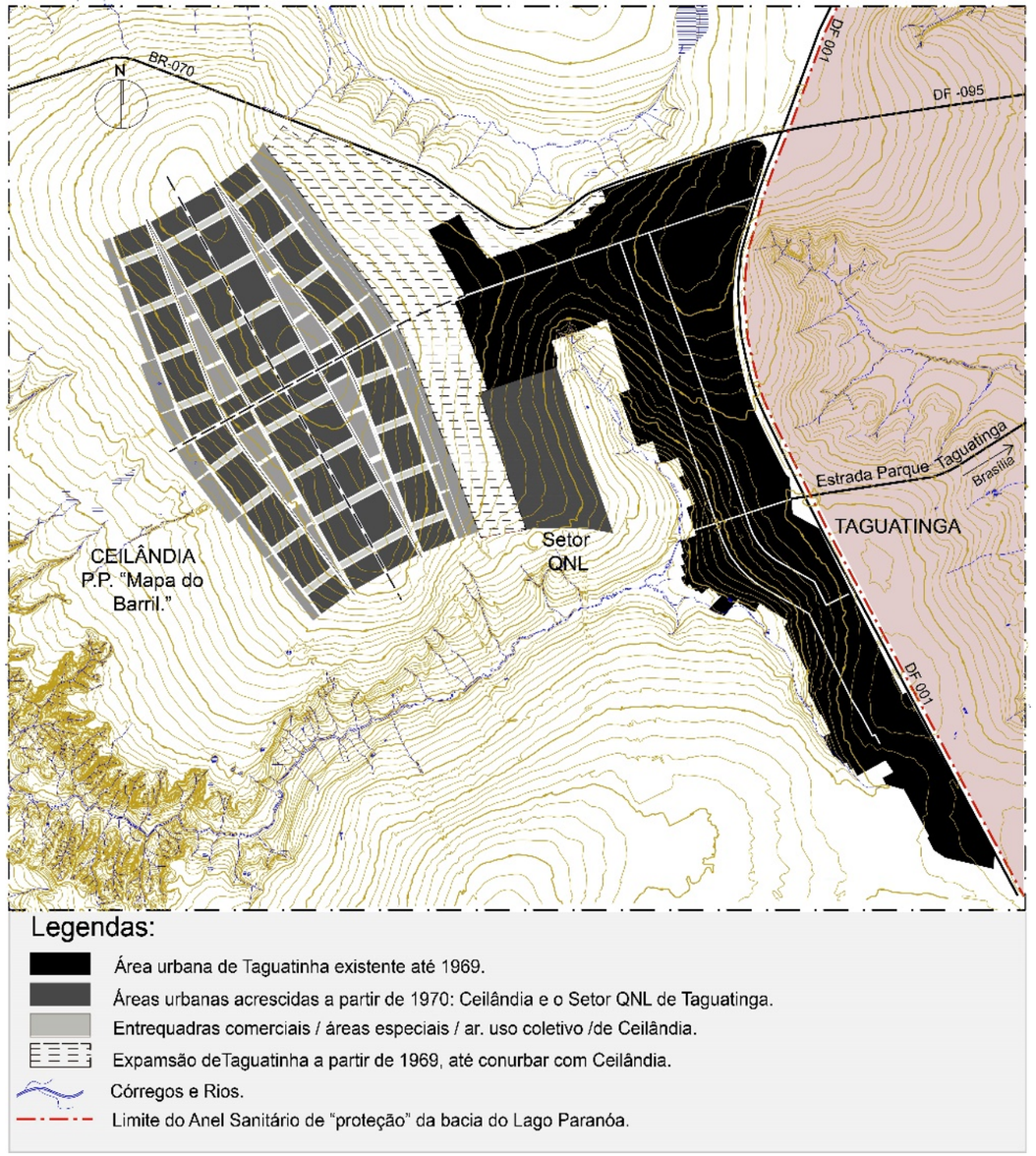



Fig. 95. Plano Piloto Neutro e Plano Piloto Mapa do Barril. Desenho: David Sombra

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

### 5.6.1 Exercício dos Eixos Estruturantes, primeiras considerações.

O objetivo do exercício dos eixos estruturantes é subtrair do Plano Urbano Original de Ceilândia o seu gesto estruturador mais característico. Contudo, antes de iniciarmos o exercício, vejamos o croqui abaixo, realizado por Lúcio Costa para ilustração de suas ideias sobre a construção de um transporte de massa no Distrito Federal, em carta enviada ao Senador CattetePinheiro, em 1974, por ocasião do I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília (ver

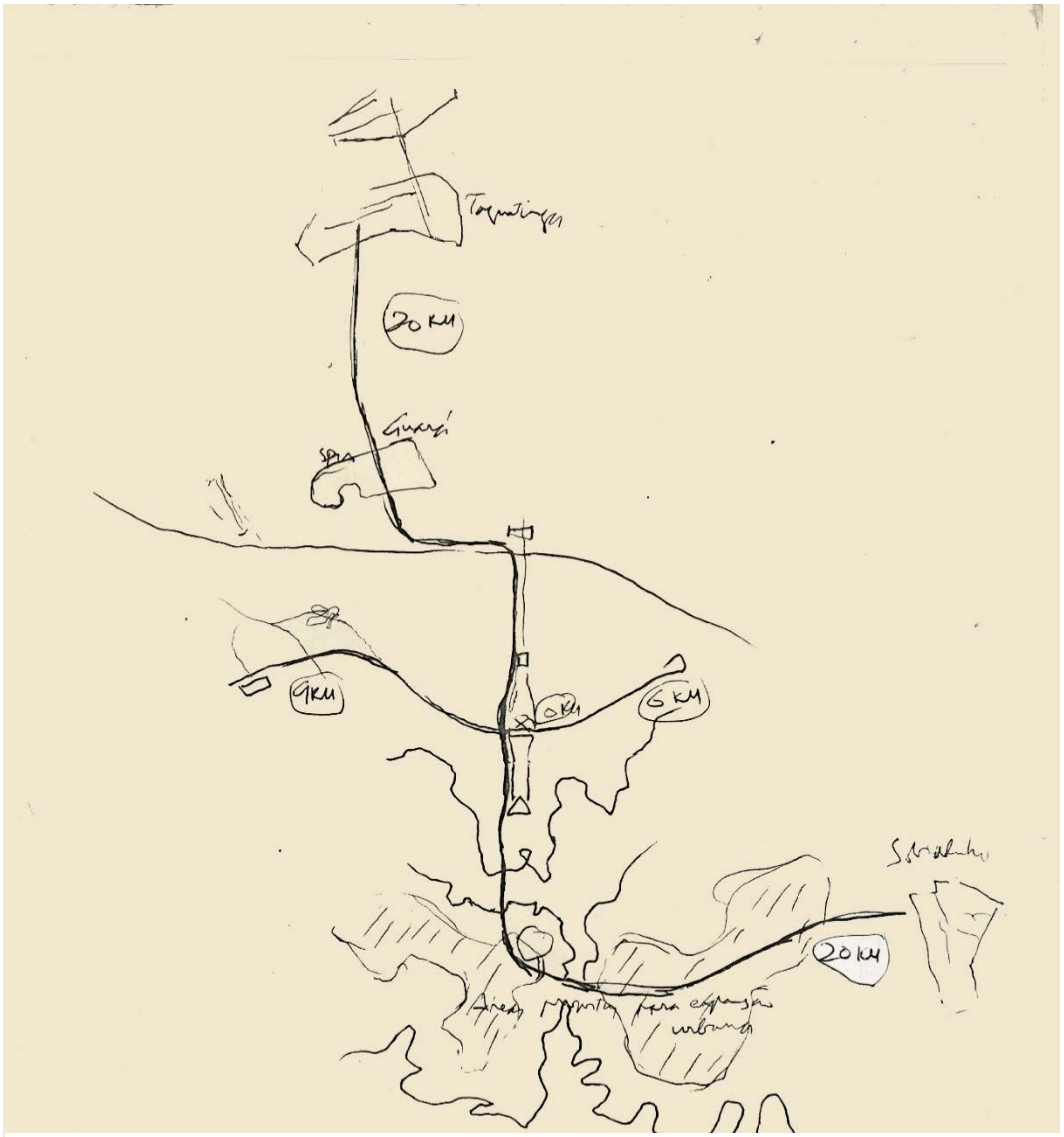



Fig. 96. Lúcio Costa, (1974), Ilustração da carta ao Senador Cattete Pinheiro. Fonte: Acervo Casa de Lúcio Costa. Manipulação digital: David Sombra

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

O que podemos destacar neste croqui de Costa? Há na imagem a representação de alguns núcleos urbanos do Distrito Federal (DF) interligados por uma linha; sendo esta correspondente ao trajeto do transporte de massa sugerido por Lúcio Costa na ocasião do referido seminário. Nesse sentido, a figura destaca as seguintes existências do espaço urbano do DF: de baixo para cima tem-se de o Lago Paranoá, (destacado por uma hachura feita com linhas paralelas em diagonais); subindo o olhar, e à direita, tem-se um desenho esquemática do urbano da Cidade Satélite de Sobradinho; um pouco mais adiante tem-se os eixos arqueados representando o Plano Piloto (Brasília); ainda neste raciocínio, mais acima tem-se a representação da Cidade-Satélite do Guará; e finalmente, na parte superior da figura está um esboço de Taguatinga, interligada por uma linha à Ceilândia, ambas também desenhadas de forma sintética.

Até aí tudo bem. Mas o que esta imagem tem de tão espacial? É que nela fica evidente o poder de síntese dos croquis em sua necessidade em se captar o essencial de um elemento a ser representado em desenho. Então, como podemos perceber na imagem, Lúcio Costa habilmente esboçou sua ideia de um transporte de massa por meio da linha que liga o Plano Piloto (Brasília) aos mais importantes dos núcleos urbanos até então existentes no Distrito Federal, os desenhando a partir de seus elementos geométricos mais característicos.

A partir deste entendimento, vejamos que interessante: o esboço do Plano Piloto foi feito justamente pelos dois eixos cruzados – estando um deles, como sabe-se que assim o é, arqueado. Ou seja, o próprio gesto defendido pelo autor do projeto como elemento definidor de seu partido urbanístico inicial foi suficiente para representar com clareza o urbano de Brasília na imagem; o que denota que este plano urbanístico de Lúcio mesmo depois de detalhado permaneceu ancorado ao seu gesto seminal. Já no caso de “nossa estudada” Ceilândia o que percebemos? Para traduzir o essencial da geometria do desenho da cidade, Costa teve que se valer da figura trapezoidal da Satélite sugerida no croqui da CEI a partir retas agrupadas de formar triangular, o que não quer dizer que o projeto de Ney Gabriel não tenha clareza, e sim, que os dois eixos cruzados podem ser questionáveis dentro na estruturação final do desenho da cidade.

Portanto, com o exercício dos eixos estruturantes buscaremos subtrair do Plano Urbano Original de Ceilândia o seu gesto mais característico. Então aqui podemos relançar e responder definitiva e geometricamente a esta pergunta:

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

será que a geometria do Plano Piloto de Ceilândia, como o de Brasília, se estrutura efetivamente apenas pelos seus dois eixos cruzados a 90º?

O interessante desta pergunta é que ela surgiu durante as defesas previas desta dissertação por parte um dos componentes das bancas de avaliação, o professor Masao Kamita. Sendo que com o experimentado com o exercício do Plano Piloto Mapa do Barril, quando pegamos por base a trilhas existentes previamente a construção da cidade no sítio, bem como o seu comparativo com as curvas de nível, e ao tentarmos reconstituir o processo de desenho do plano urbanístico original de Ceilândia, percebeu-se que os tais eixos ficaram cada vez mais secundários a força geométrica ordenadora surgida a partir destes elementos. Neste sentido, relembremos também do que elaboramos a respeito do aspecto simbólico referido gesto de cruz de tomada de posse do terreno de Ceilândia, como um “ato falho projetual tardio” de que, efetivamente, Brasília ficaria resguardada às camadas mais abastardas de nossa sociedade.

Feitas todas essas considerações, vejamos na próxima página como se resolveu o Exercício dos Eixos Estruturantes.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

## 5.7 Resolução do Exercício dos Eixos estruturantes

Depois das elaborações anteriores e de algumas lembranças de temas já debatidos anteriormente, na próxima sequência decompomos as geometrias que conformam a figura do Plano Urbanístico de Ceilândia até chegarmos às linhas mais básicas de ordenação de sua espacialidade. A sequência do experimento se deu da seguinte maneira:

- 1º- Na primeira imagem, os dois eixos cruzados estão em destaque, e constam todos os elementos geométricos que utilizamos no Exercício do P.P. Mapa do Barril, tal como retas, semicírculos, pontos de referência e um retângulo no qual todos estes elementos estão inscritos; é como se fosse um mapa de base para a equipe de topografia elaborar a localização dos piquetes para abertura das ruas;

- 2º- Destacou-se em preto a figura que consideramos mais significativa no Plano Piloto-Mapa do Barril: as 4 faixas residenciais;

- 3º- De modo inverso, destacou-se em preto os dois triângulos equiláteros resultantes dos espaços existentes entre as quadras dos quatro setores tipos manipulados entorno dos eixos cruzados;

- 4º- Simplificou-se mais ainda os “traços do Barril”, mantendo-se apenas as restas mais características que compõem o desenho da cidade;

- 5º-Eiminou-se as retas que davam a figura (de barril) ao perímetro característico do projeto, visto que buscamos os eixos que efetivamente orientam a disposição dos diversos setores;

- 6º- Por fim, foram deixados apenas os dois eixos que se cruzam a 90º.

Confira os seis passos expressos em diagramas na próxima página.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

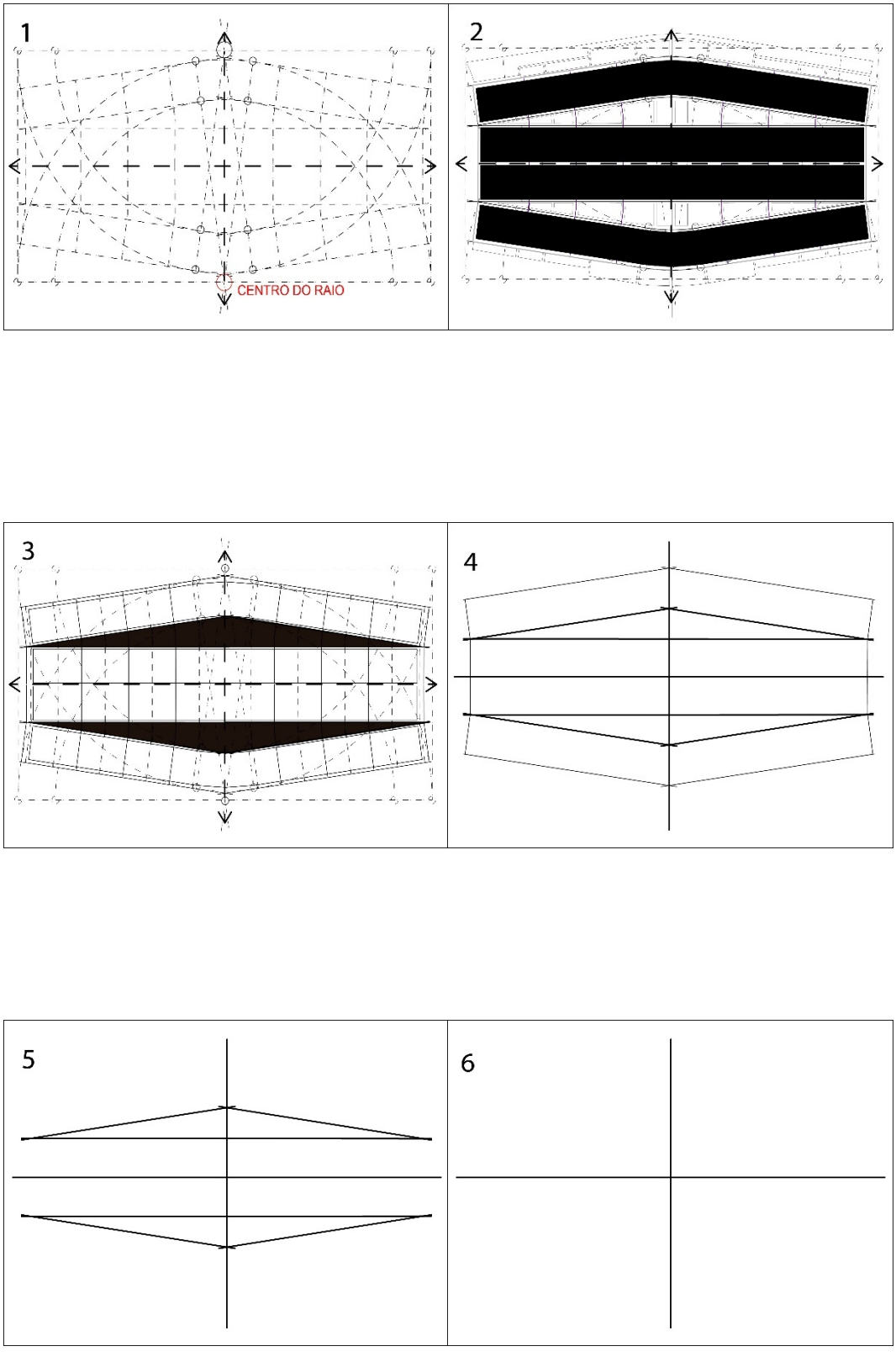



Fig. 97Sequência de diagramas do exercício dos eixos estruturantes .Desenho David Sombra.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

## 5.8 Conclusão do exercício dos Eixos Estruturantes

A partir dos diagramas anteriormente apresentados para o exercício, concluímos que o desenho de número cinco melhores representa a estruturação dos diversos setores do Plano Piloto de Ceilândia. A escolha deste diagrama é justificada pelo fato de que nele há as retas que sintetizam os dois triângulos destacáveis do projeto, que em nosso entendimento são os elementos de força que de fato estruturam a disposição das quadras (sobretudo as células residenciais) em torno, e de acordo, com as retas que formam suas figuras geométricas.

Nesse sentido, como visualizado durante o "Exercício do Mapa do Barril" e relatado recentemente, estas áreas triangulares – que inclusive conferem a sugestiva figura de "barril "ao projeto – provavelmente foram configuradas a partir de um sábio diálogo projetual de Ney Gabriel às induções geométricas inicialmente sugeridas pelo caimento das curvas de nível do terreno. Todavia, a expressão desta provável escolha projetual na conformação final do desenho urbano foi tão forte, que os eixos defendidos oficialmente como definidores do partido da cidade acabaram por perderem o destaque diante das forças geométricas resultantes da interpretação racional destas curvas topográficas em triângulos por parte do arquiteto; e, portanto, culminando, assim, para que os eixos cruzados perdessem o protagonismo como elementos ordenadores dos espaços da cidade.

Contudo, ao avaliarmos as disposições numéricas das quadras urbanas de Ceilândia surgiu um dado novo: se tínhamos alguma dúvida de que o partido da cidade realmente havia se dado inicialmente a partir dos eixos cruzados; depois de constatado que as várias quadras de Ceilândia são numeradas justamente a partir dos quatro setores simétricos que os dos dois eixos permitem conformar, esta característica foi interpretada – de nossa parte – como um vestígio de que de fato o partido urbano da cidade foi desenvolvido inicialmente a partir dos dois eixos antes dos mesmos serem transformados em recurso de retórica por parte do GDF (conforme consideramos quando tratamos de seu aspecto simbólico para o convencimento da inclusão precária de Ceilândia). Soma-se a este "fato novo", outro detalhe importante: estas figuras triangulares de ordem simétrica – já amplamente destacadas – possuem a sua base regular acordada justamente ao sentido do eixo horizontal do cruzeiro seminal de Ceilândia, em que, além se

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

se tornar mais uma evidencia confirmativa aos argumentos de geração do partido urbanístico da cidade, nos faz constatar que a escolha dos eixos ordenadores de Ceilândia se converteram no final do processo de projeto, apenas em uma escolha inicial.

No tange ao efeito prático desses eixos cruzados na expressão final do desenho do plano urbanístico original de Ceilândia, é valido relembrar de que o eixo vertical do cruzeiro surgiu a partir de uma extensão de um importante avenida de Taguatinga. Nesse sentido, agora acrescenta-se que depois de percebermos que na época da fundação de Ceilândia não havia ainda grandes vias de acesso à região, entendemos que este eixo viário estendido de Taguatinga serviu em um primeiro momento como a única via de acesso a esta nova área urbana. Daí talvez a escolha de Ney Gabriel para que este eixo horizontal fosse central, dividindo (verticalmente) o partido urbano ao meio; fazendo com que a avenida correspondente naturalmente recebesse maior largura em seu "leito arterial" (soma das larguras das caçadas de ambos e vias de ambos os sentidos e "ilha" de jardins central), e que fosse locado junto a ele as quatro quadras destinadas ao centro urbano local.

No que se refere ao eixo horizontal, diante a existência das várias artérias horizontais verificadas no projeto, configuradas sobretudo nos perímetros das áreas triangulares de intervalo entre as faixas residenciais, visualizamos que em seu desenho final, este eixo horizontal recebeu uma largura arterial mais "tímida", detalhe de desenho este que acabou por torná-lo ainda mais secundário às já mencionadas forças geométricas ordenadoras dos espaços triangulares de intervalo entre as quadras residenciais.

Também houve o fato de apenas conseguirmos visualizar alguma força nestes dois eixos depois que se leu o conteúdo de nossa fonte histórica. É valido ressaltar a este respeito a nossa constatação durante a realização tanto do exercício do Plano Piloto Neutro, como no do Mapa do Barril, de que os dois eixos cruzados de Ceilândia se destacaram mais como um referencial para o que chamamos de "operações projetuais" (rotação do setor tipo do plano urbanístico Oficial de Ceilândia).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

Ainda aproveitando esta última formulação, para melhor explicar o porquê de termos resolvermos manter os eixos cruzados como referência inicial de cada um dos dois exercícios aqui apresentados, esclarecemos que a ideia foi simples: entendeu-se que para questionar algo, primeiro tenta-se empregar na pratica a teoria que é defendida como a base do processo, para depois de finalizado o experimento de prova, constatar se este elemento teórico seria indispensável ou não.

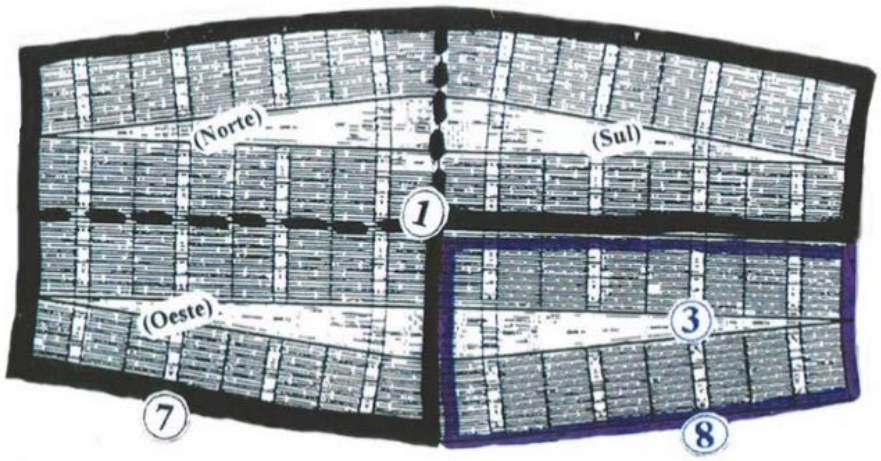



**Fig. 98**(autor) os quatro setores do Plano Urbanístico de Ceilândia. (ano) notar que a referência das fronteiras são justamente os eixos cruzados. Curiosamente, o setor 3 não recebeu o nome vindo da rosa dos ventos, o setor se chama Guariroba, Fonte professor Mano-el Jevan.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

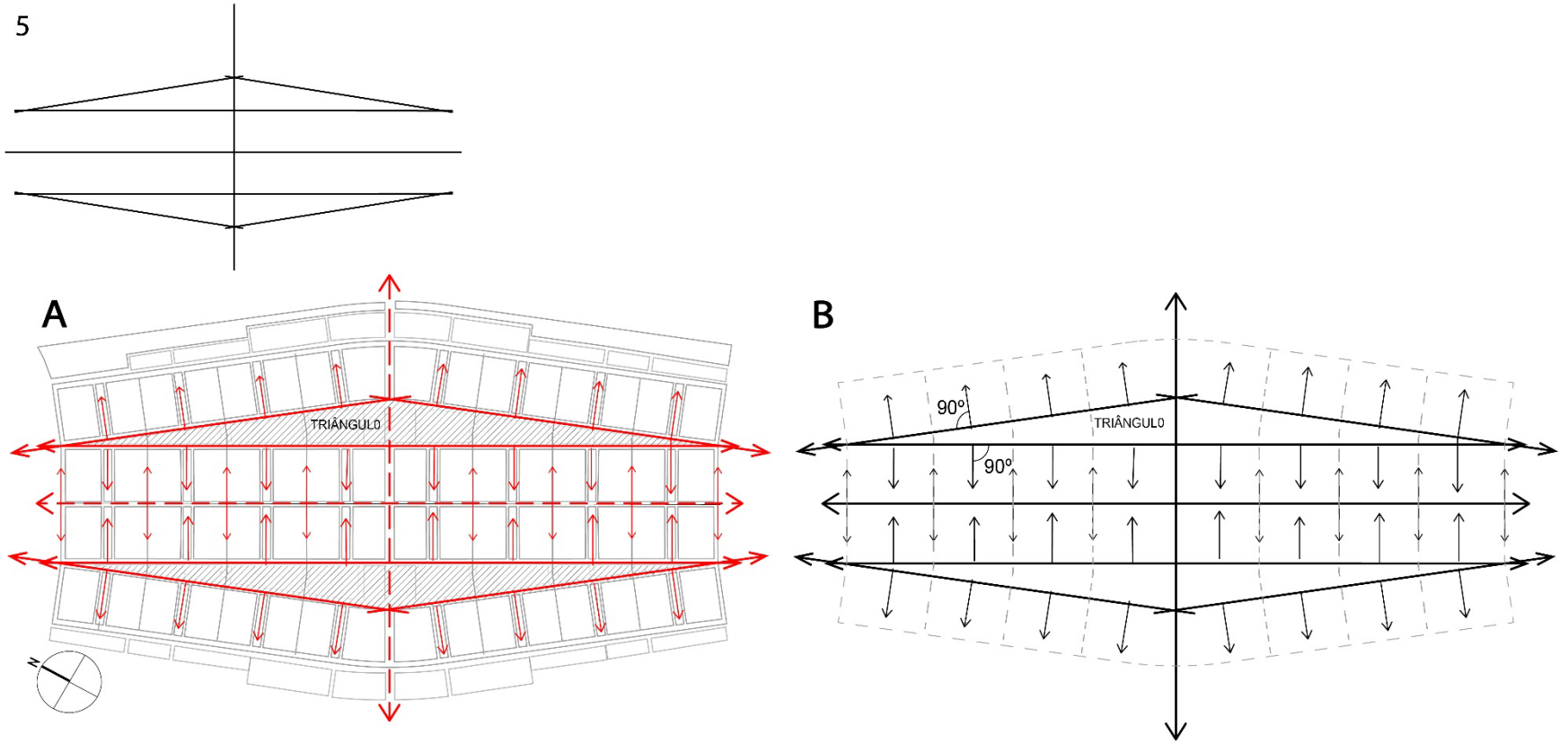



**Fig. 99** De cima para baixo, da direita para esquerda, tem-se o diagrama 5 extraído da de diagrama do Exercício dos Eixos Estruturantes. Por meio da figura “A” e “B” (elaboradas com base no diagrama 5) é demonstrado como das retas desse diagrama melhor sintetizam a estruturação do Plano urbanístico de Ceilândia

### 5.8.1
### As quadras de Ceilândia

Os princípios espaciais empregados nas quadras residenciais de Ceilândia visaram os equipamentos comunitários e os lotes unifamiliares.Esses equipamentos públicos segundo a fonte histórica seriam consolidados pelo setor público na medida que o plano urbano se consolidasse. ( cf.GDF, et al., 1973)

No que diz respeito aos lotes unifamiliares, segundo este mesmo documento, eles teriam incialmente 85 x 10 metros, mas por motivo de força maior– talvez diante grande contingente que a cidade deveria contemplar– na resolução final do projeto suas proporções foram amplamente diminuídas. (Cf. Ibidem loc Cit.). Nesse sentido, a partir das configurações de distribuições espaciais adotadas por Ney Gabriel de Souza e equipe, surgiram dois tamanhos distintos de lotes: o que aqui denominamos “Tipo 1”, medindo 10 x 25 m; e os “Tipo 2,” medindo respectivamente 12,50 x20 m.Segundo o documento histórico foram previstos 21.792 lotes unifamiliares dividido por 40 quadras habitacionais dispostas dentro do plano urbanístico.

Durante a transferência das famílias para Ceilândia, elas foram orientadas remontarem os barracos trazidos do complexo de invasões do IAPI no fundo dos lotes, para que na parte da frente fosse construída posteriormente a casa definitiva.

Falando especificamente das dimensões das quadras residenciais de Ceilândia, com a exceção das duas quadras residenciais que estão localizadas no exato ponto que as faixas residenciais de Ceilândia se curvam em configuração ao aspecto de Barril creditado a cidade, não houve uma variação de distribuição espacial dos lotes unifamiliares ao longo dessas 40 quadras do projeto original, o que por sua vez resultou em um ambiente interno extremamente monótono, tanto ponto de vista  da experiência espacial de se andar por essas quadras, quanto do da constituição paisagem. No que tange a distribuição dessas 40 quadras residenciais, elas são intercaladas pelas entrequadras destinadas aos serviços e usos “imediatos”, em que nesse sentido foram previstos lotes para os templos religiosos, escolas de ensino primário e ou jardins de infância -  equipamentos comunitários mais imediatos (cf.27)-. Tais entrequadras podem ser entendidas

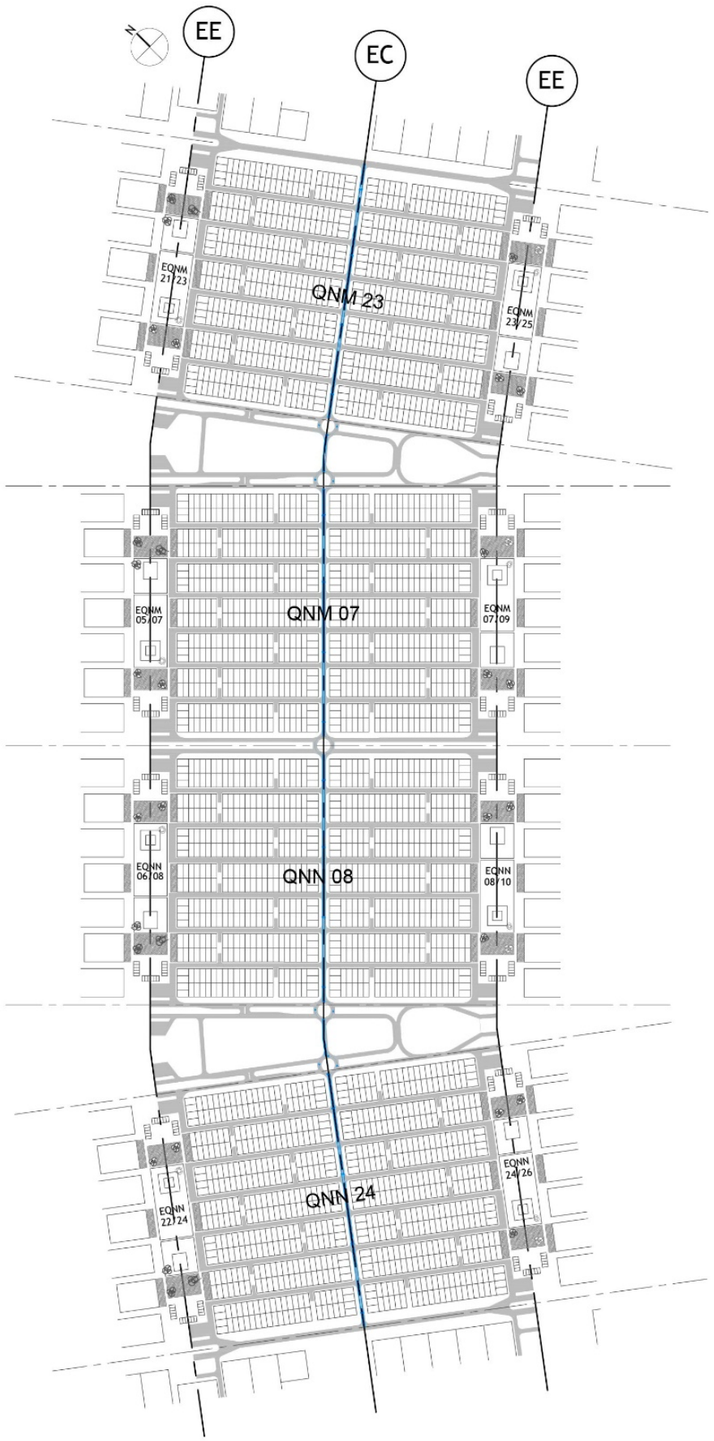
PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

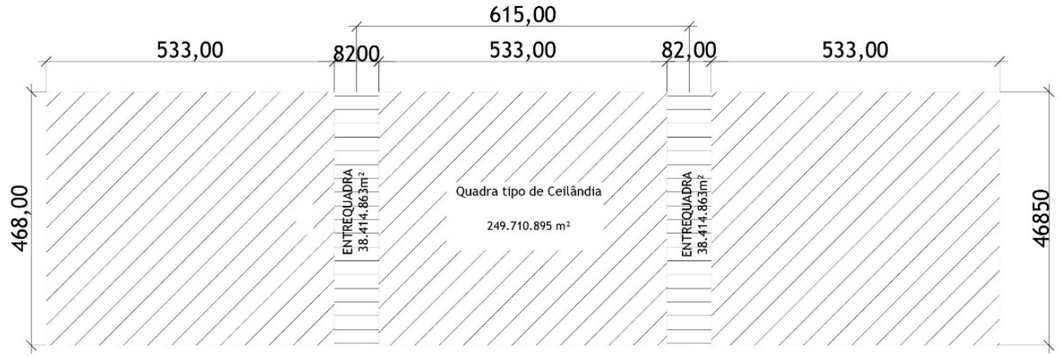
como que acordadas aos princípios das unidades de vizinhança utilizados no Plano Piloto de forma mais simplificada, embora isso não seja mencionado de forma objetiva do documento histórico, que por sua vez também não precisa do tamanho das quadras residenciais de Ceilândia, mas que segundo lavamento nosso feito em Autocad, as medidas giram têm em torno de 535 m x 470 em sua zona puramente residencial. Ao se considerar apenas os “eixos a eixo” das entrequadras, essas dimensões ficam respectivamente em torno de 615x 470 m.

Confrontando tudo que foi verificado até agora a respeito do Plano Urbanístico elaborado por Ney Gabriel de Souza, em que muito falamos das “zonas triangulares que ficam no intervalo entre duas das quatro faixas urbanas reservada ao uso residencial unifamiliar, percebe-se um grande contraste entre o ambiente densamente ocupado dessas quadras habitacionais e os espaços mais generosos verificados nos espaços “triangulares”. O que por sua vez pode ser pode ser entendido como um recurso projetual que visou contornar, ali na prancheta, o caráter massivo da forma como o Governo do Distrito Federal tratou os as pessoas com a Campanha de Erradicação de Invasões.

Na próxima página mostraremos detalhes de ma quadra residencial de Ceilândia, mais especificamente a da primeira quadra a ser habitada, a QNM23.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA




## LEGENDAS

### SIGLAS

E E -EIXO DE ENTREQUADRA

EQ -EIXO DE QUADRA

EQNM -ENTREQUADRA NORTE "M"

EQNN -ENTREQUADRA NORTE "N"

QNM - QUADRA NORTE "M"

QNN - QUADRA NORTE "N"

### USOS PREVISTOS

A - TEMPLO RELIGIOSO
B - ESCOLA PRIMÁRIA / JARDIM DE INFÂNCIA
C - COMÉRCIO LOCAL
D - PRAÇA
B - ABRIGO DE PARADA DE ÔNIBUS

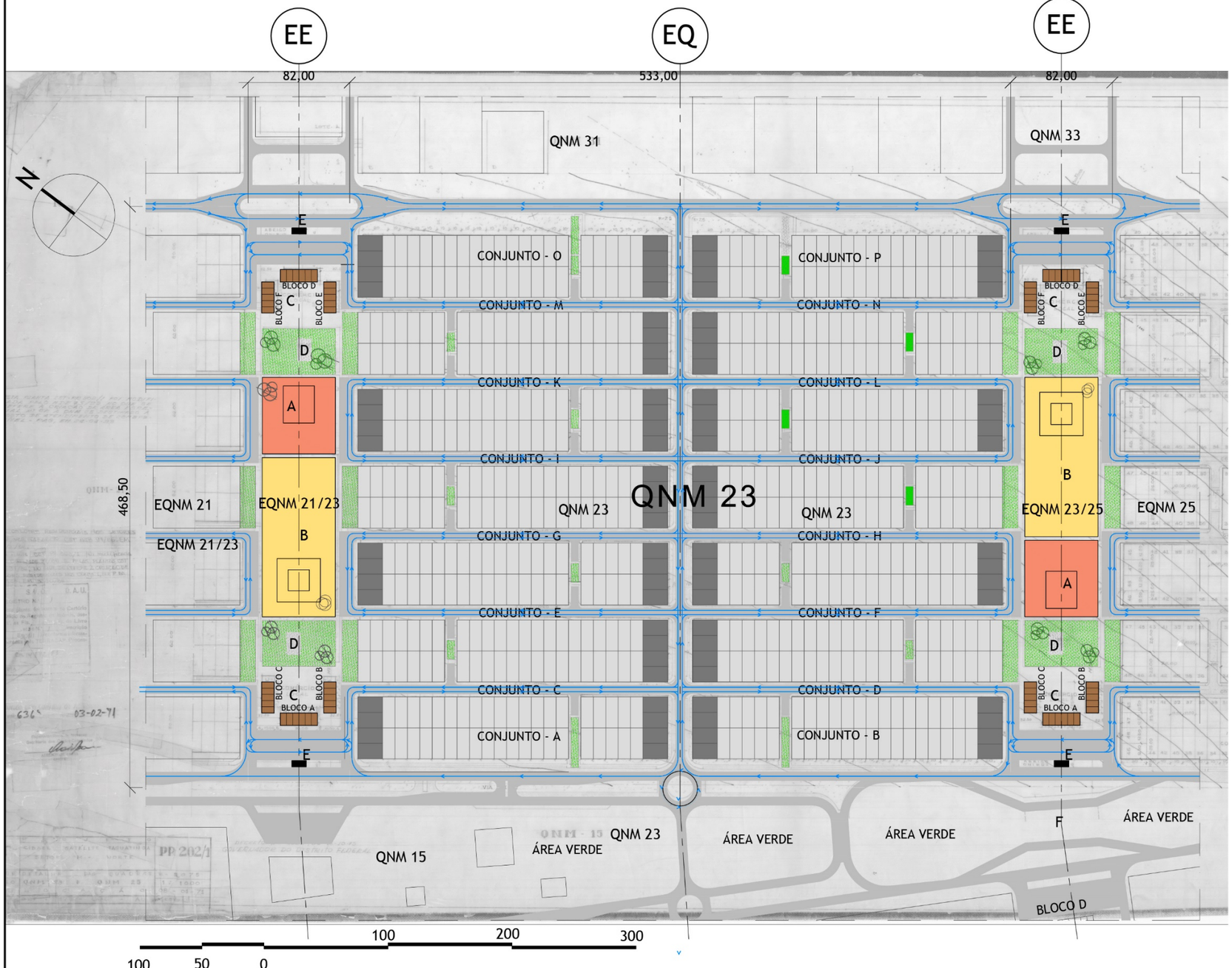
SENTIDO DE CIRCULAÇÃO DAS VIAS

| | | |
|---|---|---|
| PUC RIO | INTERLIGAÇÃO VIÁRIA ENTRE AS QUADRAS DO PLANO URBANÍSTICO ORIGINAL DE CEILÂNDIA | |
| | DADOS DO DESENHO ORIGINAL: GDF-DAU. 08-01-1971.CST-PR 202/1. FONTE: www.sisduc.segeth.df.gov.br | |
| | DESENHO EM AUTOCAD: David Sombra | ESCALA: INDICADA |
| | CARACTERÍSTICA DO DESENHO: DESENHO DE RECONSTITUIÇÃO : | PRANCHA:1/2 |

**Fig. 100**. Circulação entre as quadras residenciais.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA




01 QUADRA TIPO DO PLANO URBANÍSTICO ORIGINAL DE CEILÂNDIA

ESCALA 1/5000

## LEGENDAS

### SIGLAS

- E E -EIXO DE ENTREQUADRA
- EQ -EIXO DE QUADRA
- EQNM -ENTREQUADRA NORTE "M"
- EQNN -ENTREQUADRA NORTE "N"
- QNM - QUADRA NORTE "M"
- QNN - QUADRA NORTE "N"

### USOS PREVISTOS

A - TEMPLO RELIGIOSO
B - ESCOLA PRIMÁRIA / JARDIM DE INFÂNCIA
C - COMÉRCIO LOCAL
D - PRAÇA
B - ABRIGO DE PARADA DE ÔNIBUS

SENTIDO DE CIRCULAÇÃO DAS VIAS

LOTES RESIDENCIAIS TIPO 1- 10 X 25 m
LOTES RESIDENCIAIS TIPO 2- 12.50 X 20 m
ÁREAS VERDES / PRAÇAS

| | |
|---|---|
| PUC RIO | QUADRA TIPO DO PLANO URBANÍSTICO ORIGINAL DE CEILÂNDIA |
| | DADOS DO DESENHO ORIGINAL: GDF-DAU. 08-01-1971.CST-PR 202/1. FONTE: www.sisduc.segeth.df.gov.br |
| | DESENHO EM AUTOCAD: David Sombra — ESCALA: INDICADA |
| | CARACTERÍSTICA DO DESENHO: DESENHO DE RECONSTITUIÇÃO : — PRANCHA:2/2 |

**Fig. 101**. Quadra QNM. 23

## 5.8.2
## Quaras QNN 17 e QNN 18

Das 40 quadras residenciais de Ceilândia apenas as quadras “QNN 17” e “QNN18”, bem como as “QNM17” e “QNM 18” são distintas, haja visto que essas quatro quadras estão no exato ponto em que o “mapa do Barril” faz uma sua curvatura. No entanto, nelas a lógica de ocupação é a mesma das demais quadras destinadas a esse uso.  Caso o leitor se recorde, lá no “Exercício Mapa do Barril” foi simulada a situação projetual de seu surgimento, onde inclusive há desenhos onde marcamos os locais dos pontos de tangência. Na próxima página mostramos um desenho original das quadras QNN17 e QNN18, e foi justamente o acesso a este desenho histórico de Ceilândia que nos fez saber o exato local desse ponto de tangencia

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

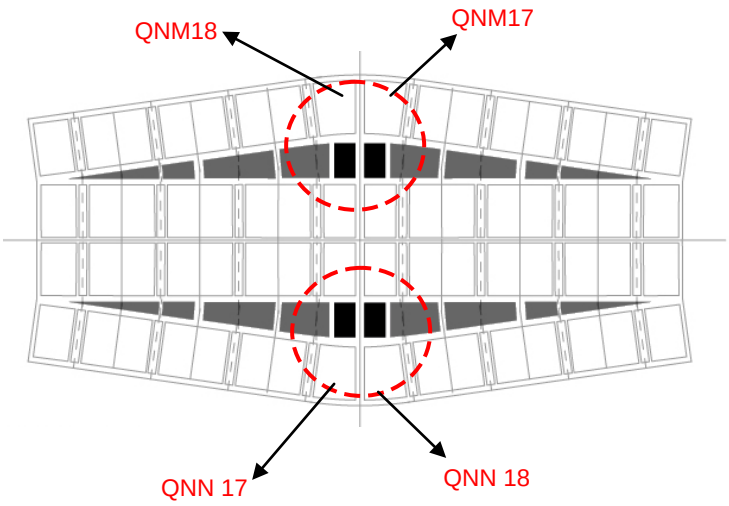



**Fig. 102**. Diagrama ilustrativo do local das quadras. David Sombra.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

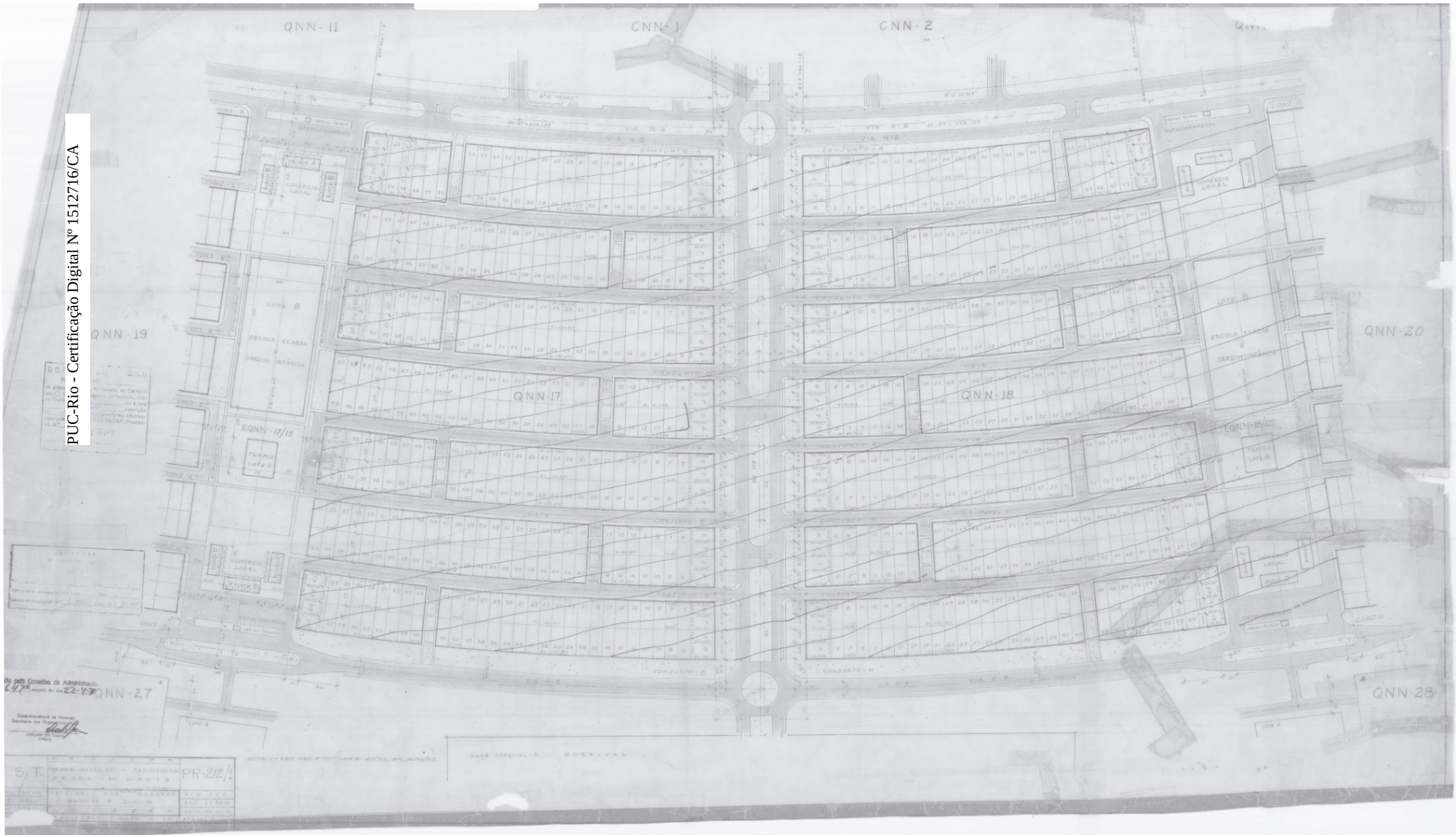



**Fig. 103** (autor)Detalhe das Quadras QNN17 e QNN18 DF- (1971) fonte: lSEGETH-DF

### 5.8.3
### Quadras “CNN 1” e “CNN 2” E “CNM” e “CNM2”

No plano piloto original essas quatro quadras foram criadas para serem o centro local de Ceilândia, mas o que ocorreu na pratica é que toda a avenida correspondente ao eixo vertical dos eixos cruzados foi ocupada por estabelecimentos comerciais.

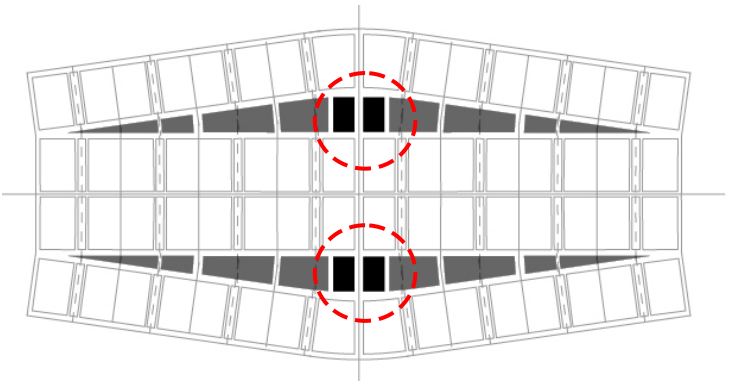


**Fig. 104**. (autor)Detalhe das Quadras QNN17 e QNN18 DF-(1971) fonte: lSEGETH-DF).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

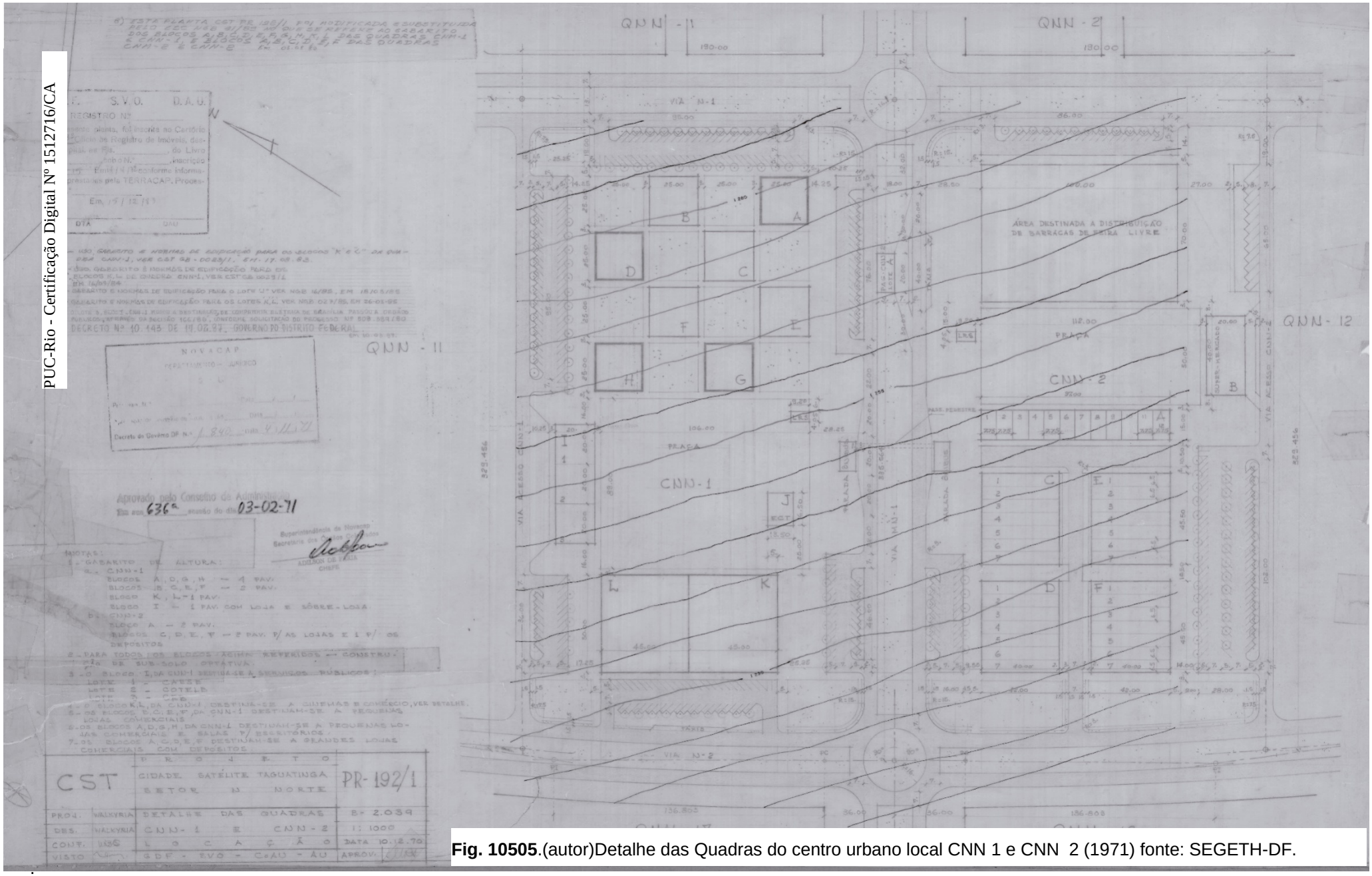
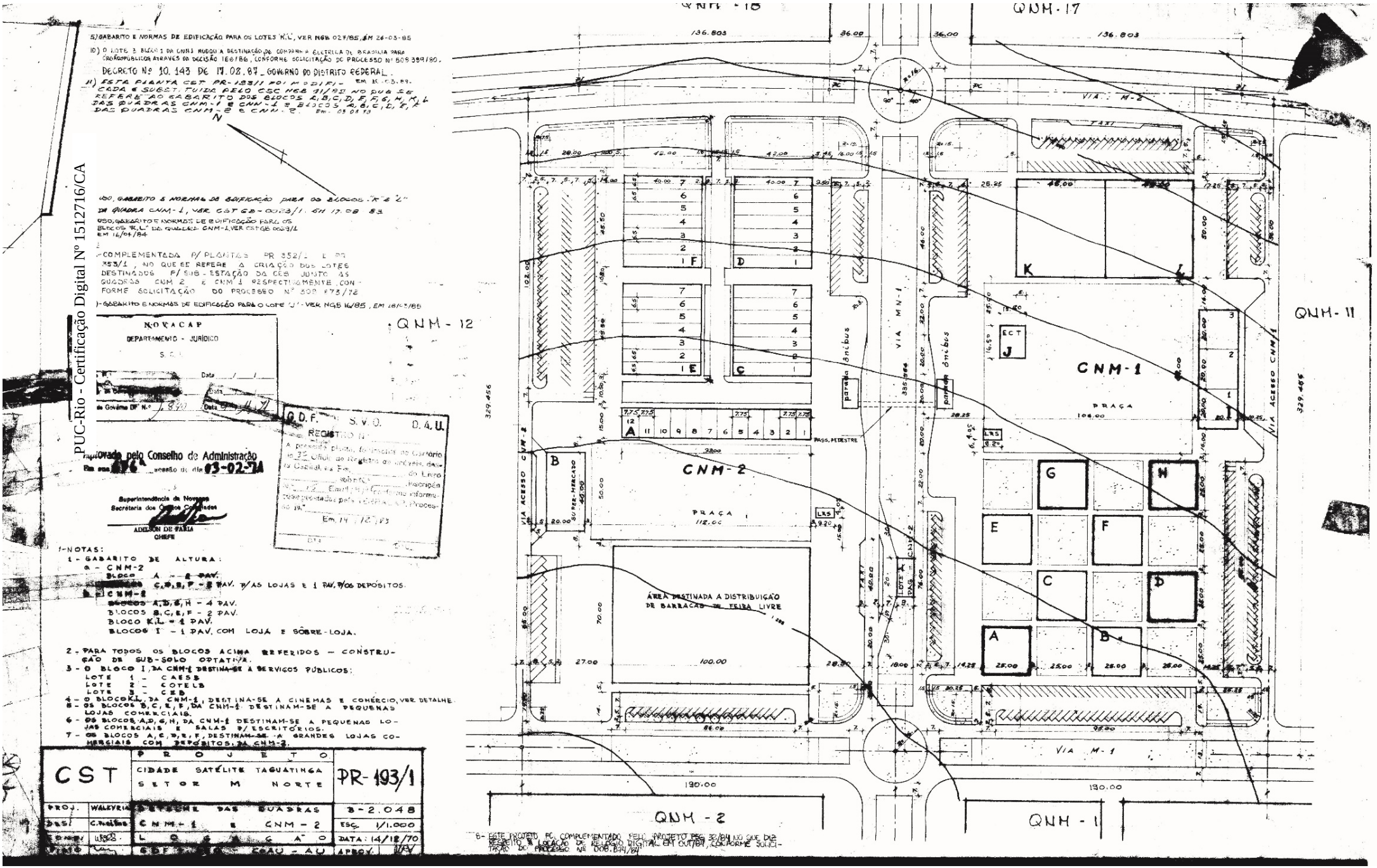
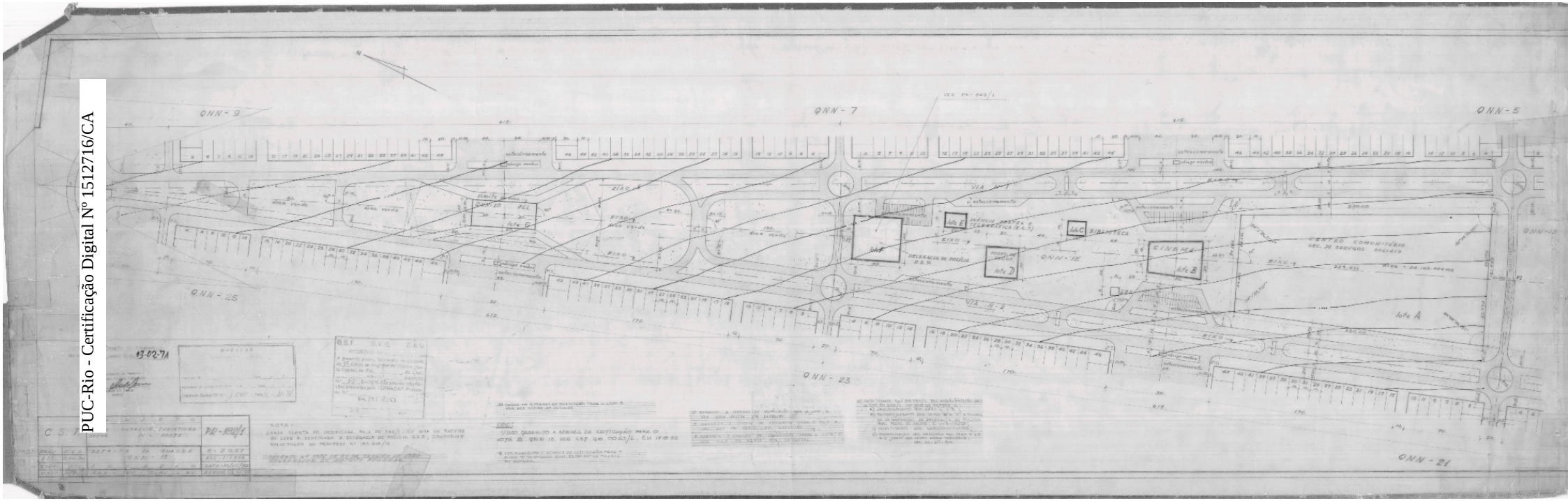



**Fig. 10505**.(autor)Detalhe das Quadras do centro urbano local CNN 1 e CNN 2 (1971) fonte: SEGETH-DF.




PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

Fig. **106**Fig. 106 .(autor)Detalhe das Quadras do centro urbano local CNM 1 e CNM 2 (1971) fonte: SEGETH-DF.




PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

**Fig. 107** (autor) Detalhe do entroncamento das vias que delimitam as zonas triangulares QNN7 e QNN23 DF- (1970) fonte: SEGETH-DF

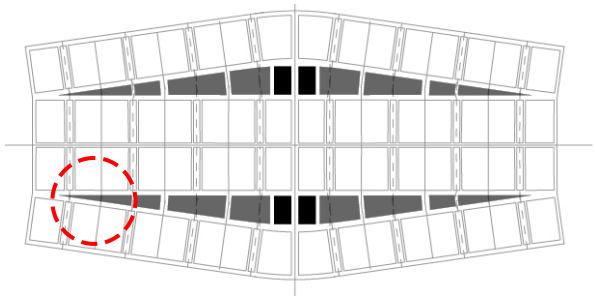


Fig. 108. Diagrama. Desenho: David Sombra

# 6
# Ceilândia hoje

Se nos seus primeiros anos de vida muitos não acreditavam que Ceilândia daria certo, com o tempo ela não só se firmou, como extrapolou as fronteiras do mapa do Barril, através da adição de novos setores urbanos. O que impressiona ao ver a cidade com quase 47 setes anos de idade, é que mesmo que suas fronteiras tenham se ampliado a força de seu projeto urbanístico permanece.

A chegada do metrô à cidade, no entanto, causou danos irreparáveis. Para que os trilhos pudessem vencer o trecho da cidade, eles deveriam passar ou por elevado ou por um túnel, mas não, a maior parte do trajeto se deu por um terrapleno ataludado, o qual se transformou em uma imensa barreira ao longo de uma das zonas triangulares de intervalo entre as quadras residenciais; interrompendo assim, toda a fluidez que o projeto elaborado por Ney Gabriel de Souza. Não mostraremos essa monstruosidade aqui, mas não poderíamos deixar de fazer esse registro. Por falar nisso indicamos ao Governo do Distrito Federal que comece a considerar em uma espécie de tombamento para certas características urbanísticas das Cidades-Satélites, pois como vimos no caso do Plano Piloto de Ceilândia, o projeto registra preciosas realizações do urbanismo modernista.

Voltando a falar especificamente de Ceilândia, indicamos também ao Governo do Distrito Federal, que não ceda à especulação imobiliária e transforem os espaços triangulares do plano urbanístico original de Ceilândia em uma zona densamente adensada, pois como foi constatado em nossas análises, e é possível perceber pelas fotos atuais da Cidade, esses espaços originalmente pensados para o coletivo, ainda que descuidados, qualificam a paisagem urbana de Ceilândia.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

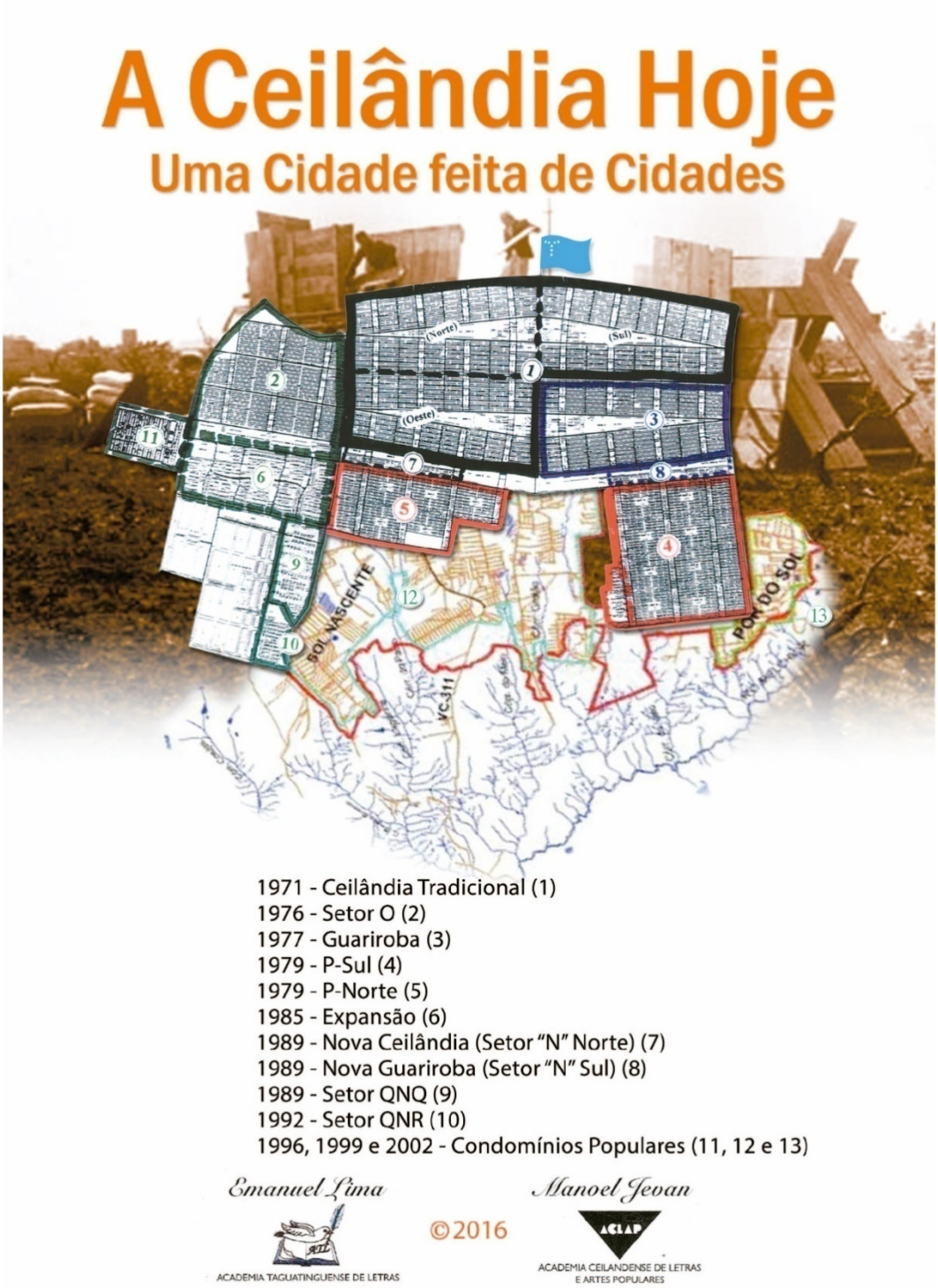



**Fig. 109**Capa do Livro "Ceilândia Hoje" com o mapa da cidade atualizado. Fonte: JE-VAN, Manoel, 2007

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

**Fig. 110**Gustavo Soares. 2018.Foto exclusiva para dissertação. Panorâmica vista centro de Ceilândia. A vista está em direção da Ceilândia Oeste para Ceilândia Sul. Nota-se os cheios das quadras residenciais e os espaços de “respiro das áreas triangulares. Do lado esquerdo, depois do grande Edifício já Taguatinga. O Bosque previsto no projeto original ficaria nessa faixa urbana.

**Fig. 111**Gustavo Soares. 2018. Foto de uma quadra residencial e sua respectiva entrequadra. Notar o templo religioso a direito, provavelmente alocado seguindo as diretrizes do projeto original

**Fig. 112**Gustavo Soares. 2018. Vista de Taguatinga.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

**Fig. 113**Gustavo Sorares. 2018 Vista de Ceilândia Norte olhando para o setor oeste da cidade. Ao fundo o bairro do Sol Nascente

**Fig. 114**Gustavo Soares (2018) Atual situação do setor de habitação coletiva**.**

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

**Fig. 115**Gustavo Soares. 2018. Panorâmica feita de Ceilândia Norte para o setor Guariroba. Na imagem é possível identificar todos os eixos que definem o espaço urbano da Cidade. Eixo que está bem ao meio da foto, corresponde ao eixo norte sul do partido original. Notar como ele é secundário a força do vazio das áreas triangulares

# 7
# Conclusão

Muitas vezes não conseguimos perceber as motivações que nos movem. Eis a sensação de descobrir ao longo dos trabalhos dessa dissertação que as causas sociais de Ceilândia estavam de alguma maneira presentes em meu recorte do que pude aprender sobre a cidade durante a faculdade de arquitetura. Falo isso diante do fato de ser um brasiliense criado na Cidade-Satélite de Taguatinga (que cedeu parte de suas terras para a construção de Ceilândia), no setor QNL, que também foi projetado por Ney Gabriel e equipe no final dos anos da década de 60. Pretendo mão me entender falando de minha pessoa, mas é que me senti muito honrado em poder unir tudo que aprendi dentro da faculdade de arquitetura e urbanismo aos conhecimentos adquiridos ao longo do presente processo acadêmico, como também de ter a oportunidade contribuir, de alguma maneira, para que a ampliação do conhecimento a respeito as Cidades-Satélites de Brasília.Dentro disso muitas foram as descobertas, sobretudo o de uma sensibilidade aos estudos socioespaciais ancorada ao desenho urbanístico da cidade.

Dentro desse processo de descobertas, de todas as conversas, leituras, e reflexões realizadas ao longo desse trabalho, em que o nosso ponto de partida foi desvendar o Plano Piloto de Ceilândia, muita coisa mudou, e mudará nos momentos futuros de estudos voltados para os espaços urbanos populares. Primeiramente teve o contato com o professor Manoel Jevan – quem além de ser professor na fundação educacional do Distrito Federal criou e administra o Museu da Memória Viva de Ceilândia – que foi um divisor de águas para meu processo de estudos. Principalmente quando ele proferiu a seguinte frase enquanto falávamos de Taguatinga, “Taguatinga quer ser o “Plano Piloto” [Brasília] e Ceilândia que ser Ceilândia.” Nesse momento pude compreender que mesmo sendo criado em Taguatinga– que é conurbada com Ceilândia – eu mesmo teria muito o que aprender sobre Ceilândia, pois essa frase denotava um orgulho de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

ser ceilandense, mas não um orgulho de quem quer separar, muito pelo contrário; um orgulho de quem tendo consciência da própria história quer compartilhar todos suas lições e belezas; sobretudo a imaterial que é a cultura e a história das pessoas que fizeram efetivamente que "aquele desenho de arquiteto urbanista que ia mudar o mundo" se convertesse em um lugar.

O interessante foi que nessa mesma hora me remeti a um breve sentimento de descontentamento quando Otavio Leonidio, o orientador dessa dissertação, sabiamente me sugeriu que eu realizasse um estudo do projeto urbano de Ceilândia, pois acreditem, inicialmente imaginei que não teria muito que elaborar sobre a cidade. Comofoi possível perceber, muitas vezes vivemos aquilo que Fernando Pessoa por meio do seu heterônimo Alberto Cairo escreveu "as pedras são engraçadas quando a gente as tem na mão e olha devagar para elas"[134].

Falando a partir do ponto de vista acadêmico, quando em contato com as inúmeras bibliografias sobre Ceilândia, percebi que deveria me aprofundar nas teorias socioespaciais para melhor falar sobre a cidade e desenvolver meus argumentos. Daí a ideia a criação do capítulo sobre as noções socioespaciais. Nesse sentido a apreciação das várias noções incialmente apresentadas em conjunto com as elaborações de Janice Perlman (1977) a respeito da Marginalização e Periferização, e as formulações de José de Souza Martins (2009) a respeito do discurso da exclusão e a inclusão precária foram determinantes para o entendimento do projeto social de Ceilândia dentro do processo de instalação dos aspectos negativos do discurso dicotômico centro-periferia, pois basta lembrar que Perlman afirma que "o estudo do conceito de marginalidade é de particular relevância por que as ideologias e estereótipos que a ele se associam afetam a vida de milhões de pobres moradores de favelas ou cidades" (1977, p.123), em que sendo Ceilândia não exatamente uma favela mas um bairro popular, as elaborações de Perlman podem ser adaptadas. Por sua vez, também vimos que José de Souza Martins (2009) ao tecer suas indagações a respeito da exclusão e a inclusão marginal - temas que aborda por uma perspectiva assumidamente do ponto de vista social – trouxe para o debate importante formulação para melhor compreensão critica a respeito da criação de Ceilândia por meio Campanha de Erradicações de Favelas: a noção de inclusão precária,

[134] Verso do poema "O guardador de rebanhos -VIII, escrito por Alberto Caeiro (Fernando Pessoa)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

“o que vocês estão chamando de exclusão é, na verdade, o contrario da exclusão. Vocês chamam de exclusão aquilo que constitui o conjunto das dificuldades, dos medos e dos problemas de uma inclusão precária e instável marginal” (MARTINS, 2009, p.26)

Mais adiante quando trouxemos para o debate as elaborações sobre o que seria um lugar, destacamos as formulações de Marc Augé (2012) a respeito do lugar antropológico, “aquela contradição simbólica do espaço [...] a qual se referem todos aqueles para quem ela designa um lugar por mais humilde e modesto que seja” (AUGÉ, 2012, P51). O Contato com as formulações antropológicas de Augé nos despertou para o fato de que nós arquitetos também podemos ser mais sensíveis aos aspectos imateriais do espaço, ou seja, a forma de vida dos seres que o habitam, de forma que a antropologia tem muito a contribuir para a pratica arquitetônica. As contribuições do autor se encaixaram em nosso intensão de solicitar para que nós arquitetos e urbanistas, ao projetar para bairros populares como Ceilândia, tenhamos o cuidado ma apreensão dos valores imateriais desses espaços, que não somente a nossa tendência de impor a técnica aprendida nas universidades, e ou o que nossa visão de mundo faz entender que é o certo e belo. Ser sensível ao outro, simplesmente isso.

Adentrando ao tema sobre o que seria um plano e um plano piloto, o debate também foi intenso. Primeiramente porque podemos refletir sobre a origem do termo, em Le Corbusier; e segundo quando nos atentamos para a diferenciação do que seria um plano piloto e um plano urbanístico. Ao seu turno as reflexões nos conduziram as formulações de Flávio Villaça (1999) a respeito da diferença entre plano e projeto, em que a presença do discurso do Estado é determinante. No que tange a todos esses temas, compreendemos que o surgimento do Plano Urbano de Ceilândia se encaixa nesse contexto entre plano urbanístico e plano político. A constatação que daí surgiu foi a de que ainda na atualidade - sobretudo dentro da realidade brasileira – as relações entre plano político e plano urbanístico seguem vigentes, embora que “amaciadas” por outros discursos.

No que tange às análises do Plano Urbano de Ceilândia, constamos que o plano teve seu raciocínio inicial nos eixos cruzados, mas com o desenvolvimento do projeto esses perderam sua força de ordenação do espaço diante da adequação da implantação das quadras da cidade ao caimento topográfico do terreno, de forma que para definirmos o gesto projetual mais caraterístico da cidade

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

há o conflito entre os dois eixos cruzados e a forma trapezoidal da cidade. A respeito Plano Piloto de Ceilândia enquanto dispositivo da técnica urbanística em auxilio a conformação espacial da Cidade, pelos estudos que desenvolvemos consideramos um projeto de Ney Gabriel de Souza apresenta grandes qualidade técnicas e beleza, por conta de como traçado da cidade foi pensado para aproveitar da melhor maneira possível o terreno, bem como da distribuição espacial das quadras reservando espaços para o convívio coletivo e a percepção do conjunto edificado. No entanto, há forte grau de monotonia nas zonas habitacionais, haja visto que há ali praticamente um único modelo de quadra que foi “carimbada” sequencialmente sem maiores variações. Nesse sentido, embora não possamos afirmar nem justificar, a associação de grandes espaços para equipamento coletivo em contraste com o aspecto negativo da monotonia das quadras residenciais de Ceilândia pode ser um indício de que Ney Gabriel de Souza tentou desenvolver, da melhor forma possível, um plano urbanístico dentro de um contexto político onde o Estado visava unicamente alojar um grande contingente de pessoas, isto é, o de resolver um problema.

Se tal característica procede, ,podemos entender o plano urbanístico de Ceilândia como uma tentativa de inclusão por parte do arquiteto, que por sua vez, qualificou por meio de seu projeto a realização física da Campanha de Erradicação de Invasões, a CEI.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

# 8
# Referências bibliográficas

**ABRAHAM** Luis Alberto**Modernidade aquitetônica e teoria do Poder de Estado em Brasília.Tradição e ruptura no domínio da Plástica.** - Campinas, São Paulo : UNICAMP-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1989. - Dissertação de mestrado.

BENEVOLO Leonardo**História da Arquitetura Moderna**. [Livro]. - São Paulo : Editora Perspectiva, 1976. - (Cap.: Brasil), p. 714.

CASTRO Gonsales Ceilia Helena http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.028/753 [Online] = **Cidade moderna sobre cidade tradicional: conflitos e potencialidades, parte** 1. // Vitruvius. - Setembro de 2002. - 02 de 10 de 2017.

ABADIA Maria de Lourdes Depoimento - **Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal** [Entrevista]. - Brasília : [s.n.], 2002.

Ar.PUDF Arquivo Público do Distrito Federal e CODEPLAN Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central**Relatório do Plano Piloto de Brasília** [Livro]. - Brasília : GDF, 1991.

ARRAES Cristiano Alencar**Retórica e persuasão no concurso para o Plano Piloto de Brasília** [Online] // Vitruvius. - Jul. de 2008. - Outubro de 2017. - http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.098/130.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

**AUGÉ Marc.** Não Lugares: instrodução a uma antropologia da supermodernidade [Livro] / trad. Pereira Maria Lúcia. - Campinhas : Papirus, 2012. - 9ª.

BENEVIDES Maria Victoria de Mesquita**O Governo Kkubitschek: desenvolvimento economico e estabilidade política, 1956-1951** [Livro]. - Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1976.

BENEVOLO Leonardo**A cidade e o arquiteto** [Livro]. - São Paulo : Perspectiva, 1984.

BRASIL**GOVERNO E POLÍTICA** [Online] // Portal Brasil. - 2010. - 31 de 07 de 2017. - http://www.brasil.gov.br/governo/2010/01/colonia.

BRASIL Presidencia da República do Brasil**Antecedentes históricos:** 1549-1896: Serviço de Documentação da Presidencia da Republica [Livro]. - [s.l.] : (Coleção Brasília I, Tomo 1), 1960.

BUARQUE, Cristovam**;** Prefácio // **A comquista da Cidade**: movimentos pupulares em Brasília. - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2010 [1991].

**BURDEN Ernest** Dicionário Ilustrado de arquitetura [Livro]. - Porto Alegre : Bookman, 2006.

CAIO Calafate**Entre arquitetura e infraestrutura**: desenho do solo como dispositivo de projeto na Plataforma Rodoviária de Brasília // Dissertação de Mestrado. - Rio de Janeiro : Programa de Posgraduação em arquitetura da Pontificia Universodade Católlica do Rio de Janeiro., 2015.

CARDOSO Ciro Flamarion Santana**O Trabalho na Colônia** [Seção do Livro] // História Geral do Brasil / A. do livro LINHARES Maria Yedda. - Rio de Janeiro: Elsevier : Elsevier, 1990.

CARLOS Ana Fani Aleddandri**A prática espalcial urbana como segregação e o "direito à cidade" como horizonte** utópico [Seção do

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

Livro] / A. do livro A produção do espaço urbano: agentes e processos escalas e dasafios,. - São Paulo : Contextos, 2011.

CARVALHO Benjamin de A**.Desenho Geometrico** [Livro]. - Rio de Janeiro : Editora ao Livro Técnico, 1958.

CARVALHO Benjamin De A**.Desenho Geometrico** [Livro]. - Rio de Janeiro : Editora Ao Lívro Técnico, 1958**.**

CASTEL Robert**A metamorfose da questão socia**l: uma cronica do salário [**Livro]. - Petropolis : Vozes, 1998.**

CECÍLIA Rodrigues dos Santos [et al.] **Le Corbusier e o Brasil** [Livro]. - São Paulo : Tessela: Projeto Editora, 1987.

CEILANDENSE [ aut. desc.] **Correio Encontrado o Lucio Costa Ceilandense** [Artigo] // Correio Ceilândense / ed. Ceilandense Correio. - Ceilândia : [s.n.], Dez. de 1996. - Fonte: Museu da Memória Viva de Ceilândia.

CHOAY Françoise**O Urbanismo [**Livro] / trad. Rodrigues Dáfine Nascimento. - São Paulo : editora perspectiva, [1965- original] 2000.

CONY Lúcia Faria Cidade Urbanismo, **Reprodução Social e Representações da Qualidade Urbana Moderna e Conteporânea** [Seção do Livro] // Planejamento & Urbanismo na atualidade brasileira / A. do livro PAVIANI Aldo, F.N. GONZALES Suely e FRANCISCONI Jorge Guilherme. - Brasília : UNIVERSIDADE DE BRASÍILIA?, 2010.

CORBUSIER Le **A carta de Atenas** [Livro]. - São Paulo : Editora da USP-Edusp, 1993.

CORULLON Martin**A plataforma Rodoviária de Brasília**: arquitetura, infraestrutura e urbanidade // Dissertação de Mestrado. - São Paulo : Faculdade de arquitetura e urbanismo da Universidade do Estado de São Paulo, 2013. - Dissertação de Mestrado.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

COSTA Antonio**Compreender o Cinema** [Livro] / trad. Moulin Louzada Nilson. - São Paulo : Globo, 2003.

COSTA Lúcio**Lúcio Costa: registro de uma vivênc**ia [Livro]. - São Paulo : Empresa das Artes, 1995.

_____ **Relatório do Plano Piloto de Brasília/** GDF [Relatório] / GDF,Arquivo Público do Distrito Federal- ArPDF, CODEPLAN. - Brasília : GDF, (1957) 1991.]

DANTAS Ana Carolina de Carvalho Lopes**Sanitarismo e Planejamento urbano**: a trajetória das propostas urbanas para Natal entre 1935 e 1969 [Relatório] / Pograma de Pos-Graduação em arquitetura e urbanismo ; Universidade Federal do Rio Grande do Norte. - Natal : [s.n.], 2003. - Dissertação de Mestrado.

DEBROD Guy**,A socidedade do Espetáculo** [Livro]. - Rio de Janeiro : Contraponto, [1941-1994] 1997.

DERNTL Maria Fernanda **Além do Plano: a comquista das Cidades-Satelites e a Dinamica centro-periferia em Brasília // artigo publicado pelo XIV** Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. - São Paulo : Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. São Carlos, 2016.

EL- DAHDAH Farès arquitextos 119.02: **Brasília, um objetivo certa vez adiado** [Online] // Vitruvius / ed. el-Dahdah Farès. - Vitruvius, - de Abril de 2010. - original em português. - 09 de 11 de 2017.]

-

ttp://www.vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/arquitextos/10.119/3363

.

FREITAS Giuliana de Céluas desconexas, **Condomínios fechados e as políticas públicas do Distrito Federal** // Dissertação ( Mestrado) -

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília. - Brasíia : UNB, 2013.

**FURTADO Érica L. M.** A INFLUÊNCIA DO BANCO MUNDIAL NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS [Periódico] // A Revista Científica Eletrônica do Curso de Bacharelado / ed. FHAU/FAEF Faculdade de Ciências Humana de Garça. - Garças, São Paulo : Editora FAEF, Julho de 2008. - Ano VI, número 12. - ISSN: 1678-300X.

GERMANI Guiomar Inezgeotextos vol. 2, n. 2 = **Condições históricas e sociais que regulam o acesso a terra no espaço agrário brasileiro.** - 2006.

GDF Governo do Distrito Federal e ArPDF Arquivo público do Distrito Federal GABGOV-0054(3)d.pdf [digital]. - **Brasilia** : [s.n.], 1970. - pp. 80-84. - arquivos digitalizados.

GDF Governo do Distrito Federal e ArPDF Arquivo Pulbico do Distrito Federal GABGOV-0053(5)d.pdf // **Documentos do Gabinete do Governo do Distrito Federal. - Brasília** : [s.n.], 1969. - pp. 110-112.

GDF Governo do Distrito Federal , Secretaria de Serviços Social e Habitação Departamento de**CEILANDIA** [Relatório] / Arquivo Público do Distrito Federal. - Brasília : FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL, 1973. - mimeografado e atualmente pertencente ao Arquivo Publico do Distrito Federal des de 1985.

GOMES J. Cláudio **BRASÍLIA 1960-1970** [Seção do Livro] // Brasília- antologia crítica / A. do livro XAVIER Alberto e KATINISKY Julio. - São Paulo : Cosac Naify, 2012.

GOMÉZ Gabriella**Uma utopia de Le Corbusier chamada Bogotá** [Online] // archdaily- Brasil / ed. Pereira Matheus. - archdaily- Brasil, 7 de 06 de 2017. - brasileira. - 10 de 11 de 2017. - https://www.archdaily.com.br/br/author/gabriela-gomez.

GONÇALO Gonçalvez Bezerra**Programa de História Oral** // Depoimento. - Brasília : Arquivo Público do Distrito Federal, 2001. - p. 49.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

GREGOTTI Vitto**Território da arquitetura** [Livro]. - São Paulo : Perspectiva, [1972] 2004.

HAESBAERT Rogério**Des-territorialização e identidade**: a rede "gaucha" no nordeste [Livro]. - Nieteroi: UDUFF : Editora Paz e Terra, 1997.

HAESBAERT Rogério O mito da desterritorização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade [Livro]. - Rio de Janeiro : Bertrand Brasil LTDA, 2011.

HAMARAL Leão**Ceilândia, a história é esta**. [Livro]. - Ceilândia : ND DESINGN, 2011.

HOLSTON James**Cidade modernista**: uma crítica de Braília e sua autopia [Livro] / trad. Coelho Marcelo. - São Paulo : Companhia das Letras, 1993.

HOLZER Werther**O lugar na geografia humanista** [Artigo]. - Rio de Janeiro : [s.n.], jul./dez/ de 1999. - ano IV, nº7. - pp. 67-78.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vidada população brasileira** [Online] // http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf. - 27 de 07 de 2015. - 27 de Julho de 2017.

JEVAN Manoe**lCeilândia hoje** [Livro]. - Ceilândia : Academia Ceilandense de Letras, 2007.

KOWARICK Lúcio**Capitalismo e marginalidade** na América Latina [Livro]. - Rio de Janeiro : Paz e terra, 1975.

LEFEBVRE Henri **O Direito a Cidade** [Livro]. - São Paulo : Centauro, 2001. - 5ª- 2008.

LEONÍDIO Otávi**oCarradas de rasões**: Lúcio Costa e a arquitetura moderna brasileira (1924-1951) [Livro]. - Rio de Janeiro : Layola, 2007.

MARTINS José de Souza**Exclusão social e a nova desigualdade** [Livro]. - São Paulo : Paulus, 1997 [1938].

NOBRE Ana Luiza (organização)**Encontros /Lucio Costa** [Livro]. - Rio de Janeiro : Beco do Azougue, 2010.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

OLIVEIRA Mário de Brasília: **O mito na trajetória da nação** [Livro]. - [s.l.] : Paraleno 15, 2005.

PAVIANI AldoBrasília: Moradia e exclusão [Livro]. - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1996..

PEDROSA Mário Pedrosa **Dos murais de Portinari aos espaços de Brasília** [Livro]. - São Paulo : Perspectiva S.A., 1981. - [Organização] Aracy A. Amaral.

PENA Rodolfo Alves Estado, Nação e Governo [Online] // Brasil Escola. - uol. - 28 de 11 de 2017. - http://brasilescola.uol.com.br/geografia/estado-nacao-governo.htm.

PERLMAN Janice**O Mito da Marginalidade** [Livro]. - Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1977.

PINTO Tales Brasil Escola = O QUE É SESMARIA?. - 01 de Agosto de 2017.

QUEIROZ Maurício Vinhas[1970]**Sete aspectos sociais de Brasília** [Seção do Livro] // Brasília- antologia crítica / A. do livro XAVIER Alberto e KANTINSK Julio. - São Paulo : Cosac Naify, 2012.

RELPH, Eduard**;As Bases fenomenológicas da geografia** [Seção do Livro]. - Rio Claro : Geografia, 1979. - Vol. v.4. - 7.1979.

RIBEIRO Guatavo Lins**O capital da esperança**: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília [Livro]. - Brasília : Editora Universidade de Brasília , 2008.

RODRIGUES Kelly**O espaço fora do lugar: uma suposta nfilosofia geográfica do espelho do lugar** [Conferência] // Encontro Nacional da APENGE. Anais do APENGE, 2015. - Presidente Prudente : [s.n.], 2015. - pp. 5036-5047.

SANTOS Milton**Brasília e o subdesenvolvimento brasileiro** [Seção do Livro] // Brasília- antologia crítica / A. do livro XAVIER Alberto e KATINSKY Julio. - São Paulo : Cosac Naify, 2012.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

SANTOS Milton**Brasília e o Subdesenvolvimento Brasileiro** [Seção do Livro] // Brasília -Antologia Crítica / A. do livro XAVIER Alberto e KANTINSKY Julio. - São Paulo : Cosac Naify, 2012.

SCHMIDT Benicio Vieiro**Brasília como centro Político** [Seção do Livro] / A. do livro PAVIANI Aldo (Org.). - [s.l.] : Universidade de Brasília, 2010 [ 1985].

SEGRE Roberto**Ministério da Educação e saúde**: ícone urbano da modernidade brasileira ( 1935-1945 [Livro]. - São Paulo : Romano Guerra Editora, 2013.

SEQUEIRA Marta**La Sabana es dominable desde un avión; las montañas bogotanas, desde una habitación** [Seção do Livro] // Le Corbusier en Bogotá: 1947-1951. Precisiones en torno al plan director / A. do livro O'BYRNE Maria Cecilia, ARIS Carlos Martí Martí e ] [et al ]. - Bogotá : Pontificia Universidad Javeriana, Facultad de Arquitectura y Diseño, 2010.

SERPA Agnelo**Lugar e centralidade em um contexto metropolitano** [Seção do Livro] // A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios / A. do livro CARLOS Ana Fani Alessandri, SOUZA Marcelo Lopes de e SPOSITO Maria Encarnação Beltrão (org.). - São Paulo : Contexto, 2012.

SILVA Ernesto**História de Brasília**, um sonho, uma esperança, uma realidade [Livro]. - Brasília : Coordenata, [19-].

SKIDMORE Thomas E**.Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco** (1930-1964) [Livro]. - Rio de Janeiro : SAGA S/A, 1969.

SOMEKH Nadia**Projetos urbanos e estatuto da cidade**: limites e posibilidades [Online] // Vitruvius. - 2008. - 2018. - http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.097/131.

SOUZA Renato
http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/especiais/aniversario-de-ceilandia/2017/03/27/noticia-aniversariodeceilandia,583776/**Em-crescimento-acelerado**-economia-de-ceilandia-ja-representa-10-do-p.shtml [Online] // Correio Brasiliense. - 27 de Março de 2017. - 07 de Julho de 2017. - http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/especiais/aniversario-de-

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

ceilandia/2017/03/27/noticia-aniversariodeceilandia,583776/em-crescimento-acelerado-economia-de-ceilandia-ja-representa-10-do-p.shtml.

SPOSITO Maria Encarnação Beltrã**o** S**egregação socioespacial e centralidade urbana** [Seção do Livro] // A cidade contemporânea: segregação espacial / A. do livro VASCONCELOS Pedro Almeida, CORREIA E SILVA Roberto Lobato e PINTAUDI Maria. - São Paulo : Contextos, 2013.

TAMANINI L. Fernando**Brasília, Memória da construção,** [Livro]. - Brasília : Livraria Suespensa, 2003. - Vols. 1-2.

TAVARES Jeferson C.**50 anos do concurso para Brasília – um breve histórico** [Online] // Vitruvius, Arquitextos. - Julio de 2007. - 04 de 12 de 2017. - http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.086/234.

TUAN Yi-Fu**Espaço e Lugar: a perspectiva da Experiencia** [Livro]. - Londrina : Eduel, [1882] 2013 [2011?]. - Ano da publicação a ser confirmado.

VALTER Pitta**O fascinante universo da história** [blog] [Online] // Blogger. - 29 de Out. de 2010. - 08 de Ag. de 2017. - http://civilizacoesafricanas.blogspot.com.br/2010/10/os-manuscritos-de-timbuktu.html.

VASCONCELLOS Lélia **Projeto urbano – um novo termo para definir intervenções na cidade?** [Conferência] // Simpósio A Arquitetura da Cidade nas Américas. Diálogos contemporâneos entre o local e o global / ed. DO AMARAL E SILVA, Gilcéia e ASSEN DE OLIVEIRA, Lisete. - Florianópolis : PGAU-Cidade/ UFSC, 2006.

VASCONCELOS Pedro Almeida**Contribuição para o debate sobre os processos e formas sociopespaciais [Seção do Livro]** // A cidade conteporânea / A. do livro VASCONCELOS Pedro de Almeida, CORREA Roberto Lobato e SILVANA Maria Paitaudi. - [s.l.] : Contexto, 2013.

VIDAL Laurent**De Nova Lisboa a Brasília** - A invenção de uma capital ( séculos XIX - XX) [Livro]. - Brasília : UNB, 2009.

VIEIRA José Mocacir de Souza e COSTA NETO Antônio**Meu nome é Ceilândia: sou a margem do paraiso.** [Livro]. - Goiânia : Kelps, 2009.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

VILLAÇA Flávi**oEspaço Iintra-urbano no Bras**il [Livro]. - São Paulo : Studio Nobel: fapesp, 2001.

VILLAÇA Flávio**Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil** [Seção do Livro] // O Processo de Urbanização no Brasil / A. do livro DEÁK Casaba e SHIFFER Sueli Ramos (organizadores). - São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

WEBER Max E**conomia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva** [Livro]. - Brasília : Universidade de Brasília, 1999. - Vol. 2.

Wikipédia [Online] = **Capitanias do Brasil** // Wikipédia. - Out. de 2012. - 31 de 07 de 2017. - https://pt.wikipedia.org/wiki/Capitanias_do_Brasil#cite_note-2.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

# 9
# Web Sites apresentados:

http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.028/753

http://www.geoportal.segeth.df.gov.br

http://www.brasil.gov.br/governo

http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/especiais/aniversario-de-ceilandia/2017/03/27/noticia-aniversariodeceilandia

://www.archdaily.com.br/br/author/gabriela-gomez.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

# 10
# ANEXOS

## Anexo 1

Respostas originais de Ney Gabriel de Souza à nossas perguntas enviadas por e-mail.

**Fig. 116**(autor?) Ney Gabriel de Souza nem sua formatura (ano?). Fonte: Gabriella Terra

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

**Origem e família**

Nasci em Juiz de Fora, Minas gerais e morei na minha adolescência em Piratininga também em Minas até 1946. Tenho três filhas de dois casamentos atualmente estou viúvo e moro em Brasília mais precisamente no setor Sudoeste.

Morei anteriormente no período de 1973 à 1992 na cidade do guará I. vim para Brasília em 1960 partindo de Uberaba Minas Gerais onde morei por 10 anos.

Vim para Brasília para a convite de alguns uberabenses aqui radicados para trabalhar na (Novacap). Em Uberaba trabalhei na prefeitura municipal como desenhista de topografia.

**Formação como arquiteto**.

Em Brasília entrei para a faculdade de arquitetura e urbanismo (UNB) na primeira turma. Trabalhando na coordenação de arquitetura e urbanismo com o grupo técnicos do Dr. Lucio Costa que desenvolvia os projetos urbanísticos de Brasília e cidades satélites. O meu setor especifico (urbanismo regional) trabalhava no desenvolvimento e detalhes das chamadas cidades satélites.

**A Vida como funcionário público.**

Quando chegue em Brasília fui trabalhar na Novacap, mais precisamente no departamento de edificações. Esse departamento era um órgão da Novacap não diretamente subordinado ao DAU. Pois esse departamento era um órgão de fiscalização das obras públicas envolvendo a Novacap. No período em que trabalhei no DAU, conheci o arquiteto Jaime Zettel e outros companheiros como Ítalo Campofiorito entre outros todos da equipe do Dr. Lucio Costa a quem a sempre seguiam orientação.

**A entrevista**

1) como surgiu a Ceilândia?

Ceilândia surgiu apartir da criação de um grupo de trabalho na secretaria de Serviços Sociais do GDF na gestão do governador Hélio Prates com a finalidade de erradicação das favelas ou assentamentos irregulares no Distrito Federal. As remoções foram fixadas na chamada vila do IAPI, nas proximidades do Núcleo Bandeirante. Também em caráter provisório ou emergencial. Deste programa ouve a necessidade da fixação definitiva em local apropriado. O local escolhido foi a ária junto a cidade satélite de Taguatinga que já possuía há época infraestrutura adequada a sua expansão. Ceilândia foi a primeira grande experiência do trabalho social de erradicação de invasões tão comum no Distrito Federal até os dias atuais. Não tive influencia alguma tecnicamente falando, na escolha do local escolhido. Apenas fui designado por meus superiores para elaborar o projeto urbanístico. Do projeto original faltou apenas executar ou implantar aria destinada a um novo cemitério já que se previa um aumento considerável da população local (Taguatinga e Ceilândia). Não me recordo mesmo porque não participei do grupo funcional na escolha de outra aria possíveis portanto não poderia responder com segurança a sua pergunta quanto a localização de outros locais cogitados, fui designado pelo então secretário de VIAÇÂO E OBRAS para trabalhar exclusivamente no projeto da Ceilândia que na sua origem seria uma expansão de Taguatinga. Trabalhei nesta tarefa sozinho com auxílio de alguns desenhistas e supervisionados pelos meus superiores no serviço de urbanismo regional Dr. Lucio Pontual e Milton Pernambuco quanto ao projeto, com a localização determinada ẽ mapas topográficos da aria, estabeleci o critério

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

inicial de dois grandes eixos se cruzando ligados as vias de acesso partindo de Taguatinga, Imaginei em duas asas invertidas fechando um retângulo principal resultado do cruzamento dos dois eixos principais. Desse formato (arias curvas e retas) resultaram simetricamente duas figuras retangulares próprias para a localização de arias especiais e equipamentos urbanos na complementação do projeto como um todo, são resultados propositais do desenho desejado. Todo o projeto foi imaginado sobre as curvas de níveis da topografia local. Não houve nem um proposito inicial de haver nem uma semelhança com um barril conforme propalado por pessoas que associaram a está ideia. Na definição das quadras residências tipo, entre os conjuntos de lotes foram projetados espaços visando melhorar o transito de pessoas entre os vários conjuntos com acesso aos equipamentos urbanos nas entre quadras e também para facilitar a passagem possíveis de redes de serviços públicos. A ocupação desses chamados becos por novos lotes altera substancialmente a proposta original com prejuízo da comunidade. Como se pode notar o projeto previu uma quadra tipo repetida m vezes simetricamente ao longo dos eixos viários com acessos diretos sempre em cruzamentos. Entre quadras foram imaginadas onde se localizariam os equipamentos urbanos essenciais tais como comercio local, escolas de nível básico, templos religiosos, arias de esportes e lazer. Por se tratar de um projeto destinado basicamente a remoção imediata dos assentamentos irregulares apenas lotes individuais foram previstos com reserva de algumas outras arias destinadas a habitação coletiva que hoje estão sendo edificadas conforme o planejamento por iniciativa privada.

16) Referente a biografia. Até quando (ano) o senhor Ney Gabriel trabalhou no GDF, o último projeto que ele lembra ter feito?

Trabalhei no GDF Até a minha aposentadoria com 52 anos de idade, o último projeto de relevância foi o projeto urbanístico do Guará II.

**Comentários gerais.**

Hoje Ceilândia e uma realidade, um núcleo satélite pujante e desenvolvimento sócio econômico então pouco tempo. Quero crer que a sua localização próxima a Taguatinga tenha contribuído para essa evolução. Quanto a sua pergunta sobre outras cidades satélites que eu tenha projetado cito o Guará II uma expansão com urbanismo diferente do Guará I

**Outros detalhes**

Seguem juntos a este relato algumas recortes de jornais copias de desenhos referentes ao projeto da Ceilândia.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

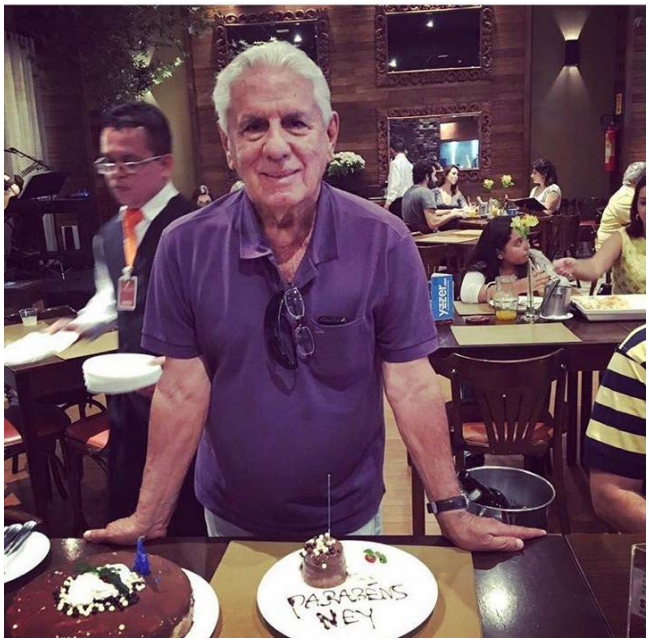



**Fig. 117**(ano provável 2017-2018) Ney Gabriel de Souza comemorando seu aniversário. Fonte: Gabriella Terra.

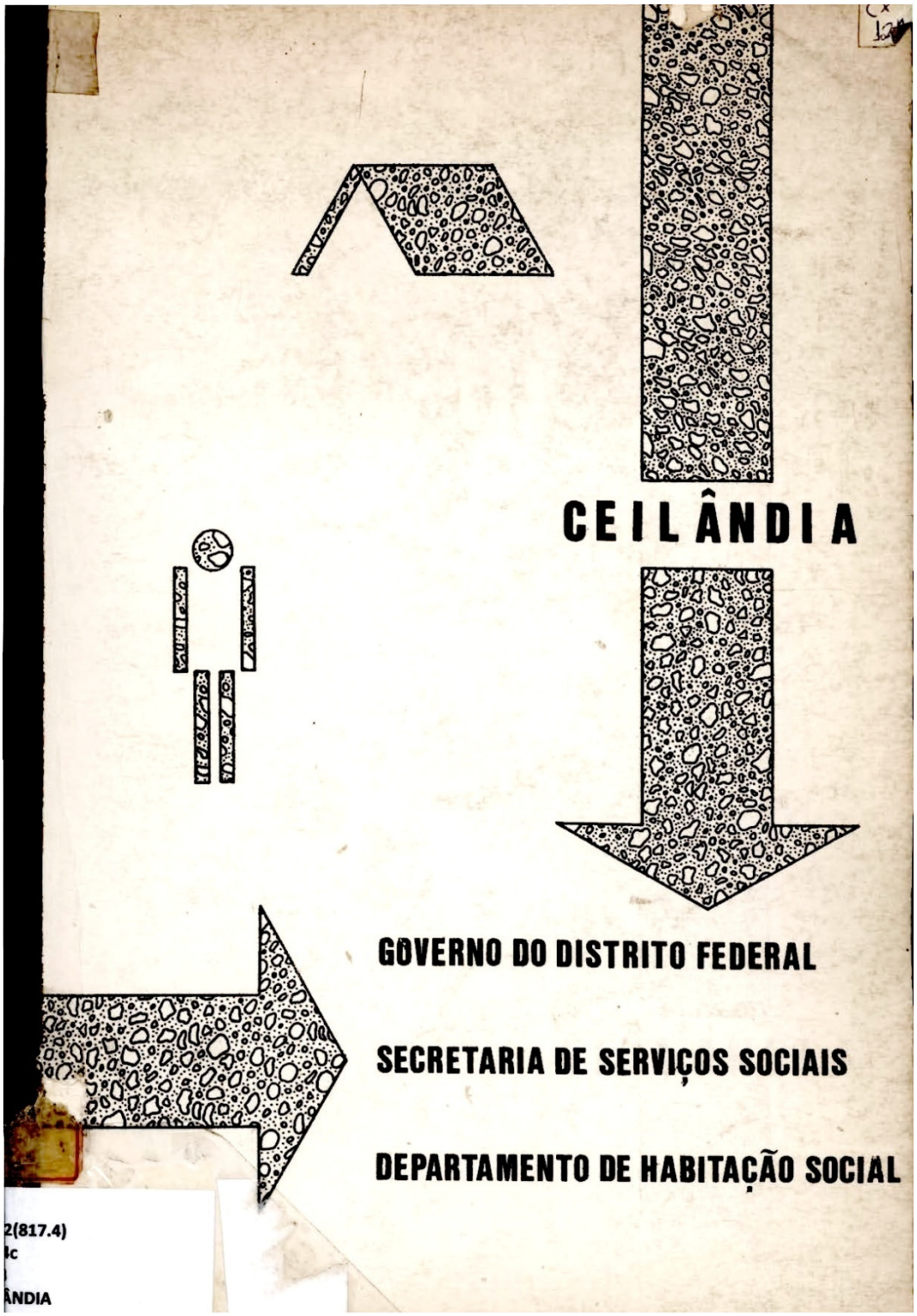
PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

**Anexo**

**2**

Documento Histórico sobre o projeto Social de Ceilândia na integra, o qual esta referenciado como(GDF, et al., 1973)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA




PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

CODEPLAN
BIBLIOTECA
NUDOC/SEDUH 5622

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

# CEILÂNDIA

94(234)
D611
1977

EQUIPE PARTICIPANTE DESTE TRABALHO

ELABORAÇÃO:

Vanine Vasconcelos Magalhães - (Engenheiro) - Diretor

Sônia Telles Horta Rodrigues Dias - (Assistente Social) - Assessora Técnica

Núbia David Macedo - (Economista) - Chefe do Serviço de Pesquisas Habitacionais

Paulo Roberto Bernardes Santos - (Arquiteto)

Silvia de Oliveira Magalhães - (Assistente Social) - Diretora - DAC -FSS

DATILOGRAFIA:

Antonio Marques Rodrigues - Assessor Auxiliar

Edmilson Rizzi - Secretário-Datilógrafo.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

- ÍNDICE -

Página

INTRODUÇÃO

I - DIAGNÓSTICO DE BRASÍLIA..... 11

Cidades Satélites e Invasões..... 13

Justificativa da Remoção..... 14

II - FASES DA REMOÇÃO

1. PREPARAÇÃO DA REMOÇÃO

Comissão de Erradicação de Favelas..... 15

Plano de Erradicação das Favelas do D.F.....-. 15

Pesquisa Sócio-Econômico-Escolar..... 16

Plano Urbanístico..... 24

Projeto de Remoção das Favelas do IAPI e Adja - cências..... 28

2. DINÂMICA DA REMOÇÃO

- MOTIVAÇÃO DA POPULAÇÃO

Serviço Social..... 31

CEI..... 32

- PROCESSO DE REMOÇÃO..... 33

III - CONSOLIDAÇÃO..... 37

1. PROJETOS DE SERVIÇO SOCIAL..... 38

Ação Comunitária..... 39

- Promoção Familiar..... 40

- Desenvolvimento do Menor..... 45

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

Página

- Bem Estar Social e Desenvolvimento Urbano. .. 48

2. PROJETOS DE HABITAÇÃO..... 51

Construção por Recursos Próprios..... 55

Conjuntos Residenciais..... 56

3. ATUAÇÃO DE ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS E ENTIDADES PARTICULARES..... 59

IV - CUSTOS DA CEILÂNDIA

1. Custo do Setor Social..... 61

2. Custo do Setor Viação e Obras..... 62

3. Custo do Setor Saúde e Saneamento..... 63

4. Custo do Setor Educação..... 64

5. Custo do Setor Serviços Públicos..... 65

6. Custo do Setor Esportes-Recreação..... 66

7. Custo do Setor Energia..... 67

8. Custo Total da Ceilândia..... 67

9. Aplicação Total Prevista - 1973..... 68

10. Preço Total de Venda dos Lotes da Ceilândia. 70

V - BIBLIOGRAFIA..... 73

Brasília, maio de 1 973

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

APRESENTAÇÃO

Ceilândia o mais novo núcleo habitacional do Distrito Federal é fruto da firme determinação do Excelentíssimo Senhor Governador Hélio Prates da Silveira, com o fim de proporcionar melhores condições de vida, abrindo novos horizontes a 82.000 favelados que viviam em condições sub-humanas em uma área sem perspectivas de urbanização.

Visando a participação e a progressiva promoção social do favelado, o processo de erradicação obedeceu a um programa de ocupação de lotes urbanizados, em habitações provisórias, e construção definitiva através do esforço próprio, conforme as disponibilidades financeiras de cada família.

Para a execução dos trabalhos foi criado o Grupo Executivo de Remoção (posteriormente transformado no Grupo Executivo de Consolidação da Ceilândia), integrado por assistentes sociais, engenheiro, arquitetos e pessoal administrativo, aos quais cabe o reconhecimento desta Secretaria.

OTOMAR LOPES CARDOSO
Secretário de Serviços Sociais

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

# I N T R O D U Ç Ã O

O desenvolvimento das regiões do Brasil não se processou de maneira uniforme. Da extensa floresta Amazônica, ao Sul do país, existem áreas com estágios de desenvolvimento e urbanização acentuadamente desiguais.

Dentro da realidade brasileira poderíamos classificar como áreas desenvolvidas apenas o sul, parte do sudeste e centro-oeste (sul de Goiás e Mato Grosso), por apresentarem uma interdependência ou uma diversidade de estrutura acrescida de uma certa especialização econômica.

Tais desajustes, ou desequilíbrios dentro da organização espacial nacional, geram movimentos migratórios internos, onde zonas menos avançadas funcionam como emissoras de capital humano para zonas desenvolvidas, acarretando com isso problemas de grande monta tanto para uma como para outra.

Geralmente, a população que parte das áreas menos desenvolvidas é constituida de pessoas dinâmicas e jovens (mão-de-obra em potencial dessas áreas), deixando para trás uma população mais idosa, sem perspectivas futuras, conformada com a situação em que se encontra.

Por outro lado, o desajuste entre demanda e oferta de emprego, entre a solicitação de mão-de-obra especializada e a mão-de-obra não qualificada oferecida, geram nas áreas desenvolvidas um "inchamento" demográfico que as estruturas urbanas são incapazes de absorver completamente, o que leva a formação de aglomerações constituidas por uma

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

população amorfa, marginalizada, duplamente improdutiva.

Voltada para esse tipo de problema, ou seja, o do fluxo migratório, e por entender que um remaneja - mento urbano só alcançaria os fins desejados quando sua proposta congregasse e afinasse também com as teses econômicas , sociais e culturais dessa mesma estrutura social na qual ele está inserido, a Secretaria de Serviços Sociais do Governo do Distrito Federal desenvolveu uma proposta a nível nacional no sentido de que fossem criados postos de triagem, tanto nas zonas emissoras quanto nas receptoras de migrantes, com o objetivo de dotá-los de uma orientação eficaz e, posteriormente , dar-lhes oportunidade de optarem por locais que harmonizassem com suas aptidões pessoais.

A proposta teve boa receptividade nos meios nacionais. É hoje objeto de estudo conjunto e está sendo aplicada paulatinamente em várias regiões. Na área de influência geo-econômica do Distrito Federal, a ação da Secretaria de Serviços Sociais com a criação de Centros e Postos de Triagem e Treinamento de Migrantes, vem alcançando resultados concretos, com a redução do fluxo migratório que, originariamente se dirigia para Brasília.

Isso porque, nas próprias áreas em que foram instalados existia um mercado de trabalho capaz de absorver parte da mão-de-obra treinada através dos cursos de capacitação profissional.

Assim é que, com esse tipo de controle, pôde a Secretaria de Serviços Sociais por um lado, dar o primeiro passo na prevenção contra o aparecimento de novas fave-

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

las, e por outro, fazer a remoção das já existentes, transferindo uma população de 82 094 habitantes para uma área pré - determinada, munida de infra-estrutura capaz de atender às solicitações de seus novos moradores, bem como, acompanhar e orientar par e passo a consolidação deste plano nos dias atuais.

Embora o plano venha sendo desenvolvido segundo as etapas programadas, a Secretaria de Serviços Sociais teme possa ser ele entendido apenas como uma realização estanque, como uma preocupação de resolver uma situação local, ou seja, o problema das favelas no Distrito Federal.

Seu objetivo é mais amplo, na medida em que se trata de um problema nacional. É pensamento do Governo do Distrito Federal que a filosofia do plano funcione não como um exemplo de perfeição, mas com o objetivo de estudo para possíveis implantações em outras áreas, desde que moldado e adaptado, segundo as características e necessidades de cada uma delas. Finalizando, entende a Secretaria de Serviços Sociais que o fator básico para a proliferação das favelas é decididamente o desequilíbrio na organização espacial do território nacional, o que leva as populações menos favorecidas a procurarem áreas mais desenvolvidas, áreas essas, no entanto, incapazes de absorve-la totalmente, dentro de sua estrutura, tornando-a assim marginalizada.

A população urbana do Brasil vem crescendo assustadoramente de 32 milhões em 1960 para 53 milhões em 1970, poderá ultrapassar os 80 milhões em 1980, o que representará 2/3 da população total brasileira que será na época de 120 milhões de brasileiros.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

Urge pois enfatizar a necessidade de uma ação nacional de reequilíbrio territorial, buscando reestruturar áreas menos desenvolvidas integrando-as na economia nacional.

Sem dúvida, nos dias atuais, o fator básico e definidor de uma organização espacial é a industrialização; contudo ela não pode ser vista isoladamente. Sua evolução reflete e é reflexo de uma organização urbana. Assim, paralelamente à implantação industrial deve desenvolver medidas que visem a urbanização da área, conectando fluxos de interesses e gerando encadeamento de funções por toda a área.

A industrialização isolada, somada às aberturas de vias de comunicações, levam as regiões em potencial ao sério risco de funcionarem como zonas de complementação, atendendo não às necessidades do seu entorno, mas sim, às exigências de uma indústria central catalizadora.

Para que uma industrialização venha modificar o rítmo de expansão em termos econômicos de uma determinada área, é necessário que a mesma seja implantada dentro de uma trama urbana, conseguida através de uma polarização ou hierarquização urbana, a fim de que gere de fato uma impulsão na referida área.

A trama ou as interdependências urbanas permitem que a industrialização se difunda, levando então a integração da área de modo a repercutir em todo o espaço nacional.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

Na medida que essas interconexões se cristalizem, mais e mais, a região estará apta a reter seu capital humano, uma vez que parte de seu excedente produtivo deverá ser reaplicado dentro de suas zonas de influências, possibilitando, por um lado, o desenvolvimento das atividades e necessidades humanas dentro de cada região, e por outro, tornando a região economicamente integrada.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

## I DIAGNÓSTICO DE BRASÍLIA:

Antes da implantação de Brasília, o fluxo migratório proveniente das regiões norte e nordeste era dirigido especificamente para o sul do país, onde a industrialização abria perspectiva de absorção de grande número de pessoas. Com a aceleração desta industrialização, e com as necessidades sempre crescentes de mão-de-obra especializada para operar na indústria, este fluxo, por ser intenso, era flutuante dentro daquela própria região, devido sobretudo ao baixo índice de especialização do migrante recém-chegado.

**(antes de Brasília)**

Com a criação de Brasília, este fluxo flutuante sulino foi então catalizado para a região centro-oeste, onde a construção civil passou a abrir amplas

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

perspectivas de aproveitamento dessa mão-de-obra não especializada.

Paulatinamente, Brasília foi despertando interesse por todo território nacional, sobretudo nas regiões norte e nordeste. Assim, movimentos migratórios que antes se dirigiam especificamente ao sul do país , passam a ter suas rotas alteradas para a região centro - oeste.

**(depois de Brasília)**

Progressivamente então, Brasília foi "engordando" em termos demográficos, e, devido a sua característica básica de "cidade administrativa", não pôde ela, após sua consolidação, dar condições sociais e econômicas aos que a fizeram nascer, tendo em vista ser o seu mercado de trabalho altamente elitizado.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

O "candango", como passou a ser chamado o operário que construiu Brasília, permaneceu então absorvido apenas no setor da construção civil, tolhido assim de uma melhora na renda salarial. Somando-se a essa baixa renda salarial as constantes flutuações do mercado de trabalho ( setor da construção civil) e ainda a desenfreada super valorização do lote, fruto da especulação imobiliária, ficou o "candango" sem meios para a aquisição ou construção de sua casa própria.

Cidade Satélite e Invasões

Brasília se viu então às voltas com grave problema social. Antes mesmo de atingir metade da população prevista, a capital vê proliferar no seu entorno as chamadas cidades satélites que, quando da elaboração do plano diretor, seriam implantadas somente após o plano piloto ter atingido sua totalidade populacional (500 a 700 mil habitantes).

Paralelamente, desenvolvia-se dentro do plano piloto pequenos, mas inúmeros focos de invasões, na maioria das vezes em torno de canteiros de obra, e alí permanecendo após a conclusão das mesmas.

Ações de remoções eram efetuadas, contudo, por não obedecerem critérios pré-estabelecidos, funcionavam simplesmente como "transferência de favelas".

Foi assim que teve início a chamada "pequena invasão do IAPI" que, posteriormente, somada aos agrupamentos favelados denominados: Vila Tenório, Vila Esperança , Vila Bernardo Sayão e Morro do Querozene, transformou-se na grande invasão do IAPI, que contava com mais de 80.000 habitantes, vivendo, em aproximadamente, 15.000 mil barracos em condições sub-humanas.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

Justificativa da remoção

Com a nova política governamental, o problema do favelado passou a ser visto sob novos ângulos.

Decididamente, a remoção era necessária.

A política estabelecida pelo Governo do Distrito Federal previa no entanto, não apenas uma transferência de invasões de uma área para outra, mas criar um núcleo habitacional dotado de toda a infra-estrutura e equipamentos comunitários necessários à vida urbana.

Assim é que cada lote foi urbanizado de maneira a receber, numa primeira fase, o barraco de madeira e, mais tarde, na medida das possibilidades financeiras e aspirações concretizáveis, a casa de alvenaria.

Os fatôres básicos que motivaram a remoção foram então:

- melhorar as condições de vida da população marginalizada, oferecendo-lhes possibilidades de integração na comunidade do Distrito Federal;
- proteção sanitária da população favelada e da população em geral, visto encontrar-se a quase totalidade das favelas às margens de riachos que têm suas deságuas no lago do Paranoá;
- Promoção social das famílias faveladas; e
- Preservação do plano urbanístico de Brasília.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

NUDOC/SEDUH



## II - FASES DA REMOÇÃO

### 1. PREPARAÇÃO DA REMOÇÃO

#### Comissão de Erradicação de Favelas

A primeira medida concreta para levar a efeito a remoção, foi a Comissão de Erradicação de Favelas criada em março de 1970. A Comissão de Erradicação de Favelas veio substituir um Grupo de Trabalho já existente no Distrito Federal para o estudo do problema "invasões", como são designadas as favelas no D.F., contando com representantes dos diversos órgãos do Complexo Administrativo do Distrito Federal, e sob a Presidência do Secretário de Serviços Sociais, Dr. Otomar Lopes Cardoso, a Comissão teve sua estrutura organizada e passou a receber os recursos materiais e financeiros necessários ao seu funcionamento.

#### Plano de Erradicação das Favelas do D.F.

Uma das primeiras medidas tomadas, foi a elaboração do Plano de Erradicação das Favelas do Distrito Federal, documento que focaliza o problema "invasões" como uma resultante principalmente da migração intensa para Brasília, procurando dar uma solução adequada à realidade do Distrito Federal.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

Dividido em quatro partes, faz uma análise sociológica das " invasões ", e propõe uma programação que objetivasse não apenas sua remoção de uma área para outra, mas erradicar de fato as " invasões " com projeto habitacional, de promoção social das famílias e de medidas de prevenção contra a formação de novas invasões no Distrito Federal.

PESQUISA SÓCIO-ECONÔMICO-ESCOLAR

No Plano, a Comissão recomendou a realização de uma pesquisa sócio-econômico-escolar, objetivando colher dados sobre a população a ser removida, tais como renda familiar, número de crianças em idade escolar, de analfabetos, de incapacitados físicos ou mentais e de barracos ocupados por solteiros sem dependentes.

Realizada de fevereiro a julho de 1970, a pesquisa forneceu dados cuja síntese apresentamos nos quadros a seguir:

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

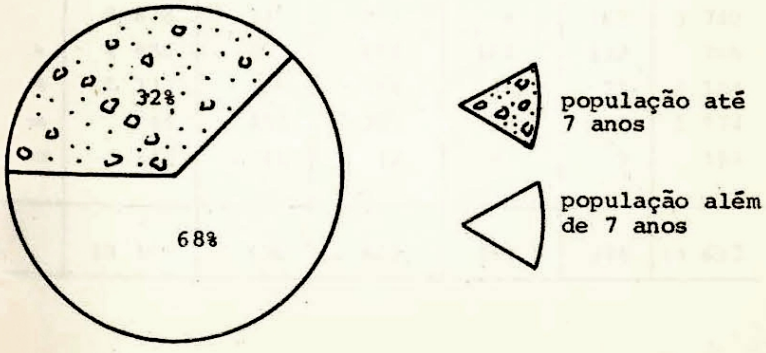
NÚMERO DE BARRACOS E RESIDENTES NAS INVASÕES

QUADRO I

julho/70

| INVASÕES | BARRACOS | RESIDENTES | | TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| | | de 0 a 7 anos | | |
| | | soma | % | |
| IAPI | 10 165 | 16 261 | 33 | 48 836 |
| Vila Tenório | 2 106 | 2 816 | 27 | 10 128 |
| Vila Esperança | 1 629 | 2 172 | 28 | 7 627 |
| Vila Bernardo Sayão | 359 | 575 | 32 | 1 792 |
| Vila Querozene | 348 | 598 | 34 | 1 745 |
| TOTAL | 14 607 | 22 422 | - | 70 128 |

Através dos dados apresentados no quadro acima, podemos verificar que 1/3 da população residente nestas invasões se constituia de crianças até 7 anos. É importante enfatizar que dos 14 607 barracos residiam crianças em 11 203 deles, correspondendo assim a 76% dos barracos residenciais e comerciais. Este dado veio facilitar aos órgãos do governo as previsões na aplicação de recursos em obras de infra-estrutura e equipamentos comunitários, como: água, energia elétrica, pavimentação, centros sociais, escolas, postos de saúde e play - grounds, para atender as necessidades da população. O gráfico abaixo nos dá uma visão global dos dados mencionados.




PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

O total de residentes computados na pesquisa não corresponde aos removidos, visto que este levantamento foi realizado alguns meses antes de se processar a remoção, época em que os habitantes ainda não acreditavam na transferência destas vilas para a Ceilândia.

Com os primeiros preparativos concretos, visando efetivar a remoção, ocorreu uma ocupação indevida por famílias que construiram seus barracos a noite, escapando à fiscalização mantida. Interessadas em adquirir um lote na nova área, estas famílias foram estudadas e aquelas realmente carentes eram enquadradas nos critérios pré-estabelecidos para ocupação de um lote urbanizado na Ceilândia. Os demais retornaram para os lugares de origem. Estes excedentes foram os responsáveis pela diferença entre as famílias levantadas e as famílias removidas.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

## RENDA BRUTA FAMILIAR

QUADRO 2

| Classes de Renda Em CR$ | Número de Barracos | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | IAPI | Tenório | Esperança | B.Sayão | Queroz | Total |
| Zero | 181 | 18 | 13 | 3 | 5 | 220 |
| De 1 a 178 | 2 878 | 332 | 267 | 94 | 169 | 3 740 |
| De 179 a 356 | 4 886 | 822 | 678 | 187 | 132 | 6 705 |
| De 357 a 534 | 1 330 | 429 | 354 | 46 | 25 | 2 184 |
| De 535 acima | 748 | 484 | 305 | 29 | 8 | 1 574 |
| Desempregado | 142 | 21 | 12 | - | 9 | 184 |
| T O T A L | 10 165 | 2 106 | 1 629 | 359 | 348 | 14 607 |

A maioria das famílias residentes nestas vilas se caracterizavam por um baixo padrão financeiro de vida, portanto, subsistindo com uma renda predominantemente baixa como comprova os dados do Quadro nº 2.

Entre todas as vilas, a do Querozene se sobrepõe às outras, pois dos 348 barracos 86% das famílias residentes percebiam uma renda de 1 a 3 salários mínimos concentrando-se mais de 50% destes na faixa de apenas 1 salário mínimo da época.

Em segundo e terceiro lugares constatamos as Vilas de Bernardo Sayão e IAPI, com respectivamente 78% e 76% de sua população vivendo com a renda acima mencionada.

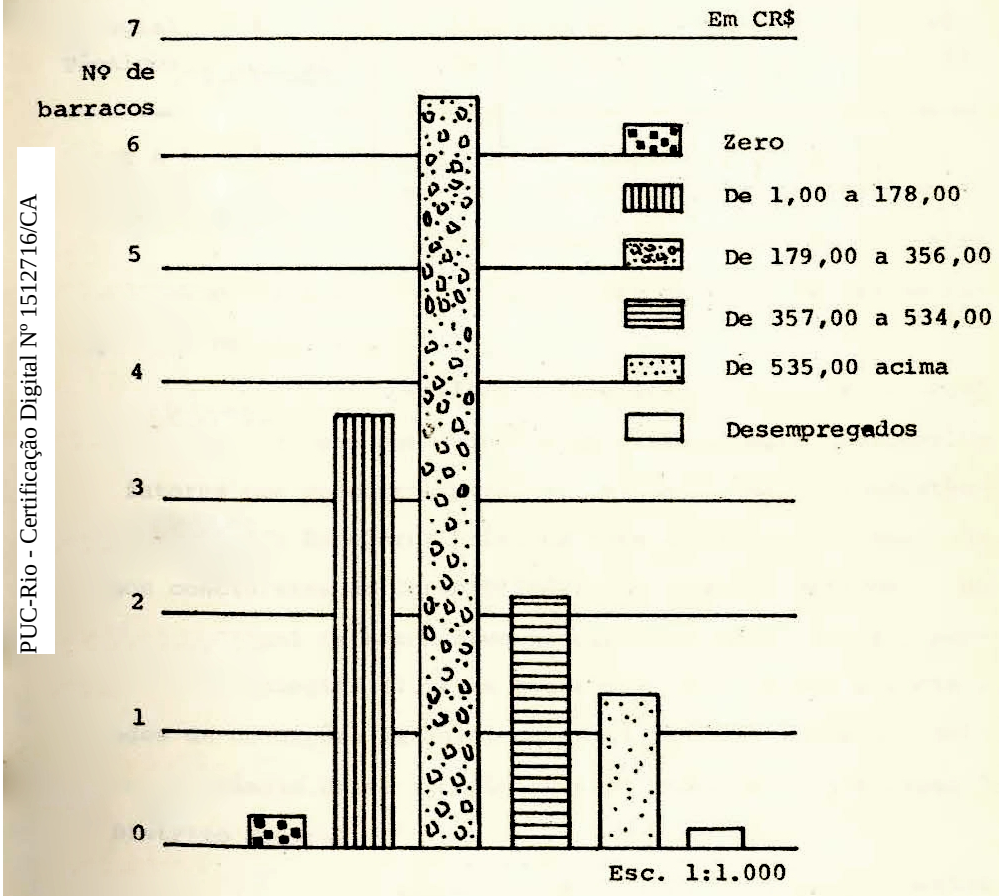
As 220 famílias sem redimentos eram formadas de mendigos e de outros vivendo sob a dependência econômica de parentes ou amigos.

Convém destacar que "Desempregados" foi computado o nº de barracos nos quais todos os residentes estavam sem emprego no dia em que foi realizada a pesquisa.

A classificação dos barracos foi feita por "faixa de renda", e não por "nível de emprego".

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

RENDA BRUTA FAMILIAR




PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

## ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO REMOVIDA

QUADRO 3

julho/70

| CURSOS | Número de estudantes | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | IAPI | Tenório | Esperan. | B.Sayão | Queroz. | Total |
| Primário | 6 991 | 1 553 | 1 258 | 342 | 277 | 10 421 |
| -Supletivo | 1 911 | 502 | 407 | 59 | 68 | 2 947 |
| Ginásio | 875 | 657 | 434 | 56 | 33 | 2 055 |
| Normal | 16 | 16 | 6 | - | - | 38 |
| Colegial | 73 | 88 | 32 | 6 | 2 | 201 |
| Técnicos | 19 | 43 | 14 | 1 | - | 77 |
| T O T A L | 9 885 | 2 859 | 2 151 | 464 | 380 | 15 739 |

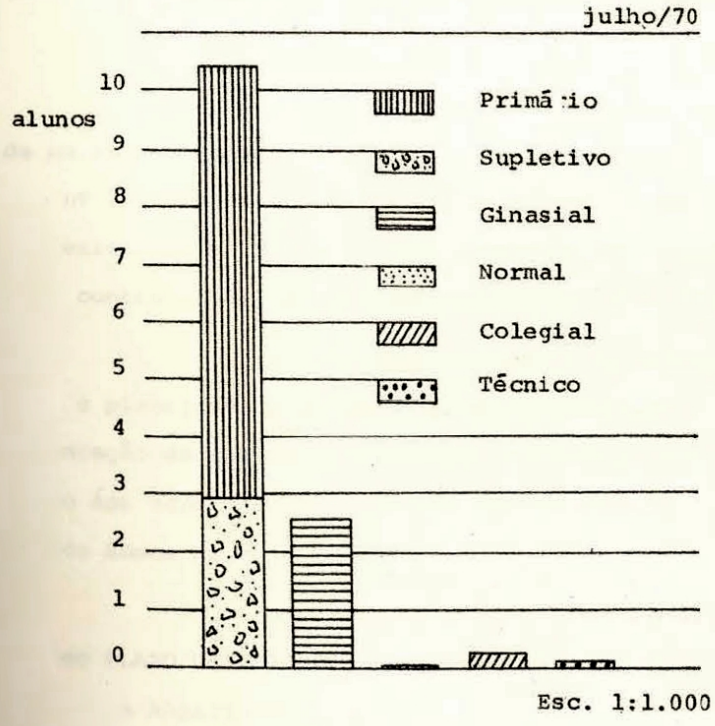
O maiornúmero de estudantes se concentrava no Cruso Primário, com um percentual da ordem de 85% em relação aos demais cursos.

Verifica-se que,deste total, era insignificante o número dos que atingiam um curso técnico qualquer.Um dos fatores que concorria para esta situação, era a inexistência de Unidades Escolares próximas para atender a demanda de alunos concluintes do Curso Primário, daí um dos motivos do baixo percentual de estudantes no curso ginasial (13,0%), normal (0,2%), colegial (1,3%) e técnico (0,5%). Na sua maioria , dotados de condições financeiras precárias, era quase impossivel a frequência deles a colégios existentes em outras áreas ' do Distrito Federal.

Quando a pesquisa foi realizada nestas invasões, funcionavam nove (9) Escolas-Classe em barracos de madeira, atendendo 5.729 alunos no curso Primário. O restante era atendido pelas Escolas do Núcleo Bandeirante - cidade satélite localizada próxima às grandes invasões.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO




PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

NÚMERO DE SEMI-ALFABETIZADO E ANALFABETOS DA POPULAÇÃO REMOVIDA

QUADRO - 3.1

Julho/72

| População | NÚMERO DE PESSOAS | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | IAPI | Tenório | Esp. | B.Sayão | Queroz. | Total |
| Semi-Alfabetizada | 3 822 | 424 | 343 | 122 | 88 | 4 799 |
| Analfabeta | 5 358 | 588 | 505 | 180 | 247 | 6 878 |
| T O T A L | 9 180 | 1 012 | 848 | 302 | 335 | 11 677 |

A pesquisa não considerou os analfabetos de mais de 50 anos. Comparando-se este resultado com o do quadro nº 2, referente à população estudantil, nota-se a defasagem existente entre eles, pois havia 15 739 alunos escolarizados, contra 11 677 de semi-alfabetizados e analfabetos.

Estes dados foram de extrema importância para o planejamento do novo núcleo habitacional, tanto para a preparação de sua infra-estrutura física, quanto para a implantação dos serviços comunitários indispensáveis à plena integração do homem na vida urbana.

Tiveram início assim os estudos que levaram ao PLANO URBANÍSTICO e ao PROJETO DE REMOÇÃO DAS FAVELAS DO IAPI e ADJACÊNCIAS.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

Plano Urbanistico de Brasília

Características geográfica e física

A Ceilândia está situada a oeste do Distrito Federal, numa altitude máxima de mil duzentos e setenta e cinco metros ( 1 275 m), entre o paralelo 15º 49' e meridiano 48º 7', ocupando uma área total de 13 $Km^2$.

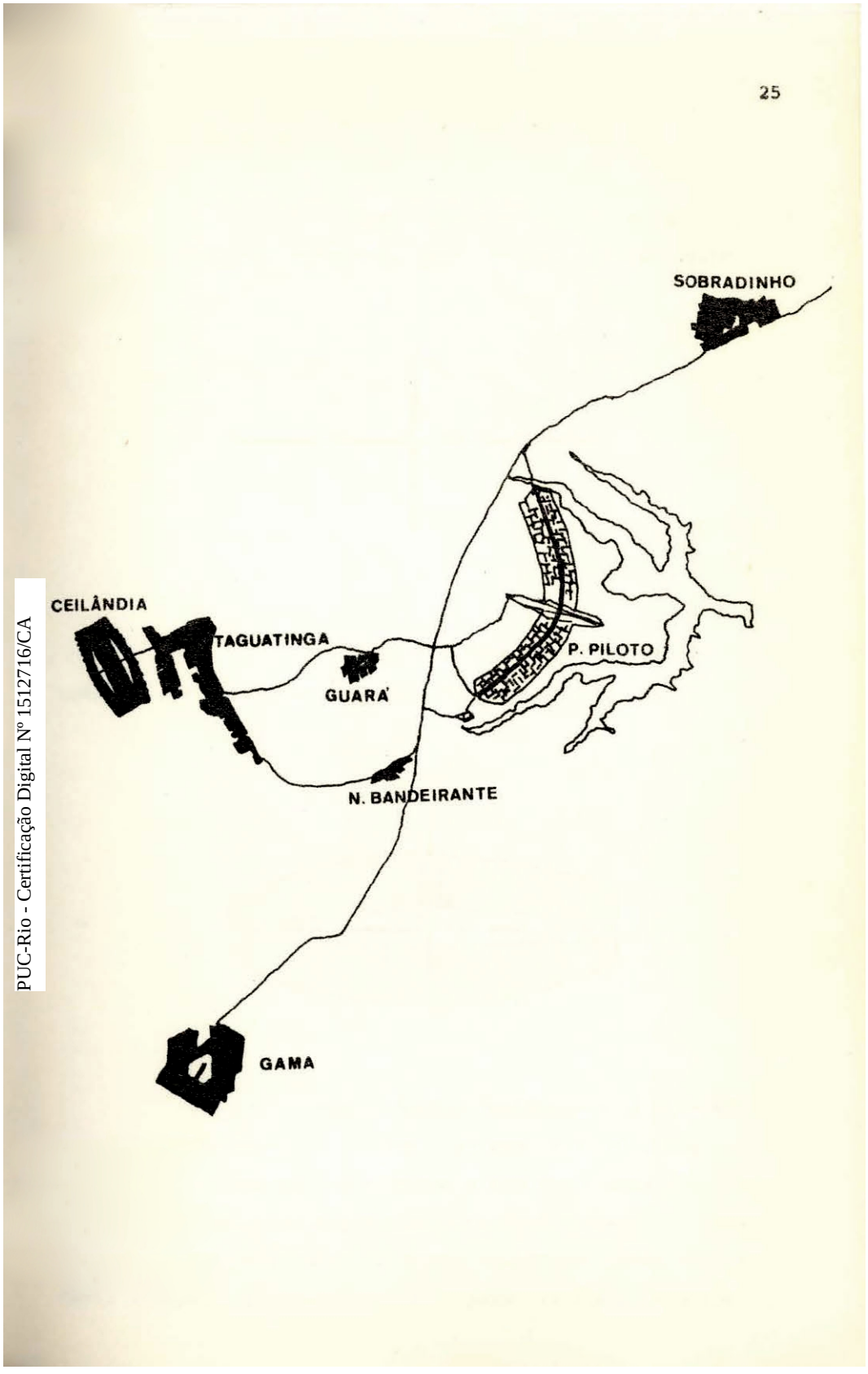
Tal área era anteriormente destinada ao setor de comunicações, pertencente aos Ministérios do Exército, Aeronáutica e Comunicações, que cederam partes que lhes eram de direito, a fim de que ali fôsse implantada a nova cidade.

Além desse lado econômico (áreas desapropriadas), outros fatôres justificaram ainda mais a escolha da área:

- topografia accessível para a implantação de infra-estrutura;
- zona favorecida pelo abastecimento d'água;
- área localizada fora da faixa de segurança sanitária;
- Proximidade de Taguatinga, cidade capaz de oferecer:
  - . mercado de trabalho
  - . assistência hospitalar
  - . transporte
  - . vias de acesso
  - . proximidade dos principais núcleos rurais que abastecem Brasília com produtos hortigranjeiros.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

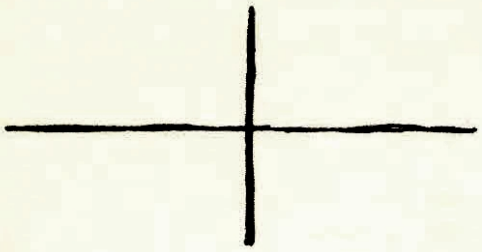
25



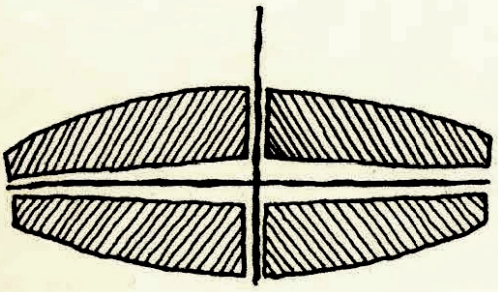

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

Plano Físico da Cidade

A Cidade teve como seu marco inicial, dois eixos diretores cruzados, formando entre sí um ângulo de 90º.



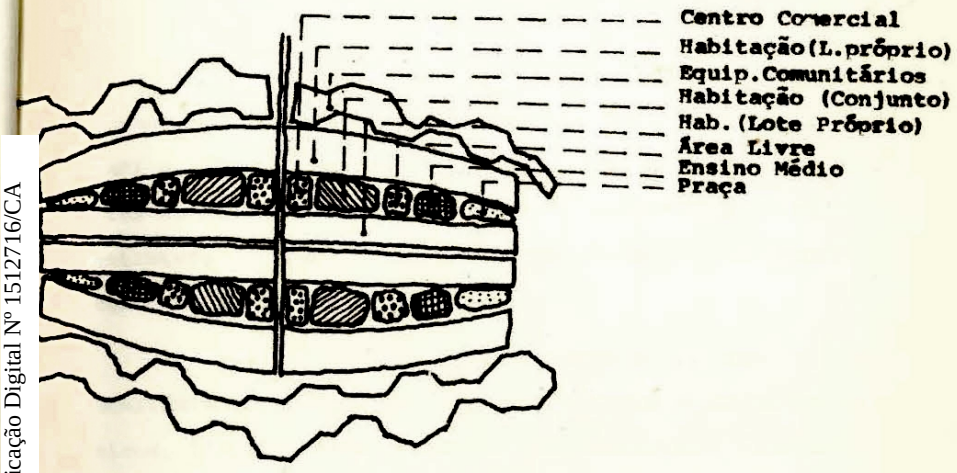
Obedecendo o direcionamento desses eixos, foi que o projeto da cidade se desenvolveu:



O novo núcleo habitacional é dividido em quadras residenciais em número de quarenta (40), num total de vinte e hum mil, setecentos e noventa e dois (21 792) lotes, contando ainda com hum mil, cento e vinte e seis (1 126) lotes comerciais, oitenta e cinco (85) áreas especiais diversas, trinta e seis (36) para escolas e ginásios,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

trinta e seis (36) para templos, e oito (8) destinados a cine ma, oito (8) para esporte, quatro (4) reservada para bibliote ca, quatro (4) para agências postais, quatro para postos de gasolina, quatro (4) para postos de saúde, uma (1) reservada para Centro Médico Hospitalar e duas (2) destinadas a feiras livres, além de áreas verdes para jardins públicos, praça e todo o complexo de serviços públicos, diversões e recreações.




Nota-se portanto que a cidade é dividida em quatro (4) partes, sendo que os equipamentos existentes numa delas são rebatidos e se comportam do mesmo modo nas outras três (3).

As habitações individuais (lote próprio) são inseridas em quadras e, entre uma quadra e outra, acontecem os equipamentos comunitários mais imediatos (pequeno comér cio - igreja - escola - jardim de infância - área de recrea - ção - parada de ônibus, etc). Além de vias asfaltadas, dos lo

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

tes demarcados, das torneiras públicas dispostas a cada 50 metros para abastecimento provisório de água, foram construídas, de imediato 6 escolas primárias para receber a transferência das crianças que estudavam nas "invasões", impedindo assim a interrupção dos seus estudos. A rede de transportes também foi montada e cresceu gradativamente, de acordo com as necessidades previstas.

## PROJETO DE REMOÇÃO DAS FAVELAS DO IAPI E ADJACÊNCIAS

Elaborado por uma equipe de técnicos com formação diversificada, o Projeto de Remoção das Favelas do IAPI e Adjacências definiu os critérios para locação das famílias na nova área, o treinamento do pessoal para a ação, a estrutura do trabalho, o quadro de pessoal, a origem dos recursos financeiros e materiais.

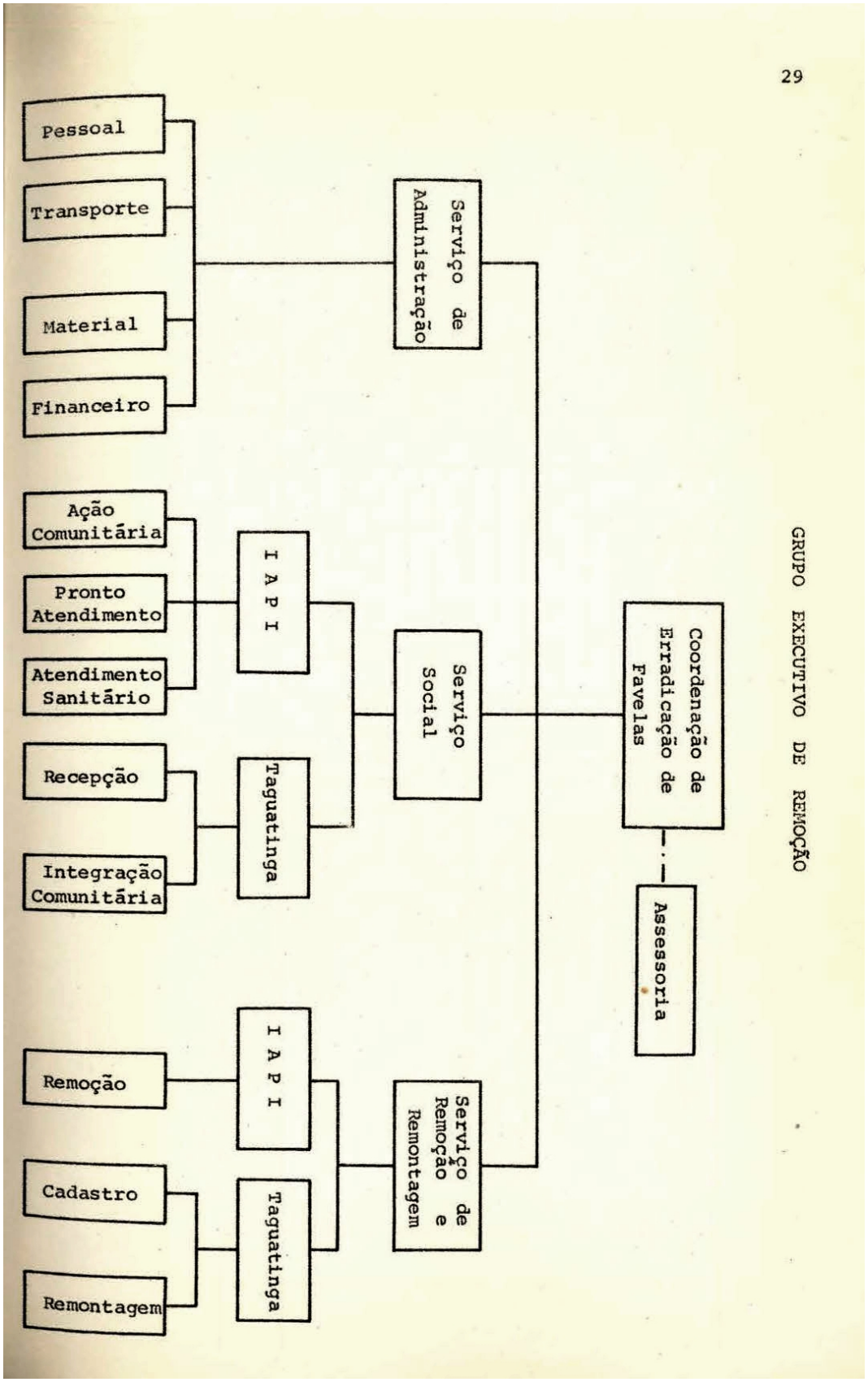
Um outro projeto específico de AÇÃO COMUNITÁRIA foi também montado, com o objetivo de levar os técnicos, líderes locais e o povo a integrar-se na política de ação do governo do Distrito Federal, no que concerne à melhoria de condições habitacionais e humanas das populações marginalizadas do processo urbanístico de Brasília.

Para executar os trabalhos de remoção, foi criado o GRUPO EXECUTIVO DE REMOÇÃO - GER, diretamente subordinado ao Secretário de Serviços Sociais e Presidente da Fundação do Serviço Social.

O GER teve sua estrutura definida como mostra o seu organograma, tendo sido necessário mobilizar 269 pessoas para a remoção dos 14 607 barracos.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA



30

- QUADRO DE PESSOAL DO GER -

| Atividade de Coord. e Assessor. | Nº | Atividades fins | Nº | Atividades Meios | Nº |
|---|---|---|---|---|---|
| Coordenador Geral | 1 | Assistente Social | 8 | Aux. de Administração | 14 |
| Assessor | 1 | Auxiliar Social | 10 | Arquivista | 1 |
| | | Auxiliar de Campo | 7 | Técnico de Contabilidade | 1 |
| | | Auxiliar de Enfermagem | | Coordenador Administrativo | 1 |
| | | Enfermeiros | 2 | Chefes Administrativos | 3 |
| | | Carpinteiros | 85 | Secretário-Datilógrafo | 2 |
| | | Aux. Carpinteiro | | | |
| | | Serventes | 120 | | |
| | | Assessor de Pesquisa | 1 | | |
| | | Fiscais de Topógrafo | 10 | | |
| T O T A L | 2 | T O T A L | 243 | T O T A L | 22 |

Fonte: Projeto de Remoção das Favelas do IAPI e Adjacências.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

## 2. DINÂMICA DA REMOÇÃO

### MOTIVAÇÃO DA POPULAÇÃO

#### Serviço Social

O trabalho de preparação, orientação e motivação dos habitantes das invasões para a mudança, esteve a cargo da equipe de Serviço Social do GER. Para tal, fêz-se contátos com os líderes institucionais, que passaram a se reunir semanalmente com os assistentes sociais, trazendo-lhes as aspirações e sugestões da comunidade, que eram cuidadosamente estudadas e, se possível, atendidas.

Um serviço de plantão de atendimento a população foi logo instalado, com o objetivo de prestar as informações necessárias sobre:

- os critérios para recebimento do lote;
- a data de remoção;
- a dinâmica da remoção;

Foram utilizados ainda cartazes, panfletos, e auto-falante na informação dos habitantes das invasões.

Acrescente-se que os instrumentos de comunicação social foram amplamente utilizados. Uma campanha publicitária foi elaborada pelo Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília, com o objetivo de esclarecer a opinião pública e solicitar sua colaboração, com relação à transferên -

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

cia dos habitantes das invasões para a nova área.

Depois de seis meses de instalação na área, o Serviço Social realizou uma segunda pesquisa, desta ' vez por amostragem, para medir o grau de aceitação do projeto de remoção, o grau de aceitação do novo núcleo, no qual, na época, estavam em andamento os trabalhos de infra-estrutura , e as dúvidas que acaso existissem e que precisavam ser esclarecidas.

Os resultados foram animadores, uma vez que, dos cinquenta entrevistados, a aceitação era total, o nível de informação bastante satisfatório, havendo mesmo um grande desejo de que a mudança fôsse logo iniciada.

As reuniões com os grupos, a orientação e esclarecimento da população, tiveram continuidade até as vésperas da remoção.

CEI

A Campanha de Erradicação das Invasões-CEI - entidade de fins sociais, liderada pela primeira dama do Distrito Federal, D. Vera de Almeida Silveira, atuava paralelamente ao Serviço Social. Tendo por slogan "A Cidade é uma só", a CEI foi criada com os objetivos de esclarecer a população do D.F. sobre as necessidades de remoção e de sensibilizá-la para obter sua colaboração, mediante o fornecimento de materiais de construção , alimentos, roupas e materiais escolares.

A CEI abriu um Bazar que vendia a preços

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

simbólicos e, com essa arrecadação adquiria novos materiais , atendendo assim às necessidades mais imediatas da população.

Como as famílias passavam todo o dia nos trabalhos de reconstrução dos barracos, a CEI empreendeu um programa de ajuda alimentar que, através do fornecimento' de uma sopa, leite, pão, café e frutas, procurava facilitar o primeiro e mais árduo dia passado no novo núcleo, e evitar que fossem feitas maiores despesas por parte dos transferi - dos.

Buscava assim o trabalho voluntário integrar seus esforços aos do Governo, a fim de proporcionar ' as melhores condições a todas as famílias.

## PROCESSO DE REMOÇÃO

A Remoção teve Início no dia 27 de março de 1971, durando pouco mais de 11 meses, terminando no dia 09 de março de 1972.

Definidos no Projeto de Remoção das Invasões do IAPI e Adjacências, e complementados de acordo ' com a realidade, chegou-se aos seguintes critérios, que foram os principais, para a distribuição dos lotes na Ceilândia:

- não ser possuidor de outros bens imóveis no Distrito Federal,
- ser residente proprietário na invasão, na época em que a pesquisa foi realizada pela Secretaria de Serviços Sociais,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

- os moradores que tivessem sido cadastrados na pesquisa, mesmo sendo inquilinos,
- quanto aos solteiros, somente os proprietários teriam direito aos lotes,
- quando o estado civil do casal não era legal o lote seria registrado em nome da companheira,
- o proprietário de mais de um barraco na invasão só poderia receber um lote na Ceilândia.

Na prática, não houve muita rigidez na observância desses critérios, sendo atendidas mais famílias que a prevista na pesquisa. Em fevereiro de 1971, realizou-se a preparação imediata de todos aqueles que iriam trabalhar na remoção, através de um treinamento para as equipes que atuariam no projeto. Composto de 2 partes, o treinamento expos os critérios para recebimento do lote; o histórico de todas as tarefas já realizadas até aquela data; o esquema de trabalho, além de uma caracterização dos habitantes das invasões, visando prepará-los para a abordagem de uma população em condições bastante especiais. Numa segunda parte, os assuntos discutidos eram os específicos a cada equipe de assistentes sociais, de auxiliares sociais, de carpinteiros, de fiscais de campo e de serventes.

Uma vez treinados, as equipes se puseram em campo, obedecendo em seus trabalhos, a uma estratégia que teve continuidade durante todo o período de remoção:

As famílias recebiam as orientações sobre o dia da mudança, com uma antecedência de duas semanas.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

CODEPLAN
BIBLIOTECA



Nesta ocasião era realizada uma visita pela equipe de Serviço Social, que comparava os dados obti - dos na pesquisa com os atuais, visando confirmar o direito ao lote na Cilândia e fornecer toda a documentação: aviso de transferência, o atestado para obtenção de dispensa do trabalho por 5 dias, guia de transferência escolar, etc.

Os casos sociais também eram estudados e, de acordo com as soluções, encaminhados.

No dia da desmontagem dos barracos, permaneciam junto às famílias um assistente social e uma enfermeira para orientar nas emergências surgidas.

A média de barracos transferidos foi de 50 por dia. Houve época em que se chegou a um número de 120, com a participação de famílias que se mudaram por conta própria, necessitando para isto apenas de receber a orientação e os documentos exigidos.

Chegando na Ceilândia, as famílias eram recebidas por outra equipe de assistentes sociais, topógrafos e outros auxiliares.

Os caminhões iam diretamente ao Escritório Imobiliário da NOVACAP onde se procediam às providên - cias legais: assinatura da documentação referente ao lote, do qual seriam as ocupantes. Em seguida, dirigiam-se aos lotes, em companhia do topógrafo, e do auxiliar social.

Esta última fazia uma entrevista com as famílias orientando-as com relação à localização do barraco a ser construido no fundo dos terrenos, deixando-se a

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

frente para a futura residência de alvenaria, ficando os trabalhos de demarcação do terreno a cargo do topógrafo.

Também no que tange as atividades de orientação de construção das fossas, ao local destinado ao lixo e ao encaminhamento das crianças para vacinação no posto médico, eram de competência do auxiliar social. Outra medida a ser tomada de imediato, era a pequena barraca para abrigar as crianças durante o dia, enquanto se remontava o barraco de madeira.

Quando se tratava de viúvas, e de chefes de família inválidos, por exemplo, havia uma equipe especial de carpinteiros do GER para a remontagem do barraco, o que, nos casos normais era feito pelos próprios chefes de família ajudados por amigos e parentes.

Uma vez concluidos os trabalhos de reconstrução dos barracos, os assistentes sociais visitavam cada família fornecendo os primeiros dados com relação ao seu novo habitat (lojas, bazar da CEI, água, etc) e à possibilidade de regularizar sua documentação (certidões de nascimento, casamento, etc) no escritório montado com esta finalidade, no Bazar da CEI.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

## III - CONSOLIDAÇÃO

Uma nova etapa do trabalho se inicia, a ação planificada junto a população a fim de que esta,também, participe da dinâmina do desenvolvimento urbano. Até então, a população foi vista como um aglomerado humano que necessiva de um habitat adequado, o que permitirá, a esta nova etapa, uma intervenção planificada visando a mudança do sistema sócio-cultural-global da comunidade. A eficácia do trabalho até então realizado se consolidará nesta nova etapa que se inicia.

Para assegurar o processo de remoção realizado e permitir o desenvolvimento urbano e comunitário, o Governador do Distrito Federal transformou o Grupo Executivo de Remoção em Grupo Executivo de Consolidação da Ceilândia , unidade componente da estrutura da Fundação do Serviço Social, com relativa autonomia.

Com vista a esta consolidação, o atual trabalho se baseia em 2 linhas do Desenvolvimento Urbano:

- a melhoria do nível de vida e promoção do desenvolvimento da população através de programas , projetos de Serviço Social e de projetos de habitação' popular;
- ampliação e melhoramento dos serviços públicos (água, luz, rede escolar, pavimentação, etc).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

NUDOC/SEDUH



1. PROJETOS DE SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social, que desde a preparação para a transferência, vem acompanhando e orientando a população que se instalou na Ceilândia, segue a política de ação da Fundação do Serviço Social.

A política de ação está voltada para a integração social e o desenvolvimento urbano e comunitário ' onde a população também participa como agente e beneficiário.

O enfoque metodológico do Serviço Social, visando a integração social, que está dirigida ao sistema sócio-cultural-global, é a "Ação Comunitária, processo social de ação racional auto-controlada pela comunidade, dirigido para os propósitos do desenvolvimento" (1).

São considerados como dinamizadores do sistema sócio-cultural-global:

- a população, representada por seus quadros locais;
- as agências sociais privadas, representada por seu quadro de líderes institucionais;
- as agências públicas, representada por seu quadro de líderes governamentais;
- as empresas, representada por seu quadro de empresários.

As unidades executivas da Fundação do ' Serviço Social junto as comunidades, tal como o Serviço So-

(1) Definição de um Modelo de Desenvolvimento Social Comunitário - Teorização e Metodologia - Prof.José Lucena Dantas.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

cial do Grupo Executivo de Consolidação da Ceilândia, tem como objetivos básicos:

- "o estímulo à ação comunitária como instrumento de participação organizada da população no processo de desenvolvimento econômico-social local";
- "melhoria dos níveis básicos de bem-estar social da comunidade, mediante oportunidade de acesso aos serviços de infra-estrutura urbana e social" (2).

Ação Comunitária

O Grupo Executivo de Consolidação da Ceilândia através de sua equipe técnica de Serviço Social, nesta segunda etapa, fez o diagnóstico básico da população através da documentação existente e levantamento "in loco", confirmando o baixo índice de integração social e cultural da população, bem como pôde medir o relativo grau de satisfação e adaptação no novo núcleo habitacional.

Com a população foi realizado o auto-diagnóstico comunitário, com o objetivo de fazê-la participante do processo a ser desenvolvido, que juntamente com o diagnóstico básico, permitiu planejar por áreas programáticas os projetos e atividades a serem realizados nesta etapa. Com a participação de representante da população no auto-diagnóstico, permitiu a formação de grupos representativos da população que vem sendo treinados e orientados para tomada de decisões racionais,

(2) - A Política de Promoção Social do Menor e da Família no Distrito Federal - Prof.José Lucena Dantas.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

estudo da viabilidade das soluções dos problemas comunitários e a participação na execução de atividades comunitárias.

Com as entidades sociais privadas também se fez o estudo-diagnóstico da comunidade e o estudo de seus recursos e trabalhos levando em consideração o atendimento das necessidades básicas da população. O objetivo deste trabalho junto as instituições é de adequação e melhoria dos recursos da comunidade e ação organizada. Junto às entidades sociais vem sendo desenvolvido um trabalho de orientação e treinamento e cujos resultados já se apresentam com a reestruturação de uma linha puramente assistencial para uma linha promocional, realizando um trabalho integrado com o Serviço Social.

Os projetos e atividades que o Serviço Social vem desenvolvendo situam em 3 áreas de programas:

- Promoção Familiar - que visa o melhor desempenho das funções e a integração do grupo familiar, e a melhoria da renda deste.
- Desenvolvimento do Menor - que visa prevenir a marginalização do menor e assegurar seu desenvolvimento integral.
- Bem Estar Social e Desenvolvimento Urbano - que visa motivar e dinamizar a utilização e acesso aos serviços comunitários e urbanos.

Promoção Familiar

Na área de Promoção Familiar o Serviço Social da Ceilândia desenvolve:

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

Educação para a saúde e saneamento urbano

O processo preventivo se faz necessário a fim de assegurar a condição de saúde e sobrevivência da comunidade.

O Serviço Social mobiliza e motiva a população para participar de atividades educativas de saneamento e saúde, e realiza um trabalho de educação social junto a estes grupos de atividades.

Outra função do Serviço Social é de mobilizar as entidades e instituições a fim de participarem desta linha de trabalho, promovendo atividades tais como: cursos de higiene e puericultura, cursos de economia doméstica e nutrição, campanhas de vacinação, campanhas de filtros, campanhas de limpeza e higiene e outras que visem assegurar as fontes básicas de saúde e vida da comunidade.

A realização destas atividades, além de estimular a participação comunitária, tem preparado estes grupos e famílias a se adaptarem a uma vida de comunidade urbana organizada.

Desenvolvimento da Economia Familiar

A renda familiar média na Ceilândia está entre 1 e 3 salários mínimos, o que define o nível de estratificação de dependência, entre a população sub-integrada e a marginalizada, com maior tendência à marginalização. O apoio de uma ação organizada em programas que visem a promoção econômica e social, tende a despertar a capacidade de ascensão social dos indivíduos e das famílias.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

Neste sentido o Serviço Social promove as seguintes atividades:

**Atividades Artesanais**

O Serviço Social procura estimular e incentivar a prática de atividades artesanais:

- motivando os integrantes das famílias e despertando potencialidades para a realização de algum tipo de atividade artesanal;
- treinando e promovendo cursos de capacitação específica das atividades;
- financiando equipamento e material necessário;
- fornecendo local para a execução da atividade;
- colocando o produto no mercado consumidor, através de 2 lojas da Fundação do Serviço Social, específica para produtos artesanais e também em feiras livres.

**Grupos de Trabalho**

Dentro desta linha de trabalho, são formados grupos de produção - de costura, de brinquedos e atividades industriais caseiras - atendendo a uma procura do mercado consumidor, que é fonte de renda direta para estes grupos. Da mesma forma, o Serviço Social proporciona cursos, treinamento e orientação a fim de executarem estas atividades lucrativas.

As atividades artesanais e dos grupos de trabalho, em si mesmas, não conduzem ao objetivo proposto pelo Serviço Social - ascensão sócio-econômica da família.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

Portanto cabe ao Serviço Social o importante papel de integrar esta família nas demais programações, a fim de atingí-la globalmente através de todos os seus membros, e de desenvolver o trabalho básico de educação social e participação comunitária.

Capacitação Profissional

Conforme pode ser observado a população da Ceilândia basicamente é composta de empregados na Construção Civil, e, em sua maioria, de pouca ou quase nenhuma qualificação.

O aumento da renda familiar e sua ascensão econômico social são preocupações básicas do Serviço Social. Neste sentido tem promovido junto às entidades particulares da comunidade o interesse de desenvolver em cursos de capacitação profissional e semi-profissional.

Ao Serviço Social cabe o preponderante papel de mobilizar e motivar a população, principalmente a mais carente, de forma a participar dos cursos e integrá-la nos programas educativos, que o Serviço Social realiza com o objetivo de melhoria do nível de vida e sua integração social.

Como objetivo de aumento de renda familiar e também de prevenção da marginalidade do menor, o Serviço Social encaminha os menores destas famílias para cursos de capacitação profissional promovidos pelo SENAI.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

Crédito Social Orientado

O acesso aos recursos de bem-estar e a promoção social das famílias de baixa renda estão íntimamente ligados aos recursos financeiros.

A Fundação do Serviço Social criou um sistema de Crédito Social Orientado com o objetivo de assistir financeiramente e educar a população de baixa renda.

Sendo um sistema rotativo é um dos supor - tes aos projetos e atividades, o que permite: orientar e treinar pessoas e famílias a utilizarem adequadamente o dinheiro , prepará-los para utilizarem outros recursos financeiros da comunidade e desenvolver a responsabilidade moral de saldar seus compromissos.

O funcionamento se assemelha a uma carteira de crédito em que o Assistente Social faz o cadastro do interessado, estuda com este as modalidades de amortização (até 30 meses) e orienta a aplicação do dinheiro. Sobre a importância emprestada é cobrada uma taxa de correção monetária de 0,6% ao mês, visando evitar a perda do poder aquisitivo do fundo financeiro do sistema e educar o beneficiário. O interessado faz um contrato com a Fundação do Serviço Social se comprometendo a restituir a importância que recebe, através de repasse pelo Banco Regional de Brasília, (Banco Oficial do Distrito Federal). A restituição do dinheiro é feita através de "carnet" pagos mensalmente, pelo beneficiário, ao Banco.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

As modalidades de empréstimo estão relacionadas com:

- micro empreendimentos econômico para melhoria de condições de vida - produção artesanal e industrial caseira, despesas escolares, aquisição de instrumentos de trabalho, equipamentos domésticos indispensáveis;
- melhorias habitacionais - instalação elétrica domiciliar, instalação sanitária doméstica; despesas complementares para construção da Casa Própria.

Desenvolvimento do Menor

Em levantamento realizado junto ao menor perambulante no Plano Piloto a maior incidência foi de menores da Ceilândia. A situação apresentada é de menores que por contingências econômicas familiares ou por falta de ocupação na sua comunidade saem para exercer alguma atividade lucrativa nos centros mais desenvolvidos economicamente.

Outra problemática apresentada na Ceilândia é a falta de alimentação adequada às crianças o que concorre para a sub-nutrição, afetando o desenvolvimento físico-mental do menor. Esta realidade é decorrente de serem famílias numerosas com média de membros variando entre 6 e 10 pessoas' e cujas mães não tem com quem deixar os filhos, a fim de exercerem alguma atividade lucrativa fora do lar, o que por um lado, aumenta a renda familiar e por outro proporciona a aquisição de alimentação mais adequada.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

Em atendimento a esta realidade o Serviço Social da Ceilândia desenvolve programas com o menor em três faixas de idade:

Na faixa de 0 a 6 anos foi instalado o Centro Integrado de Atenção ao Menor (CIAM) - cujas instalações físicas tem a capacidade de atendimento, na forma de semi-internato, para 200 menores de famílias de baixa renda. Está devidamente equipado com pessoal especializado e equipamento pedagogicamente orientados a fim de atingir seus objetivos.

O Centro Integrado de Atenção ao Menor - CIAM - procura:

- proporcionar condições aos membros adultos da família exercendo atividades lucrativas, para aumento da renda familiar;
- possibilitar a orientação e capacitação da familia;
- atender as necessidades nutricionais do desenvolvimento da criança;
- promover o desenvolvimento mental, afetivo e social da criança;
- preparar o ingresso na escola pública.

Além do trabalho de acompanhamento e orientação do Menor e sua ligação com a família, o Serviço Social atua diretamente com todos os membros familiares engajando-os nos demais programas e atividades a fim de atingir a integração social da família na comunidade.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

Na faixa de 12 a 16 anos foi criado o Clube do Menor Trabalhador - que funciona na sede física do Serviço Social.

Este trabalho visa principalmente orientar e controlar as ocupações e atividades lucrativas do Menor, promover sua capacitação profissional e encaminhá-los a empregos.

Integram a esta dinâmica do Serviço Social; o Juizado de Menores, que proporciona garantia legal; a Campanha de Erradicação de Invasões - CEI, que proporciona material, equipamento de apoio e alimentação, a Escola que controla sua frequência e entidades da comunidade.

É desenvolvido um programa sobre a valorização do trabalho, a utilização adequada da renda e um programa de educação social, capacitando-o a participar do desenvolvimento de sua comunidade. Este trabalho é integrado com o que se realiza com a sua família.

Na faixa de 7 a 18 anos o Serviço Social desenvolve atividades educativas, recreativas e de lazer com o objetivo de ocupar as horas ociosas que contribuem para a ocupação indevida e prejudicial.

Tendo em vista suprir a carência de recreação e lazer, são desenvolvidas juntamente com entidades sociais da comunidade e do governo: ruas de recreio; brincadeiras de salão, jogos de futebol, filmes, apresentações teatrais, competições esportivas, passeios, leitura dirigida, festas comemorativas e outras atividades.

O Serviço Social, neste processo ocupacio-

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

nal, promove o espírito de criatividade e conservação dos recursos recreativos da comunidade, despertando o sentido de participação e organização social no grupo e na comunidade.

Participam destas atividades todos os menores e jovens das famílias engajadas nos programas do Serviço Social.

Bem Estar Social e Desenvolvimento Urbano

A utilização dos equipamentos comunitários proporciona um aumento de renda real da população.

A população da Ceilândia, que vivia em condições sub-humanas, não estava preparada e desconhecia a utilização do equipamento encontrado na área urbanizada. Assim, a permanência em barracos, condicionante do local onde anteriormente morava, levou-a, consequentemente, a uma certa insegurança no que se refere a acomodação.

Com a preocupação de promover o bem estar e o desenvolvimento urbano na Ceilândia estão sendo realizados dois projetos básicos:

Serviços Urbanos

Consiste em estimular e orientar a comunidade no sentido de melhor utilização e conservação dos equipamentos comunitários.

O Serviço Social realiza a mobilização e motivação da comunidade, através dos grupos de ação comunitá -

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

ria, das entidades sociais locais e dos grupos específicos de atividades.

Para este trabalho educativo conta-se com o apoio dos órgãos governamentais e o instrumento financiador' do Crédito Social Orientado.

Habitação

Para descondicionar a população do seu comodismo e insegurança quanto a construção de sua casa própria, o Grupo Executivo de Consolidação da Ceilândia está devidamente equipado para promover e assessorar as famílias na construção de suas habitações definitivas.

Ao Serviço Social, cujo objetivo visa estimular o processo do desenvolvimento globalda comunidade e melhorar o padrão de integração de seu sistema sócio-cultural , compete mobilizar e motivar a população, levando-a a analisar e refletir sobre o papel da habitação em relação a sua família e a comunidade. Participam desta dinâmica, os grupos comunitários e entidades sociais que auxiliam na divulgação deste trabalho junto aos vizinhos e beneficiários.

Em seu programa o Serviço Social voltado para o desenvolvimento da comunidade, realiza um trabalho de educação social, preparando o grupo familiar para ocupação da casa de alvenaria, e, na medida que as construções vão surgindo, estas famílias são engajadas nos demais projetos sociais.

Uma das dificuldades da população é a aqui

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

sição do material para construção, ou parte dele, devido a renda familiar, o que não possibilita uma rápida construção de casa.

O Serviço Social tem promovido um trabalho' de grupo, desenvolvendo o sentido cooperativo de participação ' na aquisição conjunta de material, o que concorre para o barateamento do custo do material e desenvolve o sentido de participação comunitária.

Dando apoio a este trabalho, além do Crédito Social Orientado que permite aquisição de algum material necessário para a Habitação, a Campanha de Erradicação de Invasões - CEI criou o Crédito Social para Material de Construção.

A Campanha de Erradicação de Invasões, que vem apoiando este empreendimento governamental desde o início , criou este fundo rotativo, que funciona semelhante ao sistema ' de Crédito Social Orientado, sendo específico para compra, em grupo, de material de construção. Desta forma o Serviço Social dispõe de mais um recurso e instrumento de trabalho em prol do Desenvolvimento Comunitário e Urbano.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

## 2. PROJETOS DE HABITAÇÃO

Todo grupo, ou toda sociedade são moldados ou são caracterizados através de seus usos, costumes, crenças, ideologias, etc, elementos estes geradores de tipos de comportamentos que tornarão possível definir cada grupo, cada sociedade.

Tais elementos são transferidos de geração em geração e seu maior ou menor grau de conservação está intimamente correlacionado com o estágio evolutivo de cada sociedade.

As sociedades mais evoluidas, não só por receber maior número de informações, mas sobretudo, por assimilar tais informações dentro do seu meio, tornam-se mais maleáveis, flexíveis nas suas estruturas, por conseguinte, mais abertas, comungando com as transformações que a era atual propõe no seu dia a dia.

Por seu turno, as sociedades menos desenvolvidas, embora muitas vezes recebendo também grande número de informações, não são tão maleáveis quanto às evoluídas. Tendem preservar valores pré-adquiridos, muito embora, na maioria das vezes tais valores são condicionantes da situação subdesenvolvidas em que elas se encontram.

Essa barreira às propostas de transformações é devida, sobretudo, ao alto grau de insegurança gerada pelo baixo nível de assimilação dos padrões culturais predominantes nas sociedades mais desenvolvidas.

Tendo em vista essa série de fatores foi que a Secretaria de Serviços Sociais do Distrito Federal pro-

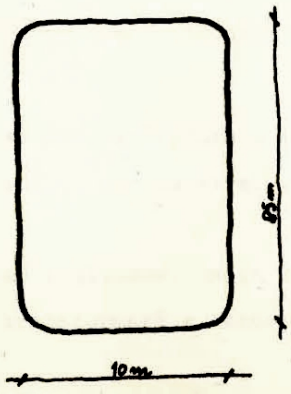
PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

pôs, quando da transferência do meio físico da população favelada, fosse juntamente transferido o seu meio ambiente, o seu "habitat" e, na medida em que o plano se consolidasse, através das realizações dos setores públicos, no meio físico e social, fossem possibilitando também evoluções no meio ambiente. Assim, paulatinamente, um e outro interagindo passariam a solicitar e fornecer, conjuntamente, transformações dentro da comunidade na qual estão inseridos.

Ao adquirir o lote urbanizado (através de pequenas prestações, devido a baixa renda do interessado), o indivíduo perde a qualidade de ocupante transitório de um local, passando à possuidor de determinado "chão", o que fatalmente lhe soará como o primeiro passo no caminho da segurança individual.

Para dentro do seu território, ou seja, o seu lote próprio, o indivíduo transfere toda a sua "bagagem cultural", seu modo de vida, seu comportamento familiar.

No fundo do lote ergue o seu barraco, ficando a frente reservada para a futura residência definitiva, construida através de recursos próprios, dentro de um prazo que varia de acordo com esses mesmos recursos.




PRIMEIRA ETAPA

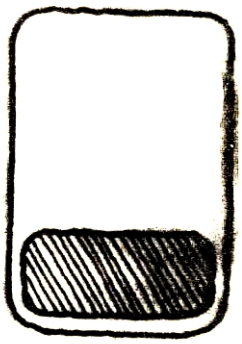
" o lote "

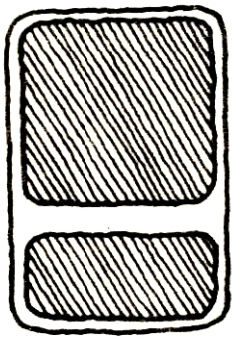
PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

53

**SEGUNDA ETAPA**

**" o lote + o barraco "**





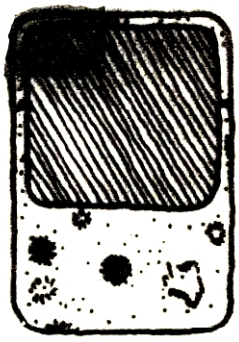
**TERCEIRA ETAPA**

**" o lote + o barraco + habitação em fase de construção "**

**QUARTA ETAPA**

**" o lote + habitação definitiva já concluída"**

**OBS: concluída a 4a etapa torna-se obrigatória a retirada do barraco.**



Com a casa construida ele dá o segundo passo rumo à segurança.

O lote deu-lhe a sensação de posse, a casa lhe dará agora a sensação de domínio da natureza e do meio social em que vive.

Ela não será apenas uma realização física do indivíduo. Mais do que isso, será o elemento indutor que transformará a situação social guardada por ele até então.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

Por outro lado, o indivíduo não é um ser cristalizado, isolado do "todo" humano, mas sim, um membro vivo desse todo, com ele comungando sua vida através da ação e da transmissão de seus conhecimentos.

Sua participação ou suas realizações, não permanecem voltadas ou restritas aos limites físicos de seu lote. Elas vão mais além. Transpõem esse lote, cruzam a rua, passam pela vizinhança chegando à comunidade onde são observados, estudadas, digeridas e reelaboradas, iniciando-se então o seu caminho de volta até chegar novamente a ele, indivíduo.

É a interação indivíduo-comunidade, comunidade-indivíduo.

A partir daí é que ele, indivíduo, se valoriza, informa e se informa, adquire consciência de classe, participa dentro da comunidade, reivindica seus direitos e contribui com sua ação.

Na fase de consolidação da Ceilândia, recebem grande atenção dos técnicos que ali trabalham, nos programas relacionados com a edificação da casa própria.

O Plano de Construção de Casas na Ceilândia prevê 11 projetos, todos coordenados pelo ESCRITÓRIO DA CASA PRÓPRIA - ECAP - órgão subordinado ao Grupo Executivo de Consolidação da Ceilândia que substitui o Grupo Executivo de Remoção.

O ECAP foi instalado em dezembro de 1971, com o objetivo de incentivar e facilitar o processo de construção para aqueles que se interessem em construir sua casa de alvenaria, no lote ocupado desde sua transferência para a Ceilândia, em área previamente preparada para este fim.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

Construção por Recursos Próprios

Um dos programas coordenados pelo ECAP é o de CONSTRUÇÃO POR RECURSOS PRÓPRIOS, mediante o qual são oferecidas vantagens como:

- retirada da documentação necessária a preços inferiores. Assim é que, ao invez Cr$104,30, a documentação fica em Cr$48,20, devido a convenios estabelecidos com os cartórios expedidores das certidões exigidas;
- elaboração gratuita de projetos de arquitetura, instalação elétrica, e instalação hidráulica. Os projetos de arquitetura vem sendo modificados e aperfeiçoados visando atender às aspirações da população, além de proporcionar-lhes a oportunidade da escolha entre vários tipos diferentes de projetos;
- assistência técnica: consiste na demarcação do terreno e na orientação durante todo o período de construção;
- fornecimento a baixo preço, dos tijolos que são fabricados pela UNIDADE INDUSTRIAL, órgão de apoio do ECAP, criada com a finalidade de baratear as construções.

O projeto de CONSTRUÇÃO POR RECURSOS PRÓPRIOS vem recebendo grande aceitação por parte dos interessados em substituir seus barracos por casas de alvenaria, principalmente por se tratar de uma população de renda baixa, que, até o lançamento do PLANHAP - Plano Nacional de Habitação Popular não tinha acesso aos financiamentos do sistema Nacional de Habitação.

Outros fatôres que favoreceram o êxito maior deste plano foram:

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

- a ocupação da maioria dos habitantes da Ceilândia, que empregados na construção civil se acham em condições de construir sua casa, com a ajuda de parentes e amigos;
- a instabilidade funcional dos operários, dificultando-lhes assumir compromissos com financiamentos;
- a liberdade de construir dentro de um prazo que será delimitado por seus recursos e de dar o acabamento que desejam, conforme seu gosto e possibilidades financeiras.

A programação feita para o ECAP previa 1.000 inscrições no ano de 1972, 1.500 em 1973 e 2.000 em 1974. Em 1972 a previsão foi ultrapassada quando 1.150 pessoas se interessaram no projeto de construção por Recursos Próprios e iniciaram os trabalhos no lote urbanizado, recebendo assistência técnica da equipe do Escritório da Casa Própria.

Em face da boa aceitação do ECAP na Ceilândia, o modelo está sendo implantado também nas outras cidades satélites.

Conjuntos Residenciais

Conjuntos da SHIS

A SHIS - Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda, vinculada à Secretaria de Serviços Sociais como executora e administradora dos programas de construção dos conjuntos residenciais, com financiamento do BNH - Banco Nacional de Habitação, tem em vista a fixação do homem em Brasília e a sua integração comunitária. Além da construção e ampliação

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

de casas com a finalidade de solucionar o problema habitacional para a população de renda baixa, a SHIS, em convênio com a Fundação do Serviço Social e outros órgãos, constroi equipamentos comunitários tais como: Centros de Desenvolvimento Social, escolas, play-grounds, Centros Comerciais e Centros Integrados de Atenção ao Menor.

Na Ceilândia, foram-lhe reservados 1.300 lotes para a construção de dois conjuntos residenciais. O primeiro projeto, um conjunto de 646 casas, já está em execução com o término previsto para este ano, e o segundo, de outras 680 casas, com início previsto também no ano de 1973.

Para a construção destes conjuntos foi realizada concorrência pública, nos moldes das demais exigidas pela SHIS. Dos candidatos à compra das casas é solicitada comprovação da renda familiar mensal, nunca inferior a 1 salário mínimo.

As residências tem até 4 quartos e são distribuídas de acordo com a renda familiar e o número de dependentes, como determina o BNH - Banco Nacional de Habitação.

A SHIS já construiu um conjunto comercial local de 15 lojas e concluirá mais dois projetos de conjuntos de 16 outras lojas cada, perfazendo um total de 47 lojas já concluidas em 1973. Estão situadas nas entre-quadras, facilitando o acesso ao mercado local, nas unidades de vizinhança.

Esta experiência, dando bons resultados, será expandida por toda a Ceilândia.

A SHIS recebeu ainda da NOVACAP, a incumbência de representá-la, por procuração, na regularização da posse dos lotes.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

Os promitentes compradores haviam recebido a "ordem de ocupação provisória", através da qual tinham garantida a posse que só será definitiva, uma vez apresentada a documentação exigida e assinado o contrato de compra e venda.

Até então, a "ordem de ocupação provisória" impede qualquer negociação em torno do terreno.

Conjunto do IPASE

Atendendo a solicitação do Presidente do Instituto de Pensões e Aposentadoria dos Servidores do Estado - IPASE - foram cedidos a este órgão 64 lotes na Ceilândia. O Instituto construiu um conjunto residencial para abrigar seus funcionários, antigos moradores em um acampamento de obras (anteriormente situado na SQS - 207).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

## 3 - ATUAÇÃO DE ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS E ENTIDADES PARTICIPANTES

No tocante aos serviços comunitários, cumpre registrar a participação de outros órgãos governamentais e entidades privadas.

Assim é que, atualmente, a Ceilândia conta com sua rede de iluminação totalmente instalada.

O projeto de rede de água está pronto, dependendo apenas do término das obras da Barragem do Rio Descoberto, a solução definitiva do problema da água na Ceilândia.

A população vem sendo até então atendida em suas necessidades por uma rede de água potável, poços profundos e torneiras públicas, esperando-se seja em breve instalada a rede definitiva.

No setor de transportes, a Ceilândia acha se servida por cerca de 100 ônibus pertencentes a duas Companhias que exploram o ramo por concessão, ligando a cidade a todo o Distrito Federal.

O Posto de Saúde foi inaugurado no início de 1973 e vem atendendo prioritariamente na linha preventiva. Apenas os casos mais sérios são encaminhados ao Hospital Distrital de Taguatinga que dista cerca de 5 Km.

A rede de escolas públicas é composta de 12 escolas primárias e dois Centros de Ensino de 1º grau, cujos projetos foram elaborados de acordo com as exigências da lei nº 5.692 sobre a Reforma do Ensino de 1º e 2º graus, que prevê a educação integrada, isto é, somada às disciplinas que já vinham

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

sendo ministradas, uma educação especial visando a desenvolver as potencialidades inatas do aluno.

Existe ainda uma infra-estrutura de serviços oriundos das próprias invasões composta de mercearias, madeireiras, farmácias, barbearias, oficinas mecânicas, lojas de móveis e eletro-doméstico, além de um super-mercado volante.

As entidades sociais privadas, algumas já atuavam nas invasões, vem participando na consolidação da Ceilândia. Em número de 56 realizam programas de capacitação profissional, creches, serviços médicos, escolas primárias e recreação.

A Campanha de Erradicação de Invasões continua exercendo suas atividades na Ceilândia, mantendo ainda o Bazar e agora fornecendo às mães instrumento de trabalho a preços inferiores aos do mercado e que são pagos a longo prazo e com o próprio produto do trabalho.

Todas estas entidades particulares estão sempre em contato com o Centro de Desenvolvimento Social da Fundação do Serviço Social, colaborando com a equipe de Serviço Social numa complementação de recursos com o mesmo objetivo: o desenvolvimento da comunidade.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

NUDOC/SEDUH



## IV - CUSTOS DA CEILÂNDIA

### 1. Custos do Setor Social

1970/72

| E S P E C I F I C A Ç Õ E S | CUSTO TOTAL - CR$. |
|---|---|
| Erradicação | 104 323,22 |
| Remoção | 1 621 894,96 |
| Consolidação | 1 184 167,23 |
| Edificação | 1 014 293,24 |
| T O T A L | 3 924 678,65 |

Fonte: Fundação do Serviço Social

Os custos computados na Erradicação se compõem de horas de trabalho de 440 operários e a locação de 6 caminhões.

Na fase de remoção, foram várias as despesas efetuadas. Entre elas podemos citar os gastos com: veículos, salários de pessoal, Seguros, Encargos Sociais, Alimentação, Material de Expediente e consumo, Combustíveis, Impressos, etc. Estas despesas somaram um valor da ordem de Cr$ 1.621.894,96.

Na consolidação, os gastos se constituiram dos mesmos itens verificados na remoção, perfazendo um total de Cr$ 1.184.167,23.

Os investimentos realizados na construção de 1 Centro Integrado de Atenção ao Menor, 1 Centro de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

Desenvolvimento Social, Lojas Comerciais, 1 Unidade Industrial da Casa Própria (provisória) e Equipamentos importaram em Cr$ 1.014.293,24, já na fase da edificação da Ceilândia.

Todos os itens acima especificados atingiram a soma de Cr$ 3.924.678,65, que corresponde ao custo total do Setor Social coordenados e executados pela Fundação do Serviço Social.

2. Custo do Setor Viação e Obras

1970/72

| ÓRGÃO | ESPECIFICAÇÃO | CUSTO TOTAL CR$ |
|---|---|---|
| CoAU - SVO | Projeto | 96 330,00 |
| DVO/NOVACAP/SVO | Topografia | 123 659,42 |
| DVO/NOVACAP/SVO | Terraplanagem e Pavimentação | 1 874 114,10 |
| T O T A L | | 2 094 103,52 |

Fonte: CODEPLAN

Visando atender uma população prevista de 135.600 habitantes, a Coordenação de Arquitetura e Urbanismo da Secretaria de Viação e Obras efetivou um gasto de Cr$ 96.330,00 para a elaboração do Projeto.

Na topografia, a parcela de recursos aplicados foi distribuída entre Salários, Encargos Sociais e outros.

Os custos incluídos na Terraplanagem e Pavimentação foram especificados em: escavações, transportes de ma

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

teriais, desmatamento, regularização do sub-leito, imprimação, capa de concreto asfáltico, cascalho, horas-máquina e outros.

O Setor de Viação e Obras teve um custo total da ordem de Cr$ 2.094.103,52.

3. Custo do Setor Saúde e Saneamento

1971/1972

| Órgãos | Especificação | Custo Total Cr$ |
|---|---|---|
| SES | Unidade de Saúde | 2 065 700,00 |
| CAESB | Abastecimento de Água | 7 555 485,00 |
| T O T A L | | 9 621 185,00 |

Fonte: CODEPLAN

O custo operacional e de construção do Posto de Saúde da Ceilândia importou em Cr$ 2.065.700,00, conforme a especificação do quadro 3.1.

O abastecimento de água potável através de redes distribuidoras, bombas elevatórias, poços, reservatórios e caixa d'água teve como fonte de recurso financeiro a Companhia de Água e Esgoto de Brasília.

Totalizaram em Cr$ 9.621.185,00 os custos da Unidade de Saúde e do Abastecimento de Água na Ceilândia até 1972.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

3.1 Custo da Unidade de Saúde

1972

| Área $m^2$ | Especificação | Custo Total Cr$ |
|---|---|---|
| 1 000 | Construção | 365 700,00 |
| | Equipamentos | 500 000,00 |
| | Pessoal | 800 000,00 |
| | Custeio | 400 000,00 |
| T O T A L | | 2 065 700,00 |

Fonte: Secretaria de Saúde

4. Custo do Setor Educação

1971/72

| QUANT. | ESPECIFICAÇÃO | SALAS | | CUSTO TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| | | De aula | Espec. | |
| 8 | Escolas-Classe | 80 | - | 2 890 195,52 |
| 1 | Centros de Ensino de 1º grau | 20 | 8 | 1 064 503,20 |
| - | Obras complementares | - | - | 222 530,00 |
| T O T A L | | 100 | 8 | 4 177 228,72 |

Fonte: Secretaria de Educação e Cultura

Para atender a população estudantil da Ceilândia, foram construídas 8 (oito) Escolas-Classe e um Centro de Ensino de 1º grau, importando em Cr$ 3.954.698,72. Incluin

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

do outras obras de complementação, em Escolas a Secretaria de Educação e Cultura realizou investimentos no valor de Cr$.. 4.177.228,72 até 1972.

5. Custos do Setor Serviços Públicos

1970/72

| ÓRGÃO | ESPECIFICAÇÃO | Custo Total Cr$ |
|---|---|---|
| SSP | Abrigo para Passageiros | 12 600,00 |
| CAESB | Custos de Manutenção de Carros Pipas | 600 000,00 |
| CAESB | Fornecimento de Água | 150 000,00 |
| Corpo de Bombeiro | Fornecimento de Água | 28 000,00 |
| SAB | Custeio de Carros/armazéns | 40 931,10 |
| | T O T A L | 831 531,10 |

Fonte: CODEPLAN

Os serviços de utilidade pública prestados à população removida para a Ceilândia foram: distribuição de água em carros pipas, de alimentos em carros-armazéns, a construção de 7 abrigos de passageiros e outros. Estes gastos atingiram um valor de Cr$ 831.531,10, executados pela Secretaria de SErviços Públicos, Corpo de Bombeiros e pela Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB, durante e após os trabalhos da remoção.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

6. Custos do Setor Esportes-Recreação

1972

| ÓRGÃO | ESPECIFICAÇÃO | Custo Total Cr$ |
|---|---|---|
| DEFER | Materiais doados à entidades esportivas | 909,68 |
| DEFER | Orientação Esportiva | 1 944,00 |
| NOVACAP | Quadras de Futebol de Salão | 51 573,43 |
| T O T A L | | 54 427,11 |

Fonte: CODEPLAN

No Setor Esportes-Recreação, os gastos efetuados somaram o valor de Cr$ 54.427,11 aplicados pelo Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação - DEFER com fornecimento de material de esportes e orientação esportiva, através de professores especializados na matéria.

Houve também a participação da NOVACAP na construção de quadras de Futebol, conforme pode ser visto no quadro nº 6.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

7. Custo do Setor Energia

1971/1972

| ESPECIFICAÇÃO | DADOS FÍSICOS | CUSTO TOTAL Cr$ |
|---|---|---|
| Linha de Transmissão | 13,3 Km | 725 000,00 |
| Transformadores | 8 unidades | |
| Sub-Estação | 34,2 Kw | 265 000,00 |
| Iluminação Pública | 439 luminárias | 220 690,00 |
| Redes Aéreas | 2 412 Postes | 1 922 911,00 |
| Estrutura AT e BT | 271 postes | 254 564,00 |
| T O T A L | | 3 388 165,00 |

Fonte: Companhia de Eletricidade de Brasília

A instalação da rede energética necessária à iluminação pública, residencial e comercial da Ceilândia foi realizada pela Companhia de Eletricidade de Brasília, com um investimento no valor de Cr$ 3.388.165,00

8. CUSTO TOTAL DA CEILÂNDIA

1970/1972

| SETORES | CUSTO TOTAL CR$ | % |
|---|---|---|
| Social | 3 924 678,65 | 16,2 |
| Viação e Obras | 2 094 103,52 | 8,7 |
| Saúde e Saneamento | 9 621 185,00 | 39,9 |
| Educação | 4 177 228,72 | 17,4 |
| Serviços Públicos | 831 531,10 | 3,5 |
| Esportes-Recreação | 54 427,11 | 0,2 |
| Energia | 3 388 165,00 | 14,1 |
| T O T A L | 24 091 319,10 | 100,0 |

Fonte: CODEPLAN

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

O custo de todos so setores que participaram na instalação de infra-estrutura física e comunitária da Ceilândia, somou um volume de recursos em torno de Cr$..... 24.091.319,10.

9. APLICAÇÃO TOTAL PREVISTA

1973

| SETORES | CUSTO TOTAL CR$ | % |
|---|---|---|
| Setor Social | 2 121 706,78 | 29,5 |
| Saúde e Saneamento | 925 819,00 | 12,8 |
| Educação | 3 544 100,00 | 49,1 |
| Serviços Públicos | 55 800,00 | 0,8 |
| Segurança | 420 000,00 | 5,8 |
| Comunicação | 138 400,00 | 2,0 |
| T O T A L | 7 205 825,78 | 100,0 |

Fonte: CODEPLAN

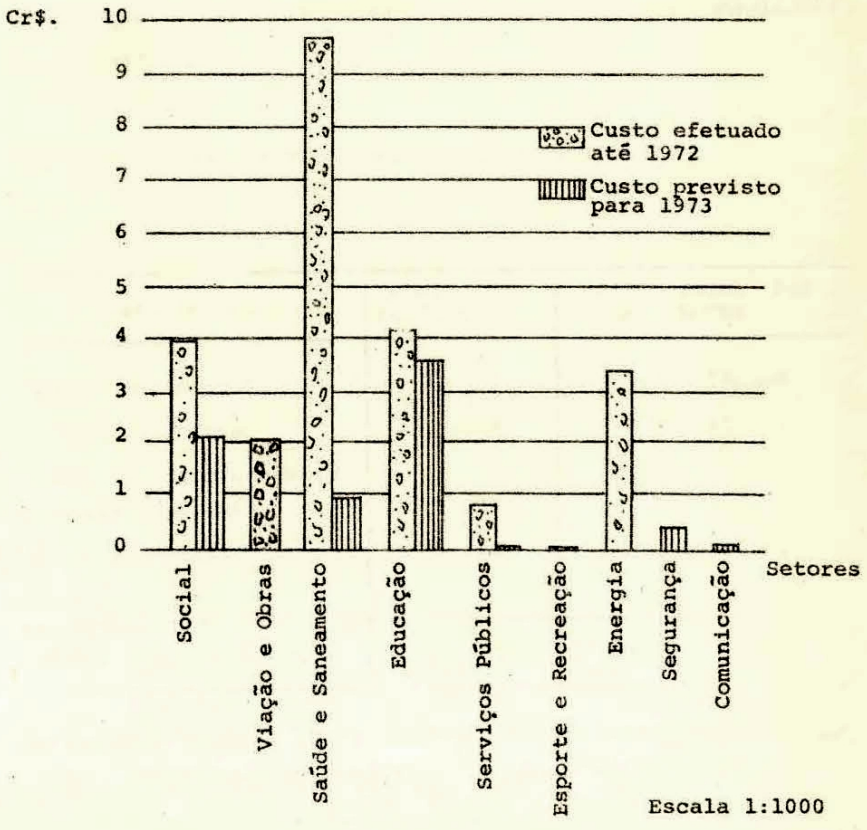
A estimativa de recursos disponíveis à continuidade das obras e serviços necessários para atender a crescente população da Ceilândia em 1973, atingiram Cr$..... 7 205 825,78.

O setor Educação aplicará a maior soma de investimentos comparado com os demais setores, num programa de construção e ampliação de Unidades Escolares, voltado para a melhoria qualitativa do ensino e visando o atendimento progressivo da demanda de vagas exercida pela população desde os 7 anos de idade.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

CUSTO EFETUADO E PREVISTO DA CEILÂNDIA

1970/73




PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

A instalação de Centros de Desenvolvimento Social - CIAM, onde serão desenvolvidos os programas de ação comunitária e outros trabalhos que dizem respeito a esfera social, estão previstos em Cr$ 2.121.706,78.

Concluindo o estudo dos custos, podemos deduzir dos quadros apresentados que, somando os custos efetivados na Ceilândia até 1972 que foi em torno de Cr$..... 24.091.319,10 mais a previsão para 1973, no valor de Cr$..... 7.205.825,78, obteremos um total da ordem de Cr$31 297 144,88, que representam as aplicações de verbas governamentais do Distrito Federal na implantação de primeira etapa da consolidação da Ceilândia.

10. PREÇO TOTAL DE VENDA DOS LOTES DA CEILÂNDIA

| ESPECIFICAÇÃO | QUANTIDADES DOS LOTES | PREÇO TOTAL DOS LOTES |
|---|---|---|
| Lotes Residenciais | 21 728 | 30 819 500,00 |
| Lotes Comerciais | 684 | 2 100 400,00 |
| Lotes do Setor Comercial e Áreas Especiais | 118 | 2 052 000,00 |
| Áreas Especiais | 66 | 332 500,00 |
| T O T A L G E R A L | 22 596 | 35 304 400,00 |

Fonte: Resolução nº 75/71 (sessão nº 663ª) do Conselho de Administração da NOVACAP - (21 de julho de 1971)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

O preço de venda dos lotes na Ceilândia obedecerá a Tabela fixada pela Resolução nº 75/71 do Conselho de Administração da NOVACAP.

Os lotes residenciais serão pagos da seguinte forma:

1. à vista, será concedido um desconto de 10% sobre o valor do terreno;
2. a prazo, o pagamento será dividido em 60 prestações mensais, sendo a 1ª como sinal do início do resgate da dívida, e as outras 59 terão acréscimos dos juros de 10% ao ano, de acordo com a Tabela Price. Durante os 5 anos, vão ser cobrados percentuais diferentes sobre o valor do terreno.

No primeiro ano, o acréscimo será de 15%, no segundo verificar-se-á o mesmo acréscimo; no terceiro 20%, no quarto, 20% e no quinto atingirá 30%; ano este em que o mutuário quitará seu lote.

No tocante aos lotes comerciais e áreas especiais, ainda que comprados à vista, não será dado desconto. O plano para o pagamento a prazo está especificado a seguir:

1. no ato da aquisição, o interessado dará uma entrada de 20% sobre o valor do lote;
2. os 80% restantes serão distribuídos em 30 prestações mensais, iguais e acrescidos de 10% ao ano de acordo com a Tabela Price.

Na hipótese de atrazo do pagamento de parcelas mensais, aplicar-se-á a correção monetária, calculada com os índices em vigor, além dos juros de mora.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

Os prazos de construção para todos os tipos de lotes serão de 30 meses, contados a partir da data da assinatura do contrato.

As áreas especiais se destinam a Escolas, Igrejas, Clubes, Hotéis, Cinemas, Postos de Gasolina, etc.

O preço total da venda das áreas residenciais, comerciais e especiais atingirão um valor de Cr$35.304.400,00 , conforme o que está especificado no quadro nº 10.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

# B I B L I O G R A F I A


I - PUBLICAÇÕES DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

1. SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS

- Ceilândia: uma Experiência na Erradicação de Favelas (DHS)
- Definição de uma Política Migratória para o Distrito Federal (DDS)
- Plano Habitacional da Ceilândia (DHS)

2. FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

- A Participação do Homem no Processo do Desenvolvimento (José Lucena Dantas)
- A Política de Promoção Social do Menor e da Família no Distrito Federal (José Lucena Dantas)
- Definição de um Modelo de Desenvolvimento Social Comunitário - Teorização e Metodologia (José Lucena Dantas)
- O Desenvolvimento de Comunidade em Brasília - Uma Estratégia de Participação Social

3. - CODEPLAN

- Levantamento dos Custos da Ceilândia
- Núcleos Habitacionais Futuros

II - OUTRAS PUBLICAÇÕES

- ALVA, Eduardo Neiva - El Espacio en el Estudio del Desarrolho Economico


PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA

- COSTA, Rubens Vaz da - Desenvolvimento e Crescimento Urbano no Brasil

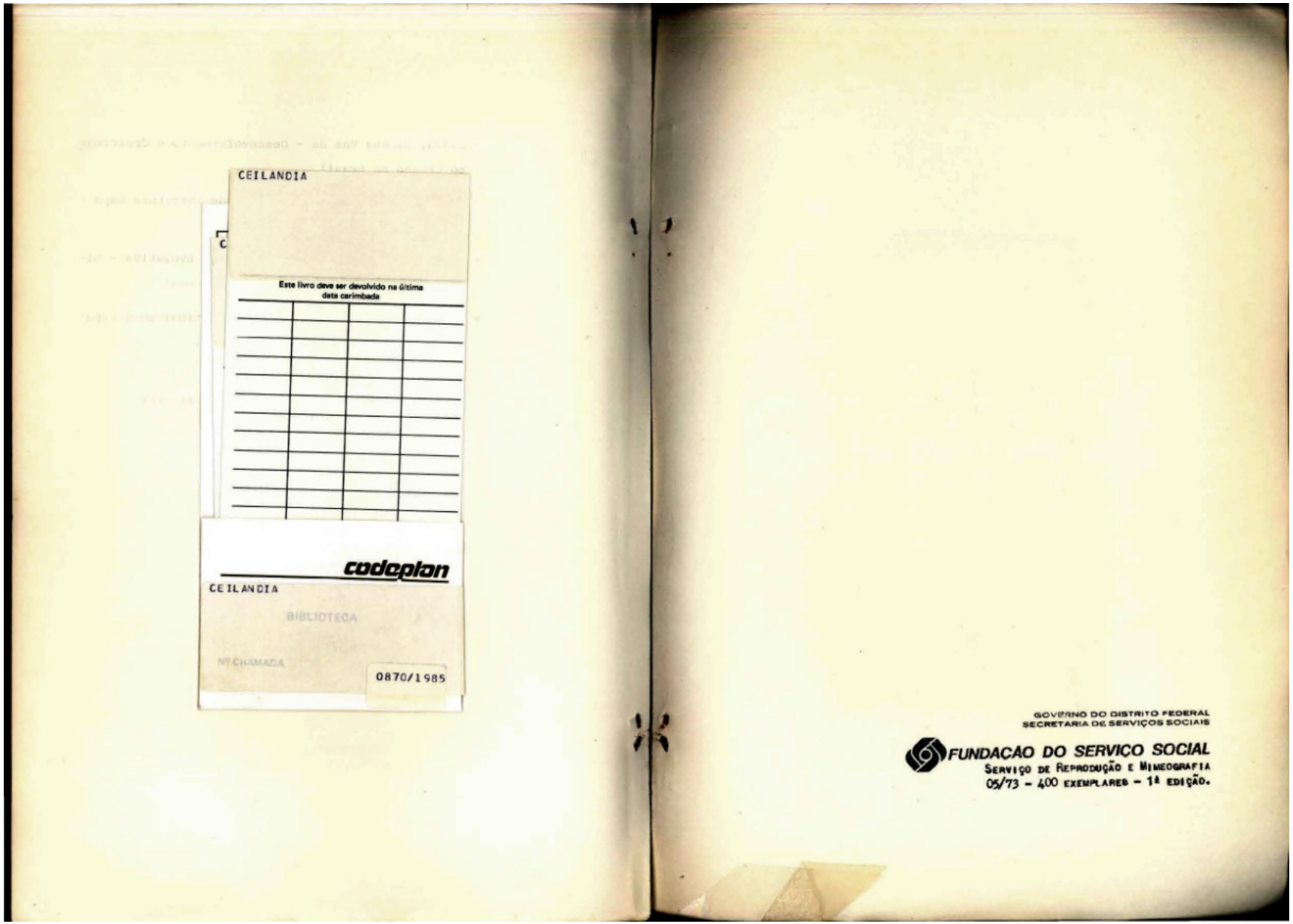
- GEIGER, Pedro Pinchas - Modelo de Estrutura Espacial do Brasil

- Tipologia de Edifícios - Habitação Evolutiva - Ministério das Obras Públicas de Portugal.

- SANTANA, R.N. Monteiro - As Descontinuidades Espaciais do Desenvolvimento Econômico.

Brasília, maio de 1973

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1512716/CA


CEILANDIA
Este livro deve ser devolvido na última data carimbada
codeplan
CEILANDIA
BIBLIOTECA
Nº CHAMADA
0870/1985
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS
FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL
SERVIÇO DE REPRODUÇÃO E MIMEOGRAFIA
05/73 - 400 EXEMPLARES - 1ª EDIÇÃO.